

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Bruna Santos de Almeida Andrade

**REDES DE ATORES E ARGUMENTOS NO DEBATE PÚBLICO SOBRE O
PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:
o dia do afastamento provisório em 12 de maio de 2016**

Porto Alegre
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Bruna Santos de Almeida Andrade

**REDES DE ATORES E ARGUMENTOS NO DEBATE PÚBLICO SOBRE O
PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:
o dia do afastamento provisório em 12 de maio de 2016**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena Weber

Porto Alegre
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Bruna Santos de Almeida Andrade

**REDES DE ATORES E ARGUMENTOS NO DEBATE PÚBLICO SOBRE O
PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:
o dia do afastamento provisório em 12 de maio de 2016**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Aprovado em: 28/03/2019

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Weber – Orientadora
Prof. Dr. Carlos Locatelli – UFSC
Prof.^a Dr.^a Christa Berger Ramos Kuschick – UNISINOS
Prof. Dr. Basílio Sartor – UFRGS
Prof. Dr. Alexandre Rocha da Silva – UFRGS (Suplente)

Para o vô Alvino, para a vó Jura e para minha mãe, Rosa.

Porque o amor de vocês é o que me move.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Rosa, e aos meus avós Alvíno e Juraci, pelo amor e apoio incondicional.
E por serem a inspiração de cada passo e de cada conquista.

Ao Alexandre, companheiro de vida, por compartilhar comigo esse sonho.
E pelo amor e o carinho que deixam meus dias mais leves.

À minha dinda Carla, por estar ao meu lado
no caminho de cada utopia que eu decidi buscar.

À minha irmã, Débora, por encher de ternura essa jornada.
E pela torcida afetuosa e incansável.

À família que o amor me deu, Cristina, Caco e Titi,
pelo carinho, apoio e afeto de sempre.

À Milena, orientadora querida, pela confiança, ensinamentos e afeto
que me guiaram e motivaram no processo desta pesquisa.

Aos colegas e amigos do Nucop, Ana, Ângelo, Camila B., Camila C., Denise, Fernanda,
Fiorenza, Jana, Laura, Marcelo, Marja, Marlise, Matheus, Sandra e Thiane,
pelas trocas, que tornaram esta dissertação melhor e pelos momentos de descontração e afeto,
que alegraram o caminho até aqui.

Aos professores Basílio Sartor e Carlos Locatelli,
pelas gentis contribuições na qualificação e pela avaliação do resultado da pesquisa.
E à professora Christa Berger, pela leitura e avaliação desta dissertação.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos professores, funcionários e colegas do
PPGCOM, pelo apoio fundamental durante esses dois anos de mestrado.

À Capes, pelo investimento concedido através da bolsa de pesquisa que permitiu que me
dedicasse integralmente à minha formação e a esta pesquisa.

- Quem estará nas trincheiras ao teu lado?
 - E isso importa?
 - Mais do que a própria guerra.

(Ernest Hemingway)

RESUMO

Esta pesquisa trata dos argumentos mobilizados no debate público sobre o processo de impeachment no contexto do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República em 12 de maio de 2016, assim como das conexões estabelecidas entre os atores do debate. Foram analisados os discursos de atores centrais no debate público integrantes dos poderes Executivo Federal e Legislativo Federal, discursos produzidos por movimentos organizados da sociedade civil e discursos midiáticos. Os conceitos fundamentais que guiaram a pesquisa são as noções de *comunicação pública*, como a abordagem e circulação de temas de interesse público, discutido a partir de Esteves (2011), Gomes (2008) e Weber (2006, 2017); e o conceito de *acontecimento*, que provoca descontinuidades e rupturas na experiência do cotidiano, em debate a partir de Coelho (2013), França (2012a, 2012b), Quéré (2005, 2012) e Weber (2013). Também são discutidas as noções de *democracia* (TILLY, 2013) e *impeachment* (PÉREZ-LIÑÁN, 2000, 2014, 2016). A metodologia utilizada inclui análise da argumentação e análise de redes sociais, e os discursos são analisados a partir das categorias temáticas de argumentos *políticos, econômicos, sociais, morais, pessoais e jurídicos*. Os resultados apontam que os argumentos mais utilizados pelos atores estudados são de ordem *política*, abordando questões relacionadas à governabilidade e às instituições democráticas, e não sobre as questões *jurídicas* do processo, evidenciando a importância das questões conjunturais nesse debate. A pesquisa também evidenciou a formação de duas redes de comunicação polarizadas a partir dos argumentos acionados pelos atores do debate público: uma rede favorável o impeachment e uma rede contrária ao impeachment. Nessas redes, circularam narrativas diferentes sobre o acontecimento: de um lado o impeachment como uma ameaça à democracia e a direitos conquistados e, de outro, o impeachment como uma oportunidade de mudanças políticas e econômicas.

Palavras-chave: Impeachment. Dilma Rousseff. Comunicação Pública. Acontecimento. Argumentação. Redes de Comunicação.

ABSTRACT

This research is about the arguments mobilized in the public debate about the impeachment process in the context of Dilma Rousseff's removal from the presidency of the Republic on May 12, 2016. In this perspective, the connections between the actors also matter. We analyzed the speeches of central actors in the public debate that are part of the Federal Executive and Federal Legislative powers, speeches produced by social movements and media discourses. The fundamental concepts that guided the research are the notions of *public communication*, understood as the circulation of issues of public interest, according to Esteves (2011), Gomes (2008) and Weber (2006, 2017); and the concept of *event*, which causes discontinuities and ruptures in the everyday experience, discussed with Coelho (2013), França (2012a, 2012b), Quéré (2005, 2012) and Weber (2013). Was also discussed the notions of *democracy* (TILLY, 2013) and *impeachment* (PÉREZ-LIÑÁN, 2000, 2014, 2016). The methodology used includes argumentation analysis and social networks analysis, and the discourses were analyzed from the thematic categories of political, economic, social, moral, personal and legal arguments. The results show that the arguments most used by the studied actors are *political* ones, which includes issues related to governance and democratic institutions, and not on the *legal* issues of the process. The research also evidenced the formation of two polarized communication networks from the arguments used by the actors of the public debate: a favorable to impeachment network and a contrary to impeachment network.. In these networks, different narratives had circulate about the event: on the one hand, impeachment as a threat to democracy and conquered rights, and, on the other, impeachment as an opportunity for political and economic change.

Keywords: Impeachment. Dilma Rousseff. Public Communication. Event. Argumentation. Communication Networks.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

SUMÁRIO

I- INTRODUÇÃO	12
II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1. DEMOCRACIA, IMPEACHMENT E A CONJUNTURA BRASILEIRA	16
1.1. Democracia	16
1.2. Democracia no Brasil	21
1.3. Democracias e impeachment	26
1.4. A conjuntura do impeachment de Dilma Rousseff	32
2. COMUNICAÇÃO PÚBLICA, DEBATE E ACONTECIMENTO	46
2.1. Comunicação pública	46
2.2. Discurso: a forma do debate público	53
2.3. Acontecimento Público	58
III - O PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF	63
3. OBJETO DE PESQUISA	63
3.1. O dia do afastamento	64
3.2. O debate público	64
3.3. Corpus de pesquisa	66
4. DESENHO METODOLÓGICO	68
4.1. Pesquisa bibliográfica	68
4.2. Pesquisa histórico-descritiva	69
4.3. Análise da Argumentação	69
4.4. Análise de Redes Sociais	70
4.5. Procedimentos	70
5. O ACONTECIMENTO	73
5.1. Eleição de 2014	74
5.2. O primeiro ano do novo mandato	77
5.3. O ano do impeachment	80
5.4. A tramitação do processo de impeachment de Dilma Rousseff	83
5.5. O dia 12 de maio: afastamento provisório da presidenta da República	85
6. OS ATORES DO DEBATE	90
6.1. Sociedade civil organizada	90
6.2. Sistema de mídia	91
6.3. Poder Legislativo - Senado Federal	93
6.4. Poder Executivo Federal - Presidência da República	94
IV - O DIA DO AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF (12/05/2016)	97
7. DISCURSOS, ARGUMENTOS E REDES DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA	97
7.1. Classificação dos discursos e argumentos	97
7.2. Argumentos e relações entre atores	136

7.3. Argumentos por grupo temático	152
7.4. Debate em rede	166
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
V - REFERÊNCIAS	179
VII - APÊNDICES	186
APÊNDICE 1 - ESTADO DA ARTE (junho/2018)	186
APÊNDICE 2 - O INÍCIO DO GOVERNO INTERINO	214

I- INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata dos argumentos mobilizados no debate público sobre o processo de impeachment no contexto do afastamento provisório de Dilma Rousseff (PT) da Presidência da República em 12 de maio de 2016, e das conexões estabelecidas entre diferentes atores. O impeachment é um tema de interesse público, que mobilizou atores de diferentes âmbitos, Estado, mídia, sociedade civil, a participar da disputa discursiva em torno desse acontecimento. Analisamos aqui os discursos de atores centrais no debate público integrantes dos poderes Executivo Federal, como alvo do processo e também objeto de substituição na Presidência da República no dia 12 de maio de 2016, e Legislativo Federal, como instância decisória. Também são analisados discursos produzidos por movimentos organizados da sociedade civil. Os discursos midiáticos também fazem parte de nosso objeto de pesquisa, a partir da análise de editoriais.

Acreditamos que este é um episódio representativo do debate que se estabelecia naquele momento. Mais do que o dia do impeachment (31/08/2016), o dia do afastamento provisório (12/05/2019) nos parece ter maior importância na cronologia do acontecimento e do debate. Isso porque, naquele dia, o curto tempo entre a notificação Dilma Rousseff, quanto ao seu afastamento, e de Michel Temer, sobre a sua posse interina, marca a enorme mudança no projeto político que guiaria o país. Além disso, os discursos sobre o processo de impeachment, naquele momento, já traziam o acúmulo de um debate sobre o afastamento de Dilma que vinha ocorrendo desde as eleições de 2014, passando pelo episódio emblemático da votação na Câmara dos Deputados, e disputavam ainda o desfecho do *processo*, para além do seu significado enquanto *acontecimento público* que marcou a História do país. A importância desse episódio também pode ser percebida pelo envolvimento de diferentes atores centrais em todo o processo de impeachment. A decisão do Senado Federal repercutiu em discursos no Executivo Federal, em diferentes veículos de comunicação e também entre organizações da sociedade civil.

O impeachment como forma de tirar Dilma Rousseff da Presidência da República começa a aparecer em manifestações realizadas por movimentos de oposição já nos dias seguintes à sua reeleição (GALINARI, 2017). Em 2015, os protestos contra o governo ganharam corpo diante de uma crise que se agravava com resultados negativos na economia, prisões de pessoas ligadas ao partido da presidenta e perda de aliados por parte do governo.

No mesmo ano, movimentos sociais contrários ao impeachment se articulam em duas grandes frentes: a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. As disputas que já vinham acontecendo nas ruas, nos discursos de atores da mídia, da sociedade civil e do Estado pelo afastamento ou permanência de Dilma ganham um referente institucional apenas em dezembro de 2015, quando começa a tramitar na Câmara Federal o processo que levou à cassação de Dilma em 31 de agosto de 2016. Esse processo é desencadeado em um contexto absolutamente complexo, onde confluíam diferentes fatores econômicos, políticos e sociais que pesaram como questões relevantes no impeachment (GOLDSTEIN, 2016).

O processo de impeachment de Dilma Rousseff se configura como acontecimento público na medida em que mobiliza o Estado, a sociedade civil e a mídia e se desenvolve como tema de inquestionável interesse público, ao colocar em debate não apenas o futuro do governo, mas outros temas caros como o futuro da Educação no país e de programas sociais, o desenvolvimento da Economia, etc. É por isso que, mesmo que o argumento do processo fosse a existência de crimes de responsabilidade, diversos outros temas permearam os discursos e as justificativas para o afastamento ou permanência da presidenta eleita. O acontecimento público gera um corte no cotidiano do qual emergem diferentes fatores conjunturais e significados possíveis de um campo problemático por ele revelado. É nesse sentido que os públicos do acontecimento se colocam em ações e discursos que visam “suprir a falha” (COELHO, 2013) deixada e disputam a cristalização dos sentidos do acontecimento através de processos de comunicação pública. Nesse sentido, compreendemos, com Weber (2017), o debate público como processo de comunicação pública constituído por redes de comunicação formadas por públicos “organizados com proximidades ideológicas, interesses comuns, interesses particulares, representações ou pela singularidade de sua natureza e ação” (WEBER, 2017, p. 45-46) e que perpassa os âmbitos do Estado, da sociedade e da mídia.

Entendemos que a abordagem realizada para analisar o processo de impeachment, enquanto *acontecimento público* desencadeador de um *debate público*, contribui para avançar nos estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre o tema no campo da comunicação e da política. Em nossa pesquisa sobre o Estado da Arte, constatamos que há pouca ou nenhuma produção identificada sobre alguns dos grupos de atores que nos interessam nesta pesquisa, como membros do Senado. E, mesmo em relação aos atores que propomos analisar, mas que já foram amplamente discutidos em pesquisas anteriores, não identificamos abordagens que os colocassem em diálogo com outros protagonistas do debate de forma semelhante ao que

realizamos. Dessa forma, acreditamos que a pesquisa que estamos desenvolvendo tem, fundamentalmente, seu ponto de partida nos estudos anteriormente realizados e que serão apresentados aqui, mas avança em relação a estes no sentido de olhar conjuntamente para diferentes atores e perceber as relações e pactos e disputas discursivos estabelecidas entre eles. Além disso, também o acúmulo do Núcleo de Comunicação Pública e Política (Nucop) em pesquisas que articulam os eixos teóricos propostos aqui, e também as pesquisas já finalizadas (GALINARI, 2017) e em desenvolvimento sobre o processo de impeachment são fundamentais neste estudo. Valemo-nos também das pesquisas desenvolvidas no Nucop e que propõem um olhar ampliado sobre os acontecimentos e temas de interesse público que estiveram em debate nos últimos anos (LOCATELLI, 2011; COELHO, 2013; KEGLER, 2016; BECKER, 2017; LINCKE, 2018).

Considerando esses elementos, levantamos os seguintes questionamentos sobre o objeto em estudo: Quais são os argumentos mobilizados nos discursos sobre o afastamento de Dilma Rousseff? As argumentações estão centradas nos crimes de responsabilidade ou em questões conjunturais externas ao processo? Que questões conjunturais aparecem nas argumentações? Existe confluência de argumentos entre os diferentes atores? Partindo dessas perguntas, a questão-problema que move esta pesquisa é: Quais são os argumentos mobilizados por atores centrais no processo de impeachment no contexto do afastamento de Dilma Rousseff em 12 de maio, e quais são as conexões estabelecidas entre eles?

A partir do tema desta pesquisa e das perguntas por ele suscitadas, o *objetivo geral* é *identificar os argumentos mobilizados no contexto do afastamento provisório de Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016, por atores centrais no debate público sobre o impeachment e analisar as relações estabelecidas entre eles através de seus argumentos. Os objetivos específicos* são:

- Identificar e mapear os atores centrais do debate público sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff nos âmbitos do Estado, da mídia e da sociedade civil;
- Analisar os discursos dos atores centrais do debate público sobre o processo de impeachment;
- Identificar e analisar os temas e argumentos centrais acionados nos discursos;
- Analisar as relações que se constituem entre os diferentes atores a partir de seus argumentos.

O caminho metodológico percorrido inclui *pesquisa bibliográfica*, onde discutimos os eixos teóricos deste estudo, *pesquisa histórico-descritiva*, onde é realizada a reconstituição do acontecimento; *análise de conteúdo*, para identificação dos temas dos discursos e das categorias de argumentos; *análise da argumentação*, onde são analisados os argumentos, e *análise de redes sociais (ARS)*, que nos permitiu compreender as relações entre os atores do debate público. Foram analisados, ao todo, quinze discursos de atores considerados centrais ao debate público sobre o impeachment de Dilma Rousseff no contexto de seu afastamento provisório.

Além desta introdução e das considerações finais, a pesquisa está estruturada em sete capítulos. No primeiro, discutimos a noção de *democracia* e o percurso e impasses da democracia no Brasil. Também integra esse capítulo os debates teóricos sobre *impeachment* e a conjuntura em que se dá o impeachment de Dilma Rousseff. No Capítulo 2, discutimos o conceito norteador desta pesquisa de *comunicação pública* e as especificidades dos discursos político e midiático como veículos dos argumentos do debate público. Nesse capítulo também abordamos o conceito de *acontecimento*. No Capítulo 3, apresentamos o *objeto* e *corpus de pesquisa*. O Capítulo 4 detalha os *procedimentos metodológicos*. No Capítulo 5, realizamos a *reconstituição do acontecimento*. O capítulo 6 aborda os *atores* estudados nesta pesquisa. Por fim, no capítulo 7, realizamos a classificação e análise dos discursos e relações entre os atores.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção discutimos as questões teóricas que norteiam esta pesquisa. Iniciamos pela discussão sobre *democracia e impeachment* (TILLY, 2016, AVRITZER, 2016, 2018; PÉREZ-LIÑAN, 2000, 2014, 2016). Também são discutidas as ideias de *comunicação pública* (WEBER, 2007, 2017; ESTEVES 2011), *visibilidade* (GOMES, 2008), e as especificidades dos discursos político e midiático (CHARAUDEAU, 2016a, 2016b). Por fim, discute-se o conceito de *acontecimento* (QUÉRÉ, 2005, 2012; FRANÇA; ALMEIDA, 2008; FRANÇA, 2012a, 2012b) e de *acontecimento público* (QUÉRÉ, 2013; WEBER, 2013; MARQUES, 2012; COELHO 2013).

1. DEMOCRACIA, IMPEACHMENT E A CONJUNTURA BRASILEIRA

Neste capítulo discutimos a noção de *democracia*, como um conceito polissêmico, com o objetivo de compreender as características que permitem classificar um regime como democrático ou não. Também abordamos a trajetória e impasses da democracia no Brasil. Essa discussão fundamenta a pesquisa por se tratar de um acontecimento que mexe profundamente com a democracia e que só tem o poder que tem por, justamente, ter a democracia como contexto do impeachment. Além disso, discutimos os determinantes institucionais e sociais de um processo de *impeachment*, sobretudo a partir de autores que olham para as democracias na América Latina. Por fim, analisamos a conjuntura em que se deu o impeachment de Dilma Rousseff no Brasil. Essas discussões são basilares para compreendermos o acontecimento *impeachment de Dilma Rousseff*.

1.1. Democracia

A noção de democracia, apesar de ser o grande paradigma do mundo ocidental, é um conceito multifacetado e multidimensional (BIZZARRO; COPPEDGE, 2017). Por esse motivo, essa mesma noção é acionada por diferentes regimes, com diferentes práticas (MENDONÇA, 2018), resultantes dos diferentes processos sociais e políticos que deram origem aos Estados Nacionais e que se encontram em constante transformação. Dessa forma, são encontradas na teoria política diferentes perspectivas, que priorizam determinadas dimensões ou processos como definidores dos regimes democráticos.

Como forma de organização das diversas abordagens sobre democracia, é comum encontrar na literatura *modelos de democracia* (liberal, participativa, deliberativa, etc.) (CUNNINGHAM, 2010). Mendonça (2018, p. 3) critica a rigidez dessa forma de organização, pois “autores que têm várias semelhanças podem ver-se substantivamente distanciados pela marcação dos modelos. Além disso, há diversas perspectivas negligenciadas por não se encaixarem com tanta facilidade nos modelos apresentados”. Dessa forma, o autor propõe pensar em *dimensões*, como parâmetros para olhar a democracia a partir dos diferentes autores que se debruçam sobre o tema.

A dimensões identificadas por Mendonça são: (1) autorização popular para o exercício do poder político; (2) participação e autogoverno; (3) monitoramento e vigilância sobre o poder político; (4) promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados; (5) competição política e pluralismo; (6) discussão e debate de opiniões; (7) defesa do bem comum. Não nos deteremos aqui em explicitar os consensos e discordâncias entre os teóricos da democracia em cada um desses pontos trazidos por Mendonça (2018). Entretanto, importa-nos ressaltar que essas são dimensões relevantes à noção de democracia para diversos pensadores na teoria política, embora nem todas as dimensões sejam relevantes para todos os teóricos discutidos pelo autor, e algumas sejam mesmo criticadas por eles.

Também recorrendo a diferentes discussões sobre democracia, Tilly (2013) observa que as teorias localizam-se entre quatro principais definições: *constitucional*, *substantiva*, *procedimental* e *orientada pelo processo*. A primeira, *constitucional*, concentra-se naquilo que está definido pelas leis estabelecidas, por isso, essa abordagem tem como vantagem a visibilidade das formas constitucionais adotadas pelos regimes. No entanto, podem ocorrer divergências entre os princípios firmados na constituição e as práticas. Por esse motivo, Tilly (2013) considera textos constitucionais podem ser, na realidade, “uma evidência enganosa”.

Já uma abordagem *substantiva* ocupa-se das condições gerais de vida que os regimes são capazes de promover, buscando responder se o regime em questão promove o bem-estar, liberdade, igualdade, segurança, resolução pacífica dos conflitos, etc. Nessa linha, quando as respostas são afirmativas, “podemos estar inclinados a chamá-lo de democracia” (TILLY, 2013, p. 21), sem que sejam consideradas as regras constitucionais. Tilly, entretanto, identifica dois limites para essa abordagem: o primeiro diz respeito ao desafio de estabelecer critérios de comparação entre os princípios desejáveis; o segundo seria a limitação decorrente do foco nos resultados, para o autor isso “mina qualquer esforço de descobrir se alguns

arranjos políticos – inclusive a democracia – promovem resultados substantivos mais desejáveis do que outros” (TILLY, 2013, p. 21).

A definição *procedimental* isola um determinado conjunto de práticas, em geral relacionadas à eleição de governantes, para determinar se um regime é democrático ou não. Tilly aponta que a maioria dos teóricos que adotam essa definição volta seu olhar para os processos eleitorais a fim de observar se realmente existe competição política, envolvendo um amplo número de cidadãos e promovendo mudanças de pessoas e projetos. No entanto, Braga e Casalecchi (2016) apresentam a partir de Anderson e Guillory (1997) a crítica apontando que “se as eleições proporcionam às massas oportunidades iguais de participação, elas também produzem resultados inevitavelmente desiguais, na medida em que sempre haverá uma maioria vitoriosa e, inversamente, uma minoria perdedora” (BRAGA; CASALECCHI, 2016, p. 552).

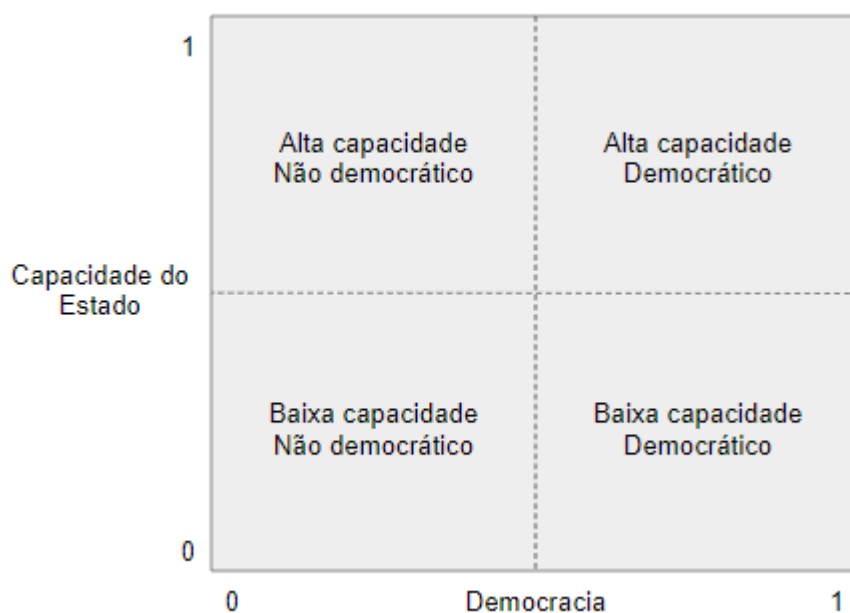
Por fim, a abordagem *orientada pelo processo* identifica um conjunto de processos mínimos que precisam estar presentes, de forma regular, para que se considere que há democracia no contexto avaliado. Esses processos mínimos podem variar entre os diferentes teóricos que adotam essa perspectiva. Robert Dahl (1998 *apud* TILLY, 2013) estipulou cinco critérios relativos ao *processo* que caracterizam uma democracia, ou um processo democrático, que pode ser aplicado mesmo a pequenas associações: *participação efetiva*, todos os membros precisam ter a oportunidade de tornar sua posição conhecida pelos outros membros antes que uma política seja adotada; *igualdade de voto*, na tomada de decisão, todos os membros devem poder votar e todos os votos devem ter o mesmo valor; *entendimento esclarecido*, observando eventuais limitações de tempo, os membros devem poder conhecer as alternativas e consequências da proposta; *controle da agenda*, os membros devem poder escolher como e quais temas entrarão da agenda de decisão; e *inclusão dos adultos*, pelo menos a maioria dos adultos deve ter direito aos quatro critérios anteriores. A abordagem de Dahl descreve um conjunto de processos políticos interligados.

Quando passa a falar de regimes nacionais, Dahl (1988; 2005 *apud* TILLY, 2013) advoga pela constituição de uma *democracia poliárquica*, a partir de seis instituições: oficiais eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação alternativas; autonomia associativa; e cidadania inclusiva. Como analisa Tilly (2013, p. 24), “tomados em conjunto, os critérios de democracia poliárquica descrevem um processo em curso, uma série de interações regularizadas entre cidadãos e oficiais”. A crítica a Dahl

consiste no fato de que, para Tilly, a avaliação de um regime por esses processos se dá apenas respondendo se estão presentes ou não. Dessa forma, um regime que apresente as seis instituições seria considerado democrático. Essa abordagem não permitiria a comparação entre regimes, ou o acompanhamento de um regime capaz de dar a ver momentos de avanço ou retração da democracia. Além disso, o autor também questiona se a presença de determinadas instituições propostas por Dahl é, necessariamente, um fator qualificador de democracia. É o caso, por exemplo, da *autonomia associativa*, onde Tilly argumenta que podem existir associações “elitistas, racistas, sexistas” que operem em uma lógica contrária à cidadania e à ampliação de direitos.

Também orientado pelos processos e objetivando avançar em relação ao proposto por Dahl, Tilly vê a democracia como um tipo de relação entre Estado e cidadãos. Dessa forma, “um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos engendram consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes” (TILLY, 2013, p. 28). Na perspectiva defendida pelo autor, *amplitude, igualdade, proteção e caráter mutuamente vinculante* são dimensões variáveis parcialmente independentes e um movimento de democratização de um regime seria, então, um movimento da direção dos “polos mais elevados” dessas dimensões nas relações do Estado com os cidadãos. Uma quinta dimensão a entrar na equação de Tilly é a *capacidade do Estado*, ou seja, “a extensão na qual as intervenções dos agentes do Estado em recursos, atividades e interconexões pessoais não estatais existentes alteram as distribuições existentes desses recursos, atividades e conexões interpessoais, bem como as relações entre aquelas distribuições” (TILLY, 2013, p. 30). A relação entre as quatro primeiras dimensões indica o grau de democracia e a relação deste com a capacidade do Estado indica, no modelo de Tilly, o tipo de regime.

Figura 1 - Tipos puros de regimes para Tilly (2013)



Fonte: Tilly (2013)

Conforme a figura acima, Tilly apresenta quatro tipos “puros” de regimes:

Não democráticos com alta capacidade. Pouca voz do público, a não ser quando incitada pelo Estado; envolvimento extensivo das forças de segurança do Estado em qualquer processo político público; mudança de regime em função de uma luta a partir de cima ou de uma rebelião das massas, na base. **Não democráticos com baixa capacidade.** Senhores de guerra, blocos étnicos e mobilização religiosa; lutas violentas frequentes; inclusive guerras civis, múltiplos atores, inclusive criminosos, usam força letal. **Democráticos com alta capacidade.** Mobilizações frequentes de movimentos sociais, de grupos de interesse e de partidos políticos; consultas formais (incluindo eleições competitivas) como os pontos altos da atividade política; amplo monitoramento dos processos públicos, combinado com níveis relevantemente baixos de violência política. **Democráticos com baixa capacidade.** Assim como nos regimes democráticos com alta capacidade, mobilizações frequentes de movimentos sociais, de grupos de interesse e de partidos políticos, mais as consultas formais (incluindo eleições competitivas) como os pontos altos da atividade política, mas um menor monitoramento efetivo dos processos políticos públicos e um maior envolvimento de atores semi-legais ou ilegais na realização dessas políticas, e níveis substancialmente elevados de violência letal nesse campo. (TILLY, 2013, p. 34 – grifos do autor).

Ainda que não seja uma lista exaustiva, nessa definição Tilly elenca alguns dos processos políticos que caracterizam os regimes em cada um dos quadrantes da Figura 1. Os regimes mais democráticos na proposta de Tilly, portanto, seriam aqueles *democráticos com alta capacidade do Estado*.

Scharamm (2017) propõe discutir o papel da mídia na conexão e a manutenção dos vínculos representativos nas democracias contemporâneas. Para a autora “no horizonte

normativo da democracia representativa é fundamental a importância dos meios de comunicação de massa, ainda que o papel político efetivo dos meios de comunicação seja um ‘ponto cego’ nas teorias da democracia” (SCHRAMM, 2017, p. 2). Schramm discute a ideia de contrademocracia em Rosanvallon (2008), para quem haveria uma crise de representação política na lacuna entre eleição e confiança política. Dessa forma, para Rosanvallon, conforme Schramm (2017, p. 4) “as funções de vigilância contrademocrática seriam asseguradas de maneira informal por atores e organizações da sociedade civil, e as decisões dos governantes seriam submetidas ao julgamento público dos cidadãos”.

Uma dessas organizações de vigilância contrademocrática seria a imprensa. No entanto, a crítica de Schramm reside no fato de que, para a autora, Rosanvallon não problematiza o fato de a imprensa ser também um ator político interessado, com interesses econômicos e com capacidade de definir a agenda de discussões nas quais os cidadãos se envolvem. Ao contrário, para ele a imprensa seria uma autoridade imparcial e medidora da saúde da democracia. Nesse sentido, a preocupação expressa em Schramm (2017, p. 5) é a de que a desconfiança contrademocrática possa “concorrer para o enfraquecimento da democracia, ao promover o impolítico, conceito que designa a incapacidade de apreensão global dos problemas ligados à organização do mundo comum”. No entanto, autores como Gomes (2008) e Maia (2011), reconhecendo os atores midiáticos também como atores políticos, argumentam em favor das capacidades democráticas desses meios, ressaltando ainda, que a esfera midiática não é monolítica nem universal (GOMES, 2008)¹. A discussão sobre o papel dos meios de comunicação na democracia é fundamental, sobretudo quando falamos de debate público. Assim, retomamos essa discussão no Capítulo 2, a fim de discutirmos o papel desses meios para o debate público, enquanto processo qualificador da democracia.

1.2. Democracia no Brasil

Em Tilly (2013) encontramos o argumento de que os regimes podem passar tanto por processos de democratização quanto de desdemocratização. Nesse sentido, Avritzer (2018) sustenta que a democracia brasileira se constitui a partir de processos pendulares, alternando períodos de democratização com períodos de regressão democrática². Os momentos de

¹ Retomaremos as discussões sobre comunicação e democracia no item 2.1. Comunicação pública.

² “Entendo regressão democrática como um momento de diminuição do apoio à democracia por amplas camadas da opinião pública e de contestação de resultados democráticos. Já os momentos antidemocráticos implicam

desdemocratização vivenciados no Brasil, para o autor, se devem principalmente ao fato de que “a institucionalidade brasileira possui amplas vias não eleitorais ou contra eleitorais de acesso ao poder que são utilizadas de tempos em tempos” (AVRITZER, 2018, p. 277). Além disso, o autor sugere que os diversos momentos regressivos vivenciados no país permitem apontar alguns elementos que conformam um padrão: fortes divisões políticas, crise econômica e desacordos em relação a um projeto de país.

O argumento de Avritzer é o de que o país oscila, desde 1946, entre “ondas de otimismo democrático e fortes inversões antidemocráticas” (2018, p. 278). Bizzarro e Coppedge (2017) também apontam que o primeiro período democrático brasileiro inicia após o fim do Estado Novo (1937 - 1946). Até então, existiam, entre outros fatores, limitações à competição eleitoral e presença de características de política de oligarquias regionais, incompatíveis com critérios mínimos de democracia. No entanto, a primeira experiência democrática brasileira, entre 1946 e 1964, foi marcada por forte instabilidade presidencial: Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart não chegaram ao final de seus mandatos. Já Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek lograram completá-los, apesar de terem “seus mandatos ameaçados desde o dia em que foram conquistados eleitoralmente” (AVRITZER, 2018, p. 284).

Em um artigo de 2016, Avritzer avaliava que, tanto sob uma perspectiva procedimental quanto substantiva, o Brasil vivia, naquele contexto, o momento mais democrático de sua história, sem tentativas de intervenção militar após 1985, transmissões democráticas de poder entre 1985 e 2015, diminuição da desigualdade e da pobreza extrema, especialmente após 2002. Analisando dados relacionados às dimensões eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária da democracia no Brasil de 1900 até 2015, Bizzarro e Coppedge (2017) também concordavam que a democracia brasileira vivia seu momento “mais pujante”. No entanto, já convivíamos, naquele momento, com alguns impasses para o avanço da democracia, como sustentou Avritzer em 2016. No período atual, Avritzer (2018) aponta as manifestações ocorridas em junho de 2013 em todo o país como um momento de inflexão do regime. Para ele, até aquele momento o país vinha em um período de democratização após ditadura militar, onde os índices de curto prazo indicavam a consolidação da democracia no Brasil. As manifestações de 2013 que, entre outras coisas, pediam por melhores políticas públicas e mais participação, ainda que importantes, foram “potencializadoras de um conjunto de ações que dificilmente contribuiriam para o fortalecimento da democracia”

rupturas mais radicais em relação às instituições eleitorais” (AVRITZER, 2018, p. 276)

(AVRITZER, 2018, p. 273). Dessa forma, o que se percebe entre 2013 e 2018 é um processo de inversão das condições de avanços democráticos. Para Avritzer, naquele momento estávamos na “crista da onda democratizante”, que perde força desde então.

Entre 2014 e 2018 voltam a aparecer “fantasmas” da democracia brasileira que estiveram presentes em outros momentos de regressão democrática: o questionamento dos resultados eleitorais e a definição não eleitoral das políticas públicas. Nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010 o resultado das urnas não foi questionado pela oposição. Já em 2014, há uma ruptura no que parecia consolidado como uma tradição: Aécio Neves e seu partido, PSDB não reconhecem a derrota eleitoral, a quarta entre 2002 e 2014. A disputa pela determinação da *policy* também aparece como um fator importante: entre 1994 e 2014 há uma prevalência democrática nesses processos, já em 2014, ainda durante a eleição “reapareceram na cena política, em 2014, atores econômicos e políticos surpreendentemente ligados ao PMDB (Nobre, 2013) que começaram a questionar essa relação” (AVRITZER, 2014, p. 285). Para Avritzer, a derrota desses atores na eleição de 2014 foi um fator que impulsionou a regressão do pêndulo democrático no momento atual.

Quando o processo de impeachment contra Dilma Rousseff ainda estava em andamento em 2016, Avritzer (2016) identificou alguns impasses da democracia no Brasil, ou seja, impasses para o avanço da democracia no país. Já em 2018, o autor reconhece um movimento de regressão. Cabe, entretanto, a discussão sobre esses impasses, fortemente determinantes no impeachment de Dilma e ainda presentes na conjuntura atual. Para o autor, os impasses da democracia estão articulados em torno de cinco elementos:

os limites do presidencialismo de coalizão, isto é, a deslegitimação da forma de fazer alianças, característica da democracia brasileira desde 1994; os limites da participação popular na política, que tem crescido desde 1990 e é bem-vista pela população, mas não logra modificar sua relação com a representação; os paradoxos do combate à corrupção, que avança e revela elementos dramáticos da privatização do setor público no país, os quais terminam por deslegitimar ainda mais o sistema político; as consequências da perda de status das camadas médias que passaram a estar mais próximas das camadas populares a partir do reordenamento social provocado pela queda da desigualdade; por fim, o novo papel do Poder Judiciário na política. (AVRITZER, 2016, p. 9).

O sistema político brasileiro tem como principal característica a eleição do presidente da República com uma quantidade maior de votos do que aquela recebida por seu partido nas eleições para a Câmara de Deputados e Senado Federal, criando, assim, a necessidade de se buscar alianças com outros partidos para formar um governo de maioria. Esse sistema foi batizado por Sérgio Abranches de “presidencialismo de coalizão”. As negociações entre

Executivo e Legislativo em busca de apoio, em geral, envolvem a distribuição de recursos através de emendas parlamentares e cargos nos ministérios (AVRITZER, 2016). Esse sistema tanto pode dar estabilidade ao governo, quando este consegue manter amplas coalizões, como foi o caso de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT), quanto pode colocar o sistema político em “crise permanente” devido à fragmentação (crescente a cada eleição), desorganização e infidelidade partidária.

Avritzer (2016) aponta três limites para o presidencialismo de coalizão: os custos crescentes da fragmentação partidária; a desorganização administrativa gerada pela distribuição de cargos no governo; e a propensão à corrupção gerada pela distribuição desses cargos. O autor aponta que o sistema político é fragmentado em razão do “baixo custo de criação de novos partidos e da falta de barreiras à competição eleitoral” (AVRITZER, 2016, p. 11). Superada a barreira burocrática de conseguir um certo número de assinaturas, os partidos passam a acessar recursos públicos e o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Por esse motivo, Avritzer aponta que a criação de novos partidos “frequentemente é apenas um negócio cujo ápice é o acesso a cargos no Poder Executivo” (2016, p. 11). Em relação ao segundo limite, ele estaria relacionado à profusão de cargos e ministérios, cuja origem está na necessidade de atender à base parlamentar do governo de coalizão. Quanto à propensão à corrupção, o autor argumenta que o sistema de financiamento de campanhas adotado no Brasil, “completamente deficiente”, facilita a operação de esquemas de caixa dois. “Esses esquemas têm sempre as mesmas características: licitações de grandes obras de infraestrutura são realizadas com um grupo restrito de empresas que fazem contribuições para campanhas ou financiam despesas de políticos” (AVRITZER, 2016, p. 12).

Apesar dos importantes avanços em termos de participação social ocorridos no Brasil após a redemocratização, Avritzer observa a existência de alguns limites que precisam ser superados. O primeiro limite é o desequilíbrio existente nos mecanismos de participação entre as diferentes áreas. Enquanto algumas áreas, como saúde e assistência social, têm mecanismos de participação institucionalizados, outras, como infraestrutura e transportes, não se encontram no mesmo cenário de participação, o que “constitui um ponto de conflito entre a população, o setor privado e o governo” (AVRITZER, 2016, p. 15).

Outro ponto de tensão no que tange à participação está situado nas manifestações de junho de 2013, que questionaram o modelo de participação institucionalizada brasileiro. Segundo Avritzer, a principal demanda das manifestações (maior participação) ignorou a

participação institucionalizada existente. Além disso, naquele momento também se rompeu o “monopólio da esquerda” em relação à participação. Inicialmente, as manifestações haviam sido convocadas por movimentos de esquerda; no entanto, rapidamente atingiram outros setores e tiveram sua pauta ampliada para questões como segurança e corrupção. Essa pluralidade foi o que ocasionou a volta de setores conservadores às ruas, “pela primeira vez, desde 1964” (AVRITZER, 2016, p. 16).

A corrupção seria, então, o terceiro problema do modelo de democracia vigente desde 1985. “Esse modelo não foi capaz de combater a corrupção, porque focos de desvios de recursos que fazem parte das estruturas históricas do Estado são apropriados pelos grupos políticos no poder” (AVRITZER, 2016, p. 19). Por isso, Avritzer identifica “loteamentos de longo prazo” de alguns ministérios a determinados partidos políticos, como é o caso de ministérios ligados à infraestrutura, como o Ministério dos Transportes, gerido por PMDB e PR nos governos FHC, Lula e Dilma até 2011.

Desde 1988 e, especialmente, após 2002, o país passou por um processo de profundas mudanças em relação aos direitos sociais, “a começar pela universalização da saúde, pela transformação da assistência social em direito e pela abertura de incentivos para processos de participação” (AVRITZER, 2016, p. 20). No período, também houve aumentos reais do salário mínimo e políticas de transferência de renda que, junto com outras políticas, foram capazes de diminuir a pobreza e a desigualdade. A mobilidade social e no mercado de trabalho foram resultados decorrentes dessas transformações. Nesse sentido, Avritzer sustenta que, nesse cenário, acrescido dos limites da democracia no Brasil anteriormente identificados (crise do presidencialismo de coalizão, limites da participação e combate à corrupção), “os setores insatisfeitos da classe média são sensíveis a um discurso que articula a gestão petista e as políticas de inclusão ao aumento da corrupção e à deslegitimação do sistema político” (AVRITZER, 2016, p. 21). Para o autor, esse é um dos principais limites da democracia brasileira, pois a crítica a um projeto de esquerda respinga em uma crítica também à democracia e a um projeto de inclusão social.

Com os limites que apresenta, Avritzer (2016) não sustenta que o modelo de democracia adotado no Brasil tenha falhado, ao contrário, funcionou tanto em seus mecanismos de produção de decisão política quanto na promoção de inclusão social. Entretanto, esbarra, hoje (pois podemos considerar que os limites apresentados em 2016 apenas se aprofundaram), em algumas limitações que necessitam ser superadas para que

possa haver novos e mais profundos avanços em um sentido de democratização.

Bizzarro e Coppedge (2017) também defendem que a democracia brasileira fez avanços importantes e consistentes, no entanto, ainda apresenta alguns “gargalos”. Para os autores, há uma consolidação do componente eleitoral e também são observados avanços históricos no componente liberal, com a evolução da garantia de direitos civis, e deliberativo, com processos decisórios que visam cada vez mais o “bem comum” em lugar de “ligações de solidariedade, interesses paroquiais ou coerção” (BIZZARRO; COPPEDGE, 2017, p. 17). Por outro lado, no componente igualitário da democracia, apesar de avanços conquistados, ainda permanece um quadro de desigualdade social e econômica. Em relação à participação, assim como Avritzer (2016), os autores apontam a persistência de limitações. Um último ponto levantado diz respeito à permanência de casos de corrupção no cenário político brasileiro. Esses casos demonstram que, “a despeito dos avanços dos mecanismos de controle e da diminuição da corrupção apontada pela literatura, há ainda um longo caminho a percorrer nesse sentido para a democracia brasileira” (BIZZARRO; COPPEDGE, 2017, p. 37).

1.3. Democracias e impeachment

Os fatores que levam à interrupção de um mandato presidencial são múltiplos, mas não são capazes de determinar isoladamente o afastamento de um presidente. É a confluência de diferentes elementos que configura uma situação mais ou menos oportuna a um processo de impeachment. Pérez-Liñán (2000, 2014, 2016) discute esses fatores institucionais e conjunturais que podem tanto facilitar quanto dificultar a abertura de um juízo contra o presidente. Como fator institucional, as regras constitucionais que regulam os processos de afastamento são uma variável importante, já os fatores contextuais envolvem a capacidade do chefe do Executivo de formar uma maioria que lhe dê suporte, assim como um “escudo popular” disposto a defendê-lo. Outros fatores, como situação econômica, emergência de escândalos de corrupção e cultura legal também influenciam (PÉREZ-LIÑÁN, 2000, 2014, 2016; CHAGAS, 2016; KASAHARA; MARSTEINTREDET, 2018).

Processos que interrompem mandatos presidenciais podem assumir diferentes formas constitucionais. Pérez-Liñán (2000) identifica que mesmo a ideia de impeachment é encontrada com diferentes sentidos: o primeiro como uma ideia ampla e voltada para o

resultado, referindo-se a qualquer forma constitucional de que o Legislativo disponha para retirar o presidente de seu cargo; o segundo refere-se a um julgamento político contra o presidente, que exclui de seu escopo as declarações de incapacidade física ou mental; um terceiro sentido diz respeito a um modo específico de julgamento político baseado na tradição estadunidense, por um Congresso bicameral. Em qualquer um desses sentidos, Pérez-Liñán entende o impeachment como um “julgamento político”.

As formas constitucionais, em geral, seguem dois modelos: legislativo ou judicial. Como aponta Pérez-Liñán (2000), o modelo legislativo - o terceiro sentido de impeachment identificado por ele - foi inicialmente adotado na Constituição dos Estados Unidos de 1787, espalhando-se, mais tarde, pela maior parte dos países da América do Sul. Nesse modelo, os membros da câmara baixa são responsáveis pela acusação e o Senado realiza o julgamento, onde dois terços de seus membros devem considerar o presidente culpado para que ocorra o impeachment. Para o autor, o sistema bicameral torna o impeachment um processo mais complexo e menos viável, portanto.

No modelo judicial, o Congresso autoriza o julgamento, que é realizado pelo poder Judiciário. Esse modelo é mais utilizado em sistemas unicamerais e envolve um momento político, no Congresso, e o julgamento, onde a acusação é avaliada tão somente de acordo com a lei. Para Kasahara e Marsteintredet (2018), esses dois modelos, judicial e legislativo, também originam julgamentos permeados por motivações diferentes:

Em países onde o juízo político é realizado pela instância judiciária mais elevada, como uma Corte Constitucional, o processo para cassação de um mandato presidencial adquire uma dinâmica jurídica em que se espera que o processo seja mais imparcial. O mais comum na região [América Latina], porém, é que uma segunda casa legislativa, como o Senado, seja responsável por realizar o julgamento. Nesse caso, torna-se praticamente impossível excluir as motivações políticas que muito provavelmente nortearão esse julgamento. (KASAHARA; MARSTEINTREDET, 2018, p. 38).

O modelo brasileiro, de acordo com Pérez-Liñán (2000), combina elementos dos modelos legislativo e judicial, separando os crimes de responsabilidade dos crimes comuns. Nos dois casos, a Câmara dos Deputados está encarregada da autorização do processo, mediante acusação. A diferença é que os crimes de responsabilidade são julgados pelo Senado Federal e os crimes comuns pelo Supremo Tribunal Federal.

Como dito, o bicameralismo diminuiria a viabilidade do impeachment. Entretanto, outros dois fatores também são determinantes nesse sentido: a maioria requerida para o afastamento do presidente e o número de pontos de veto previstos (PÉREZ-LIÑÁN, 2000).

Quando a quantidade de votos necessários é maior que uma maioria simples, como no caso brasileiro, onde são requeridos dois terços na Câmara dos Deputados e no Senado, a “área de risco” é reduzida. Da mesma forma, quanto mais atores estão envolvidos no processo, maior o número de pontos de veto onde este pode ser barrado. “Cada novo ator envolvido no processo de impeachment representa uma possível fonte de proteção para o *status quo*” (PÉREZ-LIÑÁN, 2000, p. 5 - tradução nossa)³. Da mesma forma, quando se reduz as maiorias requeridas e o número de atores envolvidos, a instabilidade presidencial aumenta.

Kasahara e Marsteintredet (2018) identificam que muitos textos constitucionais são pouco específicos no que se refere aos casos em que um juízo político deveria ser iniciado contra o presidente, deixando um amplo espaço para interpretação dos parlamentares. No caso brasileiro, a lei complementar 1.079/1950 traz essas especificações. Contudo, de acordo com os autores, assim como a lei de 1950 traz uma lista bastante detalhada de “crimes de responsabilidade” que podem ocasionar um impeachment, também prevê a abertura de um processo por condutas “vagas”, como quebra de decoro.

Um segundo fator que importa na equação do impeachment é a relação entre os poderes Executivo e Legislativo. A depender de como se dá esse relacionamento, ele pode servir tanto para blindar o presidente quanto para levá-lo a sofrer um julgamento político. Nesse sentido, três condições podem ser observadas como variáveis: a diferença de votos na eleição para o Congresso e para o Executivo, o tamanho do partido do presidente e também a formação de um bloco majoritário leal ao presidente (PÉREZ-LIÑÁN, 2000). Em relação à primeira, Pérez-Liñán (2000) argumenta que a eleição majoritária para o Executivo pode criar uma falsa sensação de apoio popular ao presidente, especialmente em casos onde o vencedor no segundo turno não venceu o primeiro. Nesses casos, provavelmente o partido do presidente eleito não terá maioria no Congresso. No caso brasileiro, o modelo de presidencialismo de coalizão e a alta fragmentação partidária⁴ dificilmente permitiriam que o partido do governo obtivesse sozinho uma maioria parlamentar.

A segunda variável diz respeito ao tamanho e lealdade do partido do presidente ao seu

³ “Historical evidence suggests that veto points are not fully independent of each other, not only for political reasons (e.g., the same party controls both chambers), but also for strategic ones. Success of the impeachment drive at the first point tends to increase the probability of success at later stages, particularly when there is mounting public outrage against the president. This was the case with Fernando Collor and Raúl Cubas Grau, both of whom resigned in anticipation of a defeat in the Senate” (PÉREZ-LIÑÁN, 2000, p. 6).

⁴ Para Kasahara e Marsteintredet (2018) a fragmentação partidária também é um elemento que aumenta os riscos de o presidente enfrentar um processo de destituição do mandato.

governo. Assim, “o impeachment é mais provável quando a) o partido do presidente é pequeno demais para bloquear um processo; ou b) o partido vira as costas para o presidente” (PÉREZ-LIÑÁN, 2000, p. 8 - tradução nossa). A terceira variável é a formação de coalizões. Quando o partido do governo não tem força suficiente no Congresso para blindar o presidente sozinho, a formação de coalizões se torna necessária. E, como analisa Pérez-Liñán, coalizões majoritárias precisam ser formadas desde o início do governo, pois quando o presidente já está envolvido em escândalos, com baixa popularidade, torna-se mais difícil reverter uma situação de isolamento político.

A esse respeito, o autor aponta o caso do impeachment de Fernando Collor de Mello⁵, em 1992, como emblemático. Collor iniciou seu governo com muita popularidade, conseguindo que o Congresso aprovasse suas medidas provisórias sem, em troca, fazer nomeações políticas ou qualquer outra concessão. No entanto, quando a inflação começa a reaparecer na economia e a popularidade do governante entra em queda no final do primeiro ano do mandato, “o Congresso começa a se rebelar” (PÉREZ-LIÑÁN, 2000. p. 10). O isolamento em que Collor se colocou e a postura “autoritária” com o Legislativo o levaram a ter que renunciar diante da cassação iminente. Ainda assim, o processo foi levado adiante pelo Legislativo, que cassou o mandato de Collor, deixando-o também inelegível por oito anos. Mesmo a maioria dos membros de seu partido votaram pelo impeachment. O episódio é emblemático também por ter sido o primeiro caso de impeachment da América Latina.

Administrando essas três variáveis, é importante para o governo conseguir formar o que Pérez-Liñán (2000, 2016) chama de “escudo legislativo”, ou seja, uma maioria de parlamentares dispostos a sustentar o governo diante de escândalos, crises e da pressão popular pelo impeachment. De acordo com o autor, em entrevista a Chagas (2016, p. 108), “este escudo legislativo tem a ver com condições institucionais, como sistema de partidos, sistema eleitoral, porém também depende do talento do presidente em negociar com o Congresso e formar coalizões”.

Kasahara e Marsteintredet (2018) sustentam que a previsão legal do impeachment como forma de remoção de presidentes que cometessem crimes contra a ordem constitucional vem sendo usada em casos recentes na América Latina como meio de solucionar conflitos entre

⁵ Fernando Collor de Mello foi o 32º presidente do Brasil. Em 1989, venceu a primeira eleição direta após o período de Ditadura Militar contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e governou entre 1990 e 1992, quando renunciou na iminência da cassação de seu mandato.

Executivo e Legislativo, aproximando-se do modelo do voto de desconfiança nos sistemas parlamentaristas. Além disso, Pérez-Liñán (2000) argumenta que os membros do Congresso também acabam deixando que elementos de um contexto social e político influenciem no julgamento sobre a existência de crimes cometidos pelo presidente. A resolução do conflito entre o presidente e o Congresso por meio do impeachment, entretanto, não levaria a uma ruptura democrática, “mas sim à consolidação de uma maioria legislativa qualificada, capaz de afastar um presidente” (KASAHARA; MARSTEINTREDET, 2018, p. 33).

Observando o impeachment sofrido por Dilma Rousseff em 2016, seu afastamento estaria

justificado por sua incapacidade de estabelecer maioria congressual e de governar o país ou por críticas a sua condução da política econômica. [...] Por essa razão, o processo de impeachment contra Dilma poderia ser visto como uma espécie de resposta parlamentarista à crise atual, na qual um voto de desconfiança requer a aprovação de 2/3 dos membros de ambas as casas legislativas. (KASAHARA; MARSTEINTREDET, 2018, p. 45).

Com isso, fica evidente que as considerações políticas no julgamento de processos de impeachment contra o chefe do Executivo Federal são inevitáveis, dado o formato de julgamento que passa pelo Congresso na tradição originada na Constituição dos Estados Unidos de 1787 (PÉREZ-LIÑÁN, 2000; KASAHARA; MARSTEINTREDET, 2018). Dessa forma, o processo pode tanto ser implementado sob “acusações juridicamente controversas e expostas a críticas de casuísmo”, como o formato pode também permitir que “presidentes potencialmente ‘culpados’, do ponto de vista jurídico, sobrevivam a um impeachment ou simplesmente não cheguem a ser submetidos a um processo do tipo” (KASAHARA; MARSTEINTREDET, 2018, p. 42) por terem um “escudo legislativo” que os sustente.

As mobilizações sociais também são um fator que coopera seja para sustentar o presidente, seja para desestabilizar seu mandato. Assim como uma maioria legislativa disposta a destituir o chefe do Executivo, manifestações massivas pela renúncia ou remoção de um presidente impopular também constituem uma zona de risco para o governo. No entanto, é preciso reconhecer também que a presença de amplos setores sociais aliados funcionam como um “escudo popular”, aumentando os custos de uma investida do Congresso para articular um processo de impeachment (PÉREZ-LIÑÁN, 2016).

Em entrevista, Pérez-Liñán elenca alguns fatores que podem fortalecer ou debilitar esse escudo popular. Para o autor ele “é muito mais forte em períodos que há crescimento econômico e a população está satisfeita com o governo. Por outro lado, o escudo popular se

debilita muito em períodos de recessão econômica e inflação” (CHAGAS, 2016, p. 109). Além disso, quando o resultado eleitoral dá ao presidente eleito apenas uma pequena margem de diferença sobre seu adversário, a tendência é que, em um primeiro momento, também haja menos setores dispostos a respaldá-lo.

Outra questão a ser considerada em relação ao suporte popular é a cultura legal:

Uma forte crença na sujeição do Executivo ao Direito manifesta-se na opinião de que a lei, tal como elaborada pelo Congresso e interpretada pelos juízes, impõe restrições inevitáveis sobre as ações do Executivo. Se, por outro lado, os cidadãos aceitarem que o Executivo pode ignorar a lei em casos de necessidade, eles acharão razoável apoiar o processo de um presidente acusado de atos ilegais quando ele realizar uma má gestão, mas procurarão protegê-lo se confiarem em sua administração. (PÉREZ-LIÑÁN, 2016, p. 17 - tradução nossa).

Para Pérez-Liñan (2016) o impeachment de Dilma Rousseff é emblemático da importância da opinião pública no desencadeamento de uma crise presidencial. O partido da ex-presidenta (PT) já havia estado envolvido em escândalos de corrupção em outros momentos, como no caso do “mensalão” em 2005. No entanto, para o autor, a possibilidade de um processo político para afastar Lula era muito remota, pois a gestão do petista era percebida como exitosa, com altos índices de aprovação popular. Já depois de 2013, com a piora no desempenho econômico do país e a emergência de novos escândalos de corrupção, a aprovação e o respaldo social ao Executivo entraram rapidamente em colapso, restando apenas alguns setores ao lado do governo, mas que não lograram impedir o processo no Congresso.

Uma crise presidencial, portanto, pode se originar nas ruas ou no Congresso, assim como o suporte ao Executivo pode estar em um desses dois lugares. Assim, protestos populares pelo impeachment podem ser neutralizados pela base parlamentar do governo, se essa for majoritária. Por outro lado, também movimentações do Legislativo para destituir o presidente podem ser desencorajadas por demonstrações públicas de apoio ao governo por amplos setores sociais (PÉREZ-LIÑÁN, 2014).

Observando os fatores discutidos até aqui, Pérez-Liñán (em entrevista a Chagas, 2016) observa que há na América Latina a emergência de um “novo padrão de instabilidade” presidencial, que emerge nos anos 1990. Para o pesquisador, esse padrão envolve situação *econômica desfavorável, escândalos midiáticos e de corrupção, falta de apoio parlamentar e mobilizações nas ruas contra o presidente*. Apesar de apresentar elementos em comum com as crises que levaram a golpes militares na região nas décadas de 1960 e 1970, especialmente,

esse “novo padrão” tem como característica desestabilizar o governo sem, no entanto, desestabilizar o regime democrático. Constatação também encontrada em Kasahara e Marsteintredet (2018). Entre os anos de 2003 e 2013 as condições econômicas favoráveis afastaram momentaneamente o fantasma do impeachment. Porém, com a queda internacional nos preços das *commodities*, o ressurgimento de crises econômicas trouxe a instabilidade de volta, em uma nova onda de cassações de presidentes latino-americanos, na qual se insere o impeachment de Dilma Rousseff, e que traz características desse novo padrão de instabilidade presidencial.

1.4. A conjuntura do impeachment de Dilma Rousseff

Diversos pesquisadores que se debruçaram sobre os acontecimentos do Brasil desde as manifestações de junho de 2013 concordam que a conjuntura absolutamente complexa em que se dá o impeachment de Dilma Rousseff (PT), em 2016, contou com uma combinação “rara” (MELO, 2016) de fatores que colocaram o governo em um turbilhão onde confluíram distintas crises. O desgaste político e social provocado por escândalos de corrupção na Petrobras e pela operação Lava-Jato (DOVAL; ACTIS, 2016, MELO, 2016, DOMINGUES, 2017, LEVITSKY, 2018, MENDES, 2018) somou-se a uma crise econômica, em grande parte, impulsionada pela queda internacional no preço das *commodities* (DOVAL; ACTIS, 2016, MELO, 2016, TIBLE, 2016, LEVITSKY, 2018, MENDES, 2018). Além disso, a virada pragmática no projeto econômico do governo após a eleição de 2014 não contribuiu para estabilizar o mandato da presidenta (SINGER, 2015, DOVAL; ACTIS, 2016, MELO, 2016, TIBLE, 2016, DOMINGUES, 2017).

Nesse contexto, também emergiu um crise política, onde a presidenta teve dificuldades em administrar a base aliada (DOVAL; ACTIS, 2016, GOLDSTEIN, 2016, MENDES, 2018) e também precisou lidar com protestos massivos e uma pressão social que evidenciava um crescente descontentamento com o governo, desde 2013 (TIBLE, 2016, MENDES, 2018). Esse cenário configurou o que diferentes pesquisadores chamaram de “tempestade perfeita” (GOLDSTEIN, 2016; MELO 2016, LEVITSKY, 2018), na qual Dilma não conseguiu conduzir sua administração até águas mais tranquilas. Nesta seção discutiremos os fatores que conformaram essa tormenta, a fim de compreendermos os diferentes elementos que configuraram o acontecimento impeachment e que deram origem a essa tempestade.

1.4.1. A crise política

A eleição de 2014 é, sem dúvidas, um momento-chave para compreendermos a esteira de turbulência em que Dilma Rousseff se viu em seu segundo mandato. A crise econômica, que começava a se fazer perceber, e escândalos de corrupção trouxeram um desejo de mudança que colocou em risco a reeleição de Dilma (TIBLE, 2015, 2016). No entanto, mesmo com algumas derrotas para o partido da presidenta, PT, que não conseguiu eleger nomes importantes para o Senado (como Eduardo Suplicy, em São Paulo, e Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul) e perdeu 18 cadeiras na Câmara dos Deputados; e para o governo, que teria que administrar um Congresso onde os deputados conservadores passaram de 191 para 247, a eleição presidencial foi vencida, pela quarta vez consecutiva, pela chapa liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

A eleição daquele ano, contudo, foi diferente das outras três em que o PT conquistou a Presidência, com uma clara perda de amplitude eleitoral, em uma disputa marcada pela polarização (TIBLE, 2015; GOLDSTEIN, 2016). Para Tible (2015), entretanto, a chapa governista soube aproveitar a retórica da mudança, apontando para o aprofundamento das políticas sociais, ao invés de uma mudança de retrocessos, representada pelo PSDB. O que contribuiu, para Melo (2016), foi que os brasileiros votaram “olhando para trás”, para os ganhos em seu bem-estar associados ao crescimento anterior, esperando que os bons tempos pudessem voltar. Além disso, na reta final da campanha, houve uma mobilização de jovens, mulheres e movimentos populares, que se unificaram em torno da candidatura de Dilma Rousseff e garantiram a renovação do mandato da petista (TIBLE, 2015, 2016).

Tratando-se de eleições, “um importante sinal do quão legítima é a democracia de um país está no comportamento dos seus perdedores” (BRAGA; CASALECCHI, 2016, p. 550), e com a sua melhor votação desde 2003, a oposição saiu animada (TIBLE, 2015). O PSDB não aceitou a sua quarta derrota nas urnas, pedindo, inicialmente, a recontagem dos votos e uma auditoria. Aos poucos, foram adotando o discurso do impeachment (SVARTMAN; SILVA, 2016). Para Goldstein (2016, p. 95 - tradução nossa), desde a eleição de 2014, “vive-se um cenário no Brasil que se assemelha ao período de populismo democrático, entre 1945 e 1964, onde a União Democrática Nacional [UDN] recorria, quando as urnas lhe davam um veredicto contrário às suas aspirações, a uma série de interpretações constitucionais tendenciosas”. Assim, com uma vitória apertada e fortemente questionada pela oposição, a

disputa política não terminou na eleição (GOLDSTEIN, 2016).

Pauta no processo eleitoral de 2014, a corrupção também foi um problema que se somou às múltiplas crises enfrentadas pelo governo, antes mesmo do início do segundo mandato (DOVAL; ACTIS, 2016; SVARTMAN; SILVA, 2016). Deflagrada em março de 2014, a operação Lava Jato inicialmente investigou operações de lavagem de dinheiro em um posto de combustíveis em Curitiba. Um ano depois, a força-tarefa recebeu autorização da Procuradoria Geral da República para investigar políticos que estariam se beneficiando de esquemas de corrupção envolvendo obras da Petrobras. Para Doval e Actis (2016), os casos de corrupção revelados naquele momento atingiram o governo porque diversos líderes partidários e aliados de Dilma Rousseff foram envolvidos no esquema, como o ex-chefe da Casa Civil de Lula, José Dirceu. Além disso, pesa o fato de que, mesmo sem provas de que Dilma e Lula sabiam dos esquemas de corrupção desarticulados, como presidentes eles teriam responsabilidade sobre as estruturas hierárquicas das empresas federais.

No entanto, escândalos de corrupção não emergem espontaneamente, mesmo que os governos petistas tenham investido fortemente em ampliar as estruturas de investigação de corrupção no país (AVRITZER, 2016). Para Doval e Actis,

Não é coincidência que as primeiras denúncias sobre o envolvimento Executivo tenham sido no ano eleitoral, e seu maior boom no início do segundo mandato de Dilma, esse era um contexto de relativa fraqueza do presidente, devido ao segundo turno. Nesse sentido, os escândalos de corrupção são frequentemente usados por grupos de poder (políticos, econômicos, midiáticos) como um meio de exercer pressão para influenciar a agenda política, interrompendo reformas e redirecionando o debate público. (DOVAL; ACTIS, 2016, p. 4 - tradução nossa).

Além disso, a forma como foi conduzida a Lava Jato, com “vazamentos seletivos”, contribuiu para acentuar o “enfraquecimento do governo Dilma Rousseff face à opinião pública” (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 7). Outro ponto é que, ao envolver a Petrobras, os escândalos de corrupção chegaram ao “símbolo do projeto desenvolvimentista petista” (TIBBLE, 2015). O envolvimento da petroleira estatal é “paradigmático”, atinge a “jóia da coroa”, o “coração do Brasil, não apenas economicamente, mas também do ponto de vista estratégico, simbólico e político” (DOVAL; ACTIS, 2016, p. 4 - tradução nossa). A divulgação dos esquemas de corrupção causou importantes perdas na empresa, fazendo com que a Petrobras passasse do primeiro para o sétimo lugar como companhia mais valiosa da América Latina, e atingiu também a imagem da presidenta e de seu governo.

Os esquemas de corrupção revelados ao longo de seus dois mandatos não só atingiram

a popularidade de Dilma Rousseff, como foram um fator de desestabilização da coalizão presidencial. Desde o início, Dilma teve dificuldades para manter a sua base aliada.

Já nos seus primeiros meses o governo enfrentou uma série de denúncias de corrupção que derrubou sete ministros (dois do PMDB, e do PP, PR, PDT, PCdoB e PT um de cada). Este foi o primeiro grande abalo na coalizão, uma vez que a presidente não interpôs obstáculos à investigação de atos de corrupção de seus assessores. Pelo contrário, várias medidas foram tomadas para tornar a administração federal mais transparente e responsiva. (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 6).

Discutindo a obra de Singer (2018), Guilherme (2018) lembra a tese autor de que Dilma decidiu em seu primeiro mandato fazer um “ensaio republicano”, enfrentando esquemas clientelistas que vigoravam há décadas. Para Limongi (2017), a presidenta acabou tocando em pontos “sensíveis” que envolviam acordos partidários. Mas, quando os esquemas foram desvelados, Dilma acabou acusada de encobrir o que ela vinha tentando desarticular (SINGER, 2018 apud GUILHERME, 2018). Além disso, ficava exposta a “moeda que cimentava a aliança com o PMDB e o PP” (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 6). Com partidos com interesses contrariados e uma crescente revolta pública contra o governo, as alianças de Dilma no Congresso começaram a desmoronar (TIBLE; MORAES, 2015).

Aos poucos o governo foi sendo abandonado por partidos que estavam na coalizão desde o primeiro governo de Lula. Mendes (2018) lembra que a estabilidade no presidencialismo brasileiro depende mais do poder de cooptação do presidente do que de posições ideológicas dos partidos. Isso ajuda a compreender o fato de que aliados que estiveram com os governos petistas tenham abandonado a coalizão presidencial e, aos poucos, passado a apoiar um governo alternativo (LIMONGI, 2017). Além disso, o Congresso não é uma instância isolada da sociedade, sendo influenciado pela pressão das ruas e por questões conjunturais, sem perder de vista seus interesses eleitorais (GOLDSTEIN, 2016; LIMONGI, 2017). Sem conseguir administrar o principal fator de governabilidade no presidencialismo de coalizão, as medidas que o governo vinha tomando para administrar as outras frentes críticas que estavam postas (econômica, social, etc.) não avançavam na Câmara e no Senado. Para Melo (2016), no início do segundo mandato o desempenho do governo em aprovar sua agenda foi tão fraco que poderia sugerir uma “ruptura estrutural” na governança brasileira.

Um dos principais problemas que Dilma teve que enfrentar em sua coalizão foi o abandono do PMDB. Para Tible e Moraes (2015), “se trata de um partido sem programa

claro, mas chave para formar maiorias governamentais desde a redemocratização [...]. Nesse sentido, o peemedebismo seria a verdadeira força hegemônica da política institucional brasileira” (p. 6 - tradução nossa). A aliança governista entre PT e PMDB já dava sinais de crise antes mesmo da eleição, quando, no início de 2014, os dois partidos romperam no Rio de Janeiro (MENDES, 2018). Na eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados, a tentativa frustrada do governo de criar uma alternativa a Eduardo Cunha (PMDB) foi mais um ponto de tensão entre os partidos. Além disso, sob o comando de Cunha, a bancada de deputados do PMDB passou de uma taxa de apoio ao governo em torno de 80% nos dez primeiros anos de governos petistas, para 60% (LIMONGI, 2015). Tentando melhorar sua relação com o PMDB e com o Congresso, Dilma nomeia o vice-presidente, Michel Temer (PMDB) como articulador político. Contudo,

Sua breve atuação acabou redundando na divulgação da famosa carta na qual explicitou o rompimento com a presidente em dezembro. Desde então, Temer passou a trabalhar pelo impeachment, cujo processo fora acolhido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, alguns dias antes em resposta à recusa do PT em defendê-lo nas investigações. A aliança estava claramente desfeita. (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 7).

Se o rompimento com o PMDB foi uma questão importante que levou ao afastamento de Dilma Rousseff, o fator Cunha é quase uma unanimidade entre os analistas daquele cenário. Para Melo (2016), o impeachment foi o desfecho de um cabo de guerra entre Cunha e Dilma. O enfrentamento entre os dois começa na “faxina ética” que a presidenta faz no início de seu primeiro mandato, quando mudou, entre outras, a diretoria de Furnas⁶. Como mostra Limongi (2017), os diretores da empresa eram ligados a Cunha, que comandava informalmente a empresa. Por isso, o afastamento de aliados contrariou os interesses do parlamentar. Desde então, a relação entre o depois eleito presidente da Câmara e a presidenta da República só pioraram.

Com a operação Lava Jato, Eduardo Cunha passou a se complicar e a exigir proteção do governo. Como moeda de troca, o presidente da Câmara usou a possibilidade de um processo de impeachment, que vinha articulando com MBL e PSDB (LIMONGI, 2015). Cunha chantageou o governo e transformou o impeachment em sua tábua de salvação (AVRITZER, 2018). Para Melo (2016), a estratégia do peemedebista ficou evidente: quando o PT anunciou que não iria blindá-lo na Comissão de Ética, Cunha deu início ao processo de

⁶ Empresa de geração e distribuição de energia, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

impeachment. Se caísse, levaria Dilma com ele. Com isso, Cunha não salva seu mandato, nem escapa da prisão, mas consegue que o desencanto com a classe política, que vinha se refletindo nas manifestações de rua desde 2013, se direcione para Dilma, como “responsável” pelos escândalos de corrupção (GOLDSTEIN, 2016). Como lembra Mendes (2018, p. 260), em países com “pouca tradição partidária e cultura personalista, como o Brasil, o chefe do Executivo Federal personifica simbolicamente todas as iniciativas de sua administração”.

No entanto, na coalizão do impeachment, Cunha não era o único que almejava se salvar. Naquele momento, a Lava Jato ameaçava uma parcela significativa da classe política, envolvendo grandes partidos (DOMINGUES, 2017; LIMONGI, 2017). No entendimento de Domingues (2017, p. 1748), “no frígido dos ovos, deve-se frisar, um dos objetivos básicos do golpe contra Rousseff, sacrificando o PT, foi, para muitos dos agentes políticos, de fato escaparem da justiça e inclusive da cadeia”. Svartman e Silva (2016) e Tible (2016) também apontam o refreamento das investigações contra políticos como um dos elementos que importaram naquele momento.

1.4.2. A crise econômica

O modelo econômico desenvolvimentista, ou neodesenvolvimentista, adotado por Lula, após 2008, e Dilma Rousseff, em 2011 (SINGER, 2015; DOMINGUES, 2017), estava baseado nas ideias de que:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (SINGER, 2015, p. 41).

Uma plataforma, portanto, de forte intervenção estatal. Singer (2015) observa que, durante os governos de Lula, duas coalizões estavam configuradas: a coalizão “rentista”, cujo programa seria “manter o Brasil alinhado ao receituário neoliberal, bem como na órbita do grande capital internacional e da liderança geopolítica dos Estados Unidos”; e a coalizão “produtivista”, reunindo industriais e movimentos sindicais com a meta de “acelerar o ritmo de crescimento por meio de uma intervenção do Estado que levasse à reindustrialização, permitindo tornar mais veloz a distribuição de renda” (SINGER, 2015, p. 54). Muitas das

medidas dos governos petistas atendiam aos interesses da coalizão produtivista. Apesar disso, o projeto desenvolvimentista teria esbarrado em conflitos de interesses dentro das próprias classes dominantes (DOMINGUES, 2017).

Já durante o primeiro governo de Dilma Rousseff começa a acontecer um reordenamento de classes, onde os industriais foram, progressivamente, se afastando do governo e de seus antigos aliados na plataforma produtivista, os sindicatos, para se aproximarem do bloco rentista. Para os industriais, as políticas do governo eram demasiadamente intervencionistas, inviabilizando investimentos ao não criar um ambiente de confiança (SINGER, 2015). Dois momentos são simbólicos do afastamento dos industriais em relação ao projeto desenvolvimentista: o lançamento, em 2012, das *101 Propostas para Modernização Trabalhista* pela Confederação Nacional da Indústria (CNI); e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) iluminando sua fachada nas manifestações de 2013, “deixando entrever postura oposicionista ao governo federal” (SINGER, 2015, p. 56). Com isso, os dois blocos que caracterizaram o período lulista tinham se convertido em um só: “do setor financeiro ao industrial, passando pelo agronegócio, o comércio e os serviços, a unidade capitalista em torno do corte de gastos públicos, queda no valor do trabalho e diminuição da proteção aos trabalhadores tornava-se completa” (SINGER, 2015, p. 57).

Esse afastamento da burguesia industrial de um projeto que visava atender aos seus próprios interesses, contudo, não é de simples compreensão. Singer (2015) elenca ao menos cinco linhas conectadas que poderiam explicar essa ruptura. A primeira delas estaria relacionada à “financeirização do capitalismo”, onde as indústrias acabaram se “misturando” com o capital financeiro. Um segundo ponto tem a ver com uma insatisfação das elites nacionais com as políticas de pleno emprego, com o fortalecimento de sindicatos e elevação dos salários. Nesse ponto, Singer (2015) e Melo (2016) apontam uma diminuição nos níveis de investimentos como estratégia dos setores econômicos dominantes, com o objetivo de diminuir também as taxas de empregabilidade, retomando o controle da regulação do emprego. O contexto internacional e a própria sensibilidade dos industriais a argumentos anti-intervencionistas do setor rentista também pareceram contribuir no afastamento dos industriais. Uma última linha seria a de que Dilma teria aberto muitas frentes ao mesmo tempo, contrariando, em cada uma delas, interesses de diferentes setores para atender a outros. Esse movimento teria catalisado uma “solidariedade intercapitalista”, onde todos se uniram contra a “nova matriz econômica” do governo.

Ao núcleo rentista (interno e externo), insatisfeito desde a “batalha do spread”, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados, as empreiteiras, descontentes com a “modicidade tarifária”, as “elétricas”, insatisfeitas com a MP 579, os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário, os produtores de álcool, prejudicados pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção por segurar o preço e retirar as Contribuições de Intervenção sobre o Direito Econômico (Cide) da gasolina, o agronegócio em geral, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado, os setores da indústria automotiva descontentes com as dificuldades de importação, as empresas aéreas insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos, as empresas de celular punidas por falta de investimento, a classe média tradicional irritada com a alta do preço dos serviços, das viagens e dos importados e os industriais afetados pelas políticas pró-trabalho. (SINGER, 2015, p. 63).

Para Rugitsky (2018) o aprofundamento do “conflito distributivo”, presente desde o primeiro governo Dilma, e a redução dos percentuais de lucro também se somam como pontos críticos no cenário econômico daquele momento. Ao ver-se isolado de seus aliados da burguesia industrial, com quem havia preparado o “ensaio desenvolvimentista”, o governo teria ficado “desnortado”, recuando no projeto desenvolvimentista, na intenção de recuperar o apoio perdido. No entanto, como o desenrolar dos acontecimentos evidenciou, sem sucesso.

Ao abandono de uma parte importante da base social do projeto desenvolvimentista, múltiplos fatores foram se somando no horizonte econômico do governo, conformando a segunda crise que Dilma Rousseff enfrentou, a crise econômica. Para Melo (2016) a principal causa da piora no desempenho econômico do país foi a queda internacional no preço das *commodities*. Já Doval e Actis (2016) discordam que a conjuntura internacional tenha sido o principal fator, apesar de a economia ter sido afetada por eles: para os autores, foram as políticas adotadas internamente que falharam. Segundo eles, os objetivos do primeiro governo Dilma não foram atingidos com o projeto adotado: o risco país aumentou, assim como a inflação, e os investimentos públicos e privados caíram. Para Tible e Moraes (2015), a situação no início do segundo mandato também era de um acúmulo de fatores negativos na economia: “O Brasil vive uma situação de crescente desemprego, conjugado com vários aumentos nas tarifas dos serviços públicos, uma alta inflação dos alimentos, uma diminuição do ingresso real dos trabalhadores e a desaceleração da redistribuição progressiva de renda” (TIBLE; MORAES, 2015, p. 5 - tradução nossa). De uma forma geral, a atividade econômica declinou e as políticas anticíclicas pareciam “esgotadas” (SVARTMAN; SILVA, 2016).

Doval e Actis (2016) sustentam que, nessa situação, não seria surpreendente que o governo tentasse novos caminhos para sair da crise. E foi o que aconteceu, um recuo no

projeto desenvolvimentista, uma “virada pragmática”, para usar o termo dos autores. Logo após vencer as eleições em 2014, Dilma nomeou Joaquim Levy como ministro da Fazenda, dando início ao que diversos autores sustentam que foi a aplicação do programa econômico dos perdedores (DOVAL; ACTIS, 2016; GOLDSTEIN, 2016; MELO, 2016; TIBLE, 2016). Na análise de Singer (2015), foi um “choque recessivo”, com elevação da taxa de juros, cortes em gastos públicos, eliminação de subsídios, aumento de tarifas de serviços públicos, mudanças nas regras do seguro desemprego, etc (SINGER, 2015; TIBLE; MORAES, 2015; MELO, 2016; TIBLE, 2016).

As ideias neoliberais passaram a ser percebidas no segundo mandato de Dilma Rousseff, de acordo com Doval e Actis (2016) tanto no discurso quanto nas ações do governo:

a ideia de "políticas sociais ativas" deu lugar à "eficiência no gasto público"; do "fortalecimento dos direitos dos trabalhadores" para a discussão da "terceirização do trabalho"; da celebração do "papel de liderança do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)" para a necessidade de "financiamento privado para a economia"; e de sentir "orgulho da estatal Petrobras" para a exigência de que a empresa não tivesse nenhuma interferência do governo. (DOVAL; ACTIS, 2016, p. 8 - tradução nossa).

Ao adotar uma série de medidas “ortodoxas” na economia, muitos ganhos sociais conquistados desde 2003 foram prejudicados (SINGER, 2015; DOVAL; ACTIS, 2016), causando a insatisfação de amplos setores com o governo. As medidas de “austeridade” foram extremamente impopulares, gerando críticas de movimentos sociais tradicionais e partidos de esquerda, incluindo setores do próprio PT, partido da presidenta (SVARTMAN; SILVA, 2016). O governo, que já não tinha o apoio da burguesia naquele momento, brigou também com a esquerda. Para Goldstein (2016), com o cenário de ajuste econômico logo após a eleição, Dilma não conseguiu transformar sua vitória eleitoral em legitimidade para governar, suas medidas alienaram o governo também do apoio dos setores populares.

Para Limongi (2015) o que também contribuiu para o aprofundamento dos problemas na área econômica foi o fato de que o governo também enfrentava uma crise política, que “minou as bases para o sucesso de qualquer plano de ajuste da economia” (LIMONGI, 2015, p. 111), deixando o governo “paralisado”. Nesse cenário, a “tempestade perfeita” que levou ao impeachment de Dilma Rousseff ganhou mais um elemento, uma robusta e complexa crise econômica com raízes e ramos que se entrelaçavam com os cenários político e social, igualmente complexos e desafiadores para o governo.

1.4.3. A crise social

Junho de 2013 foi um divisor de águas na relação entre o governo Dilma e a sociedade. Para Singer (2018 *apud* GUILHERME, 2018), naquele movimento se encontraram correntes ideológicas muito distintas, até mesmo opostas: uma esquerda extrapetista e a classe média tradicional. Como lembra Haubrich (2018, p. 201), a direita “quase sempre restrita às sombras e aos gabinetes”, decidiu disputar aquele movimento. Também para Tible (2015) se encontraram nas ruas os setores médios e a classe C, de jovens trabalhadores. Para Goldstein, havia uma heterogeneidade de demandas, mas uma pressão por mais mudanças que vinha de todos os lados: “os setores que haviam ascendido nos anos lulistas não queriam descer e os que não puderam ascender o suficiente queriam subir” (GOLDSTEIN, 2016, p. 93 - tradução nossa).

Múltiplo, o movimento era, entre tantas outras demandas que se possa elencar, “contra a corrupção, a trágica vida nas grandes cidades, a baixa qualidade dos serviços públicos, a violência policial e os limites da democracia representativa comprada pelas grandes empresas” (TIBLE, 2016, p. 14). E expressava, sobretudo, um desejo de mais participação democrática (AVRITZER, 2016, TIBLE, 2016; MENDONÇA, 2018). Para Tible (2015), aquele junho “disruptivo” tinha o potencial de ser usado pelo governo para aprovar certas medidas que a correlação de forças posta até então não permitia. Contudo, na avaliação do autor, o governo não se dispôs a dialogar verdadeiramente com as ruas (TIBLE, 2016).

Para Goldstein (2016), naquele movimento também se refletiu o processo de “burocratização” pelo qual o Partido dos Trabalhadores havia passado nos anos de governo. Naquele momento, “pela primeira vez desde a transição democrática, foi visível como o PT perdia presença nas manifestações, e era até repudiado nelas, sendo que se destacou, desde seu nascimento, como um partido arraigado nos movimentos sociais e com capacidade de mobilização” (GOLDSTEIN, 2016, p. 94 - tradução nossa). Também para Tible e Moraes (2015) a conexão entre o PT e junho falhou. Para os autores, alguns setores “conservadores” do partido não compreenderam o potencial disruptivo do movimento, que poderia ter feito multiplicar ações como o Programa Mais Médicos, um “tímido”, mas importante exemplo.

Nesse sentido, também Haubrich (2018) analisa que

O campo popular não foi capaz de ajudar a amadurecer o sujeito social que despertara, e quem o fez foi a direita. Ai vencer a batalha da hegemonia [...], os mais ricos conseguiram que boa parte da população tomasse como seus a visão de mundo e os interesses exclusivos daqueles. Ao mesmo tempo, o Partido dos Trabalhadores e a presidenta Dilma Rousseff não conseguiram - ou não quiseram,

difícil saber onde termina um problema e começa o outro - utilizar essa efervescência das ruas para fazer avançar a democracia e os direitos da maioria da população. (HAUBRICH, 2018, p. 203).

No entanto, ao não conseguir dialogar com as reivindicações que vinham das ruas, o governo saiu fragilizado. Uma das consequências daquele movimento foi um estado de “mau humor” com a política institucional, onde cerca de 70% dos manifestantes dizia querer mudanças nos próximos governos (TIBLE, 2015). As pesquisas de opinião realizadas antes e depois das manifestações também demonstraram o impacto que tiveram sobre a satisfação com o governo. No final de 2012 a presidenta tinha uma aprovação pessoal de 78% e a população estava satisfeita com as políticas de combate à fome e à miséria, e relativamente satisfeita com o controle da inflação e taxas de emprego. Já em junho de 2013, a desaprovação de Dilma superou a aprovação e se constatou uma queda na aprovação em todas as áreas de atuação do governo, sobretudo em relação à área econômica (VEIGA; ROSS, 2016). Desde aquele momento, o governo nunca mais recuperou os níveis de aprovação que teve até então.

Além de revelar demandas latentes em diferentes setores da sociedade (e as dificuldades do governo e do PT em lidar com elas) e aumentar os níveis de insatisfação com a gestão do Executivo Federal, as manifestações de junho de 2013 “posicionaram o locus da política na ruas” (TIBLE, 2016), colocando também a direita, que não via esse como um espaço seu desde a redemocratização, também nesse lugar para disputar os rumos da política no país (AVRITZER, 2016). Dessa forma, é na esteira do movimento de 2013 que os movimentos de direita se organizam e vão para as ruas a partir de 2014 para pedir o impeachment de Dilma Rousseff (TIBLE, 2016). Para Singer, (2015, p. 56), “junho, embora tenha sido bem mais que isso, converteu-se no começo da onda de classe média contra Dilma, que iria estourar nas ruas em março de 2015”.

Após 2013, as pautas da corrupção e da economia, especialmente, passaram a canalizar a insatisfação de diferentes grupos com o governo. Nesse sentido, corrobora a pesquisa de Dias (2017), que analisa os *quadros da ação coletiva* acionados pelo Movimento Brasil Livre, Movimento Endireita Brasil, NasRuas, Revoltados Online e Vem Pra Rua em suas páginas no Facebook. De acordo com a autora, os enquadramentos que aparecem com maior frequência entre os movimentos apontam para a corrupção, mentiras e má gestão como os problemas a serem solucionados, os culpados apontados são PT, Dilma e Lula, e o

impeachment aparece como a solução. Para Melo (2016), a corrupção na Petrobras é uma das fontes centrais de descontentamento com o governo. Em adição, Goldstein avalia que

esse contexto de moralização da política brinda aos setores médios tradicionais com uma interpretação de mundo que lhes permite rejeitar, em sua totalidade, as políticas dos governos petistas a partir de um argumento, em aparência, não classista e que, aparentemente, não entra em contradição com seus princípios éticos. (GOLDSTEIN, 2016, p. 99 - tradução nossa).

O desempenho econômico também foi um dos fatores que impulsionaram a insatisfação com o governo (BRAGA; CASALECCHI, 2016; MUNDIN; GRAMACHO; PINTO, 2018). Como apontam Mundin, Gramacho e Pinto (2018), “a má administração”, “o aumento da inflação”, “o descumprimento de promessas”, “os escândalos de corrupção” e “o aumento de impostos” estavam entre os principais motivos de reprovação do governo após a eleição de 2014.

[...] em períodos de crise, o sistema de vigilância e os sentimentos negativos tornam-se protagonistas. Cidadãos têm aversão à perda (Kahneman e Tversky, 1979; Tversky e Kahneman, 1974). Isso os faz punir duramente os incumbentes em períodos de desaceleração econômica, levando a uma forte queda nos índices de popularidade; mas a recompensá-los apenas de maneira suave nos períodos de recuperação (Fiorina e Shepsle, 1989; Lau, 1982). (MUNDIN; GRAMACHO; PINTO, 2018, p. 109).

Em uma mesma direção, Baquero e González (2016), apontam que a aprovação do governo Dilma se deteriorou rapidamente, não sendo percebida uma “reserva de apoio” pelos resultados positivos que os governos petistas tiveram nos anos anteriores. Assim, com pautas anticorrupção e descontentes com a economia do país, movimentos à direita do governo começaram a se articular e foram às ruas em 2014 e 2015 para pedir o afastamento de Dilma Rousseff, recém reeleita. Além disso, Mendes (2018) avalia que os eleitores de Aécio Neves (PSDB) também foram às ruas naquele momento, após a derrota de seu candidato por uma diferença pequena, que não superou os 4 milhões de votos.

No entanto, os movimentos pelo impeachment não eram os únicos a pressionar o governo nas ruas. Como observam Doval e Actis (2016), muitos setores que haviam apoiado a candidatura de Dilma Rousseff estavam descontentes com as medidas econômicas adotadas pela presidenta após a eleição. Assim, ao mesmo tempo em que defendiam a permanência de Dilma no governo, os movimentos populares demonstravam nas ruas sua oposição ao ajuste fiscal e pressionavam por uma “saída popular” para a crise (TIBILE; MORAES, 2015). Por outro lado, enquanto movimentos organizados puxavam o governo de um lado e de outro, as

camadas populares, base social do lulismo, também estavam descontentes com o governo, na avaliação de Tible e Moraes (2015). Já na avaliação de Singer, o que houve foi que esse setor permaneceu indiferente durante o processo de impeachment: “o lulismo não preparara a sua base para a contrarrevolução, pois isso implicaria abrir um confronto que estava fora de sua receita conciliatória” (SINGER, 2018, p. 279 *apud* GUILHERME, 2018, p. 234). A avaliação de Mendes (2018) também é a de que houve um indiferença da base social, boa parte dos eleitores de Dilma não se manifestou nem pelo impeachment, nem contra ele.

Se o governo enfrentava múltiplas crises no contexto do impeachment, a percepção social sobre elas teve grande influência da mídia (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2016; MELO, 2016, MENDES, 2018), sobretudo em relação à situação econômica do país e aos escândalos de corrupção. Para Baquero e González (2016, p. 517) a cobertura sobre a economia parecia ter “desencadeado rapidamente uma percepção de pessimismo”. Naquela conjuntura, os noticiários estavam dominados pelos desdobramentos da operação Lava Jato e pela crise econômica, “dois temas em que o enquadramento predominante seria naturalmente negativo à imagem do governo” e, em momentos de situação financeira ruim, escândalos de corrupção funcionam como “gatilhos naturais para estimular sentimentos negativos” (MUNDIN; GRAMACHO; PINTO, 2018, p. 106).

Para Melo (2016, p. 60) o nível de cobertura sobre corrupção naquele momento jogou os cidadãos em um “tsunami de informações”, com um nível de exposição de esquemas de corrupção “provavelmente sem precedentes”, com uma grande exposição dos depoimentos de delação premiada. Na avaliação do autor, mesmo que o envolvimento de Dilma com os esquemas não tivesse sido evidenciado, essa exposição foi suficiente para causar uma grande queda na sua popularidade. O problema, para Mendes (2018), foi que a presença diária do tema da corrupção e dos desdobramentos da Lava Jato focalizou, especialmente, o ex-presidente Lula, “partidarizando o problema”. Ele considera que o contexto político em que se deu o impeachment ficou turvo, “gerando a impressão de que o impedimento tinha alguma relação com o fim da corrupção no Estado brasileiro e não com as manobras fiscais encaradas como crime de responsabilidade pelos julgadores de Dilma” (MENDES, 2018, p. 272).

Essa postura por parte da “grande mídia”, no entanto, não foi uma novidade percebida apenas na conjuntura extrema do impeachment. Mendes (2018) aponta que, desde os primeiros anos do governo Lula, esses setores da mídia, teriam criado ao longo do tempo

“consistentes enquadramentos interpretativos que foram decisivamente ativados no momento crucial do impedimento de Dilma; especialmente no que se refere à associação da corrupção geral da política a um partido específico” (MENDES, 2018, p. 273). Também para Feres Jr. e Sassara (2016, p. 177), desde a reeleição de Dilma, os três maiores jornais de circulação nacional (*Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*) “promoveram uma campanha extremamente contrária à presidente Dilma Rousseff”.

São esses múltiplos fatores políticos, econômicos e sociais que configuram a conjuntura em que se dá o avanço do processo de impeachment contra Dilma Rousseff em 2016. Como evidencia a literatura sobre a conjuntura sócio-política recente do Brasil, muitos dos fatores apontados em Pérez-Liñán (2000, 2014, 2016) estavam presentes naquele momento, conformando um cenário crítico para o governo, onde fatores políticos, econômicos e sociais se acumularam de forma única. Esses diferentes elementos entram no cenário em que o impeachment irrompe como *acontecimento* público, desencadeando um *debate público* sobre esse tema, conceitos que serão abordados no capítulo que segue.

2. COMUNICAÇÃO PÚBLICA, DEBATE E ACONTECIMENTO

Este capítulo é dedicado à discussão dos conceitos norteadores deste estudo. Primeiramente abordamos a noção de *comunicação pública*, compreendendo que o processo de impeachment desencadeia um debate público sobre o tema. Nesse sentido, tratamos das especificidades do *discurso*, como o lugar onde se materializa o debate. Também discutimos a noção de *acontecimento*, que gera rupturas e é capaz de desencadear processos de comunicação pública.

2.1. Comunicação pública

A noção de comunicação pública que adotamos aqui é aquela que se configura pela sua abordagem comunicativa na circulação de temas de interesse público. A noção de interesse público, como aponta Sartor (2016), ainda é bastante indeterminada, servindo a diferentes entendimentos. No entanto, o “público” que se associa ao “interesse” parece qualificá-lo enquanto algo coletivo, um ponto em comum. É nesse sentido que se defende que o debate público é desencadeado por temas de interesse público. Contudo, no debate público, o interesse público, tido como ponto de partida, pode também ser acionado em uma dimensão estratégica do discurso, entendida como “uma forma de atuação comunicativa não espontânea, em que a ação de influir nos demais é necessária e organizada a partir de uma intencionalidade que ordena os elementos do discurso” (LOCATELLI, 2017, p. 200). Nesse sentido, o conceito pode ser empregado no debate sobre um tema por sujeitos que defendem diferentes argumentos, até mesmo contraditórios. Para esta pesquisa, quando falamos em interesse público, nos referimos ao primeiro sentido.

Essa circulação de temas de interesse público, própria da comunicação pública, se configura em três dimensões: *normativa*, *fática* e *crítica* (WEBER, 2017). Na sua dimensão *normativa*, é ela que produz a visibilidade do Estado e da sociedade, “é pensada a partir da ética da política, da resistência e da vigilância da democracia; através do investimento na cidadania e emancipação social” (WEBER, 2017, p. 38). A dimensão *fática* envolve a publicidade legal e institucional empreendida pelo Estado, a prestação de contas e a transparência dos poderes e também a radiodifusão pública e estatal, com o objetivo de promover os temas de interesse público. Já a dimensão *crítica* é aquela marcada pelo *debate*

público, envolvendo atores vindos de diversas esferas da sociedade, do Estado e da mídia, é a comunicação “do âmbito da opinião pública, da esfera pública, da comunicação engendrada pela sociedade e os diferentes públicos que a constituem, que se movimentam a partir de um tema, acontecimento, ou questão de interesse público” (WEBER, 2017, p. 42).

É na sua dimensão *crítica*, no debate público, que se localiza a forma de sociabilidade que origina o que Esteves (2011) define como *públicos*. Como explica o autor, “toda a espiritualidade dos públicos gira em torno de uma certa comunhão de ideias cuja formação ocorre no quadro de um processo de comunicação permanente” (ESTEVES, 2011, p. 153). Ou seja, são os processos de comunicação pública que, justamente, reconfiguram simples grupos em públicos envolvidos no debate sobre temas de interesse público. Na definição sintetizada por Blumer (*apud* ESTEVES, 2011, p. 154), os públicos são formados por pessoas que “(a) estão envolvidas numa dada questão; (b) que se encontram divididas nas suas posições diante dessa questão; e (c) que discutem a respeito do problema”. E um indivíduo pode estar envolvido em diferentes públicos ao mesmo tempo e também reconsiderar a sua participação a qualquer tempo “em função de interesses, convicções e motivações permanentemente renováveis ou revogáveis” (ESTEVES, 2011, p. 151).

Os públicos são o “gérmen do espaço público e da opinião pública” (ESTEVES, 2011, p. 154) no sentido de que são os processos de comunicação e sociabilidade empreendidos por estes que conformam o espaço, ou esfera pública, enquanto lugar simbólico de troca argumentativa racional, livre e aberta. Gomes (2008, p.139) destaca que a esfera pública não é um lugar, mas uma prática que se concretiza através de debates. Para ele, “ganha-se muito mais flexibilidade se trabalharmos com o conceito de esfera pública, no sentido de debate público, substantivo e mais pragmático”.

Nesse sentido, Esteves (2011) distingue três processos, ou momentos, que configuram o debate sobre os temas de interesse público: a *publicidade*, a *crítica* e o *debate*. Por *publicidade* o autor entende o ato de tornar algo público: ideias, fatos, opiniões, pessoas. Nesse momento estão incluídos também os processos sugeridos por Weber (2017) como dimensão *fática* da comunicação pública. “A publicidade dá visibilidade à política, para os participantes do espaço público em geral, e, mais importante ainda, é ela que permite projetar e dimensionar a política de acordo com as exigências, expectativas e aspirações desses mesmos sujeitos cidadãos” (ESTEVES, 2011, p. 190). Esteves (2011) ainda destaca que, não obstante o caráter fortemente subjetivo da publicidade, a racionalidade esperada nos

processos de comunicação pública confere a esta um âmbito geral, uma vez que o próprio processo de *crítica* tem o objetivo de aferir a generalidade do que foi tornado público.

A *crítica* seria, então “um mecanismo de controle pragmático da validade dos enunciados proferidos” em termos políticos, de justiça das relações sociais acionadas, de verdade e de autenticidade; esse processo “[...] confere à opinião produzida a nível do espaço público – a opinião pública – um caráter vinculativo: trata-se de uma opinião que superou a prova da crítica e para a qual os sujeitos, de um modo geral, puderam dar o seu contributo em termos intercompreensivos” (ESTEVES, 2011, p. 193).

Por fim, o *debate* é o processo onde publicidade e crítica se encontram para dar a forma final e concreta do que chamamos de *comunicação pública* (ESTEVES, 2011). De acordo com Weber (2007), os debates públicos podem ter início de forma planejada, quando mudanças econômicas e/ou políticas estão em jogo e mobilizam os poderes do Estado e a sociedade; ou de forma espontânea, com a ocorrência de acontecimentos políticos, tragédias, desastres ambientais que, enquanto mobilizadores do interesse público, demandam ação pública, desencadeiam opiniões e acionam os públicos envolvidos.

Desse modo, desencadeada por temas de interesse público, estabelecida na co-presença dos públicos e/ou via meios de comunicação de massa, a comunicação pública constitui a instância que “abriga o conceito e a práxis capazes de imprimir qualidade às democracias” (WEBER, 2017, p. 23). Essa é a comunicação das democracias, pois a torna visível e, portanto, passível de julgamento (WEBER, 2017). Trata-se, assim, um “indicador de qualidade” do estado da democracia. Gomes (2008) também sustenta a importância desses processos comunicativos nos regimes democráticos:

A democracia não pode ser simplesmente o sistema no qual o povo pode mudar o governo, como reza uma frase atribuída a Popper; é, sobretudo, o sistema no qual a legitimação das questões relativas ao bem comum se dá por meio de práticas de discussão pública autêntica. Nesse sentido, é importante não só que a instância deliberativa mais geral - o parlamento - funcione como esfera pública; mas sim que, quanto mais as micro-redes de decisão no interior do tecido social se apoia numa argumentação pública, mais democrática seja essa sociedade, mais enraizadas seja a cultura democrática na alma dos indivíduos. (GOMES, 2008, p. 129).

Esteves (2011) também aciona, a partir de Habermas, a ideia de redes para descrever processos de comunicação pública. No entanto, essa noção é particularmente desenvolvida por Weber (2007, 2017). Para a autora, a utilização dessa metáfora permite “entender seus nós, conexões e a extensão de uma linha sobre todas as demais. As redes de comunicação permitem a circulação de informações e ações, com significados e interpretações passíveis de

acolhimento e rejeição por outras redes” (WEBER, 2017, p. 45). São os temas de interesse público que desencadeiam o debate pelas redes de comunicação que disputarão visibilidade para suas posições e argumentos, sendo que a capacidade de repercussão desses temas se vincula exatamente a essas disputas e ao interesse das redes. Porque, “a partir do momento que um dos sistemas de comunicação desencadeia o debate em torno da fome, segurança, educação, saúde, corrupção e outros temas vitais (à sociedade, ao indivíduo e ao Estado) entende-se que os demais sistemas serão provocados a se manifestar” (WEBER, 2007, p. 23).

Na formulação da autora (Weber, 2017), os debates se dão a partir das articulações comunicativas provocadas por dez redes de comunicação: *Redes de Comunicação do Poder Executivo, Redes de Comunicação do Poder Legislativo, Redes de Comunicação do Poder Judiciário, Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública, Redes de Comunicação Política, Redes de Comunicação Social, Redes de Comunicação Mercadológica, Redes de Comunicação Científico-educacional, Redes de Comunicação Religiosa e Redes de Comunicação Mediática*. Essa última, é onde estão situados os meios de comunicação de massa hegemônicos e que detêm o poder da visibilidade desejada por todas as outras redes. O poder das redes “reside na capacidade do sistema de comunicação de tornar visível suas versões (estratégias de visibilidade) e contagiar as demais redes em torno do tema, repercutir e mobilizar a opinião pública e a opinião de públicos” (WEBER, 2007, p. 25). Além da visibilidade, a eficácia dos argumentos e estratégias mobilizados também depende da legitimidade e credibilidade associadas a essas redes.

A noção de *visibilidade*, que permeia a obra de diferentes autores que discutem o conceito de comunicação pública, é, de fato, indispensável ao pensarmos nas dinâmicas desses processos de comunicação, sobretudo, contemporaneamente. Nesse sentido, Gomes (2008) traz a distinção entre *esfera da visibilidade pública e esfera da discussão pública*. A primeira é a dimensão do que é visível, acessível, de conhecimento público, e “numa democracia de massa, não há como estabelecer consensos, reconhecer as questões relativas ao bem comum e as posições em disputa eleitoral sem que se passe por um tal meio essencial de sociabilidade” (GOMES, 2008, p. 134).

Já a segunda constitui a esfera do debate, esfera pública. Nela, a visibilidade é igualmente importante, uma vez que as posições em disputa precisam ser conhecidas. No entanto, a exposição, aqui, não serve apenas para gerar o conhecimento comum, “mas para que os concernidos pela matéria em discussão saibam que há uma disputa e possam nela

intervir como participantes” (GOMES, 2008, p. 135). A esfera da visibilidade pública é fundamental para a esfera da discussão pública na medida em que esta depende da visibilidade daquela para que possa promover discussões abertas em uma democracia de massa, onde não é possível a presença física de todos os concernidos no debate; e também a esfera da visibilidade pública coloca em circulação os temas de interesse público capazes de instaurar debates (GOMES, 2008). Para o autor, essas duas formas de esfera pública são indissociáveis e a perda em uma dessas dimensões representa, assim, uma perda de qualidade na democracia.

No entanto, o fato de a esfera da discussão pública não poder ser dissociada da esfera da visibilidade pública, sem que, com isso, se perca qualidade do debate que transcorre, não quer dizer que a esfera pública depende, necessariamente, de uma esfera de visibilidade pública midiática (GOMES, 2008). Basta que os interessados na discussão sejam alcançados, como é o caso de assembleias escolares ou sindicais. Por outro lado, não sendo possível reunir aqueles a quem toca o debate, “na sociedade contemporânea, não há espaço de exposição, exibição, visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, discussão, e de debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade com o sistema da comunicação de massa” (GOMES, 2008, p. 118). Também na modernidade, a mídia, especialmente a imprensa, desempenhou papel fundamental para o estabelecimento das democracias liberais tais quais as conhecemos hoje e para a afirmação de uma comunicação pública como debate permanente sobre os temas que tocam ao Estado e à sociedade, extravasando o ambiente restrito onde o debate se estabelecia anteriormente, como em cafés e salões (ESTEVES, 2011).

Compreendendo o papel fundamental dos meios de comunicação nas democracias de massa, Maia (2011) e Gomes (2008) advogam em defesa das possibilidades argumentativas dessa esfera pública midiática. Nesse sentido, Gomes (2008) argumenta pela necessidade de um conceito mais “pragmático e flexível” de esfera pública onde, assegurados seus aspectos essenciais, sejam reconhecidas as variantes possíveis. O autor desenvolve quatro pontos variáveis nesse conceito de esfera pública menos ortodoxo proposto por ele. O primeiro diz respeito aos *modelos de representação*, pois, de acordo com Gomes (2008), é possível haver esfera pública sem parceiros autorizados, porque a parte essencial do conceito são a capacidade argumentativa e a existência da discussão, e não a autorização pública.

No segundo, do ponto de vista *da natureza*, o autor argumenta que, para além das

esferas públicas institucionais (assembleias, parlamento, etc.), é absolutamente possível a existência de esferas públicas circunstanciais, “com os parceiros que ocorrerem e com as regras *ad hoc*, exceto, obviamente, aquelas que fazem parte da natureza na esfera pública” (GOMES, 2008, p. 142). O terceiro ponto é sobre o *resultado do debate público*, onde o autor destaca o papel importante de debates não-deliberativos, podendo estes configurarem esfera pública e, nesses casos, o resultado seria que o debate em si contribui para formar uma ideia sobre o tema. Por fim, sobre o quarto ponto, o *alcance das decisões*, Gomes (2008) sustenta que a esfera pública pode tanto ter caráter deliberativo geral quanto específico ou setorial.

É partindo dessa flexibilização que Gomes (2008) enxerga na esfera pública midiática possibilidades de estabelecimento de processos de comunicação pública. Para ele, não parece fazer parte dessa esfera a exclusão do debate público, ainda que este não seja seu principal motor. No entanto, o autor admite também as limitações desse espaço. Gomes (2008) entende que essas possibilidades argumentativas que defende não fazem da cena midiática uma esfera pública em sentido estrito, pois

não se pode transferir automaticamente todas as propriedades da esfera pública para a esfera de visibilidade editada e controlada da comunicação de massa. A não ser que se desconfigure a noção de esfera pública ou que se exagere a importância dos fatos argumentativos e comunicativos que existem na cena midiática. (GOMES 2008, p. 132).

Além disso, Gomes lembra as observações de Habermas com relação à imprensa. Para o autor alemão, ela não é nem integral, nem totalmente capaz de atender a alguns requisitos fundamentais da esfera pública, entre eles o da possibilidade de rodízio entre os participantes na condição de ouvinte e orador. “A assimetria da opinião publicada consiste no fato de que apenas alguns são falantes e de que quem exerce o papel de audiência normalmente não pode ocupar espaço do palco no teatro político” (GOMES, 2008, p. 132). Maia (2011) também compartilha a ressalva ao colocar que os meios de comunicação de massa frequentemente reproduzem assimetrias de poder e hierarquias sociais. São da mesma ordem as críticas levantadas por Esteves (2011) em relação ao papel da mídia:

[...] sobressaem como aspectos mais marcantes: a lógica do privatismo, a centralização e a concentração organizacionais, e acrescente transnacionalização e a desregulação. Este conjunto de características permite-nos perceber mais facilmente o caráter desigual das lutas em torno da visibilidade que se travam no campo dos *media*. (ESTEVES, 2011, p. 250).

No entanto, Esteves (2011) não vê nesse espaço as mesmas possibilidades argumentativas levantadas por Gomes (2008) e Maia (2011) em seus estudos. Para Esteves

(2011, p. 269), os veículos de comunicação de massa “cada um por si ou articulados, contribuíram para um mesmo resultado: um espaço público despolitizado e à revelia dos indivíduos”. Já para Gomes (2008, p. 132) a esfera pública midiática conserva a sua capacidade de formação de opinião, “é possível, enfim, mesmo numa lógica do entretenimento, a realização do crivo entre as posições que se apresentam na cena midiática”. De acordo com Weber (2007, p.39), “de alguma maneira as redes de comunicação pública mantém suas autonomias fazendo circular e repercutindo temas de interesse público gerados e pelos sistemas de comunicação”. Além disso, a internet entra como uma nova variável no cenário midiático, configurando um espaço onde atores e opiniões, outrora sem visibilidade nos meios de comunicação de massa, disputam e configuram espaços próprios de manifestação.

Conflui, nesse sentido, o argumento de Gomes (2008) em favor das possibilidades argumentativas da esfera pública midiática: para o autor, ela não é nem monolítica e nem universal. Ou seja, dela participam diferentes veículos que podem trazer variadas perspectivas e atores. Além disso, a recepção e interpretação se dá a partir das molduras (códigos, disposições, informações) preexistentes no horizonte do receptor da mensagem, ainda que, de igual forma, as mensagens incidam na disputa pelos quadros em si. Além disso, os materiais midiáticos são recebidos de forma heterogênea, podendo passar apenas como *fundo* para um receptor, ou se configurarem como *tema*: “o tema é um conjunto de fragmentos ou peças expressivas que, de algum modo, foi trazido à pauta. [...] são ativos intelectualmente. Municiam os discursos e as interações mais argumentativas e organizam agenda social” (GOMES, 2008, p. 145).

O autor também defende que a cena midiática pode ser “editada” por seus fruidores como esfera pública. Para Gomes (2008), esse processo pode se dar por meio da *montagem*, onde o receptor pode isolar opiniões sobre um mesmo tema apresentadas em diferentes veículos ou em diferentes formatos de programação e “remontá-las” como debate. Essa “edição” também ocorre quando o espectador leva esses conteúdos para esferas de debate que já funcionam fora dos meios de comunicação, ou quando se cria uma esfera pública *ad hoc*, ou quando esses materiais são utilizados para intervir em um debate em curso, como insumos.

Uma última contribuição da esfera de visibilidade pública midiática para a comunicação pública é que ela permite, dentro da sua lógica (jornalística, comercial, entretenimento, etc...), que debates iniciados nos âmbitos do Estado ou da sociedade civil

sejam capturados e continuados no interior desses meios. “Trata-se da fluidez fundamental das sociedades contemporâneas, que faz com que temas ‘situados’ na cena midiática ‘entrem’ e ‘saiam’ dos meios de comunicação, provenientes da esfera pública, ou dos sujeitos sociais, e destinados aos sujeitos sociais e à esfera pública” (GOMES, W., 2008, p. 150).

A partir das questões levantadas pelos autores discutidos aqui, buscamos evidenciar a vinculação dos processos de comunicação pública ao debate sobre os temas de interesse público. Nesse sentido, sustentamos também o seu caráter fundamental ao imprimir qualidade às democracias, permitindo a visibilidade dos poderes e a circulação de opiniões através de redes de comunicação que envolvem os mais diversos setores do tecido social. Por fim, destacamos ainda o papel dos meios de comunicação de massa para a comunicação pública contemporaneamente e as possibilidades argumentativas que persistem nesses espaços.

2.2. Discurso: a forma do debate público

O discurso é onde a comunicação pública ganha forma. É ele o veículo das ideias, narrativas e disputas que são colocadas em debate sobre temas de interesse público. Contudo, o discurso não tem uma forma dada e única, e está condicionado por diferentes fatores, como o sujeito que fala, a situação de comunicação e, também, para quem se fala. São essas características que serão discutidas nesta seção com o objetivo de compreendermos as características do discurso como estruturante do debate público.

O termo “discurso” serve a diferentes entendimentos sobre a sua essência e seus limites. Como elencado por Fairclough (2001), na linguística o termo é usado, muitas vezes, em referência ao diálogo falado, em contraposição aos textos escritos. Contudo, também na linguística, o autor destaca que é mais comum que “discurso” seja usado tanto para amostras ampliadas de linguagem falada, como escrita. Essa abordagem enfatiza a relação entre aquele que emite e quem recebe a mensagem, focalizando, portanto, “processos de produção e interpretação da fala e da escrita” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 21). Também a teoria social se utiliza dessa noção, observando os efeitos sociais do discurso ou como, do ponto de vista histórico, “diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

Fairclough (2001) propõe reunir a perspectiva linguística e da teoria social, considerando a linguagem como uma forma de prática social. Dessa forma, o discurso seria,

uma forma de ação, com a qual se pode agir sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros. Charaudeau (2006b, p. 26) também considera o discurso como um modo de influência sobre o outro, “para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele”. Esse outro, porém, pode também estar tentando influenciar seu interlocutor, ou não. Além de um modo de ação, o discurso também é um modo de representação e significação do mundo, estabelecendo com a estrutura social uma relação dialética: constituindo e sendo constituído pela estrutura que ele significa e representa (FAIRCLOUGH, 2001).

O discurso, dessa forma, assume efeitos construtivos que fundamentam a experiência no mundo. Como sustenta Fairclough (2001), esses efeitos são os de construção das *identidades sociais e posições de sujeito*, construção das *relações sociais*, e construção de *sistemas de conhecimento e crença*. Entretanto, “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93). Nessa perspectiva, a prática discursiva, como ação, representação e constituição do mundo, pode tanto reproduzir a sociedade, como contribuir para transformá-la.

Nesse sentido, Fairclough vê o discurso como um modo de prática política e ideológica:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma, os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Da mesma forma, para Charaudeau (2006b), o discurso se faz presente na *ação* política, na medida em que esta depende de um espaço de discussão. Como argumenta o autor, o uso da palavra é um imperativo da ação política:

[...] a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 21).

O discurso e a ação são, portanto, indissociáveis na política. E, como objeto deste estudo, é importante delimitar a que se refere o discurso político. Charaudeau (2006b, p. 40) defende que o discurso político é configurado pela situação de comunicação, ou seja, não é o conteúdo do discurso que o torna político, mas “é a situação que o politiza”. Dessa forma,

como sustenta o autor, há diferentes situações em que se fabrica o pensamento político: o lugar de elaboração dos *sistemas de pensamento*, o lugar relacionado ao *ato de comunicação* em si, e o lugar do *comentário*.

O primeiro refere-se ao discurso que procura “fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir como referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 40). O *ato de comunicação* refere-se ao discurso político no qual o desafio dos atores é o de influenciar e obter a adesão de seus interlocutores às ideias e imagens propagadas, utilizando-se de estratégias de *persuasão* e *sedução*. Já no terceiro lugar, o do *comentário*, o que se tem é um discurso *sobre* o político, que se inscreve em uma situação que está fora do campo da política. É o caso de um comentário casual, na família, entre amigos, e também o caso do comentário jornalístico sobre a política.

Assim,

[...] o discurso político manifesta-se tanto “*intragoverno*”, correspondendo a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa para poder governar com os parceiros diversos, quanto “*extragoverno*”, correspondendo a um desafio de deliberação no qual a palavra circula entre esses mesmos parceiros sem que estes tenham poder de decisão. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 41 - grifos do autor).

Além das distintas situações em que se produz o discurso político, Charaudeau (2006b) também elenca três lugares, ou instâncias, de fabricação desses discursos: a instância *política* (e sua instância *adversária*), a instância *cidadã*, e a instância *midiática*. A instância política e a instância adversária utilizam as mesmas estratégias discursivas, ou seja: “*propor* programas políticos quando se trata de candidatar-se aos sufrágios eleitorais, [...] *justificar* decisões ou ações para defender sua legitimidade, [...] *criticar* as ideias dos adversários para melhorar sua posição e [...] *conclamar* o consenso social para obter o apoio dos cidadãos” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 56).

O político

procura reunir as elites em torno de um projeto de governo comum, para o qual convém estabelecer alianças com diferentes partidos e com os diferentes setores dessas elites, e isso com a ajuda de promessas ou ameaças. Em relação às massas, ele busca obter a “dominação legítima” de que fala Max Weber, com a ajuda de discursos que tentam suscitar uma paixão comum voltada para um homem ou um projeto. Quanto ao que o político julga necessário defender ou atacar, ele pode apoiar seu discurso sobre: o valor das ideias, ao defender a legitimidade de uma causa moral (a solidariedade); o valor do programa e dos meios usados para atingi-lo (pragmatismo, realismo, eficácia); o valor dos homens e das mulheres que atuam na política, sua competência, sua experiência e seu saber-fazer. Dito de outra forma, o político deve fazer uso de todas as estratégias disponíveis para fazer com que o maior número de cidadãos adira a suas ideias, a seu programa, à sua política e

à sua pessoa. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 83-84).

A instância cidadã é um lugar onde a opinião se constrói fora dos limites do governo, produzindo um discurso que visa essencialmente interpelar a instância política, seja individualmente, seja a partir da organização em “grupos militantes”. Por fim, a instância midiática é o “elo” entre as outras duas instâncias, mas que se encontra entre uma lógica democrática e uma lógica comercial.

O discurso da instância midiática encontra-se [...] entre um enfoque de cooptação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público, e um enfoque de credibilidade, que o leva a capturar o que está escondido sob as declarações dos políticos, a denunciar as malversações, a interpelar e mesmo a acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 63).

Como característica do discurso político, Charaudeau (2006b) aponta que ele muitas vezes realiza uma “narrativa de aventura”: com um mal, um causador desse mal e a reparação do mal pela ação heróica de um salvador. Ele “insiste mais particularmente na *desordem social* da qual o cidadão é vítima, na *origem do mal* que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na *solução salvadora* encarnada pelo político que sustenta o discurso” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 91). Ou seja, primeiro é preciso fazer crer que existe uma situação que não é a ideal, ou que existe a iminência de uma situação de desordem, para que a solução salvadora seja apresentada e para que aquele que apresenta a solução seja tomado como aquele capaz de implementar as medidas que irão superar a situação de desordem.

Desse modo, também a desqualificação do adversário torna-se um elemento constitutivo do discurso político através da rejeição das ideias e da ação do adversário. Entretanto, o autor destaca que argumentos complexos sobre os projetos do oponente podem não ser amplamente compreendidos. Nesse caso, opta-se, muitas vezes, pelo ataque ao sujeito, “que questiona a probidade do adversário, suas contradições, sua incapacidade de manter promessas, suas alianças nefastas e sua dependência diante da ideologia de seu partido, que lhe retira toda liberdade de fala e de ação” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 93). Isso porque a simplicidade também é uma característica desejável no discurso político. Dessa forma, o discurso político pretende ser o elo capaz de agregar distintos setores e torno de um projeto apresentado ou de um determinado sistema de valores.

Além do discurso político, também nos importa aquilo que é próprio do discurso midiático. Sendo assim, cabe primeiramente destacar que os discursos produzidos no interior das mídias encontram-se sob uma “dupla lógica”: a lógica econômica, considerando a

organização empresarial característica de grande parte do setor; e uma lógica simbólica, onde essas mídias têm como vocação participar do processo de construção da opinião pública (CHARAUDEAU, 2006a). A informação das mídias, portanto, não é a informação meramente factual, uma vez que ela deve interessar ao maior número de pessoas possível e também obter a adesão da opinião, orientando-se pelas duas lógicas em que estão inseridas.

Para Charaudeau (2006a), as mídias são instâncias que detêm o poder da informação. Isso porque

[...] informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder de dizer”). Além disso, basta que se saiba que alguém ou uma instância qualquer tenha a posse de um saber para que se crie um dever de saber que nos torna dependentes dessa fonte de informação. Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 63).

Restringindo nosso olhar ao jornalismo, o saber que as mídias detêm e que lhes dá o poder de informar é compartilhado tanto pela atividade discursiva do relato (da narrativa) quanto do comentário. Esses dois processos discursivos são complementares e intrinsecamente ligados. Para Charaudeau (2006a, p. 175) “essa dupla atividade discursiva empreende a mesma busca: conhecer o porquê dos fatos, dos seres e das coisas, e, com essa finalidade, comenta-se contando ou conta-se comentando”, utilizando-se, no entanto, de diferentes processos de discursivização. O relato contém uma visão do mundo da ordem do *constativo* descrevendo uma sucessão de fatos e ações. Já o comentário é da ordem do *explicativo*.

Não se contenta em mostrar ou imaginar o que foi, o que é ou o que se produz; o comentário procura revelar o que não se vê, o que é latente e constitui o motor (causas, motivos e intenções) do processo evenemencial do mundo. Problematiza os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões. Aqui não se é chamado a projetar-se no mundo contado, mas a avaliar, medir, julgar o comentário, para tomar a decisão de aderir ou rejeitar, seguindo a razão. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 176).

Porém, o comentário jornalístico não é de todo engajado, ele oscila dentro da “dupla lógica” das mídias, buscando ora o engajamento moral, ora o distanciamento. E os dois gêneros que fazem esse comentário, especialmente nas mídias impressas e, hoje, também nos veículos online, são o *editorial* e a *crônica*. Entretanto, ainda que a crônica possa também tratar da política, interessa-nos especialmente o editorial, como espaço onde se expressa a opinião das próprias mídias. Ele é constituído “sobre um propósito que concerne

exclusivamente ao domínio político e social” e “pela temática política, o enunciador é levado a produzir um discurso de opinião” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 235). São esses discursos, políticos e midiáticos, que constituem a forma na qual o debate público se materializa, e são eles o veículo das disputas que se dão em torno dos acontecimentos.

2.3. Acontecimento Público

O acontecimento não é simples fato da vida cotidiana, ele provoca descontinuidades, *instaura rupturas* no curso da normalidade conhecida, “apresenta, pois, um carácter inaugural, de tal forma que, ao produzir-se, ele não é, apenas, o início de um processo, mas marca também o fim de uma época e o começo de outra” (QUÉRÉ, 2005, p. 3). No entanto, a falha, o corte provocado pela irrupção do acontecimento apenas se produz na existência das condições necessárias para que ocorra, sendo, assim, condicionado, mas jamais completamente determinado, pelo seu contexto. O acontecimento carrega sempre alguma medida de indeterminação, rompendo com o estabelecido e ultrapassando as possibilidades conhecidas.

Além disso, o acontecimento também se destaca dos simples fatos pelo seu *poder de afetar* os sujeitos individuais e coletivos na sua experiência. “*Um acontecimento acontece, e acontece com pessoas, e na organização da vida de uma sociedade ou de um grupo. Ele se passa no domínio da experiência e se realiza - ou não - a partir de seu poder de afetação na ação dos sujeitos*” (FRANÇA, 2012a, p. 45 - grifo da autora). O acontecimento o é porque acontece a alguém, se impõe na experiência dos sujeitos.

É por acontecer a alguém que o acontecimento “se torna” (MEAD, 1932 *apud* QUÉRÉ, 2005). Nesse sentido, é necessário encontrar formas de retomar a normalidade interrompida em um presente evenemencial, encontrar maneiras de “suprir a falha” (COELHO, 2013). Dessa forma, o acontecimento *faz agir*. Os sujeitos não se limitam a suportar os acontecimentos, mas respondem e reagem a ele. Assim, os públicos do acontecimento emergem “na experiência ligada a um contexto e ao estabelecimento de uma estrutura de agenciamento que convoca e interpela os sujeitos, posicionando-os e ordenando sua ação” (FRANÇA; ALMEIDA, 2008, p.7), de forma que, diante do acontecimento, os sujeitos fazem escolhas, tomam posições, adotam comportamentos ao mesmo tempo em que recusam outros.

Da mesma forma, o acontecimento *faz falar*.

[...] *ele o é exatamente porque se faz perceber, e nos faz falar*. Ele não significa apenas quando se faz discurso, mas é ele que tenciona os sentidos existentes, demanda ser compreendido e impulsiona o processo de semiotização dentro do qual passa a uma outra fase de sua existência. (FRANÇA, 2012a, p. 45 - grifo da autora).

Ao falar em “outra fase de sua existência”, França (2012a) se refere ao que nomeia como “*segunda vida*” do acontecimento (FRANÇA, 2012a). Para a autora, assim como para Quéré, o acontecimento não é nem somente aqueles fatos noticiáveis, que suscitam o interesse público (ou do público), como sugerem perspectivas empiristas; nem somente a narração desses fatos, especialmente pela mídia, como argumentam perspectivas construtivistas. Os acontecimentos são, portanto, o resultado indissociável desses dois momentos, ou duas “vidas”. Para a França (2012a, p. 45), não restam dúvidas “quanto à força da linguagem, porém não podemos fazer dela o Verbo edificador do mundo e da vida social”.

Quéré (2012) distingue essas duas fases do acontecimento como *acontecimentos existenciais* e *acontecimentos-objetos*. A primeira diz respeito às mudanças e rupturas experienciadas concretamente “sob o aspecto de seu *happening* e experimentados simultaneamente sobre o prisma de suas qualidades imediatas e de seu condicionamento externo” (QUÉRÉ, 2012, p. 37). Já a segunda é referente ao acontecimento enquanto objeto de pensamento e de discurso. A principal diferença entre essas duas formas do acontecimento é o seu “grau de simbolização” (QUÉRÉ, 2012), muito maior na segunda, mas inevitavelmente presente na primeira, uma vez que apreendemos o mundo através das formas simbólicas assimiladas.

Essas duas formas coexistem. Ao se instaurar na dimensão da experiência, o acontecimento suscita o pensamento, a narrativa, de maneira a que possamos, transformando-o em objeto, intervir no curso do acontecimento, atenuando seu impacto de ruptura e, sobretudo, domesticando seu desenvolvimento e seus sentidos. De forma inversa, o acontecimento narrado, transformado em discurso, é sempre recebido no domínio da experiência (QUÉRÉ, 2012).

Sustentando-se nos escritos de Dewey (1925), Quéré (2012) considera a comunicação como o lugar onde o acontecimento-objeto se constitui.

Quando a comunicação se produz, todos os acontecimentos naturais são submetidos a uma reconsideração e revisão; eles são readaptados para satisfazer as exigências da conversação, seja em caso de discurso público, seja em caso de início de discurso designado por pensamento. [...] Tendo sido nomeados, [...] os acontecimentos levam uma segunda vida, independente. Além de sua existência original, eles são submetidos a uma experimentação como ideias: seus significados podem ser combinados e reorganizadas ilimitadamente pela imaginação, e o resultado desta experimentação interna que é o pensamento pode entrar em interação com os

acontecimentos em estado bruto e não tratados. (DEWEY, 1925, p. 166 *apud* QUÉRÉ, 2012, p. 31).

A essa altura o acontecimento passa a existir também como representação (FRANÇA, 2012b), e isso se dá tanto na conversação cotidiana como em esferas mais ou menos institucionalizadas de debate, mas, principalmente nas esferas midiáticas. “É principalmente neste domínio que os acontecimentos são revividos e ganham sua existência simbólica. E às vezes essa segunda vida é tão transformadora, e causa tanto impacto, que ela atua igualmente (e novamente) como acontecimento existencial” (FRANÇA, 2012b, p.16).

É próprio do acontecimento suscitar a simbolização, a representação, os sentidos, na busca por apreendê-lo. Como argumenta Romano (*apud* Quéré, 2005, p. 16), o acontecimento carrega “as condições da sua própria inteligência”. Nesse sentido, Quéré (2005) apresenta-o como um *fenômeno de ordem hermenêutica*: “por um lado, ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação. Pode assim revelar uma situação problemática que aguarda resolução” (QUÉRÉ, 2005, p.3). O acontecimento não apenas revela essas situações problemáticas, ou “campos problemáticos”, na denominação também proposta pelo autor, como novos campos problemáticos podem se formar a partir dele.

Assim, a irrupção do acontecimento, ao constituir um presente evenemencial, permite que seja ele “a esclarecer o seu contexto, a modificar a inteligência de acontecimentos ou de experiências anteriores, a revelar uma situação com os seus horizontes” (QUÉRÉ, 2005, p. 13), “o acontecimento é gerador de informações, perturbador dos quadros” (FRANÇA, 2012a, p. 49). Para França (2012a, p. 46), perceber o poder hermenêutico do acontecimento permite ver mais do que os discursos sobre essas ocorrências, mas perceber esses discursos “organizando os sentidos dispersos”.

Esse presente do acontecimento, ao romper com a normalidade e com os sentidos correntes, “instala uma temporalidade estendida, convoca um passado com o qual ele possa estabelecer ligações, anuncia futuros possíveis” (FRANÇA, 2012a, p. 47). O passado e o futuro do acontecimento são relativos a esse presente evenemencial, eles não preexistem à irrupção do acontecimento, assim como não preexiste o contexto no qual ele se inscreve e o qual ele esclarece. Diante disso, Quéré (2012, p. 27) lembra que o passado não é absoluto, pois é “sempre o passado de um presente experiencial” de um acontecimento, e “o passado se modifica porque o presente passa por mudanças: um presente diferente faz surgir um passado

diferente”.

Os acontecimentos se inscrevem em diferentes dimensões da experiência e provocam diferentes níveis de afetação dos sujeitos individuais e coletivos. Nesse sentido, Quéré (2013) aborda a especificidade do *acontecimento público*: é o acontecimento inscrito no território dos problemas públicos e seu tratamento pela ação pública, que, para além da ação do Estado, “pode ser o resultado de movimentos sociais, de movimentos de opinião, de associações e de comissões de cidadãos, de intelectuais intervindo publicamente” (QUÉRÉ, 2011, p. 27). São acontecimentos que mobilizam o interesse público e que, portanto, provocam a emergência de públicos e a ação coletiva.

O acontecimento público provoca o envolvimento da mídia, da sociedade civil e do Estado (COELHO, 2013). Dessa forma, quando um acontecimento público “é suficientemente poderoso para provocar impactos na vida dos indivíduos e na sociedade, ele se impõe aos meios de comunicação de massa e atrai as instituições políticas” (WEBER, 2013, p. 190). Apropriado pela mídia, o acontecimento público poderá ser convertido em espetáculo político-midiático, permanecendo em pauta por tempo indeterminado se “a estrutura vital do acontecimento permanece aberta e oferece mais informações, outros ângulos e dados capazes de alimentar notícias, programas e discursos” (WEBER, 2013, p. 190). A permanência do acontecimento público na pauta midiática importa, segundo Quéré (2005, p. 22), por dois motivos: eles atuam como suportes “por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas”.

O debate público sobre os acontecimentos públicos envolve “todos os tipos de actores sociais” (QUÉRÉ, 2005, p. 22). Nesse sentido, o acontecimento “instaura também um espaço comunicativo [...] que reúne aqueles que o experimentam e o interpretam” (MARQUES, 2012, p. 143). É nesse espaço comunicativo que se instauram os públicos e se dá o debate onde os sentidos abertos pela ruptura provocada pelo acontecimento são disputados.

Marques (2012) apresenta o debate público em torno dos acontecimentos a partir da noção de comunidades: comunidade ideal de linguagem, a partir de Habermas (1987); comunidade de aventura, utilizando a proposta de Quéré (2003); e comunidade de partilha, apresentada por Rancière (2004a).

Essas comunidades são políticas porque têm como principal característica o fato de serem fruto de um tipo de vínculo e de engajamento entre os sujeitos que as integram cuja finalidade é tentar, de forma discursiva e argumentativa, definir

individualizar e associar um acontecimento a um campo problemático específico (MARQUES, 2012, p. 144).

É o acontecimento que organiza o comum, que institui a comunidade⁷. Ele leva os sujeitos a se afirmarem, comunicativamente, como integrantes de um mundo comum instaurado pelo acontecimento. E esse mundo comum “existe por meio do diálogo e da palavra”, ou seja, “[...] a formação de um mundo comum requer, portanto, uma ação comum através da linguagem” (MARQUES, 2012, p. 146).

O acontecimento é, portanto, atravessado pela comunicação em diversos níveis. Enquanto acontecimento-objeto ele suscita narrativas, discursos, que se dão tanto em conversas cotidianas, quanto através dos meios de comunicação de massa e, mais recentemente, pela internet. Além disso, ao abordarmos os acontecimentos públicos, o debate público, enquanto prática comunicativa que envolve os sujeitos por ele afetados, no âmbito da sociedade civil, do Estado e da mídia, se estabelece como instância fundamental de disputa de sentidos. O debate público sobre um acontecimento é especialmente desencadeador de processos de simbolização, uma vez que ele instaura um presente capaz de rever passados e anunciar futuros.

⁷ Ou as redes de comunicação, como veremos no capítulo sobre comunicação pública.

III - O PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Nesta terceira parte, iniciamos a discussão em torno do objeto desta pesquisa: os discursos e argumentos sobre o impeachment no contexto do afastamento provisório de Dilma Rousseff em 12 de maio de 2016. Apresentamos a seguir o objeto de pesquisa e a metodologia deste estudo e passamos à reconstituição do acontecimento impeachment e do dia do afastamento provisório da ex-presidenta. Também são apresentados os atores a quem estão vinculados os discursos analisados. Por fim, realizamos a classificação e análise dos discursos, argumentos e relações entre os atores do debate público.

3. OBJETO DE PESQUISA

Nosso objeto de estudo são os discursos e argumentos acionados em torno do afastamento provisório de Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016, em um debate público protagonizado por atores políticos vinculados ao Estado, mídia e sociedade, e capazes de mobilizar sentidos e interpretações sobre este acontecimento, considerado como um tema de interesse público. Trabalhamos aqui com atores dos três âmbitos que constituem o debate público (WEBER, 2017) pelas especificidades e responsabilidades que cada um assume. No âmbito do Estado, temos a instância decisória, no Legislativo e, nesse caso, também o alvo do processo, no Executivo; no âmbito midiático, está configurada a instância mediadora, capaz de atribuir credibilidade e visibilidade aos discursos dos demais atores e ao seu próprio; e no âmbito da sociedade civil está o poder de mobilização que ecoa nas esferas de visibilidade e de decisão.

O nosso objeto de pesquisa é formado, assim, pelos acontecimentos do dia 12 de maio de 2016, enquanto contexto específico dos discursos a serem analisados, e pelos atores políticos, sociais e midiáticos que consideramos serem centrais nesse debate. No âmbito do Estado, nos importa o discurso da chefe do Poder Executivo Federal, afastada no dia 12 de maio de 2016, Dilma Rousseff, e de seu substituto, o vice-presidente Michel Temer. Também compõem nosso objeto as lideranças da situação e da oposição no Senado Federal, que decide pelo afastamento da presidenta naquela data. No âmbito midiático, são trazidos atores centrais do campo que se posicionam em editoriais sobre o afastamento de Dilma. Já no âmbito da sociedade civil organizada, abordamos os quatro movimentos sociais que

consideramos terem sido os mais relevantes no contexto do processo de impeachment por terem organizado manifestações tanto pelo impeachment de Dilma, como fizeram Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua, quanto contrárias ao impeachment, caso da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo.

3.1. O dia do afastamento

O dia 12 de maio de 2016 entrou para a história do Brasil como o dia em que Dilma Rousseff (PT) foi afastada pelo Senado Federal, até então, provisoriamente. Ainda no dia 11, sob o comando de Renan Calheiros (PMDB), o Senado Federal deu início à sessão que decidiria pela admissibilidade ou não do processo de impeachment movido contra a presidenta. O que estava em votação, portanto, não era o impeachment, mas se a Casa iniciaria um julgamento, com coleta de provas e oitiva de testemunhas, sobre as alegações do processo de que Dilma havia cometido crimes de responsabilidade em seu primeiro mandato. No início da manhã do dia 12, em uma votação que durou cerca de três minutos, o telão do Plenário do Senado anunciava que, por 55 votos a 22, Dilma Rousseff seria afastada de seu cargo por até 180 dias, enquanto o processo seguiria tramitando. Ainda durante aquela manhã Dilma Rousseff e Michel Temer (PMDB) foram notificados da mudança de governo. A votação no Senado e a consequente mudança na Presidência levaram não apenas a se manifestarem os diretamente envolvidos no episódio (vinculados ao Poder Executivo e Poder Legislativo), mas mobilizaram os diferentes públicos do acontecimento impeachment nos âmbitos do Estado, sociedade e mídia. Dessa forma, são os discursos de atores que se envolveram no debate público sobre o processo de impeachment como atores centrais, produzidos no contexto do afastamento da então presidenta, que interessam diretamente a esta pesquisa.

3.2. O debate público

Os atores do debate público sobre o processo de impeachment contra Dilma Rousseff que são objeto desta pesquisa foram selecionados enquanto representativos dos âmbitos do debate a que pertencem (Estado - Executivo e Legislativo -, mídia e sociedade). Sendo assim, foram selecionados no âmbito do Estado a então presidenta da República, Dilma Rousseff, e o então vice-presidente, Michel Temer, que assume interinamente a Presidência no dia 12.

Também foram selecionados senadores que ocupavam cargo de lideranças parlamentares na época, por serem atores da Casa responsável pelo julgamento do processo no dia do afastamento de Dilma. No âmbito da mídia, essencial ao debate público contemporâneo, temos como objeto veículos da imprensa de referência e mídias alternativas. Já no âmbito da sociedade, os protagonistas são os movimentos que se articularam entre 2014 e 2015 em torno da defesa do impeachment ou da defesa da manutenção do governo. Entendemos que, por serem atores centrais no debate público sobre o impeachment de Dilma Rousseff, os argumentos mobilizados por eles servem como insumo para um debate mais amplo que tomava conta de toda a sociedade naquele contexto. Por isso, ao analisarmos os discursos desses atores, podemos identificar os principais temas e argumentos colocados por eles em circulação no debate público, como atores altamente institucionalizados e interessados no tópico em discussão.

A sociedade também teve papel fundamental no debate público sobre o acontecimento que irrompe com o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Movimentos contrários ao governo se articularam para pedir o impeachment da então presidenta. Ao mesmo tempo, também se organizaram, contra o impeachment, grandes frentes que reuniram movimentos e entidades ligadas aos trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, mulheres, jovens, etc. Esse movimentos, que disputaram nas ruas e nas redes digitais a direção do processo e os sentidos do acontecimento são, portanto, parte fundamental do nosso objeto de pesquisa. Os movimentos estudados são: Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo.

A mídia é parte fundamental dos processos de comunicação pública contemporâneos. Ela atua como esfera de visibilidade pública dos atores e opiniões que se colocam no debate público sobre temas de interesse público, seja pelos formatos informativos do jornalismo, ou pelo entretenimento. Ao mesmo tempo, as instituições midiáticas não são atores desinteressados ou apenas meios por onde passam as opiniões de outrem, ao contrário, também assumem posicionamentos e participam ativamente do debate público. No caso dos veículos jornalísticos, é através dos editoriais que a opinião institucional sobre os temas de interesse público é manifestada. Em um debate público que envolve diferentes setores sociais, como o que se dá em torno do processo de impeachment de Dilma Rousseff, os argumentos tecidos pelos veículos de comunicação, inevitavelmente, entram nessa disputa de sentidos. As mídias que compõem nosso objeto de pesquisa são *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, dois jornais

de circulação nacional, com as maiores tiragens, de acordo com o IVC, e pertencentes a dois grandes grupos de comunicação, Grupo Folha e Grupo Globo. Além desses, também nos interessam as mídias alternativas *Revista Fórum* e *Brasil de Fato* nacional. Essas mídias foram selecionadas pela sua atuação no contexto do impeachment, como mídias vinculadas aos movimentos contrários à cassação de Dilma. Outras mídias alternativas também estiveram engajadas no debate sobre o impeachment. Contudo, essas duas foram selecionadas por utilizarem o formato opinativo de editorial para se posicionarem sobre o tema.

No Poder Executivo Federal, compõem nosso objeto de pesquisa os dois protagonistas que ocuparam a Presidência da República no dia 12 de maio de 2016, Dilma Rousseff, presidenta eleita em 2014, e Michel Temer, vice-presidente, que assume interinamente o posto de presidente com o afastamento da então titular do cargo. No Poder Legislativo Federal, nos interessam os discursos das lideranças vinculadas ao governo e à oposição no Senado Federal, instância decisória final e onde ocorre a votação que decide pelo afastamento provisório de Dilma Rousseff no dia 12 de maio de 2016. Foram selecionados os discursos dos líderes das três maiores bancadas do Senado (PMDB, PT e PSDB), dos líderes dos dois maiores blocos parlamentares (Bloco de Apoio ao Governo, 14 senadores, e Bloco Parlamentar da Oposição, 16 senadores) e do líder do governo. Contudo, são estudados apenas cinco discursos, uma vez que as posições de líder do PT e líder do Bloco de Apoio ao Governo são acumulados pelo mesmo senador.

3.3. *Corpus de pesquisa*

Buscamos por manifestações desses atores no período de 10 a 13 de maio de 2016, em virtude do afastamento da ex-presidenta pelo Senado no dia 12 de maio de 2016 (ou iminência desse afastamento). Pela natureza diversa dos atores, a busca pelos discursos obedeceu às especificidades de cada um, assim como a seleção dos discursos. Os textos selecionados seguem a orientação de representatividade (representam a opinião do ator, institucional ou não) e pertinência (são adequados aos objetivos da pesquisa). O Quadro 01 explicita os locais de busca e tipos de discurso selecionados.

Quadro 01 - Corpus de pesquisa

ÂMBITOS		CÓDIGO	PROTAGONISTAS	LOCAL DE BUSCA	TIPO DE DISCURSO	DATA
Sociedade Civil Organizada		FBP	Frente Brasil Popular	Site da entidade	Nota	12/05/2016
		FPSM	Frente Povo Sem Medo	Site de busca	Nota em evento do Facebook	12/05/2016
		VPR	Vem Pra Rua	Site de busca	Artigo de liderança	12/05/2016
		MBL	Movimento Brasil Livre	Site de busca	Artigo de liderança	10/05/2016
Sistema de Mídia		FSP	Folha de São Paulo	Site do veículo	Editorial	12/05/2016
		OGLO	O Globo	Site do veículo	Editorial	12/05/2016
		BDF	Brasil de Fato	Site do veículo	Editorial	12/05/2016
		RF	Revista Fórum	Site do veículo	Editorial	12/05/2016
Poder Legislativo	Senado Federal	LPT	Paulo Rocha (Líder do Bloco Apoio Governo e Líder do PT)	Site do Senado Federal	Discussão da matéria no Plenário	11/05/2016 a 12/05/2016
		LPMDB	Eunício Oliveira (Líder do PMDB)	Site do Senado Federal	Discussão da matéria no Plenário	
		LOPO	José Agripino (Líder Bloco Parlamentar da Oposição)	Site do Senado Federal	Discussão da matéria no Plenário	
		LPSDB	Cássio Cunha Lima (Líder do PSDB)	Site do Senado Federal	Discussão da matéria no Plenário	
		LGOV	Humberto Costa (Líder do Governo)	Site do Senado Federal	Discussão da matéria no Plenário	
Poder Executivo	Presidência da República	DR	Dilma Rousseff	Site da Biblioteca da Presidência	Declaração à imprensa	12/05/2016
		MT	Michel Temer	Site Palácio do Planalto	Discurso oficial	12/05/2016
Atores		15		Discursos	15	Período 10 e 12/05/16

Fonte: elaboração própria.

A maior parte dos discursos foi localizada em sites oficiais dos atores ou das instituições a que pertencem. No entanto, nos sites dos movimentos Frente Povo Sem Medo, Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre, não foram localizadas notas ou manifestações sobre o processo de impeachment no período selecionado. Por esse motivo, e por serem movimentos que tomaram a linha de frente de manifestações a favor e contra o afastamento de Dilma, e considerando as especificidades dos diferentes atores, recorreremos ao site de busca *Google*, configurado para as datas selecionadas, realizando a procura pelo nome dos movimentos e chegando aos textos selecionados. No caso da Frente Povo Sem Medo a nota que usamos aqui está em um evento de mobilização para uma manifestação de rua criado pelo movimento através de sua página na rede social Facebook. Já em relação aos movimentos Brasil Livre e Vem Pra Rua, selecionamos artigos assinados por lideranças desses movimentos.

4. DESENHO METODOLÓGICO

Partindo dos pressupostos de que acontecimentos públicos, ao gerarem rupturas e abrirem possibilidades, desencadeiam processos de debate público onde os sentidos do acontecimento são disputados e de que o processo de impeachment de Dilma Rousseff se impõe como acontecimento público, definimos o seguinte objetivo para esta pesquisa:

Identificar os argumentos mobilizados no contexto do afastamento provisório de Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016, por atores centrais no debate público sobre o impeachment e analisar as relações estabelecidas entre eles através de seus argumentos.

Sendo assim, propomos um desenho metodológico com diferentes etapas, e métodos que nos auxiliam em cada uma delas. Partimos da *pesquisa bibliográfica*, que nos permite associar os pressupostos da pesquisa e orienta nossos objetivos; realizamos a *pesquisa histórico-descritiva*, que permitiu a reconstituição do acontecimento como contexto dos discursos; para a análise dos discursos nos valem da *análise da argumentação* e *análise de redes sociais* para compreendermos as conexões entre os diferentes atores a partir de seus argumentos.

4.1. Pesquisa bibliográfica

A investigação desenvolvida teve como primeira etapa metodológica a pesquisa bibliográfica. Nessa fase foram definidos os conceitos norteadores da pesquisa e desenvolvida a discussão teórica anteriormente apresentada. Também como parte dessa etapa foi construído o capítulo sobre o Estado da Arte (Apêndice 1), onde são brevemente discutidas as pesquisas já realizadas sobre o tema impeachment de Dilma Rousseff. Essa etapa nos permitiu definir o ponto de partida das discussões teóricas já realizadas acerca dos conceitos norteadores deste projeto, e também o ponto de partida em relação à abordagem do objeto a partir da identificação dos estudos anteriores sobre o processo de impeachment ocorrido em 2016.

4.2. Pesquisa histórico-descritiva

Com a pesquisa histórico-descritiva objetivamos reconstituir os principais elementos históricos e sociais que permitem a apreensão do processo de impeachment de Dilma Rousseff enquanto acontecimento público. Essa reconstituição nos importa por ser o contexto de produção dos discursos estudados, sem o qual uma análise dos argumentos e conexões entre os atores perde o referente que a sustenta. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 107), “o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos”. É essa percepção das continuidades e relações entre os diferentes episódios que vão se encadeando ao longo do processo de impeachment que buscamos com a pesquisa histórico-descritiva.

4.3. Análise da Argumentação

A argumentação, de acordo com Charaudeau (2009), é uma forma de agir sobre os outros. Nesse sentido, importa para aquele que argumenta o contexto e os sujeitos em comunicação já que, como sustentam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação visa a “adesão dos espíritos”. Uma argumentação eficaz consegue, portanto, aumentar a adesão daqueles a quem se dirigem as teses que são apresentadas, de forma a desencadear uma ação ou estado de espírito esperado, ou ainda a disposição à ação, a ser mobilizada em momento “oportuno”.

Charaudeau (2009) define três pontos necessários para que haja uma argumentação:

[...] uma *proposta sobre o mundo* que *provoque um questionamento*, em alguém, quanto à sua *legitimidade* (*um questionamento quanto à legitimidade da proposta*); um *sujeito* que se *engaje* em relação a esse questionamento (convicção) e *desenvolva* um raciocínio para tentar estabelecer uma *verdade* (quer seja própria ou universal, quer se trate de uma simples *aceitabilidade* ou de uma *legitimidade*) quanto a essa proposta; [e] *um outro sujeito* que, relacionado com a mesma *proposta, questionamento e verdade*, constitua-se no *alvo* da argumentação. (CHARAUDEAU, 2009, p. 205).

O discurso argumentativo se dá, para o mesmo autor, sob dois ideais: o ideal de “busca da racionalidade”, que consiste na busca pela verdade, ou pelo verossímil, para si ou para um determinado grupo; e o “ideal de persuasão” ou de “busca pela influência” onde a “verdade” sobre um determinado questionamento é compartilhada com o outro para que este, de forma ideal, “seja levado a ter as mesmas propostas” (CHARAUDEAU, 2009, p. 206). Dessa

forma, para argumentar, é preciso que haja apreço do orador pela adesão do interlocutor no sentido de avaliar os argumentos que podem o persuadir, influenciar seu estado de espírito (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). É essa busca pela adesão dos espíritos que fundamenta os discursos dos debate público sobre o afastamento de Dilma Rousseff, seja no âmbito do Estado, na *instância política*; no âmbito da sociedade, na *instância cidadã*; ou no âmbito das mídias, na *instância midiática*.

Para esta pesquisa, a análise dos argumentos importa na medida em que nos permite compreender que elementos foram utilizados pelos atores envolvidos no debate sobre o impeachment de Dilma Rousseff para buscar a adesão da opinião pública às suas teses.

4.4. Análise de Redes Sociais

A Análise de Redes Sociais (ARS), aplicada a produtos de relações sociais - como a comunicação - permite desvelar essas relações e compreender propriedades estruturais das redes (RECUERO, 2014). Nesse sentido, com o auxílio dos softwares UCINET e NetDraw, podemos compreender as conexões entre os diferentes protagonistas a partir do acionamento de argumentos em comum. Na análise, além da identificação geral da rede, também utilizamos as métricas de centralidade e coesão. A primeira é a métrica *Degree*, enquanto quantidade de conexões que um determinado nó faz (*outdegree*) ou recebe (*indegree*), e que nos permite compreender quais são os argumentos centrais favorável ou contrariamente ao impeachment; a segunda é a métrica *Density* que indica a quantidade de conexões entre os nós existentes, comparando com o número de ligações possíveis. Assim, quanto maior a densidade da rede, maior a coesão argumentativa entre os atores.

4.5. Procedimentos

A primeira etapa de aproximação com nosso objeto de pesquisa consiste na reconstituição do acontecimento impeachment, onde se insere o episódio do afastamento provisório de Dilma Rousseff pelo Senado Federal. O momento seguinte trata-se da descrição, classificação e análise dos textos que compõem o corpus desta pesquisa.

Os discursos dos atores foram classificados e analisados nas seguintes etapas: identificação dos atores do debate, descrição dos discursos e classificação dos argumentos, análise dos argumentos e Análise de Redes Sociais (ARS).

A primeira etapa abrange a identificação dos protagonistas considerando:

- vinculações (âmbito de origem);
- tipo de discursos; e
- contextos específicos dos discursos (no episódio do afastamento provisório).

A segunda etapa corresponde à descrição e classificação dos discursos que integram o debate em categorias temáticas. As categorias utilizadas na classificação foram desenvolvidas a partir das discussões teóricas e metodológicas realizadas, considerando as características e especificidades do objeto e os objetivos da pesquisa:

- Tipologia da argumentação
 - ◆ Argumentos políticos
 - ◆ Argumentos econômicos
 - ◆ Argumentos sociais
 - ◆ Argumentos morais
 - ◆ Argumentos pessoais
 - ◆ Argumentos jurídicos

A classificação em categorias empreendida até esta etapa já permite algumas inferências a partir, por exemplo, da frequência de abordagem dos temas dos argumentos. Inferências, essas, que importam quando um debate público movido por um processo sobre crimes de responsabilidade é atravessado por diversas outras temáticas. No entanto, essa primeira etapa, mais do que permitir a formulação das primeiras inferências, tem o objetivo de organizar os discursos de forma a que possamos identificar quais são os argumentos dos atores sobre o afastamento e compreender as relações discursivas estabelecidas entre eles. Dessa forma, após a descrição e classificação dos discursos por temas, foram identificados os argumentos presentes em cada temática e por quais atores esses argumentos foram mobilizados. O software NVivo foi utilizado nas etapas de classificação dos discursos por temas e de identificação e classificação dos argumentos.

A etapa final consistiu na identificação e análise dos argumentos acionados em cada grupo de atores e também dos principais argumentos dentro de cada categoria temática. Nessa etapa também foram aplicadas técnicas de *Análise de Redes Sociais* (ARS) que permitiram, com o auxílio dos softwares UCInet e NetDraw, compreender as relações estabelecidas entre

os diferentes atores. O método da ARS possibilita, entre outras métricas, a identificação de aproximações e afastamentos entre os atores e/ou argumentos, a centralidade deles e a coesão de uma rede. Dessa forma, utilizamos a métrica *Degree*, que indica quantas relações um determinado nó⁸ faz ou recebe, para identificar os argumentos centrais nas redes; e a métrica *Density*, que indica a relação entre o número de conexões possíveis e o número de conexões existentes em uma rede ($D = \text{relações existentes} / \text{relações possíveis} \times 100$), para verificar a coesão das redes.

⁸ Os nós são cada elemento de uma rede. No caso das redes desta pesquisa, os nós são atores ou argumentos.

5. O ACONTECIMENTO

Como primeira aproximação do nosso objeto de pesquisa, realizamos a reconstituição do acontecimento, sendo iniciada ainda na eleição de 2014, onde procuramos abordar diferentes fatores políticos, econômicos e sociais presentes no contexto que leva ao impeachment de Dilma Rousseff. Recontar e lembrar alguns momentos-chave dos anos que antecederam o impeachment de Dilma Rousseff nos ajuda a compreender a confluência de elementos que estavam colocados naquele momento e que foram se somando uns aos outros em um complexo emaranhado histórico. Na reconstituição do acontecimento que empreendemos aqui, buscamos ao máximo dar conta dos principais episódios e seus desdobramentos. No entanto, compreendemos que a narrativa histórica é sempre condicionada por diferentes fatores, como a acessibilidade de documentos e informações, as diferentes narrativas que já foram produzidas, o momento histórico em que se produz a narrativa e o próprio olhar daquele que narra.

Nossa narrativa tem como ponto de partida as eleições de 2014. Sem dúvidas, há episódios que ocorrem antes disso até onde esta narrativa poderia retroceder e que influenciaram nas próprias eleições de 2014. Como discutido no item 1.4., mesmo as manifestações de junho de 2013 foram um ponto de inflexão na política nacional (SINGER, 2015; AVRITZER, 2016; TIBLE, 2016). No entanto, optamos por iniciar a reconstituição do acontecimento impeachment de Dilma Rousseff pelo episódio da eleição por ter sido marcado por reviravoltas, protestos e pelo resultado mais apertado dos últimos 20 anos, e por ser o marco inicial do governo interrompido pelo impeachment. Entendemos esse momento como importante a partir do que argumenta Pérez-Liñan (2000, 2016): o autor defende a necessidade de os presidentes contarem com um “escudo legislativo”, ou seja, membros do Congresso que lhe deem respaldo quando ocorrem manifestações pela sua saída; e com um “escudo popular”, com um setor da população que esteja disposto a apoiar o presidente mesmo em meio a escândalos de corrupção ou quando o Congresso decide iniciar um juízo político contra o governante. No entanto, como observa Liñán, quando há uma eleição com vantagem muito pequena, o escudo popular pode estar debilitado e o presidente não encontrar grande lealdade entre o eleitorado. Além disso, a pequena vantagem na eleição majoritária pode levar à composição de um Congresso também não muito alinhado aos projetos do governante eleito. Compreendendo isso, iniciamos a narrativa do acontecimento

impeachment de Dilma Rousseff na eleição de 2014.

5.1. Eleição de 2014

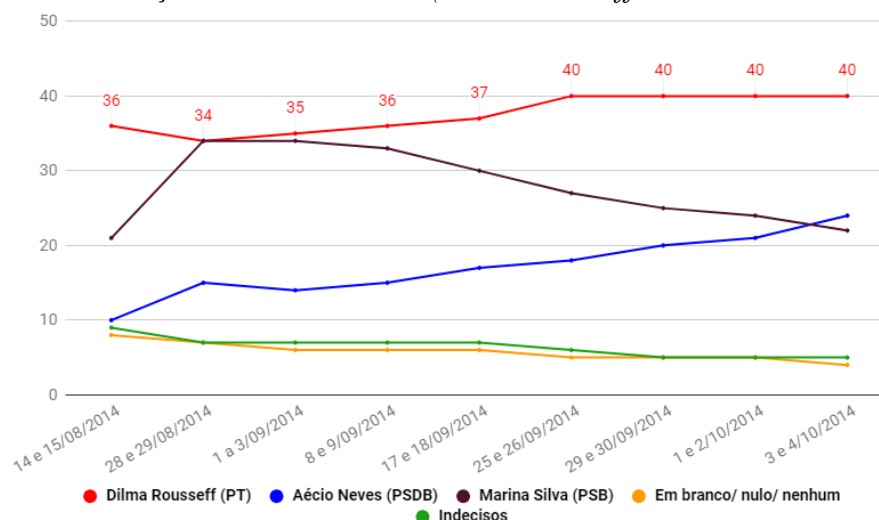
O impeachment de Dilma Rousseff (PT) entra em discussão muito antes da protocolização do processo que, de fato, levou a sua derrubada. Antes, inclusive, da sua reeleição em 2014. Naquele ano, o Movimento Vem pra Rua (VPR) convocou três manifestações⁹ durante o segundo turno das eleições contra o governo e em apoio a Aécio Neves (PSDB), adversário de Dilma no pleito. Além disso, o cenário da eleição presidencial também foi bastante conturbado, permeado por temas como as investigações de desvio de recursos da Petrobras e a discussão de uma crise econômica, e sofreu diversas alterações no decorrer da disputa, especialmente em virtude do falecimento trágico de um dos candidatos, Eduardo Campos (PSB), o que levou a candidata a sua vice-presidenta, Marina Silva (PSB), a assumir a cabeça de chapa.

Em fevereiro de 2014, a candidata petista liderava as pesquisas de intenção de voto¹⁰, chegando a vencer no primeiro turno em simulações que incluíam, entre outros candidatos, Aécio Neves e Eduardo Campos. Após a morte Campos, Marina Silva assume a disputa pelo seu partido em agosto de 2014. Nas pesquisas realizadas entre o final de agosto e início de setembro, Marina estava empatada com Dilma no primeiro turno e venceria no segundo turno. Já o candidato tucano, que, até então, estava em segundo lugar nas sondagens, cai para a terceira posição, passando de 20% para 10% das intenções de voto (Gráfico 01).

⁹ GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho. **Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff**: as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

¹⁰ DATAFOLHA. **Intenção de voto para presidente da República**. 2014. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/07/18/intencao_de_voto_para_presidente.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Gráfico 01 - Intenção de voto 1º Turno (Dilma Rousseff, Aécio Neves, Marina Silva)



Fonte: DataFolha. Elaboração própria.

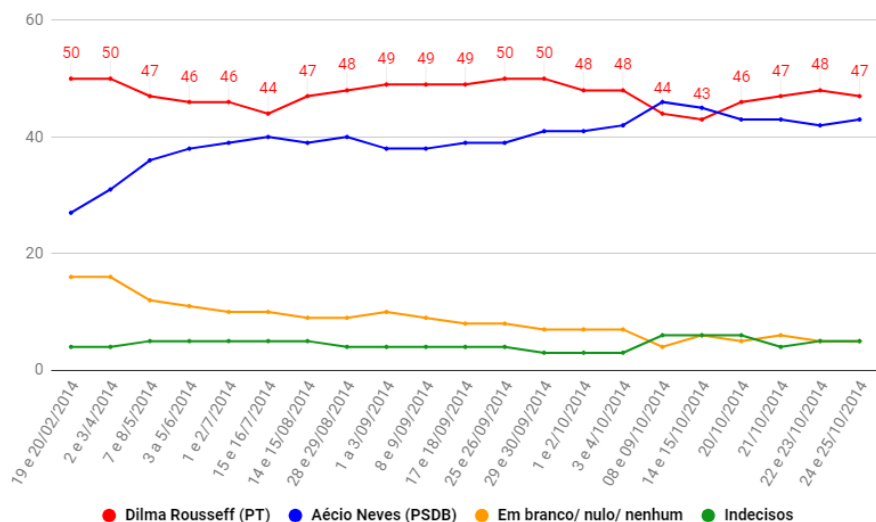
As pesquisas indicavam segundo turno entre Dilma Rousseff e Marina Silva até a última sondagem de setembro. No entanto, a candidata do PSB apresentava tendência de queda nos cinco estudos realizados no mês que antecedeu as eleições. Marina e Aécio entraram em outubro empatados pela margem de erro de 2% (Gráfico 01) e o candidato tucano acabou passando para o segundo turno com uma vantagem superior a 12% sobre a candidata do PSB¹¹.

Nas simulações de segundo turno entre a candidata à reeleição e o tucano, as pesquisas¹² de agosto ao início de outubro indicavam que a petista venceria a disputa. Às vésperas do primeiro turno, Aécio Neves chegou a passar na frente, mantendo, entretanto, o empate pela margem de erro da pesquisa. Na semana que antecedeu a votação final, Dilma Rousseff voltou a passar na frente, vencendo na penúltima pesquisa do pleito e empatando na sondagem final (Gráfico 02). Confirmando a tendência demonstrada pelas últimas pesquisas, Dilma Rousseff (PT) venceu a eleição com uma diferença percentual e absoluta pequena, se comparada com os resultados das cinco eleições anteriores.

¹¹ ELEIÇÕES 2014. **Resultados para Presidente do Brasil (2º turno)**. 2014. Disponível em: <<https://www.eleicoes2014.com.br/candidatos-presidente/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

¹² DATAFOLHA. **Intenção de voto para presidente da República: 2º turno - véspera**. 2014. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/10/25/intencao_de_voto_presidente-vespera_2_turno.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Gráfico 02 - Intenção de voto 2º Turno - Dilma Rousseff (PT) x Aécio Neves (PSDB)



Fonte: DataFolha. Elaboração própria.

Mesmo tendo reconhecido a derrota ao final da apuração, apenas quatro dias após a reeleição de Dilma Rousseff, o PSDB protocolou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um pedido de auditoria da eleição, que foi aceito pelos magistrados. Em novembro e dezembro daquele ano, o Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR), com a participação de Aécio Neves e outros parlamentares da oposição¹³, convocaram manifestações nacionais. Na Avenida Paulista, em São Paulo, cerca de 2500 pessoas participaram do protesto em 1º de novembro, algumas delas levavam cartazes com os dizeres como “Impeachment já”, “Fora PT” e “90% do PIB não elegeu Dilma”¹⁴. Além disso, com a auditoria em andamento, o PSDB faz um novo requerimento ao TSE, dessa vez pedindo a cassação da chapa Dilma/Temer e a diplomação de Aécio Neves, que ficou em segundo lugar. A ação, no entanto, só foi apreciada pelo Tribunal em 2017, sendo rejeitada, e a auditoria, que custou cerca de 1 milhão de reais ao partido¹⁵, não encontrou fraudes no processo eleitoral brasileiro. Ainda assim, o segundo mandato de Dilma foi questionado e sofreu forte oposição dos setores econômicos, políticos e sociais que tiveram seus projetos derrotados pela maioria dos votos em 2014.

¹³ G1. **Aécio e parlamentares da oposição convocam para ato de protesto em SP.** 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/aecio-e-oposicionistas-fazem-pela-web-convocacao-para-ato-de-protesto.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

¹⁴ GALINARI, 2017.

¹⁵ G1. **PSDB diz que não é possível auditar sistema do TSE e pede voto impresso.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/auditoria-do-psdb-nao-encontra-fraudes-no-2-turno-das-eleicoes-2014.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

5.2. O primeiro ano do novo mandato

Logo no início de seu segundo mandato, em 2015, a então presidenta sofreu uma importante e decisiva derrota na Câmara dos Deputados. Na eleição especial para o cargo de presidente da Casa, determinante para o governo federal por definir os projetos que vão para discussão no Plenário, o candidato governista Arlindo Chinaglia (PT) foi derrotado por Eduardo Cunha (PMDB). Na ocasião, o peemedebista declarou que não seria oposição, tampouco submisso ao Planalto¹⁶. No entanto, pouco mais de cinco meses depois, Cunha anunciou seu rompimento político com o governo, acusando o Planalto de articulação com o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para derrubá-lo¹⁷.

No mês de março de 2015, Dilma enfrentou volumosos protestos. No dia 8, seu pronunciamento na televisão aberta por ocasião do Dia Internacional da Mulher, pronunciamento da primeira presidenta do Brasil, pouco foi ouvido. Ao invés do pronunciamento em que a chefe do Executivo federal falava à população sobre o momento econômico pelo qual passava o país, o que se ouviu foram panelas batendo em diferentes cidades pelo país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Os vídeos com panelas, buzinas e gritos de “Fora Dilma” viralizaram rapidamente nas redes sociais, ganhando destaque nos principais jornais, portais de notícias e telejornais do país.

Além do episódio que ficou conhecido como “panelaço”, naquele ano o governo enfrentou protestos nacionais, articulados pelos movimentos VPR e MBL, de forma recorrente. O maior deles aconteceu no dia 15 de março daquele ano, quando 210 mil¹⁸ pessoas estiveram na Avenida Paulista para protestar “contra a corrupção”, “pelo impeachment de Dilma Rousseff” e “contra o Partido dos Trabalhadores (PT)”, de acordo com o instituto DataFolha¹⁹. No contexto desses protestos, o instituto Ibope divulgou dois estudos que revelavam importantes elementos contextuais. Em abril, 87% da população

¹⁶ G1. **Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara em primeiro turno.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

¹⁷ G1. **Eduardo Cunha anuncia rompimento com o governo e diz que é 'oposição'.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

¹⁸ Os organizadores contabilizaram 2 milhões 400 mil participantes, já a Polícia Militar estimou 1 milhão de pessoas.

¹⁹ DATAFOLHA. **Manifestação na avenida Paulista.** 2015. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

acreditava que o país vivia uma crise econômica e, destes, 34% a atribuíam à corrupção²⁰. Já em junho, 75% acreditavam que o país estava no rumo errado. Já quando consideravam aquilo que viam, liam e ouviam falar, o número de pessoas que acreditava que o Brasil não estava no caminho certo subia para 82%²¹.

No momento de instabilidade instaurado desde o início do primeiro ano do governo, alguns episódios se sucederam como agravantes do quadro, como as prisões do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e do ex-ministro do governo Lula José Dirceu, por suposto envolvimento em esquemas de corrupção na Petrobras; os 16 pedidos de impeachment protocolados na Câmara dos Deputados; o déficit de 17,2 bilhões de reais no ano anterior, anunciado em janeiro (e o maior desde que começou a ser feito o registro da série histórica em 1997²²); a entrada da economia em recessão técnica pela queda do Produto Interno Bruto (PIB) nos dois primeiros trimestres do ano; e a divulgação, em outubro, de que o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) havia chegado ao maior acúmulo no ano desde 2003²³. Além disso, o Planalto ainda enfrentou a prisão do líder do governo do Senado, Delcídio do Amaral (PT), acusado de tentar obstruir as investigações da Lava Jato; e precisou lidar também com a rejeição das contas relativas ao exercício de 2014 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de forma unânime. A importância desses episódios está, especialmente, no fato de que nenhum deles aconteceu sem ser amplamente divulgado pelos grandes veículos de comunicação e aproveitado pelos adversários do governo.

Contudo, as ofensivas contra o governo não se deram sem reação. Durante todo o ano de 2015 aconteceram também manifestações em apoio à presidenta e pela continuidade de seu governo. As maiores mobilizações nesse sentido também ocorreram em maio na cidade de São Paulo, com cerca de 100 mil pessoas no dia 13, de acordo com os organizadores, e 12 mil pela contagem da Polícia Militar. Além disso, no final do ano foram criadas duas grandes frentes de movimentos sociais e intelectuais do campo da esquerda empenhadas na “defesa da

²⁰ IBOPE. **Brasil vive crise econômica, segundo 87% da população.** 2015. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/brasil-vive-crise-economica-segundo-87-da-populacao/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

²¹ IBOPE. **Para 75% da população, Brasil está no rumo errado.** 2015. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/para-75-da-populacao-brasil-esta-no-rumo-errado/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

²² EL PAÍS. **Contas do Governo têm o maior déficit desde 1997.** 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/29/economia/1422542868_763665.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

²³ IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Séries Históricas.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 10 jul. 2018.

democracia”²⁴ e “na luta contra medidas antipopulares”²⁵, a Frente Brasil Popular (FBP) e a Frente Povo Sem Medo (FPSM). O governo também se movimentou, na tentativa de conseguir aprovação do Congresso para as suas propostas de enfrentamento à crise econômica, política e social pela qual o país passava. Nesse sentido, ainda em abril, Dilma nomeou seu vice-presidente, Michel Temer (PMDB), para a articulação política do governo. A presidenta também efetuou uma reforma ministerial em outubro, reduzindo o número de ministérios de 39 para 31 e entregando sete ministérios para o partido do vice, entre eles o da Saúde e da Ciência e Tecnologia.

No entanto, os esforços do governo não resultaram como o esperado. O parecer do TCU que rejeitou as contas do governo referentes a 2014 originou o processo de impeachment que foi protocolado pelos juristas Miguel Reale Júnior (PSDB), Janaína Paschoal e Hélio Bicudo na Câmara dos Deputados no dia 15 de outubro de 2015. O processo, que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, acusou a presidenta de *ter conhecimento* de três decretos que não tiveram autorização do Congresso e que teriam impactado a meta fiscal. Além disso, a presidenta também foi acusada de abrir operações de crédito em bancos públicos ao ter atrasado o pagamento de dívidas do governo.

Diante do cenário desfavorável para o governo, o PMDB começa a ensaiar a sua saída do governo e lança, no final do mesmo mês, o programa para o país “Uma Ponte para o Futuro”²⁶, onde aponta caminhos diferentes dos que vinham sendo adotados pelo Planalto. No documento, o partido afirma que as iniciativas expostas “constituem uma necessidade, e quase um consenso, no país” e que “a inércia e a imobilidade política têm impedido que elas se concretizem”²⁷.

Depois de o PT ter anunciado, no dia 2 de dezembro, que votaria pela admissibilidade do processo por quebra de decoro parlamentar contra Eduardo Cunha (PMDB) na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, o presidente da Casa decide acolher o processo de impeachment contra Dilma Rousseff apresentado cerca de dois meses antes. O primeiro ano

²⁴ FRENTE BRASIL POPULAR. **Compromissos da Militância**. 2015. Disponível em: <<http://www.frentebrasilpopular.org.br/conteudo/compromissos-da-militancia/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

²⁵ CUT. **Frente Povo Sem Medo engrossa luta contra o retrocesso**. 2015. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/frente-povo-sem-medo-engrossa-luta-contr-o-retrocesso-8b8f>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

²⁶ Ver apêndice 2.

²⁷ PMDB. **Uma Ponte para o Futuro**. 2015. Disponível em: <<http://xn--programadeformao-snb5e.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Uma-ponte-para-o-futuro.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

termina com a pior reprovação de Dilma: 70% dos entrevistados pelo Ibope achavam o governo ruim ou péssimo. Os setores de atuação pior avaliados eram as políticas e ações de combate ao desemprego, que 87% acreditavam serem ruins/ou péssimas; e juros e impostos, com desaprovação de 91%. Além disso, quase metade da população se mostrava favorável à perda de mandato por um político que seja considerado mau gestor, mesmo sem crimes de corrupção ou responsabilidade; e, entre os que defendiam o impeachment de Dilma Rousseff, 53% era favorável a essa hipótese^{28 29}.

5.3. O ano do impeachment

O ano de 2016 foi marcado pela tramitação do processo de impeachment, que foi capaz de, diariamente, oferecer novos episódios sobre seu andamento, ou sobre as articulações e estratégias do governo e da oposição. Esse foi, provavelmente, o principal tema dos noticiários políticos, permeando o tecido social e provocando o envolvimento dos mais diversos setores, mais ou menos interessados no resultado do processo. Ademais, além da ação que tramitava na Câmara dos Deputados contra a presidenta, o ano não começou menos conturbado para o Planalto do que havia terminado o anterior.

Já em janeiro, o anúncio de um déficit de R\$ 114,98 bilhões, ou 1,94% do PIB, nas contas do governo em 2015 abriu a agenda negativa que compartilharia os noticiários com o processo de impeachment naquele ano. Além disso, em fevereiro, o marqueteiro João Santana foi preso sob acusação de lavagem de dinheiro de corrupção na Petrobras. Santana trabalhou nas campanhas de Lula e Dilma e, por esse motivo, sua detenção foi divulgada em diferentes veículos como a prisão do “marqueteiro do PT”. Em março, o ex-aliado e ex-líder do governo no Senado Delcídio do Amaral firmou acordo de delação premiada com a Procuradoria Geral da República (PGR) onde acusou Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de tentarem interferir nas investigações da operação Lava Jato.

Nesse cenário, no dia 13 de março de 2016 o governo enfrentou as maiores manifestações já registradas na história do país, quando cerca de três milhões^{30 31} de pessoas

²⁸ IBOPE. **Metade da população é a favor de que político perca mandato por má gestão**. 2015. Disponível em:

<<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/metade-da-populacao-e-a-favor-de-que-politico-perca-mandato-por-ma-gestao/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

²⁹ Apenas três anos antes, em 2012, o governo tinha aprovação de 63% da população.

³⁰ EL PAÍS. **Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas**. 2016. Disponível

foram às ruas pedir a saída de Dilma, 500 mil apenas na Avenida Paulista³². Naquele dia, uma pesquisa realizada com os manifestantes revelou que, entre os que se reuniram em São Paulo, 98% consideravam o governo ruim ou péssimo e 95% eram a favor do impeachment da presidenta. Além disso, 79% declararam que votaram no candidato tucano, Aécio Neves, no segundo turno da eleição de 2014 e apenas 3% haviam votado na candidata petista³³. Os movimentos que organizaram as manifestações desse dia, VPR e MBL, seguiram organizando protestos contra o governo durante todo o período de tramitação do processo, inclusive nos dias de votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Em meio ao desgaste acumulado desde 2014, Dilma Rousseff anunciou Lula como seu novo ministro da Casa Civil. Meses antes, uma pesquisa³⁴ sobre a participação do ex-presidente no governo indicava que 57% dos brasileiros acreditavam que o país estava naquela situação porque Dilma havia adotado uma linha de governo diferente da de Lula, e 37% pensavam que o Brasil estaria um pouco ou muito melhor sob o comando do antecessor de Dilma. Ao mesmo tempo, 62% acreditavam que o ex-presidente tinha influência no Planalto, mas, para 53% dos entrevistados, uma maior participação de Lula no governo seria mais negativa para o país. Nesse contexto, no dia 15 de março de 2016, o juiz de primeira instância responsável pelo processo de Lula na Lava Jato divulgou conversas telefônicas entre Dilma e o ex-presidente onde falavam sobre a posse dele, que ocorreria no dia seguinte.

O conteúdo do áudio foi divulgado já na escalada da edição de 16 de março do Jornal Nacional, da TV Globo, telejornal de maior audiência do horário nobre³⁵. Nele, a presidenta

em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

³¹ “É importante apontar, no entanto, que uma disputa de discursos se instalou a respeito do número de manifestações realizadas e do registro de participantes presentes nos atos. É importante sublinhar, neste contexto, que o número de apoiadores em manifestações pode ser tomado como um indício de sucesso ou fracasso de grupos que defendem causas de interesse público. A contagem de público nas manifestações promovidas pelo MBL, pelo VPR e pela FBP foi noticiada por diferentes veículos de comunicação. Enquanto algumas mídias contrastavam estimativas medidas pela PM (polícia militar) com os resultados de institutos de pesquisa especializados e com a percepção dos organizadores, outras privilegiavam apenas a divulgação de uma fonte. Apesar disto, a expressão do debate acerca do número de manifestações e de participantes que aderiram aos eventos demonstra a força e a importância desses atos que, influenciados pelo cenário político e social, afetaram o curso do processo de impeachment”. (GALINARI, 2017, p. 83)

³² DATAFOLHA. **Manifestação avenida Paulista**. 2016. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

³³ Ibid.

³⁴ IBOPE. **Pesquisa de opinião sobre assuntos políticos**. 2015. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/antigos/JOB_1398_BRASIL_Relatorio_de_tabelas_ex_presidente_Lula.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

³⁵ IBOPE. **Ranking semanal**: (14 a 20/03/2016). 2016. Disponível em:

informava ao ministro nomeado que estava lhe enviando o termo de posse para que usasse “se fosse necessário”. O vazamento foi reportado pelo jornal como tendo “indícios fortes de que o objetivo da ida de Lula para o Ministério foi mesmo tirá-lo do alcance do juiz Moro”, já que, como ministro, o processo de Lula deixaria de tramitar nas varas de primeira instância. Em nota, o Planalto explicou que o termo foi enviado pois a posse dos quatro novos ministros recém indicados ocorreria no dia seguinte, mas o ministro-chefe da Casa Civil não sabia ainda se participaria da cerimônia. O governo também repudiou a divulgação da conversa, afirmando que se tratava de uma “afrenta aos direitos e garantias da Presidência da República”, e informou que adotaria as medidas judiciais e administrativas cabíveis³⁶.

No entanto, antes que o Planalto pudesse manifestar-se sobre o ocorrido, as ruas do país já estavam, novamente, em meio a manifestações contra o governo e contra a nomeação de Lula. Essas manifestações ocorreram em, ao menos, 17 estados e no Distrito Federal³⁷. No dia 17, o ex-presidente chega a tomar posse como ministro, mas tem sua nomeação suspensa pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes horas mais tarde³⁸. Esse foi um dos momentos mais delicados pelos quais o governo passou desde a reeleição de Dilma. No entanto, no dia 18 de março, foram os movimentos e manifestantes pró-governo e/ou contrários ao impeachment que tomaram as ruas e fizeram a maior manifestação pela democracia desde o início do processo de impeachment. Na ocasião, 275 mil pessoas, na conta da Polícia Militar, e 1,3 milhão, de acordo com os organizadores, protestaram em 55 cidades de todos os estados e no Distrito Federal. A maior manifestação ocorreu também na Avenida Paulista onde, de acordo com o DataFolha, 95 mil pessoas estiveram presentes. Entre os manifestantes de São Paulo, 46% avaliavam o governo como ótimo ou bom e 95% eram contrários ao impeachment de Dilma Rousseff. Quanto ao voto no segundo turno em 2014, 90% disseram ter votado na então presidenta, e 2% em Aécio Neves. Além disso, 88% acreditavam que Lula havia sido o melhor presidente do Brasil³⁹.

<https://www.kantaribopemedia.com/wp-content/uploads/2016/03/Report_64.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

³⁶ ÉPOCA. **Planalto repudia divulgação da conversa entre Lula e Dilma**. 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/planalto-repudia-gravacao-de-conversa-entre-lula-e-dilma.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

³⁷ ÉPOCA. **Áudios complicam Dilma e Lula**. 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/audios-complicam-dilma-e-lula-acompanhe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

³⁸ Com a permanência da suspensão até o afastamento provisório de Dilma Rousseff, Lula não chegou a exercer o cargo de ministro-chefe da Casa Civil.

³⁹ DATAFOLHA. **Manifestação avenida Paulista**. 2016. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/21/manifestacao-18-03-2016.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

5.4. A tramitação do processo de impeachment de Dilma Rousseff

Paralelamente e de forma conectada com as disputas que se davam no entorno do governo, o processo de impeachment começou a tramitar na Câmara dos Deputados ainda em 2015. A eleição da Comissão Especial do impeachment, que faria o primeiro parecer sobre o processo, foi marcada pela disputa entre chapas. Cada bloco parlamentar já havia indicado para a Comissão um número de deputados de acordo com a sua representação da Câmara. No entanto, o presidente da Casa, Eduardo Cunha, determinou que poderiam ser formadas chapas alternativas. Como resultado, a chapa vencedora ficou formada apenas por deputados de oposição ao governo. Uma disputa judicial foi iniciada em torno da formação da Comissão. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) e, nove dias depois de realizada, a eleição da chapa para a Comissão Especial foi anulada. Cunha ainda recorreu da decisão da Corte Superior, mas teve seu recurso negado, com a proibição pelo STF de chapas avulsas, sem indicação dos partidos ou blocos parlamentares, e com determinação de que a votação na eleição da chapa fosse aberta.

Após a definição das regras pelo STF, no dia 17 de março de 2016, uma nova Comissão foi eleita para analisar o pedido de impeachment. Os cargos de presidente e relator da Comissão foram ocupados pelos deputados Rogério Rosso (PSD/DF) e Jovair Arantes (PTB/GO), respectivamente. Com a eleição da Comissão, a presidenta Dilma Rousseff foi notificada do processo e teve o prazo de 10 sessões da Câmara dos Deputados para apresentar a sua defesa. Antes que as votações se iniciassem na Casa, o PMDB anunciou seu rompimento com o governo Dilma. No dia 30 de março, a Comissão ouviu os autores do pedido e, no dia seguinte, o governo apresentou a sua defesa. O argumento da defesa era o de que as ações da presidenta constituíam ações de governo e não configuravam crime de responsabilidade. No dia 6 de abril, o relator entregou seu parecer favorável ao processo de impedimento de Dilma Rousseff e, cinco dias mais tarde, o relatório foi aprovado na Comissão com 38 votos favoráveis e 27 contra.

Às vésperas da votação que decidiria pela abertura ou não do processo de impeachment foi o Partido Social Democrático (PSD) que anunciou o rompimento com o Planalto, decidindo apoiar o prosseguimento do impeachment. No dia 17 de abril foi votada a admissibilidade do processo e aprovada por 367 favoráveis contra 137 contrários. A votação

foi transmitida pelos principais canais de televisão aberta do país, com exceção do SBT. A maioria dos parlamentares favoráveis ao afastamento de Dilma Rousseff não formulou seu voto tendo os crimes de responsabilidade como argumento⁴⁰. Em vez disso, utilizaram como justificativa seus próprios familiares, “deus”, “cristianismo”, “o fim da corrupção”. Depois de aprovado na Câmara, o processo de impeachment seguiu para o Senado Federal.

No dia 26 de abril, foi eleita a Comissão Especial do Impeachment no Senado Federal. Raimundo Lira (PMDB/PB) foi eleito o presidente da Comissão Especial e Antonio Anastasia (PSDB/MG), relator. A Comissão também chamou os processantes e a defesa da presidenta a fazerem suas alegações. Após esse período de oitivas, o relator apresentou parecer favorável ao prosseguimento do processo. O relatório foi aprovado no dia 6 de maio com o voto da maioria dos 21 senadores que compunham a Comissão. No dia anterior, o STF havia determinado o afastamento de Eduardo Cunha da Câmara dos Deputados. Com isso, Waldir Maranhão (PP/MA) assumiu a presidência da Casa. Como presidente em exercício da Câmara, aceitou um pedido da Advocacia-Geral da União para anular as sessões dos dias 15, 16 e 17 de abril, datas dos debates e da votação do processo de impeachment. Com isso o processo deveria retornar à Câmara. Entretanto, o então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB) não aceitou a decisão de Maranhão, dando prosseguimento ao processo. Horas depois de anular as sessões, o próprio presidente em exercício da Câmara dos Deputados revogou a sua decisão.

A sessão do Senado que decidiu pela abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff teve início ainda no dia 11 de maio e durou mais de 20 horas de intensos debates. Quando o tema entrou efetivamente em votação, já passava das seis horas da manhã do dia 12. Por 55 votos a 22, o Senado decidiu pela abertura do processo e afastou a então presidenta Dilma Rousseff do exercício de seu mandato. Ainda na manhã do dia 12, Dilma Rousseff deixou o Palácio do Planalto, rodeada por ministros do seu governo e acompanhada de Lula, após fazer uma declaração a jornalistas em que afirmava estar sendo vítima de um golpe. No mesmo dia, Michel Temer (PMDB) assumiu interinamente a presidência, até que o Senado Federal tomasse a sua decisão final.

Entre maio e julho diversas testemunhas de acusação e defesa foram ouvidas pelos

⁴⁰ O ESTADO DE S. PAULO. '**É de chorar de vergonha! Simplesmente patético**', diz Joaquim Barbosa sobre votação do impeachment. 2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/e-de-chorar-de-vergonha-simplesmente-patetico-diz-joaqui-m-barbosa-sobre-votacao-do-impeachment/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

senadores e foi realizada perícia pelos servidores do Senado. No início de agosto, o relator do processo na Comissão Especial do impeachment, senador Antonio Anastasia (PSDB), recomendou o prosseguimento do processo. O relatório foi aprovado por ampla maioria tanto na Comissão quanto pelo Plenário. Após a decisão do plenário de levar o processo à sua fase final, no dia 25 de agosto de 2016 teve início a sessão de julgamento do impeachment, coordenada pelo então presidente do STF, Ricardo Lewandowski. Na sessão, que se estendeu até o dia 31 daquele mês, foram novamente ouvidas testemunhas, a acusação e a defesa. O momento mais emblemático do julgamento no Senado foi o discurso de Dilma Rousseff aos senadores no dia 29 de agosto de 2016. Em sua fala, Dilma reafirmou que estava sendo vítima de um golpe: “o que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição”, afirmou a então presidenta afastada⁴¹. Após seu discurso histórico, Dilma Rousseff ainda respondeu aos questionamentos de 48 senadores, em quase 13 horas de depoimento.

No entanto, os esforços da defesa em demonstrar que não havia a configuração de crime de responsabilidade não foram efetivos. No dia 31 de agosto, por 61 votos a 20, o Senado Federal cassou o mandato da presidenta reeleita há menos de dois anos. Com o afastamento definitivo de Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (PMDB) assumiu a Presidência, dando início a uma série de medidas que não estavam no projeto de governo da petista, como a extinção do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), já no dia 2 de setembro de 2016, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016, que limitou o aumento real dos investimentos públicos por 20 anos, e a reforma trabalhista, que permitiu que convenções prevaleçam sobre as normas legais.

5.5. O dia 12 de maio: afastamento provisório da presidenta da República

Consideramos nesta pesquisa o dia 12 de maio de 2016 como um episódio emblemático do acontecimento impeachment de Dilma Rousseff, pois nele se dá o debate sobre o afastamento provisório da presidenta e consequente mudança de governo. Com a formação de um novo governo que, embora, em tese, fosse interino, carrega um projeto de governo

⁴¹ SENADO FEDERAL. **Veja a íntegra do discurso de defesa de Dilma no Senado**. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

próprio e absolutamente centrado em questões econômicas, reconfigurando também toda a estrutura de governo (SVARTMAN; SILVA, 2016). Os fatos que se desenrolam no dia 12 de maio têm início ainda na manhã do dia anterior, quando, por volta das 10h da manhã, o então presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB), deu início à sessão que decidiria sobre a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff e seu consequente afastamento provisório. A sessão se estenderia por mais de 20 horas, período no qual 69 dos 81 senadores discursaram defendendo suas teses acerca do impeachment. Naquele momento, a oposição precisava apenas da maioria simples para que o processo fosse instaurado, como recomendava o relatório da Comissão Especial do Impeachment, elaborado por Antonio Anastasia (PSDB).

Ao contrário do que aconteceu na votação do impeachment na Câmara dos Deputados, a sessão do Senado não foi integralmente transmitida ao vivo por emissoras de televisão aberta. No entanto, telões foram montados na Esplanada dos Ministérios para que manifestantes pudessem acompanhar, já desde o dia 11, a votação. Milhares de pessoas se reuniram no local para acompanhar as discussões e a votação e os grupos favoráveis e contrários ao impeachment foram separados por um largo corredor para evitar que o encontro entre os diferentes grupos causasse tumulto, em um contexto de crescente polarização social (BAQUERO, GONZÁLEZ, 2016).

No início da manhã de 12 de maio, pouco antes das 7h, os 78 senadores presentes concluíram a votação do relatório que recomendava a abertura do processo de impeachment na Casa. Com 55 votos favoráveis e 22 contrários, o Senado decidiu que daria início à investigação sobre crimes de responsabilidade cometidos pela presidenta Dilma Rousseff.

Quadro 02 - voto dos senadores na abertura do processo de impeachment

Votaram pela abertura do processo		Votaram contra a abertura do processo
Acir Gurgacz (PDT-RO)	José Medeiros (PSD-MT)	Angela Portela (PT-RR)
Aécio Neves (PSDB-MG)	José Serra (PSDB-SP)	Armando Monteiro (PTB-PE)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	Lasier Martins (PDT-RS)	Donizeti Nogueira (PT-TO)
Álvaro Dias (PV-PR)	Lúcia Vânia (PSB-GO)	Elmano Férrer (PTB-PI)
Ana Amélia (PP-RS)	Magno Malta (PR-ES)	Fátima Bezerra (PT-RN)
Antonio Anastasia (PSDB-MG)	Marcelo Crivella (PRB-RJ)	Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	Humberto Costa (PT-PE)
Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	Marta Suplicy (PMDB-SP)	João Alberto Souza (PMDB-MA)
Benedito Lira (PP-AL)	Omar Aziz (PSD-AM)	João Capiberibe (PSB-AP)
Blairo Maggi (PR-MT)	Paulo Bauer (PMDB-SC)	Jorge Viana (PT-AC)
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	Raimundo Lira (PMDB-PB)	José Pimentel (PT-CE)
Ciro Nogueira (PP-PI)	Reguffe (Sem partido-DF)	Lídice da Mata (PSB-BA)
Cristovam Buarque (PPS-DF)	Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	Lindbergh Farias (PT-RJ)
Dalírio Beber (PSDB-SC)	Roberto Rocha (PSB-MA)	Otto Alencar (PSD-BA)
Dário Berger (PMDB-SC)	Romário (PSB-RJ)	Paulo Paim (PT-RS)
Davi Alcolumbre (DEM-AP)	Romero Jucá (PMDB-RR)	Paulo Rocha (PT-PA)
Edison Lobão (PMDB-MA)	Ronaldo Caiado (DEM-GO)	Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
Eduardo Amorim (PSC-SE)	Rose de Freitas (PMDB-ES)	Regina Sousa (PT-PI)
Eunício Oliveira (PMDB-CE)	Sérgio Petecão (PSD-AC)	Roberto Requião (PMDB-PR)
Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	Simone Tebet (PMDB-MS)	Telmário Mota (PDT-RR)
Fernando Collor (PTC-AL)	Tasso Jereissati (PSDB-CE)	Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	Valdir Raupp (PMDB-RO)	Walter Pinheiro (Sem partido-BA)
Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	Vicentinho Alves (PR-TO)	
Gladson Cameli (PP-AC)	Waldemir Moka (PMDB-MS)	
Hélio José (PMDB-DF)	Wellington Fagundes (PR-MT)	
Ivo Cassol (PP-RO)	Wilder Moraes (PP-GO)	
José Agripino (DEM-RN)	Zezé Perrella (PTB-MG)	
José Maranhão (PMDB-PB)		

Fonte: Senado Federal/Elaboração própria.

Além dos senadores do quadro acima, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), também estava presente, mas se absteve no momento da votação. Como dito, para que Dilma fosse afastada provisoriamente e o processo fosse iniciado bastava que a maioria simples votasse nesse sentido. Já para que, ao final do processo, ela fosse definitivamente destituída do cargo, seria necessário que dois terços dos senadores votassem pelo impeachment. Essa maioria de dois terços foi atingida já na votação do dia 12 de maio.

Sabe-se que, por se tratarem de matérias diferentes (abrir o processo e impichar a presidenta), o fato de os votos necessários para o afastamento definitivo ter sido virtualmente obtido já na votação de abertura do processo, não significava, necessariamente, a garantia de que a presidenta seria derrotada em sua cruzada contra o impeachment. No entanto, de fato, nenhum dos senadores que votou pela abertura do processo votou contra o impeachment (o

que houve, ao contrário, foi uma debandada dos que haviam votado contra a abertura do processo, votando pelo impeachment em 31 de agosto de 2016, quando 61 senadores votaram pela destituição da presidenta).

A decisão do Senado em dar seguimento a um processo de impeachment contra Rousseff implicou no afastamento provisório da presidenta de seu cargo. Dilma foi notificada no Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo Federal, pelo primeiro-secretário da Mesa Diretora do Senado, Vicentinho Alves (PR), ainda durante a manhã. Ainda no Palácio do Planalto e acompanhada de ex-ministros, do ex-presidente Lula e outros aliados, Dilma fez uma declaração à imprensa onde afirmou que o que estava em jogo era “o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição”. No mesmo momento em que fazia a declaração, um pronunciamento gravado previamente foi divulgado nas redes sociais da Presidência da República.

Figura 2 - Dilma Rousseff faz declaração à imprensa



Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

Ao finalizar sua declaração à imprensa, a presidenta se dirigiu para o lado de fora da sede do governo, onde milhares de manifestantes contrários ao impeachment a aguardavam. Eles, a maioria mulheres, seguravam balões em forma de coração e cartazes onde lia-se: “voltaremos”, “não ao golpe”, etc. Dilma abraçou seus apoiadores, ganhou flores e realizou

um novo discurso em frente ao Palácio. "Hoje é um dia muito triste, mas vocês conseguem fazer com que a tristeza diminua. Eu tenho um momento de alegria com o carinho que vocês passam", disse a presidenta afastada, que também afirmou estar sendo vítima de uma injustiça.

Após notificar Dilma de seu afastamento, o primeiro-secretário da Mesa Diretora do Senado notificou Michel Temer (PMDB) da posse como presidente interino, no Palácio do Jaburu, residência oficial da Vice-presidência. Quando recebeu a notificação, o vice-presidente já estava acompanhado de alguns de seus futuros ministros. Logo após tomar posse interinamente, a equipe de Michel Temer divulgou o novo slogan e logomarca do Governo Federal. O slogan "Ordem e Progresso" é uma referência aos dizeres da bandeira do Brasil e também estava presente na logomarca da gestão.

Ainda no dia do afastamento provisório de Dilma Rousseff, Michel Temer anunciou e empossou seu novo ministério. O ministério de Temer ficou composto por 23 pastas e 11 partidos. A sigla que ficou com mais ministérios foi o PMDB, com 7 pastas, seguido do PSDB (3) e PP (2). PR, PRB, PSD, PTB, DEM, PPS, PV e PSB ficaram com um ministério cada. Quatro ministros empossados não eram filiados a partidos. Michel Temer não realizou um discurso de posse. Seu primeiro discurso oficial foi realizado já na condição de presidente interino durante a cerimônia de posse do novo ministério. Em sua fala, Temer pediu união para aprovar sua agenda "controvertida", sinalizando algumas das contrarreformas - para usar a expressão de Braga (2017) - que pretendia implementar, na contramão do programa eleito em 2014, pela chapa da qual fazia parte.

6. OS ATORES DO DEBATE

Os atores do debate público que são objeto desta pesquisa foram selecionados pela relevância e centralidade que têm no debate público a partir de seus âmbitos de origem, Estado, mídia, sociedade. Pensamos que, considerando a importância que têm, seus discursos e argumentos importam como mobilizadores de sentidos sobre o acontecimento impeachment no debate público. São tratados aqui como atores do debate público não em um sentido que sugira um debate entre eles, mas como integrantes de um debate no qual são público. Retomando a definição de Blumer (*apud* ESTEVES, 2011, p. 154): os públicos são formados por pessoas que “(a) estão envolvidas numa dada questão; (b) que se encontram divididas nas suas posições diante dessa questão; e (c) que discutem a respeito do problema”.

6.1. Sociedade civil organizada

São quatro os atores da sociedade civil organizada analisados nesta pesquisa: Movimento Brasil Livre e movimento Vem Pra Rua, e as frentes que reúnem diversos movimentos sociais, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo.

6.1.1. Movimento Brasil Livre (MBL)

O Movimento Brasil Livre (MBL) foi fundado logo após a eleição de 2014, em primeiro de novembro daquele ano. O movimento foi criado, de acordo com reportagem do portal Terra, por integrantes da organização liberal Estudantes Pela Liberdade (EPL), vinculada à estadunidense Students for Liberty. No entanto, não explicita em seu site quais são as entidades envolvidas. A principal pauta do grupo em 2015 e 2016 foi a destituição de Dilma Rousseff, organizando mobilizações no país inteiro pelo impeachment da presidenta.

6.1.2. Vem pra Rua (VPR)

O movimento Vem Pra Rua (VPR) é o primeiro a surgir entre os quatro estudados. Ele é articulado ainda em outubro de 2014, durante o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano. Em um primeiro momento, o grupo defendia a pauta do combate à corrupção. Em 2015, com o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, eles passam a convocar manifestações pelo impeachment da então presidenta. Galinari (2017) destaca que o nome do

movimento faz uma alusão à palavra de ordem “vem pra rua” utilizada pelo Movimento Passe Livre durante as Jornadas de Junho de 2013. O movimento se diz apartidário e não revela quais são as organizações que o compõem. No entanto, o primeiro site do movimento na internet havia sido registrado em nome de Fábio Tran, diretor executivo da Fundação Estudar, que pertence a Jorge Paulo Lemann, dono de grandes empresas, como Ambev e Burger King no Brasil. Os dois grupos, VPR e MBL, atuaram conjuntamente em muitos momentos, inclusive nas manifestações de 13 de março de 2016, as maiores realizadas pelos grupos pró-impeachment.

6.1.3. Frente Brasil Popular (FBP)

A Frente Brasil Popular (FBP) foi formada em agosto de 2015 como resultado da união de 68 organizações de diferentes setores, como União Nacional de Estudantes (UNE), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e Marcha Mundial das Mulheres. Ela surge em um contexto de protestos e ofensivas da oposição ao governo de Dilma Rousseff como forma de organizar a resistência do, chamado, campo popular e realizar manifestações contra o impeachment pelo país. Como retoma Galinari (2017), o movimento faz referência ao nome da coligação comandada pelo PT nas eleições presidenciais de 1989.

6.1.4. Frente Povo Sem Medo (FPSM)

Já a Frente Povo Sem Medo (FPSM) foi lançada em outubro de 2015 e é composta por 27 entidades, muitas delas também integrantes da FBP, como a CUT. Entre as principais entidades que compõem a FPSM estão o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e movimentos de juventude ligados ao PSOL. O movimento nasceu não apenas como forma de enfrentar o avanço dos movimentos conservadores, mas também como estratégia na disputa da direção que o governo tomaria naquele contexto. Os dois grupos, FBP e FPSM, estiveram juntos em diversos atos contra o impeachment em 2015 e 2016.

6.2. Sistema de mídia

No âmbito do sistema de mídia, estudamos dois veículos hegemônicos de circulação nacional *O Globo* e *Folha de S. Paulo*; e dois veículos alternativos, que têm importância

nesse debate por se alinharem aos movimentos contrários ao impeachment, *Brasil de Fato* e *Revista Fórum*.

6.2.1 *O Globo*

O jornal *O Globo* foi fundado em 1925 por Irineu Marinho na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, a morte repentina de Irineu deixou o jornal sob o comando de Eurycles de Matos, então secretário do jornal. Roberto Marinho, filho mais velho do fundador do jornal, só assumiria a empresa em 1931. Sob seu comando, o Grupo Globo se tornou um dos maiores conglomerados de mídia do mundo, de acordo com o relatório Top Thirty Global Media Owners 2017. O jornal registrou, entre 2014 e 2017, diminuição na tiragem do jornal impresso, passando aproximadamente 205 mil para pouco mais de 130 mil. No total, o jornal registrou perda de 31,1% na sua circulação, como mostram os dados do IVC. N’*O Globo*, os assuntos da política e da economia do país também são frequentemente abordados pelos editoriais, já tendo, inclusive, o jornal defendido posições que foram publicamente retratadas anos mais tarde. É o caso do editorial “Ressurge a Democracia!”, publicado na capa do jornal em 2 de abril de 1964, comemorando o golpe civil-militar que iniciara no dia anterior. Apesar de não ter defendido o impeachment de Collor em 1992, o impeachment de Dilma Rousseff não foi o primeiro a mobilizar a vontade d’*O Globo*. Em 1954, o pedido de impeachment contra Getúlio Vargas apresentado pela UDN foi apoiado pelo jornal.

6.2.2. *Folha de S. Paulo*

A história do jornal *Folha de S. Paulo*, hoje editado pelo Grupo Folha, tem início na década de 20, com a criação da *Folha da Noite* por Olival Costa e Pedro Cunha em 1921. Mais tarde na mesma década, teve início a circulação de edições matutinas com a *Folha da Manhã* em 1925. Alguns anos depois, o grupo lança seu título vespertino *Folha da Tarde*. Em 1º de janeiro de 1960, as três publicações são unificadas e passam a se chamar *Folha de São Paulo*. O jornal passa a ser um dos mais lidos e mais influentes do país, chegando a uma tiragem de mais de 1,1 milhão de exemplares na década de 1990. No entanto, atualmente o jornal vem diminuindo anualmente a sua tiragem, de acordo com o IVC. Os editoriais sempre foram um importante espaço de posicionamento do veículo e, além disso, em 2014 foi lançada a campanha institucional “O que a Folha pensa”, onde o jornal, de tempos em

tempos, se pronuncia sobre temas sensíveis, como a união homoafetiva e o aborto. Em 2016 não foi a primeira vez que o jornal defendeu a saída de um presidente da República ao se posicionar, em diversos editoriais, pela cassação de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB) ou pela dupla renúncia. Em 1991, o veículo já havia sido o primeiro jornal a pedir pelo impeachment de Fernando Collor de Mello.

6.2.3. *Brasil de Fato*

O *Brasil de Fato* nacional foi lançado em 2003, durante uma edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, por uma iniciativa de movimentos populares “para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país”, de acordo com o site do jornal. Desde 2016, as notícias nacionais passaram a circular apenas no site e redes sociais do veículo. No entanto, o jornal ainda circula impresso em edições estaduais no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em São Paulo, no Paraná, em Pernambuco e, mais recentemente, em Porto Alegre. Historicamente vinculado a movimentos populares, como o MST, o jornal se posicionou contra o afastamento de Dilma Rousseff, denunciando o que chamou de golpe.

6.2.4. *Revista Fórum*

A *Revista Fórum* leva esse nome inspirada no Fórum Social Mundial, pois foi durante a edição de 2001 do evento, em Porto Alegre, que a revista foi criada. Como descreve a própria revista, ela “traz no seu DNA a força dos movimentos e a certeza de que é na multiplicidade de vozes que se faz um mundo melhor”. De 2001 até o final de 2013, a revista circulou impressa, com uma circulação mensal de 20 a 25 mil exemplares, e, a partir de 2014, ela passou a circular apenas digitalmente. No processo de impeachment contra Dilma Rousseff em 2016, o veículo se posicionou contrariamente ao afastamento da presidenta em seus editoriais.

6.3. Poder Legislativo - Senado Federal

O Senado Federal foi a principal instância julgadora do processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Foi nele onde se determinou a admissibilidade do processo e afastamento provisório de Dilma, no dia 12 de maio de 2016, e também foi lá que se deu a

investigação com a produção de pareceres técnicos, relatórios, oitivas de testemunhas, argumentações da acusação e da defesa e discurso de defesa da presidenta. Também é no Senado que a cassação do mandato de Dilma no dia 31 de agosto de 2016 é definida. As sessões do Plenário que votaram a admissibilidade do processo e o impeachment foram longas e com extensos discursos. A primeira, como já foi dito, durou mais de 20 horas (de 11 a 12 de maio de 2016), enquanto a segunda perpassou sete dias: foi iniciada na quinta-feira, dia 25 de agosto, e terminou somente no dia 31. Sendo assim, a importância dos discursos dos senadores na sessão dos dias 11 e 12 de maio de 2016 é evidente.

Foram selecionados os discursos dos líderes das três maiores bancadas do Senado (PMDB, PT e PSDB), dos líderes dos dois maiores blocos parlamentares (Bloco Apoio Governo, 14 senadores, e Bloco Parlamentar da Oposição, 16 senadores) e do líder do governo. Os senadores são: Eunício Oliveira, senador pelo PMDB do Ceará desde 2011 e atual presidente do Senado, líder do PMDB na data da votação; Cássio Cunha Lima, senador desde 2011 pelo PSDB da Paraíba, então líder do seu partido no Senado; Paulo Rocha, senador deste 2015 pelo PT do Pará e também líder do Bloco Apoio Governo na data da votação; José Agripino, senador entre 1987 e 1991, e 1995 e 2019, líder Bloco Parlamentar da Oposição pelo DEM na data da votação; e Humberto Costa, senador desde 2011 pelo PT de Pernambuco e líder do governo na data da votação.

6.4. Poder Executivo Federal - Presidência da República

No âmbito do Poder Executivo, são analisados dois discursos: o discurso da presidenta da República afastada provisoriamente, Dilma Rousseff, e o discurso do vice-presidente da República e presidente interino, Michel Temer.

6.5.1. Dilma Rousseff, presidenta da República

Dilma Rousseff (PT) foi a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, em 2010, após vencer o segundo turno das eleições com quase 56 milhões de votos. Antes disso, Dilma enfrentou a Ditadura Militar pela Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e, após a redemocratização, também foi a primeira mulher nomeada secretária da Fazenda de Porto Alegre, a primeira secretária estadual de Energia, a primeira ministra de Minas e Energia e a primeira ministra-chefe da Casa Civil, durante o governo

Lula. Em 2014, foi reeleita presidenta em um segundo turno apertado, obtendo mais de 54 milhões de votos. Já no final do primeiro mandato começou a enfrentar protestos e articulações de setores de oposição que visavam destituí-la do poder. Reflexo disso, no primeiro ano do segundo mandato foram dezenas de pedidos de impeachment protocolados contra ela. Entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, enfrentou o processo que levou a sua destituição, acusada de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal. Durante o processo, a então presidenta denunciou no Brasil e no exterior que estava sendo alvo de um golpe parlamentar e participou de manifestações de rua em diversas capitais do país contra o impeachment. Dois momentos marcam a trajetória de enfrentamento de Dilma Rousseff ao impeachment: o primeiro é a sua saída do palácio do Planalto após o seu afastamento provisório, em 12 de maio de 2016, acolhida por uma multidão de apoiadores; o segundo é o seu discurso no Senado Federal, no dia 29 de agosto do mesmo ano, quando ela denuncia o golpe àqueles que a iriam julgar.

6.5.2. Michel Temer, vice-presidente da República

Michel Temer (PMDB) foi o vice-presidente de Dilma Rousseff em seus dois mandatos e apenas no segundo mandato assumiu a função de articulador político do governo. Temer também foi presidente nacional do PMDB em diferentes momentos desde 2001, partido que teve atores fundamentais na construção do impeachment, como Eduardo Cunha, que acatou o pedido como presidente da Câmara dos Deputados. Além disso, o partido presidido na época pelo vice-presidente de Dilma lançou o programa “Uma Ponte para o Futuro”, sinalizando as propostas de um governo peemedebista. Mesmo assim, o vice-presidente reafirmou sua lealdade ao governo em uma carta enviada à Dilma Rousseff em dezembro de 2015. Nela, Temer também se dizia insatisfeito por ter tido papel de “vice decorativo” até o início do segundo mandato. Outro episódio que marca a atuação do vice-presidente no processo de impeachment é o vazamento de um áudio em abril de 2016, quando o processo ainda não havia sido aberto, onde ele fala como se estivesse prestes a assumir a presidência da República após o afastamento da presidenta. No áudio, Temer indica as diretrizes que seriam seguidas em “seu governo”. Em maio daquele ano, com o efetivo afastamento temporário de Dilma, o vice-presidente assume interinamente a Presidência e dá início, de imediato, à implementação de propostas contidas no programa divulgado pelo PMDB e também contidas

no áudio divulgado por ele. Em 31 de agosto de 2016, Michel Temer assume definitivamente o cargo como o 37º presidente do Brasil e o terceiro peemedebista a chegar ao cargo máximo do Poder Executivo Federal sem ter sido eleito para ele.

IV - O DIA DO AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF (12/05/2016)

Esta seção é dedicada à análise dos discursos e argumentos mobilizados pelos atores do debate público sobre o impeachment de Dilma Rousseff. Também serão analisadas aqui as conexões estabelecidas entre os atores a partir dos argumentos que mobilizam.

7. DISCURSOS, ARGUMENTOS E REDES DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Neste capítulo é feita a descrição dos discursos dos atores centrais no debate público sobre o impeachment de Dilma Rousseff e a classificação desses discursos em categorias temáticas. Em seguida, são apresentados os argumentos identificados nos textos e analisados por grupos de atores e temas, com o objetivo de compreender quais são os argumentos e temas mais mobilizados e as conexões estabelecidas entre os atores a partir do acionamento de argumentos em comum.

7.1. Classificação dos discursos e argumentos

Nessa primeira etapa da análise dos textos, realizamos a classificação dos discursos em categorias que nos permitem identificar a tipologia dos argumentos em categorias temáticas. As categorias que orientam a análise dos textos são, conforme distinção de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), de “argumentos baseados na estrutura do real”. Os autores, assim como Charaudeau (2009), reforçam o vínculo de causalidade das argumentações. Assim, as categorias propostas buscam identificar os grandes temas conjunturais presentes nas argumentações, além de identificar a presença de argumentos vinculados ao motivo jurídico do processo.

As categorias são organizadas da seguinte forma: *argumentos políticos*, onde se encontram questões relacionadas à governabilidade, atuação do governo, atuação do Legislativo, democracia, instituições democráticas, eleições; *argumentos econômicos*, com argumentos sobre desempenho econômico, dados econômicos, estatísticas relacionadas ao tema, políticas do governo para economia; *argumentos sociais*, sobre manifestações, opinião pública, pesquisas de opinião; *argumentos morais*, que tocam questões relativas à moral, ética, corrupção; *argumentos pessoais*, com qualificações e desqualificações sobre atores envolvidos no impeachment; e *argumentos jurídicos*, onde estão aqueles vinculados ao

processo de impeachment em tramitação, pedaladas fiscais, crimes de responsabilidade.

Dentro das categorias em que trechos dos discursos foram classificados também estão sinalizados os códigos dos argumentos, que são sintetizados no Quadro 04, localizado ao final da etapa de categorização dos discursos. Os códigos iniciados em *AP* são para argumentos políticos; *AE*, para argumentos econômicos; *AS*, argumentos sociais; *AM*, são argumentos morais; *APE*, argumentos pessoais; e *AJ*, argumentos jurídicos.

Quadro 03 - Âmbito dos atores e código dos discursos

ÂMBITOS	CÓDIGO	PROTAGONISTAS
Sociedade Civil Organizada	MBL	Movimento Brasil Livre
	VPR	Vem Pra Rua
	FBP	Frente Brasil Popular
	FPSM	Frente Povo Sem Medo
Sistema de Mídia	OGLO	O Globo
	FSP	Folha de São Paulo
	BDF	Brasil de Fato
	RF	Revista Fórum
Poder Legislativo Senado Federal	LGOV	Humberto Costa (Líder do Governo)
	LPT	Paulo Rocha (Líder do Bloco Apoio Governo e Líder do PT)
	LPMDB	Eunício Oliveira (Líder do PMDB)
	LPSDB	Cássio Cunha Lima (Líder do PSDB)
	LOPO	José Agripino (Líder Bloco Parlamentar da Oposição)
Poder Executivo Presidência da República	DR	Dilma Rousseff
	MT	Michel Temer

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 03, acima, traz os âmbitos em que os atores estão organizados nesta pesquisa e também os códigos dos discursos, que serão utilizados daqui para frente para identificar os atores estudados.

7.1.1. Sociedade civil organizada

Analisamos inicialmente os discursos dos movimentos da sociedade civil organizada na seguinte ordem: Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua (VPR), Frente Brasil Popular (FBP) e Frente Povo Sem Medo (FPSM).

7.1.1.1. Movimento Brasil Livre (MBL)

O discurso analisado do MBL é um artigo do líder do movimento Kim Kataguiri, que assina como coordenador do grupo, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* na véspera do início da sessão que votou pelo afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República. O texto tem o seguinte título: “Michel Temer e o recado das ruas”.

Os argumentos *políticos* constituem o principal eixo no texto do coordenador do Movimento Brasil Livre. No entanto, esses argumentos estão centrados na projeção do governo interino de Temer. O texto inicia com uma crítica aos rumos que estariam se desenhando para o governo interino, onde “promessas” não seriam cumpridas (AP27):

Michel Temer, que ainda não assumiu, pode cometer erros graves na composição de seu futuro governo. Começou prometendo corte de ministérios e indicação de nomes técnicos para os que restarem. Aos poucos, a promessa de corte foi sumindo, e a politicagem foi tomando conta das conversas. Agora, ele sinaliza uma reaproximação com a proposta inicial, mas os rumos de seu futuro governo ainda estão longe de serem claros. Talvez o vice não tenha entendido o que está levando Dilma Rousseff ao abismo. (KATAGUIRI, 2016, n.p.).

Também são criticados nomes cogitados para o governo de Temer, que não estariam alinhados com pautas do movimento, como a operação Lava Jato e o próprio impeachment (AP26):

O mesmo não se pode dizer para outras áreas. Um dos nomes cogitados para o Ministério da Justiça, por exemplo, era o do criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, que, na primeira oportunidade de falar como possível futuro ministro, criticou o instrumento da delação premiada, sem o qual a Operação Lava Jato não teria avançado. Temer recuou, mas o simples fato de ter cogitado alguém crítico à operação para compor seu governo já é preocupante. Para obter todo o apoio da bancada do PMDB, Temer tende a ceder, obviamente, ministérios para o partido. Um deles, o dos Esportes, pode ir para o deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), que, como se sabe, foi um dos principais defensores do governo Dilma na Câmara. Disse “não” ao impeachment alegando ter “jurado cumprir a Constituição”, dando a entender que o processo é inconstitucional. (KATAGUIRI, 2016, n.p.).

No texto do coordenador do MBL, também se afirma que “Temer precisará de apoio no Congresso para levar à frente as reformas estruturantes das quais o país tanto precisa”, mas que isso não deve ser feito “à moda petista, transformando a República num balcão de negócios” (KATAGUIRI, 2016, n.p.) (AP28). Nesse sentido, é defendido o corte de ministérios, com a escolha de “nomes qualificados para ocupá-los” (KATAGUIRI, 2016, n.p.) (AP36).

No âmbito *econômico*, a gestão de Dilma é criticada, especialmente porque a nomeação

de Levy não apresentou os resultados esperados de que o Brasil “voltaria a crescer” (AE03): “puro engano. O peso do nome de Levy não passou de... um nome. A gestão perdulária e irresponsável continuou, e o país afundou ainda mais. O governo podou Levy, e o PT o transformou em inimigo”. Os resultados da economia também são criticados (AE05): “nessa guerra, quem perdeu foi o brasileiro, que viu disparar a inflação e o desemprego” (KATAGUIRI, 2016, n.p.).

Em relação aos argumentos *sociais*, o volume dos protestos pelo impeachment é destacado e também as causas da “indignação” que levaram os manifestantes às ruas, como corrupção, gestão econômica e divisão política de ministérios (AS08, AS11, AS10):

Durante mais de um ano, o povo brasileiro lotou ruas de todos os Estados da federação e do Distrito Federal nas maiores manifestações da história do país. É evidente que muito de toda essa indignação se deveu aos escândalos de corrupção, gravíssimos não apenas em razão do volume de recursos saqueados, mas também do ataque às instituições democráticas. Ocorre que o descontentamento não acaba por aí. Ele também se deu por causa de práticas nefastas, como o loteamento de ministérios e a desastrosa política econômica. (KATAGUIRI, 2016, n.p.).

Além disso, também é evidenciado um “descontentamento” com práticas legais do governo, mas tidas como “imorais” (AS09, AS10): “o que levou a população a exigir o impeachment de uma presidente da República não foi apenas o descontentamento com os crimes cometidos. Boa parte da revolta também passa pela rejeição a práticas que são legais, embora imorais e prejudiciais ao futuro do país”. Por isso, o líder do MBL afirma que os protestos não foram apenas para “derrubar” a presidenta (AS06, AS07, AS10): “Michel Temer tem de entender que a população não tomou as ruas para derrubar uma pessoa ou um partido, mas para acabar com um método de governo” (KATAGUIRI, 2016, n.p.).

As categorias temáticas acionadas nesse discurso são de argumentos políticos, econômicos e sociais.

7.1.1.2. Movimento Vem Pra Rua (VPR)

O discurso do VPR aqui analisado é um artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* no dia 12 de maio de 2016, dia do afastamento provisório de Dilma. O texto é assinado por Rogério Chequer como líder e porta-voz do movimento Vem Pra Rua e tem o título: “Carta aberta ao presidente Temer”.

Como argumentos *políticos* o Vem Pra Rua sustenta que outros episódios da nossa história recente, como o impeachment de Fernando Collor e o escândalo de corrupção que

ficou conhecido como “mensalão”, “não foram capazes de mudar o Brasil”. O grupo ainda desqualifica os governos petistas ao dizer que “Dez anos depois [do impeachment de Collor], a República foi tomada por um grupo com um plano maquiavélico, ilegal e egoísta”. Com isso, o movimento defende que com o impeachment de Dilma e a posse de Temer “temos uma nova chance” de mudança (CHEQUER, 2016, n.p.) (AP19).

Nesse sentido, no intuito de direcionar as medidas do governo interino, são apresentadas medidas de uma reforma política que o movimento considera “urgentes” para o “aumento da representatividade” (AP32): “voto distrital misto e recall são instrumentos fundamentais para o bom funcionamento da nossa democracia. O fim da reeleição e das coligações partidárias fecham o quadro necessário para iniciarmos um processo de renovação” (CHEQUER, 2016, n.p.). Também são demandadas mudanças administrativas (AP36), especialmente na estrutura do governo, com “redução imediata e significativa da máquina administrativa federal e a diminuição radical do número de ministérios e de cargos comissionados constituem um primeiro passo. Não toleraremos fisiologismos”. O movimento pede também por “eficiência e transparência da gestão pública” (CHEQUER, 2016, n.p.).

Os argumentos *sociais*, vinculados às manifestações pelo impeachment de Dilma são bastante explorados no discurso do VPR. Eles defendem o protagonismo desses protestos no processo de impeachment (AS09), sustentando que o afastamento foi “originado e motivado pela sociedade civil brasileira”. Para eles, o que o Parlamento fez foi implementar a “vontade das ruas”: “aos poucos, um pequeno grupo de parlamentares, que se alinhara com a população desde o início, ganhou corpo e cresceu até atingir a significativa maioria do Congresso. Essa maioria, por fim, implementou a vontade das ruas no Parlamento”(CHEQUER, 2016, n.p.).

A principal motivação apontada são os esquemas de corrupção revelados pela operação Lava Jato (AS11): “desta vez, indignado pelas descobertas da Operação Lava Jato, o povo decidiu tomar o destino em suas mãos e exigir justiça”. O líder do Vem Pra Rua também destaca o volume das manifestações (AS08): “milhões de pessoas foram às ruas de forma pacífica, ordeira e constitucional, no que se configurou como as maiores manifestações sociais da história do Brasil”. Também é lembrada a participação do próprio movimento nessas manifestações e as causas que levaram à formação do grupo: “o movimento Vem Pra Rua teve o privilégio de atuar com protagonismo neste processo. Nasceu com objetivos de médio e longo prazo, dentre os quais o afastamento da presidente e do estilo lulopetista de

governar” (CHEQUER, 2016, n.p.) (AS10). O movimento também destaca de uma forma genérica que “o povo foi às ruas por mudanças” (AS06). E também que, além de terem tido “protagonismo” no afastamento de Dilma, “a reconstrução da nação terá de considerar necessariamente o que se ouviu em uníssono nas ruas do Brasil” (CHEQUER, 2016, n.p.) (AS07).

Em um texto que se dirige ao presidente interino, o movimento apresenta também argumentos *morais* como a ação esperada por eles do novo governo. O combate à corrupção é, dessa forma, uma das demandas do grupo (AM08):

O fim da impunidade e o combate sistemático à corrupção são demandas inegociáveis. Elas incluem um posicionamento político inequívoco a favor da aprovação das dez medidas contra corrupção apresentadas pelo Ministério Público Federal e endossadas pela população brasileira, a serem aprovadas pelo Congresso Nacional. Além disso, é fundamental o apoio irrestrito à Operação Lava Jato e a outras da mesma natureza. (CHEQUER, 2016, n.p.).

As categorias temáticas mobilizadas no texto foram de argumentos políticos, morais e sociais. Sendo a última a que ocupa a maior parte do texto.

7.1.1.3. Frente Brasil Popular (FBP)

O discurso da Frente Brasil Popular é uma nota oficial, intitulada “Nota da Frente Brasil Popular AO POVO BRASILEIRO”, publicada no site da organização na tarde do dia do 12 de maio de 2016.

Os argumentos *políticos* constituem o núcleo do discurso da Frente Brasil Popular. Na nota, o movimento sustenta que o impeachment contraria a vontade das urnas (AP14): “o voto popular foi usurpado por parlamentares dispostos a tomar de assalto o poder político”. Afirma também que há uma coalizão de parlamentares com elites econômicas e um governo ilegítimo como resultado do afastamento (AP03): “fazem parte da coalizão de forças conservadoras que se formou para estabelecer um governo ilegítimo, a serviço dos grandes grupos econômicos locais e internacionais” (FRENTE BRASIL POPULAR, 2016, n.p.). Além disso, também é defendido que a abertura do processo é um “golpe das oligarquias contra a Constituição” (AP02) e uma “flagrante ruptura da ordem democrática” (AP07) (FRENTE BRASIL POPULAR, 2016, n.p.).

A Frente também questiona os resultados do processo de impeachment. Para eles, a intenção com o “golpe” é a de implementar medidas “antipopulares e antinacionais”,

retrocedendo em direitos e avanços já conquistados (AP06, A012). O objetivo seria

arrochar salários, acabar com a política de valorização do salário mínimo, cortar gastos com programas sociais, eliminar direitos civis, privatizar empresas estatais, reduzir investimentos públicos, anular despesas constitucionais obrigatórias com saúde e educação, abdicar da soberania nacional diante dos centros imperialistas. (FRENTE BRASIL POPULAR, 2016, n.p.).

O aumento da repressão aos movimentos sociais também seria uma consequência do novo governo (AP16) “adotando medidas de criminalização e repressão contra a resistência democrática, os movimentos sociais e os partidos progressistas” (FRENTE BRASIL POPULAR, 2016, n.p.).

Os argumentos *sociais* apontam a “missão” de restabelecer o regime democrático no país (AS04): “mais uma vez em nossa história, o povo brasileiro tem a missão, com suas próprias mãos, de reconduzir o país ao Estado de Direito e ao regime democrático”. E conclamam à mobilização para restituir o governo eleito (AS04, AS03):

A Frente Brasil Popular conclama os trabalhadores da cidade e do campo, os intelectuais e artistas comprometidos com a liberdade, a juventude e as mulheres a rechaçar, em todos os locais de estudo, trabalho e moradia, este atentado contra a democracia. Estaremos todos unidos sob a palavra de ordem “Fora Temer”: somente haverá paz quando o governo for restituído a quem recebeu mandato constitucional consagrado pelas urnas. (FRENTE BRASIL POPULAR, 2016, n.p.).

O movimento defende também a mobilização nas ruas e a pressão sobre as instituições envolvidas tanto em relação ao processo quanto contra o que seria a agenda implementada pelo novo governo (AS03,AS05):

O golpe será derrotado nas ruas e nas instituições. Continuaremos pressionando os Senadores até o dia da votação final. Permaneceremos exigindo que o STF se manifeste sobre o mérito do Impeachment. Concomitantemente defenderemos as conquistas sociais e reagiremos contra a agenda antipatriótica dos usurpadores. (FRENTE BRASIL POPULAR, 2016, n.p.).

A nota também toca no argumento *jurídico*, negando a existência de crime de responsabilidade cometido por Dilma Rousseff, defendendo que o impeachment representa apenas um caminho para retrocessos (AJ08, AJ05): “A abertura do processo contra a presidente Dilma Rousseff, [...] não passa de uma farsa: sem crime de responsabilidade configurado, representa apenas recurso ao arbítrio para impor pesados retrocessos aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras” (FRENTE BRASIL POPULAR, 2016, n.p.).

No discurso é mobilizada, sobretudo, a categoria temática de argumentos políticos. Também são empregados argumentos sociais e jurídicos.

7.1.1.4. Frente Povo Sem Medo (FPSM)

O discurso analisado da Frente Povo Sem Medo é um manifesto da organização na rede social Facebook no evento intitulado “Temer, Jamais! Resistir nas Ruas por Direitos”, do dia 12 de maio de 2016.

Nos argumentos *políticos*, a Frente Povo Sem Medo caracteriza o impeachment como “golpe”, e o próprio governo Temer como “golpista”, e sustenta que é resultado de uma “articulação” que tinha o afastamento de Dilma como objetivo desde a eleição de 2014 (AP03): “a articulação que começou logo após o fim do segundo turno das eleições de 2014 e culminou com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff alcançou seu resultado lançando mão de todos os meios possíveis” (FRENTE POVO SEM MEDO, 2016, n. p.). O movimento também argumenta que o “golpe” tem como consequências o aumento da repressão e ajustes econômicos que prejudicariam os trabalhadores (AP16, AP06): “O golpe armado representa também o início de uma escalada de repressão aos lutadores e lutadoras e carta branca para ascensão de um ajuste econômico ainda mais cruel para os trabalhadores” (FRENTE POVO SEM MEDO, 2016, n. p.).

Nos argumentos *sociais*, o movimento faz o chamamento para que se resista “nas ruas por direitos”, defendendo uma saída “pela esquerda” (AS04). Além disso, como forma de mobilização, Temer é apresentado como presidente ilegítimo e seu programa apontado como veículo de retrocessos (AS05): “Nós tomaremos as ruas para dizer que não haverá paz para a Casa Grande! Não aceitaremos um presidente ilegítimo fruto de um golpe! Não aceitaremos uma Ponte para o Passado que pretende retirar direitos trabalhistas, ampliar a privatização e cortar programas sociais!” (FRENTE POVO SEM MEDO, 2016, n.p.).

Também é utilizado o argumento *moral*, com a Frente afirmando que o impeachment foi articulado pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), “envolvido em inúmeros escândalos de corrupção [...]” (AM02), além de serem questionados aspectos relacionados à ética na atuação do Judiciário e da mídia: “[...] apoiado por um poder judiciário especializado em vazar provas de maneira parcial e uma mídia que não se envergonhou em assumir a posição de defensora do golpe” (FRENTE POVO SEM MEDO, 2016, n.p.) (AM03, AM06).

O texto mobiliza as categorias temáticas de argumentos políticos, morais e sociais.

7.1.2. Sistema de mídia

O sistema de mídia, como parte fundamental para pensar o debate público hoje, é composto nesta pesquisa pelos jornais *O Globo* (OGLO), *Folha de S. Paulo* (FSP) e *Brasil de Fato* (BDF), além da *Revista Fórum* (RF), analisados agora nessa ordem.

7.1.2.1. *Jornal O Globo (OGLO)*

O discurso analisado de *O Globo* é o editorial publicado pelo jornal no dia 12 de maio de 2016, dia do afastamento de Dilma Rousseff. O texto tem o título “Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal” e foi publicado na versão digital e impressa do jornal. Aqui analisamos a versão publicada na versão digital.

Os argumentos *políticos* não são centrais no editorial analisado. O jornal limita-se a defender que o impeachment transcorria “dentro da lei” e sem abalos ao “mais longo período ininterrupto de estabilidade institucional da sua história republicana” (O GLOBO, 2016, n.p.) (AP22). Os argumentos *econômicos* do jornal *O Globo* concentram-se, sobretudo, na gestão fiscal praticada pelo governo Dilma, estendendo a crítica também aos governos Lula. O editorial sustenta que os governos criaram “desequilíbrio” nas contas públicas, pelas vinculações do orçamento: “destruíram a capacidade de o Estado investir”, aumentaram a dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto e “afastaram” investimentos privados, em uma crítica às “políticas anticíclicas” adotadas pelos presidentes petistas (AE03):

Na visão ideológica tosca de mundo das frações de esquerda que compõem o PT, equilíbrio fiscal é conceito conservador, “neoliberal”. Compartilham uma visão primária do keynesianismo, pela qual o Estado sempre precisará ter déficits para debelar recessões. Chamam de políticas “anticíclicas”. Não admitem que desequilíbrios orçamentários estruturais, como os que ajudaram a criar na economia brasileira — pela vinculação de mais de 90% do Orçamento e indexação da maior parte das despesas sociais pelo salário mínimo e inflação —, destruíram a capacidade de o Estado investir e sinalizaram para a insolvência da dívida pública, pois criaram uma dinâmica de crescimento exponencial dela em relação ao PIB. Assim, também afastaram os investidores privados. E tornaram a depressão uma possibilidade real. (O GLOBO, 2016, n.p.).

O projeto neodesenvolvimentista, de forte intervenção do Estado, implementado ainda no governo Lula, é citado como responsável pela necessidade de “burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal” nos governo petistas (AE3, AE06):

Por esta visão sectária, sob a clara inspiração de Dilma, ministra-chefe da Casa Civil durante todo o Lula 2, o governo aproveitou a crise mundial, a partir do final de 2008, para começar a construir o tal “novo marco macroeconômico”, com as velhas teses dessas esquerdas, já defendidas no antigo PT: o Estado como principal

agente na sociedade, indutor do desenvolvimento, distribuidor de incentivos fiscais e creditícios, e sôfrego coletor de impostos etc.

Precisavam, porém, burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000 contra o voto do PT, e a legislação orçamentária. Por conveniência, dentro da velha norma dos “fins que justificam os meios” — a mesma que avalizou desfalques e assaltos a companhias públicas; o “meio”, para se atingir o “fim”, a perpetuação no poder [...]. (O GLOBO, 2016, n.p.).

O editorial defende que “ilegalidades fiscais” foram cometidas não apenas por Dilma (AE03):

Mas os cacoetes ideológicos foram mais fortes. Arrogantes, começam a adotar velhas políticas que já não haviam dado certo no próprio Brasil — aplicadas pelos militares da direita nacionalista — e, nisso, cometeram ilegalidades fiscais. [...] O parque de ruínas fiscais de Dilma, Lula e PT é extenso. (O GLOBO, 2016, n.p.).

Por isso, o jornal acusa Dilma de (AE06) “maquiar contas públicas”, “com o uso abundante de técnicas de ‘contabilidade criativa’ do seu secretário do Tesouro, Arno Augustin, com a no mínimo complacência do superior hierárquico, o ministro da Fazenda Guido Mantega” (O GLOBO, 2016, n.p.). O editorial também a acusa de “quebrar” o Tesouro na campanha de 2014 e “aprofundar o rombo” em 2015 (AE05), o que teria sido “legalizado contabilmente porque transformaram a meta de superávit em déficit em dezembro, outra mágica contábil, ajudada pelo amplo apoio que ainda contavam no Congresso” (O GLOBO, 2016, n.p.).

O jornal aponta, nesse sentido, que a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff “é uma consolidação do princípio civilizatório da responsabilidade fiscal” e que, “a LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal], tantas vezes desrespeitada pelo lulopetismo, a República brasileira, por meio de suas instituições, reage e alerta que contas equilibradas, inflação baixa e sob controle se tornaram um patrimônio da sociedade, defendido pela Constituição e por leis específicas”. Assim, o editorial defende que a não observância da Lei de Responsabilidade Fiscal “pode custar até mesmo mandato presidencial” (O GLOBO, 2016, n.p.) (AE04).

Os argumentos *morais* também são utilizados no editorial, onde o jornal relaciona o impeachment de Dilma Rousseff com o enfrentamento a esquemas de corrupção (AM07): “o teste mais duro para as instituições tem sido o impeachment de Dilma, relacionado de alguma forma ao desmonte da ‘organização criminosa’ criada pelo lulopetismo para desviar dinheiro público de estatais, a fim de financiar o projeto de poder do PT e de aliados”. Nessa linha,

acusar o partido de Dilma, Partido dos Trabalhadores, de “controlar” os esquemas revelados no Banco do Brasil e Petrobras (AM09): “soube-se depois que o mensalão (Banco do Brasil) e o petrolão (Petrobras e subsidiárias, com ramificações no setor elétrico, pelo que se sabe até agora) transcorreram de forma simultânea, sob o controle da cúpula do partido que subiu a rampa do Planalto com Lula, em 2003”. O ex-presidente Lula também é acusado de “participar da organização”: “há pouco, o Ministério Público Federal, ao denunciar Lula ao Supremo, no caso do sítio de Atibaia e do triplex de Guarujá, registrou que, pela lógica, o ex-presidente deve ter participado da organização” (O GLOBO, 2016, n.p.).

Mesmo reconhecendo que o impeachment não tem a corrupção como motivo formal, o jornal sustenta que “as descobertas da Operação Lava Jato” se integram ao “conjunto da obra de malfeitorias” pelas quais Dilma está sendo julgada, uma vez que o impeachment é “também político” (AM07, AM09): “é certo que o conjunto da obra de malfeitorias que a força-tarefa de policiais federais, procuradores e fiscais da Receita que atuam junto ao juiz Sérgio Moro, em Curitiba, descobriu ajudou a tramitação do processo até aqui, na fase final”. O editorial compara ainda o caso ao impeachment de Collor, cuja motivação, de fato, era relacionada à corrupção, sustentando que os casos revelados na Lava Jato “superam” os que levaram à deposição de Collor: “a corrupção, casos bilionários e disseminados em estatais importantes, supera de longe as falcatruas de PC Farias, tesoureiro e sócio de Collor. Os casos ajudam a compor o conjunto da obra que depõe contra Dilma, Lula, PT e companheiros” (O GLOBO, 2016, n.p.).

A motivações *jurídicas* do processo de impeachment são trazidas pelo editorial, que sustenta a existência “flagrante” de crimes de responsabilidade cometidos por Dilma (AJ13, AJ18): “tecnicamente, as provas que levaram o Congresso a ter afastado Dilma por até 180 dias se referem ao desrespeito flagrante à Lei de Responsabilidade Fiscal e a normas orçamentárias”. Apontando para o que acredita constituírem esses “crimes” (AJ18), o editorial afirma que:

[...] a debacle veio com operações malandras de maquiagem de gastos e escamoteamento de dívida pública, forçando o BB, a Caixa, o BNDES, entre outros, a financiar o Tesouro, pagando, no lugar dele, despesas com o Bolsa Família, subsídios variados como no Minha Casa Minha Vida, no financiamento agrícola, no crédito a empresas etc. (O GLOBO, 2016, n.p.).

Além disso, o editorial busca refutar o argumento de que “governos anteriores fizeram o mesmo”, apresentado pela defesa de Dilma, alegando que os governos passados não o

fizeram “na enorme proporção de Dilma” e que isso configuraria, para o jornal (AJ19),

[...] uma política deliberada de forçar estes empréstimos para esconder déficits do Tesouro. Dados do Banco Central mostram que, nos governos FH e na primeira gestão de Lula, estes saldos eram residuais. Com Dilma, mas já a partir do segundo mandato de Lula, chegaram a passar dos R\$ 50 bilhões ou 1% do PIB. (O GLOBO, 2016, n.p.).

O veículo também afirma que Dilma teria “atropelado” a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também em 2015 (AJ13, AJ14, AJ18): “editou decretos, sem aprovação do Congresso, com autorização de novas despesas. Um ato monárquico, ou stalinista, de desprezo pela República. Alterar posteriormente metas orçamentárias para encobrir o delito cometido não faz desaparecer o crime”.

No editorial, o jornal utiliza as seguintes categorias temáticas de argumentos: políticos, econômicos, morais e jurídicos.

7.1.2.2. *Jornal Folha de S. Paulo (FSP)*

O discurso da *Folha de S. Paulo* (FSP) analisado é o editorial do jornal publicado online e na versão impressa do jornal em 12 de maio de 2016, com o título: “O fim e o princípio”. A versão analisada é a publicada no site do jornal.

O editorial da *Folha de S. Paulo* inicia afirmando que, como consequência *política* do afastamento, então provisório, de Dilma Rousseff, seu governo começava “a fazer parte do passado” (AP23) pela “expressiva maioria” de senadores que haviam votado pela abertura do processo. No entanto, o jornal destaca que o afastamento atingia não apenas a presidenta, mas “todo o conglomerado petista” que haveria “fracassado” (AP24): “com a presidente, afasta-se do proscênio um sistema político, ideológico e administrativo que, nos últimos anos, se afundou no próprio fracasso” (FOLHA DE S. PAULO, 2016, n.p.).

O governo interino de Temer também é tema do editorial, que sustenta que o governo Dilma deixaria um “preocupante quadro de terra arrasada” para o vice, mas que, no entanto, havia um “clima de expectativas” em relação ao governo interino (AP17): “se deixaram um preocupante quadro de terra arrasada para Michel Temer (PMDB), a conjuntura favorece, ironicamente, um clima de expectativas que, em outras circunstâncias, o peemedebista teria dificuldades em inspirar”. A *Folha* também sustenta que, aproveitando o clima que seria favorável, os primeiros meses do governo provisório seriam a oportunidade “para tomar medidas de amplo fôlego e indiscutível necessidade, tanto na área econômica quanto no

campo da reforma política” (AP19). No entanto, ainda em relação ao governo que se formava sob o comando do vice-presidente, o jornal destaca que ele chegava ao cargo “sem respaldo popular” (AP25) e com uma maioria no Congresso marcada “por notórias tendências ao fisiologismo” (AP26). Também é apontado que aliados do presidente interino estavam expostos “às suspeitas e aos escândalos da Operação Lava Jato” (FOLHA DE S. PAULO, 2016, n.p.) (AP26).

O jornal não se estende no argumento *econômico*, apenas criticando brevemente o modelo adotado pelo governo Dilma, neodesenvolvimentista. Tido pelo jornal como contraditório (AE03), seria “regressivo e cínico, enquanto se fazia de progressista e imaculado; imobilista e acomodaticio, enquanto se fazia de reformador e fiel a princípios” (FOLHA DE S. PAULO, 2016, n.p.).

Em relação aos argumentos *morais*, a lente se expande para o PT, Lula e o “petismo”, acusando este último de abandonar uma “resistência ética, mergulhando sem escrúpulos na lama pragmática” (AM09). O impeachment representaria também um “encontro com a verdade” vinculado a escândalos de corrupção dos governos petistas passados (AM07, AM09): “o retrato não corresponde apenas a Dilma Rousseff. É também o de Lula, é o do PT, é o de tantos que, desde o mensalão, adiaram seu encontro com a verdade” (FOLHA DE S. PAULO, 2016, n.p.).

Os argumentos *pessoais* sustentam que Dilma esteve imersa em esquemas de corrupção, ainda que seja “ao que tudo indica, pessoalmente honesta e refratária ao toma lá dá cá” (APE01). A forma de governar da presidenta também é criticada. Para o jornal, o governo de Dilma foi marcado por “erros” e “inabilidade” (APE06):

A passagem de Dilma pelo Palácio do Planalto caracterizou-se por um complexo insustentável de erros. Aliou-se ao fisiologismo, mas sem obter com isso base parlamentar. Apostou no populismo, embora sem se comunicar com o eleitorado. Adotou ares de competência, incorrendo em falhas técnicas desconhecidas, e seguiu estratégias erráticas com férrea teimosia.

[...]

O modelo que Dilma representou com singular inabilidade provou-se contraditório [...]. (FOLHA DE S. PAULO, 2016, n.p.).

Ao referir-se aos motivos *jurídicos* para o impeachment, o editorial aponta que o processo está “cercado de questionamentos técnicos” (AJ12), e que a conjuntura política e econômica influenciaram mais do que o próprio embasamento legal do processo (AJ07): “sem incidir sobre a honrabilidade pessoal de Rousseff, o embasamento do impeachment contou menos do que a situação econômica e política do país” (FOLHA DE S. PAULO, 2016,

n.p.).

Com exceção de argumentos sociais, o jornal aciona todas as outras categorias temáticas, especialmente a de argumentos políticos.

7.1.2.3. *Jornal Brasil de Fato (BDF)*

O discurso analisado do jornal *Brasil de Fato* (BDF) é o editorial publicado pelo veículo em seu site no dia do afastamento de Dilma Rousseff. O editorial tem como título: “Impeachment sem crime agrediu democracia”.

Os argumentos *políticos* apresentados no editorial do jornal são três. O primeiro, ao negar a existência de crimes de responsabilidade, defende que o impeachment “agrediu democracia” (BRASIL DE FATO, 2016, n.p.) (AP07). Em um mesmo sentido, o editorial também afirma que, “por meio de um golpe”, “o voto de 54 milhões de eleitores foi desprezado” (BRASIL DE FATO, 2016, n.p.) (AP14).

O jornal aponta que os interesses políticos que envolvem o processo se sustentam “no realinhamento do Brasil com os interesses dos Estados Unidos, na criminalização das lutas sociais e na retirada dos direitos dos trabalhadores” (AP06). A publicação também se detém nas consequências políticas do impeachment, indicando que o novo governo, com o programa “Ponte para o Futuro”, “reúne interesses do capital internacional e permite que ele faça o que sempre quis: privatizar, não permitir que o Brasil se desenvolva como nação soberana e aumentar a exploração de maneira inédita” (BRASIL DE FATO, 2016, n.p.) (AP12).

Como argumento *social*, o editorial conclama à manutenção da mobilização “contra o golpe”, mesmo diante do afastamento provisório (AS04): “Não é hora de desanimar! Neste cenário é fundamental não só mantermos, mas intensificarmos as mobilizações contra o golpe propostas pela Frente Brasil Popular, pela Frente Povo sem Medo e por inúmeras iniciativas de artistas, estudantes, religiosos e intelectuais” (BRASIL DE FATO, 2016, n.p.). A mobilização, como apontado, é necessária para evidenciar o projeto econômico do governo de Temer (AS05): “O sentimento de que fomos traídos e golpeados se espalha e é nas ruas que travaremos grandes combates denunciando os golpistas e o modelo econômico anti-popular a ser adotado por Temer. Nossa luta segue e, com olhar altivo, seguiremos em alerta contra o retrocesso em nosso país!” (BRASIL DE FATO, 2016, n.p.).

O embasamento *jurídico* do processo também é questionado. Na concepção do veículo,

não foram apresentadas provas que incriminassem Dilma Rousseff (AJ01): “nem na Câmara nem no Senado se apresentaram provas concretas que incriminem Dilma Rousseff e que a impeçam de exercer seu mandato até o final” (BRASIL DE FATO, 2016, n.p.). Além disso, também é questionado se os atos de que acusavam a presidenta configuravam crimes de responsabilidade (AJ04): “acusam-na pelas pedaladas fiscais, porém, se isso fosse considerado crime, o impedimento também seria para Temer e para 16 dos atuais governadores. Se não bastasse, o próprio Anastasia também utilizou as pedaladas no governo de Minas Gerais” (BRASIL DE FATO, 2016, n.p.). Com isso, o jornal sustenta que o processo estaria sendo parcial (AJ11): “o que vem sendo orquestrado é tão absurdo, que quem acusa são os que cometeram os crimes dos quais a presidente é acusada! Ou seja, para ela vale, para eles não!” (BRASIL DE FATO, 2016, n.p.).

No editorial do jornal são acionadas as categorias temáticas de argumentos políticos, sociais e jurídicos.

7.1.2.4. Revista Fórum (RF)

O discurso analisado da *Revista Fórum* (RF) é o editorial publicado em 12 de maio de 2016, por ocasião do afastamento provisório de Dilma Rousseff pelo Senado Federal. O texto foi publicado no site da revista com o título: “A conciliação impossível”.

Os argumentos *políticos* apresentados pela revista evidenciam uma posição de crítica ao que é nomeado como “golpe”. Para a publicação, o desfecho do processo “colocou a nu a fragilidade das instituições brasileiras” e também teria “golpeado” a “jovem democracia brasileira” (REVISTA FÓRUM, 2016, n.p.) (AP07). Com o afastamento, o editorial aponta que o novo governo buscará legitimar-se para fazer as mudanças que teriam sido prometidas na equação do impeachment (AP03): “a partir da agora, o mote do novo governo será a ‘união nacional’. O que, na prática, é uma tentativa de se obter da sociedade uma carta branca para promover as mudanças que Temer e sua entourage venderam para quem os apoiou. E a fatura será cobrada” (REVISTA FÓRUM, 2016, n.p.). No entanto, os atores envolvidos nesse novo governo não teriam legitimidade para isso (AP11): “mas é impossível se fazer pactos a fórceps. Qualquer tipo de pactuação se faz com atores revestidos de legitimidade. Não é o caso. Com a ilegalidade não se tergiversa, não se negocia, não se dialoga” (REVISTA FÓRUM, 2016, n.p.).

A revista também busca argumentos *sociais*, conclamando a “resistir” contra as medidas do novo governo, pela democracia e para disputar o desfecho do processo (AS04, AS05):

Lutar pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito é mais que uma necessidade. É uma urgência. Resistir diante das tentativas de retrocesso que virão e preservar as conquistas obtidas nos últimos anos é um dever de todos aqueles que sabem que o jogo não acabou. [...] Não podemos conviver com meia democracia, com meias verdades, com meias legalidades. A luta contra o golpe seguirá. (REVISTA FÓRUM, 2016, n.p.).

Os atores que se colocaram como favoráveis ao impeachment também são questionados *moralmente* como forma de deslegitimar o processo (AM01): “entre traidores, conspiradores, figuras conduzidas por um ressentimento quase infantil, o que ficará registrado é a vilania e a baixeza de pessoas que nunca estiveram à altura de exercer o papel que lhes foi dado” (REVISTA FÓRUM, 2016, n.p.).

Os temas acionados são de argumentos políticos, sociais e morais.

7.1.3. Poder Legislativo - Senado Federal

No Poder Legislativo, serão analisados agora os discursos de lideranças do Senado Federal na seguinte ordem: Líder do Governo, senador Humberto Costa/PT - PE (LGOV); Líder do PT e líder da base de apoio do governo, senador Paulo Rocha/PT - PA (LPT); Líder da oposição, senador José Agripino/DEM - RN (LOP); Líder do PMDB, senador Eunício Oliveira/PMDB – CE (LPMDB); e Líder do PSDB, senador Cássio Cunha Lima/PSDB - PB (LPSDB).

7.1.3.1. Líder do Governo no Senado - senador Humberto Costa/PT - PE (LGOV)

O discurso foi realizado pelo líder do governo Dilma Rousseff no Senado Federal, senador Humberto Costa (PT - PE), durante a sessão que deliberou sobre a abertura do processo de impeachment naquela Casa e afastamento da presidenta.

Os argumentos classificados como *políticos* utilizados pelo líder do governo no Senado são bastante diversos, e exploram causas e consequências políticas do processo de impeachment. Os argumentos do senador iniciam acionando o contexto das eleições de 2014, onde ele sustenta que a chegada ao poder por aqueles que foram derrotados nas urnas seria uma finalidade do impeachment (AP01): “estamos pervertendo a Constituição Federal por

meio de uma quartelada civil para que os derrotados de 2014 tomem um atalho para chegar ao poder” (COSTA, 2016, p. 147).

Além disso, Humberto Costa também aponta em seu discurso que o impeachment atende a interesses das elites nacionais (AP02) e que “para essa elite a democracia só é boa quando ela pode manejá-la. Quando perde o poder de mando para os que julga na senzala, ela vai lá e acaba com a festa” (COSTA, 2016, p. 147). Nesse sentido, ele lembra o golpe de 1964, acusando essa mesma elite, e defende que ocorria um novo golpe naquele momento, com participação do vice-presidente e seu partido (AP03, AP14):

Ocorreu assim em 1964, quando civis puseram militares no poder por 21 anos. Agora, como lá atrás, o golpe se repete, mas de forma soft. Estão substituindo os tanques e os fuzis pelos contorcionismos legais e pelas fraudes constitucionais. Estão substituindo a UDN e os militares pelo PMDB. Estão substituindo o voto dos brasileiros de todos os cantos do País por um acerto de gabinete operado no Palácio do Jaburu, a sede da conspiração, o balcão de feira da República. (COSTA, 2016, p. 147).

Outro fator que o petista aponta como causa para ter se iniciado um processo de impeachment contra Dilma Rousseff é a aprovação das chamadas “pautas-bomba” pelo Congresso. Segundo ele, os parlamentares aprovaram projetos que prejudicaram o orçamento do governo e nomina o ex-presidente da Câmara dos Deputados como responsável (AP04).

Seremos, repito, o maior partido de oposição do Brasil, e não o maior partido de oposição ao Brasil, como tem sido a prática do PSDB, a prática do DEM, patrocinador de pautas-bomba de mais de R\$25 bilhões neste Congresso Nacional e de articulações mesquinhas, cuja única finalidade foi a de derrubar o Governo por meio da ruína do País. E agora vêm falar de austeridade fiscal. E agora querem condenar a Presidenta Dilma por irresponsabilidade fiscal. Irresponsáveis foram aqueles que votaram aqui e lá pela pauta-bomba do Sr. Eduardo Cunha. (COSTA, 2016, p. 148).

Já como consequências do impeachment, o senador questiona a legitimidade de um possível governo de Michel Temer e se este teria base que o sustentasse, uma vez que, como constata Costa em seu discurso, o projeto de governo que seria implementado pelo vice-presidente não venceria nas urnas (AP05, AP11):

Como pode se sustentar um Vice-Presidente golpista, interino na Presidência, sem que tenha base legal, social, política ou eleitoral? E o programa de governo elaborado, o chamado Ponte para o Futuro? Classifico como a vanguarda do atraso. E pergunto: será que se esse programa fosse submetido ao escrutínio do povo brasileiro por meio de uma eleição ele seria aprovado? Com certeza, não. (COSTA, 2016, p. 147).

O impeachment também teria como resultado um rompimento nas políticas sociais implementadas durante os governos petistas de Lula e Dilma, o que deixaria uma grande

parte da população em situação fragilizada (AP06):

Este Senado derrubará políticas iniciadas pelo trabalho revolucionário do Presidente Lula, que salvaram da pobreza extrema mais de 36 milhões de brasileiros; derrubará políticas que fizeram mais de 42 milhões de cidadãos e cidadãs ascenderem à classe média, no maior processo de mobilidade social da nossa história, um dos mais expressivos do Planeta; este Senado estará derrubando o Brasil do Bolsa Família, o Brasil do Minha Casa, Minha Vida, o Brasil do Pronatec, o Brasil do Fies, o Brasil do Prouni, o Brasil do Ciência sem Fronteiras, o Brasil das universidades e das escolas técnicas, o Brasil do Mais Médicos. Este Senado estará derrubando o Brasil que deu certo e deixando vulnerável uma larga maioria de brasileiros aos quais essas políticas devolveram a dignidade. (COSTA, 2016, p. 147).

O senador também sustenta, por fim, que o afastamento de Dilma traria consequências nocivas à democracia, abrindo precedente para que a sustentação de um governo ficasse atrelada a resultados de pesquisas de opinião (AP07):

O acordo espúrio que sustenta esse golpe vergará o Estado democrático de direito, banalizará o impeachment como instrumento constitucional e abrirá um precedente perigosíssimo na nossa jovem democracia para submeter a sustentação de qualquer Chefe do Executivo, a partir de agora, às pesquisas de opinião pública, o que nos trará um séria instabilidade jurídica e destruirá a solidez das nossas instituições. (COSTA, 2016, p. 147).

O discurso de Humberto Costa também aponta a direção que seria seguida por seu partido, caso a presidenta fosse afastada naquele dia. O senador afirma que o PT estaria já no dia seguinte fazendo oposição ao novo governo (AP15): “estaremos nas ruas a partir de amanhã para cobrar implacavelmente as ilusões que vêm sendo vendidas e dar publicidade a todos os processos que virão” (COSTA 2016, p. 148).

Seguindo esse raciocínio, como um argumento *social* o senador defende que seus colegas parlamentares estão sendo influenciados pelas pesquisas de opinião (AS01):

Muitos que estiveram conosco ajudando a construir esse projeto, em razão da sazonalidade das pesquisas de opinião – e aqui não nos cabe comentar as razões de cada um –, não estão abandonando Dilma e os governos do PT. Estão, de fato, abandonando este Brasil que incluiu na nossa sociedade milhões e milhões de brasileiros que viveram marginalizados e passaram a ter direitos básicos garantidos. (COSTA, 2016, p. 147-148).

Adiante, ele questiona a *moralidade* daqueles que acusam Dilma Rousseff, acusando-os de se moverem pela busca por cargos (AM01):

Logo eles, os mesmos que acusavam o PT de fisiologismo, de aparelhamento da máquina pública, mostram como é que fazem política: ministros polivalentes que podem assumir até três, quatro ministérios diferentes; Parlamentares que mudam de partido para entrar na cota de um partido diferente e exercer um ministério destinado ao partido. (COSTA, 2016, p. 147).

Se aqueles que se colocam contra a presidenta são moralmente questionados, o senador

utiliza argumentos *pessoais* para construir uma Dilma Rousseff honesta, inocente das acusações que sofre e, sobretudo, forte. Humberto Costa aciona uma declaração de um líder da oposição e ex-presidente como recurso para isso (APE01): “‘Dilma é uma mulher honesta, ela não é criminosa’. Essas frases não são minhas, mas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, presidente de honra do PMDB [PSDB]” (COSTA, 2016, p. 148). Outro recurso utilizado por ele foi mostrar uma foto da presidenta durante a ditadura. O senador compara o semblante de Dilma nos dois momentos de sua história pessoal para reafirmar sua inocência (APE02):

Ela está impassível, com a cabeça erguida, enquanto eles tentam esconder o próprio rosto. Apesar da atrocidade a que ela foi submetida, apesar da tortura que sofreu, a sua cabeça permaneceu erguida, seu semblante foi – e é agora – um semblante de serenidade, porque traz a consciência limpa. (COSTA, 2016, p. 148).

Ainda defendendo as qualidades de Dilma Rousseff como pessoa, o líder do governo no Senado projeta a presidenta como uma defensora da democracia, que lutou por ela na ditadura e que segue a defendendo e acreditando nela (APE03):

E nem as barbaridades a que ela se sujeitou foram capazes de fazê-la deixar de acreditar no futuro deste País e que vale a pena lutar pela democracia, pela liberdade e por um Brasil maior, [...] E nem a barbaridade de hoje, que este processo representa, nem a violência do afastamento do cargo de Presidente da República que o povo lhe conferiu pelo voto serão capazes de levá-la a deixar de acreditar na justiça, no Brasil e, principalmente, na força da nossa democracia (COSTA, 2016, p. 148).

Os argumentos *jurídicos* apresentados por Costa consistem principalmente na negação e desqualificação da tese de que Dilma teria cometido crimes de responsabilidade ao realizar as chamadas “pedaladas fiscais”. A desqualificação é feita quando o senador sustenta que o impeachment é fruto de um acordo envolvendo diferentes setores, inclusive o Judiciário, para tirar Dilma, e que esses setores teriam buscado um crime que pudessem imputar à presidenta. Neste caso, as pedaladas fiscais seriam uma “desculpa” para algo que já estaria acordado (AJ08): “Na verdade, a aliança que reuniu a grande mídia, a oposição, elementos do Poder Judiciário e do Ministério Público decidiu: ‘Dilma é criminosa. Agora, depois de também decidir a pena, que é o impeachment, vamos buscar o crime.’ É isso que tem acontecido até agora” (COSTA, 2016, p. 147). Seguindo esse raciocínio, o petista classifica o argumento de origem do processo como “um malabarismo jurídico, aqui reforçado pelo Relator deste processo, para identificarem: três decretos de suplementação orçamentária no valor de 980 milhões, em 2015, quando a execução orçamentária atingiu 1,4 trilhão – trilhão” (COSTA,

2016, p. 147).

Partindo desse princípio, é negada a existência de crime de responsabilidade (AJ05) porque os decretos teriam passado pelo crivo do Congresso, com a aprovação de um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) que alterou a Lei Orçamentária de 2015 (AJ09), e pela refutação do argumento de que a operação envolvida nesses decretos se configuraria como operação de crédito (AJ10): “... decretos que foram convalidados pelo PLN nº 5⁴², identificados também como pedaladas, as chamadas pedaladas, que transformaram, como em um passe de mágica, contratos de fornecimento de serviços em operações de crédito e empréstimos bancários” (COSTA, 2016, p. 147).

O líder do governo mobiliza, especialmente, a categoria de argumentos políticos. Ele também aciona as categorias temáticas de argumentos sociais, morais, pessoais e jurídicos.

7.1.3.2. Líder do PT e da base de apoio do governo no Senado - senador Paulo Rocha/PT - PA (LPT)

O discurso foi realizado no plenário do Senado Federal pelo Líder do PT e Líder da base de apoio do governo no Senado, Paulo Rocha (PT - PA), na sessão deliberativa que ocasionou o afastamento provisório de Dilma Rousseff.

Dentro da categoria *políticos* o senador apresenta diferentes argumentos sobre as causas e desdobramentos do impeachment. O líder petista rememora o golpe de 1964 e sustenta que havia um golpe apoiado pela elite brasileira, que também apoiou o golpe dos anos 60 (AP02). “Aliás, é assim que atua e sempre atuou a elite brasileira quando perde o poder. Retorna sempre através dos golpes. É assim hoje com a armação deste golpe parlamentar que envergonha o Brasil no exterior; foi assim no passado...” (ROCHA, 2016, p. 118). Nesse sentido, Rocha lembra que a oposição não aceitou o resultado eleitoral em 2014 e argumenta que o impeachment seria para colocar os derrotados no poder (AP01, AP14): “O futuro mostrará que a votação de hoje representa a conquista de um mandato que as urnas lhes negaram. Esses são os golpistas da primeira hora, que não esperaram completar 48 horas da votação para questionar o resultado das urnas” (ROCHA, 2016, p. 118). Ele complementa (AP03): “Essa é a aliança de derrotados, golpistas, corruptos e traidores, que agora estão tentando construir um eventual governo Michel Temer” (ROCHA, 2016, p. 118).

⁴² O PLN05/2015 é Projeto de Lei do Congresso Nacional que fez alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015.

O senador também aponta que o governo teria sido “sabotado” pelas pautas-bomba “patrocinadas” por Eduardo Cunha por este não ter sido protegido pelo governo (AP04): “O Cunha chantageou a Presidenta, cobrando o impossível. Queria a impunidade. Não lhe sendo atendida, sabotou o Governo com suas pautas bombas, para minar a confiança de um Governo” (ROCHA, 2016, p. 117). Nesse sentido, Dilma teria perdido a governabilidade por não tolerar erros e não entrar em jogo político de troca de favores (AP08): “Dilma poderá pagar, sobretudo, pelo isolamento político a que foi submetida por se recusar a praticar o toma lá, dá cá de apoio político, em troca de vistas grossas aos erros e desvios que foi obrigada a aceitar por força do nosso falido modelo, o presidencialismo de coalizão” (ROCHA, p. 2016, p. 117).

Rocha ainda elenca como causa para a deflagração do processo de impeachment os avanços sociais promovidos pelos governos do PT (AP09): “E é por causa da democracia que os golpistas querem incriminar o PT, que incluiu na agenda do País, pela primeira vez, os pobres, os miseráveis e as prioridades do Brasil” (ROCHA, 2016, p. 118). Argumento que se relaciona àquele onde aponta o “golpe” como uma articulação das elites. Ainda sobre os avanços sociais promovidos nos governos Lula e Dilma, ele refuta o argumento de que Dilma deveria ser afastada pelo conjunto da obra, alegando que o conjunto da obra é positivo e de avanços (AP10):

Os golpistas utilizam o tão repetido ‘conjunto da obra’ para justificar a violação da nossa Constituição, mas se esquecem das realizações fundamentais dos governos do PT. Foram os nossos governos que se empenharam em levar mais dignidade para milhões de homens e mulheres com propostas que levaram mais dignidade e cidadania para quem mais precisava. Foi o nosso conjunto da obra que criou a lei de combate ao trabalho escravo e a lei dos empregados domésticos, para não deixar de falar de tantas leis de conquista da cidadania. (ROCHA, 2016, p. 119).

Como resultado do afastamento de Dilma, o senador defende que o que resultaria seria um governo sem legitimidade e com origem em “aliança de aproveitadores” e que iria retirar direitos e entregar patrimônio brasileiro (AP11, AP03, AP12, AP06):

Um governo que, desde seu nascedouro, é ilegítimo, porque não tem respaldo popular. Um governo ilegal, porque violenta a Constituição para tomar o poder sob a falsa acusação de que a Presidenta cometeu crime de responsabilidade. Um governo imoral, porque tem sua origem na aliança espúria de aproveitadores que querem tirar vantagem dos efeitos da crise financeira global no Brasil. Um governo entreguista, que já se apressa em anunciar a entrega do nosso patrimônio para o grande capital, a começar pelo nosso pré-sal. Um governo antipopular, que antecipa seus propósitos com a retirada de direitos dos trabalhadores e com a redução das políticas públicas que levaram um pouco de esperança e dignidade para as classes menos favorecidas nos últimos 13 anos. (ROCHA, 2016, p. 118).

Ainda como argumento político, o líder do PT no Senado aponta o impeachment como elemento que fragiliza as instituições democráticas e a Constituição e que fará perder os eleitores que votaram no projeto representado por Dilma Rousseff (AP07):

Dilma poderá pagar, a partir desta sessão no Senado, com a perda temporária do cargo, mas quem mais perderá, na realidade, serão as nossas instituições, será a integridade da nossa Constituição, será a democracia, serão milhões de eleitores que acreditaram na proposta de um país mais justo e solidário, em um Brasil para todos. (ROCHA, 2016. p. 118).

Já o argumento *econômico* apresentado consiste também na refutação do argumento do conjunto da obra, mas com dados da economia do país em comparação com o primeiro ano do governo Lula (AE01):

Qual é o conjunto da obra? O conjunto da obra foi que as reservas internacionais líquidas do Brasil hoje somam US\$ 376,3 bilhões; e eram apenas US\$16 bilhões em 2002. A dívida pública líquida é de 38,9% do PIB; era de 60,4% do PIB em 2002; os investimentos externos produtivos no Brasil foram de US\$78,9 bilhões nos últimos 12 meses, ou 4,56% do PIB; O Brasil, hoje, tem o sétimo maior PIB mundial, tinha o décimo terceiro em 2002. A renda per capita do Brasil é de US\$10.000; era de US\$2.500 em 2002. O salário mínimo, hoje, é de R\$880,00, equivalente a cerca de US\$250. Era de apenas US\$55 em 2002. (ROCHA, 2016, p. 117).

Como argumento *social*, o senador diz que a “luta vai continuar dentro e fora do Congresso. As ruas continuarão gritando: ‘Não vai ter golpe!’ e ‘Vai ter luta!’ e terão o nosso mais irrestrito apoio e participação” (ROCHA, 2016,p. 117) (AS03).

Como argumentos *morais*, Rocha sustenta que Dilma foi chantageada por Eduardo Cunha para interferir na Lava Jato. O impeachment seria, então, resultado da negativa da presidenta em ceder à pressão do ex-presidente da Câmara dos Deputados, indiciado por corrupção (AM02):

Mas a verdade é que se prepara punição para a Presidente Dilma Rousseff, primeiro, porque ela não cedeu à chantagem de Eduardo Cunha, que foi afastado tardiamente da Presidência da Câmara pelo Supremo Tribunal Federal, depois de ter sua intenção frustrada de contar com a interferência da Presidenta da República no inquérito da Lava Jato para escapar do cerco da Justiça. (ROCHA, 2016, p. 117).

No entanto, o senador também argumenta que os escândalos de corrupção originados na operação Lava Jato estavam sendo usados pelo Judiciário e pela imprensa de forma a criminalizar o Partido dos Trabalhadores (AM03, AM06), em uma disputa de poder envolvendo esses atores.

Mas a Lava Jato está sendo usada em um processo sofisticado de alianças políticas, usando uma parte do braço judiciário do Ministério Público para criminalizar a política e criminalizar quem está no poder político do País. E antecipo: a narrativa política usada pela grande imprensa, pela imprensa monopolista, é para condenar aqueles que estão no poder, principalmente o Partido dos Trabalhadores, as suas

principais lideranças, o que envolve a disputa de poder no nosso País. (ROCHA, 2016, p. 117).

Também são questionadas as motivações dos ex-aliados do PT e que naquele momento estavam na oposição ao governo, favoráveis ao afastamento. Para Rocha, uma das motivações seria vingança pelo tratamento que receberam de Dilma (AM01, AM04): “A sua maior motivação é dar o troco contra a ex-chefe, dura na cobrança por resultados, intransigente com o malfeito e inflexível no trato com o bem público” (ROCHA, 2016. p. 117). Além disso, o deslocamento dos ex-aliados também teria sido ocasionado por oportunismo, busca por cargos e verbas (AM01, AM05). “Outros são apenas oportunistas que agora se assanham com os futuros cargos e dotações orçamentárias que terão com o governo surgido da conspiração e da traição” (ROCHA, 2016. p. 118).

Como argumento de ordem *pessoal*, Dilma é apresentada como uma mulher honesta e sem acusações de corrupção (APE01): “uma pessoa reconhecidamente honesta, uma pessoa contra a qual não pesa nenhuma acusação, nenhum indício de improbidade, nenhuma presença nas listas de contas no exterior com o dinheiro da corrupção. Nada, absolutamente nada de ilegal pode ser atribuído à Presidenta” (ROCHA, 2016, p. 117). O senador ainda diz que a presidenta pagará justamente por sua honestidade: “Dilma Rousseff poderá pagar por ter sido honesta com a pior pena que se pode aplicar a uma pessoa pública: o afastamento do cargo para o qual foi eleita pelo voto livre de mais de 54 milhões de pessoas” (ROCHA, 2016. p. 117).

Os argumentos *jurídicos* apresentados e que se relacionam diretamente com a questão dos crimes de responsabilidade estão centrados na negação da existência dos crimes e também na apresentação de fatos que desqualificam o processo (AJ05): “nesse processo que agora estamos realizando no Senado, não há crime de responsabilidade, é golpe! É uma maioria parlamentar interessada em golpear a democracia do nosso País” (ROCHA, 2016. p. 119). Além disso, o processo teria um vício de origem (chantagem de Cunha) (AJ06) e o relatório da Comissão Especial do Impeachment no Senado seria parcial e de rigor inusual na apreciação das contas do governo (AJ11):

[...] as cartas já estão dadas na admissão do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, que será aprovada pela maioria deste Plenário, apesar do seu vício de origem e da manipulação com que foi conduzida na Câmara. Aqui no Senado, como denunciamos – e pedimos que isso fosse evitado –, tivemos parcialidade no relatório, que impôs rigores inéditos nas contas fiscais da União. (ROCHA, 2016. p. 117).

Outro elemento usado para questionar o processo seria o fato de que o julgamento estaria considerando o “conjunto da obra”, não apenas a existência ou não de crimes de responsabilidade praticados por Dilma Rousseff (AJ07):

A Presidenta da República não cometeu crime de responsabilidade, mas isso não tem a menor importância para servir e justificar o golpe. O que vale, como estamos cansados de ouvir, é "o conjunto da obra". A primeira etapa dessa batalha tende a terminar como os golpistas e os conspiradores planejaram: o conjunto da obra. (ROCHA, 2016. p. 117).

O senador também defende que será provado que as acusações contra Dilma são injustas (AJ05):

Aqui, neste Senado, insistiremos na apresentação dos fatos que terminarão por comprovar a injustiça da acusação de crime de responsabilidade. A violência ora cometida contra uma Presidente eleita legitimamente pelas urnas, contra a Constituição, será denunciada quantas vezes forem necessárias. Ao mesmo tempo, ao contrário do que muitos Senadores esperam ao votar hoje pela admissibilidade do impedimento, será comprovado que não há crime algum nos atos hoje imputados à Presidenta. (ROCHA, 2016,p. 118).

O líder do PT utiliza todas as categorias de argumentos em seu discurso no Senado. As categorias temáticas de argumentos políticos e morais são as que recebem mais atenção.

7.1.3.3. Líder da oposição no Senado - senador José Agripino/DEM - RN (LOP)

O discurso foi realizado pelo líder da oposição no Senado Federal, senador José Agripino (DEM - RN), durante a sessão que deliberou sobre o afastamento da presidenta.

Os argumentos *políticos* do líder da oposição no Senado estruturam-se em três questões. A primeira delas seria o uso eleitoral da Eletrobras por Dilma Rousseff em 2014. De acordo com o senador, a presidenta teria mentido na eleição por ter prometido uma redução de 30% na tarifa da energia elétrica e, vencedora, foi implementado sistema de bandeiras tarifárias, com acréscimos na conta de luz em alguns meses (AP29):

Em relação à Eletrobras, quem é que não viu neste País o discurso da Presidente Dilma propondo que ia baixar em 30% a tarifa da energia elétrica? Ganhou a eleição por conta disso. [...] O Brasil não poderia nunca fazer aquilo que ela, Dilma, fez. Tanto não podia que, passada a eleição, apareceu a malfadada, famigerada bandeira vermelha: a tarifa de energia elétrica carimbada com a bandeira vermelha, pior do que o racionamento. (AGRIPINO, 2016, p. 52-53).

A segunda questão elencada por Agripino seria a falta de condições de governabilidade para Dilma. O senador alega que a questão legal não é o único motivo para votar pelo impeachment, mas também a questão política. Para ele o governo já estava acabado e o

impeachment era oportunidade para iniciar um novo governo (AP30):

Se nós tivéssemos, Senador Davi Alcolumbre, o regime parlamentarista, o voto de desconfiança já teria sido dado há muito tempo. Há muito tempo. Os Parlamentares teriam se reunido, o Governo já não governa mais, não há Chefe da Casa Civil, não há Ministro da Saúde, não há Ministro da Integração Nacional, não há mais nada, acabou-se. O Governo não governa mais. Já teria havido o voto de desconfiança, e o Governo teria caído. Como não é parlamentarista, é presidencialista, existe na Constituição um item – está previsto, legal – que é o impeachment. Eu vou votar pelo impeachment por muitas razões. Primeiro de tudo, por razões de ordem legal. E depois porque o impeachment é a única oportunidade que nós temos de repor com um governo novo. (AGRIPINO, 2016, p. 53).

Em continuação, a terceira questão seria a de que Temer teria melhores condições para governar e apoio de partidos políticos. Outro aspecto dessa argumentação é a relação que é feita entre novo governo e a “voz das ruas”, onde, na lógica apresentada, aquele seria uma vontade desta (AP17):

Vai ser governo de salvação nacional? Não sei. Agora, um governo de emergência, com melhores condições do que o atual, eu não tenho nenhuma dúvida. [...] Agora, conta com o apoio de partidos políticos que têm compromisso com a sociedade e que sabem ouvir a grande novidade deste País em matéria de política, que é a voz das ruas. (AGRIPINO, 2016, p. 53).

Quanto aos aspectos *econômicos*, é dito que o governo gastou demais, tendo déficit como resultado. Agripino também sustenta que muitos gastos foram realizados para que Dilma Rousseff pudesse se reeleger (AE03, AE06).

As pedaladas fiscais estão dentro daquilo que acabei de mostrar: são 55 bilhões de superávit para 120 de déficit. Eles se habituaram à ganância. Enquanto o País ia bem, aguentava a ganância. Eles não perceberam que, num dado momento, o País tinha quebrado, e eles continuaram com a ganância. E para ganhar uma eleição, e aí é de onde vem o pecado maior, além das pedaladas fiscais que tiveram a motivação de gastar sem ter dinheiro para ganhar eleição. (AGRIPINO, 2016, p. 52).

O senador também acusa o governo de má gestão na Petrobras, com endividamento e desvalorização da empresa como resultado. Para ele, a empresa também foi utilizada eleitoralmente em 2014, com controle de preços no período pré-eleitoral, o que teria gerado o endividamento. O fator corrupção também é citado no contexto das perdas na empresa, mas não como principal (AE02):

A Petrobras que era uma empresa modelo, por razões de ordem de corrupção e de má gestão, hoje é a empresa que mais deve no mundo, é a empresa mais endividada do mundo. Por quê? Só pelo petrolão? Não. Muito e muito por conta de gestão. Fizeram controle de inflação operando preço do combustível, praticando uma loucura, enquanto o preço do petróleo do mundo inteiro caía, o preço da gasolina aqui subia para salvar a Petrobras, que tinha sido "imundiçada" durante o período pré-eleitoral para vender combustível por preço incompatível com a realidade para ganhar eleição. (AGRIPINO, 2016, p. 52).

Relacionado a questões *sociais*, Agripino faz uma conexão entre votar pelo impeachment e estar conectado com a “voz das ruas”, que “vigiou” o governo Dilma e continuará no novo governo (AS09). “O fato novo da política do Brasil é a voz das ruas, que vai continuar vigiando. Como vigiou o atual Governo, vai vigiar o futuro governo. E com quem pretendemos continuar sintonizados” (AGRIPINO, 2016, p. 53).

Os argumentos *jurídicos* concentram uma boa parte do discurso do senador. Ele inicia sua intervenção lembrando quando, nos anos 90, 23 bancos estaduais foram fechados e diz que o tema das pedaladas fiscais tem origem naquele episódio, pois os bancos haviam quebrado por operações de crédito realizadas pelos governos estaduais à época. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é situada como uma resposta ao problema que originou a quebra dos bancos estaduais, e o senador aciona a própria lei como argumento comprobatório de sua tese (AJ13).

Na Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 36, está dito: "É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo." Portanto, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES jamais poderiam emprestar dinheiro à União. Nunca. Está aqui dito na Lei de Responsabilidade Fiscal. (AGRIPINO, 2016, p. 51).

Além da LRF, ele também aciona a Constituição e usa isso para contrapor o argumento de que o impeachment era um golpe (AJ13). “Há ferimento à Constituição Federal. Depois dizem que é golpe, é golpe, é golpe! É golpe à Constituição! A Constituição diz, no seu art. 85: Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição e, especialmente, contra: . VI – a lei orçamentária” (AGRIPINO, 2016, p. 52). O senador opositorista defende que houve o uso de pedaladas fiscais pelo governo e relaciona esse fator com o déficit de 2015, sustentando que o pagamento da dívida com os bancos públicos foi responsável pelo resultado negativo (AJ18):

O que aconteceu em 2015? Uma coisa inédita. O orçamento mandado para esta Casa previa um superávit de 55 bilhões. No final do ano, a proposta de revisão do superávit caiu para 119,9 de déficit. Eu nunca vi, ao longo de vários anos do Senado, nunca vi você sair de um superávit de 53 para um déficit de 120 bilhões. Por conta de quê? Aí entram as pedaladas fiscais, porque esse déficit aconteceu porque o Governo precisou de última hora providenciar fundos para pagar as pedaladas fiscais; precisava pagar à Caixa Econômica, ao Banco do Brasil, ao BNDES. (AGRIPINO, 2016, p. 52).

Ainda reafirmando a existência das pedaladas fiscais, é dito que o PLN 05/2015 teria sido proposto apenas para mascarar um crime que já havia sido cometido e não teve o apoio da oposição (AJ14): “Praticaram o crime e obrigaram o Congresso, não com o nosso voto, a

limpar a cena do crime, oferecendo o atestado de que eles tinham cumprido a Lei Orçamentária” (AGRIPINO, 2016,p. 52). O parecer do Tribunal de Contas da União (TCU), rejeitando as contas de 2014 do governo federal também é acionado para sustentar os argumentos jurídicos do senador (AJ15):

O Tribunal de Contas da União reprovou as contas. Nunca houve anteriormente um fato como esse, rumoroso. O Tribunal de Contas da União claramente reprovou as contas da Presidente. As pedaladas estão ligadas diretamente ao ferimento de um maltrato com o orçamento da República, claramente. (AGRIPINO, 2016, p. 52).

O líder da oposição no Senado aciona em seu discurso as categorias temáticas de argumentos políticos, econômicos, sociais e jurídicos.

7.1.3.4. Líder do PMDB no Senado - senador Eunício Oliveira/PMDB – CE (LPMDB)

O discurso foi realizado pelo líder do PMDB no Senado Federal, senador Eunício Oliveira (PMDB – CE), na sessão que deliberou sobre a abertura do processo de impeachment na Casa.

A principal causa para o impeachment apontada por Eunício Oliveira como argumento *político* é a governabilidade no governo federal. Para o parlamentar, Dilma não conseguia mais governar o país (AP30). “É doloroso constatar isso. É cruel testemunhar o exaurimento da capacidade de um governante de fazer sonhar seu povo. Mas é assim que vejo, hoje, a presidente da República. E se ela está assim, como a vejo, é porque perdeu a capacidade de governar, de liderar” (OLIVEIRA, 2016, p. 164). Nesse sentido, ele também sustenta que (AP20) o país vivia um cenário de “desarranjo político e econômico como nunca se viu em nossa história” (OLIVEIRA, 2016, p. 164).

Diante disso, o impeachment foi defendido como algo capaz de trazer alternativas e esperança através de uma mudança no país (AP19). “O lado do PMDB é o lado de quem quer devolver esperanças, soluções e alternativas ao povo brasileiro. [...] E a sensatez nos obriga a dar uma nova chance ao Brasil, a mudar nossos rumos, para reencontrar a esperança” (OLIVEIRA, 2016, p. 164).

Também como forma de legitimar o impeachment, o senador destaca que todos os ritos foram cumpridos e que a democracia amadurece com esse processo. Nesse cenário, o argumento de que existiria um golpe é que fragilizaria a democracia, desqualificando instituições centrais a ela (AP18):

[...] nossa democracia amadurece em meio a todo esse processo, e o falso dilema

sobre se houve “golpe”, se não houve “golpe”, serve apenas como discurso. Desqualificar o rito do processo constitucional de impeachment é atentar contra a democracia, desqualificando o legislativo e questionando a isenção do Supremo Tribunal Federal. (OLIVEIRA, 2016, p. 165).

Também como argumento *social*, o senador defende que os parlamentares devem encarar as mudanças necessárias ao lado do povo (AS13): “as mudanças que o Brasil exige fazer, que o País urge por ver, são agudas, profundas e duras. Temos, entretanto, de encará-las e seguir ao lado do povo brasileiro, buscando soluções e alternativas para devolver rumo e esperança à Nação” (OLIVEIRA, 2016, p. 164).

Os argumentos de ordem *pessoal* utilizados pelo peemedebista são sobre Dilma Rousseff e Michel Temer e, em nenhum dos casos, o senador faz críticas pessoais ou apresenta argumentos que prejudiquem a imagem de qualquer um deles. Em relação a seu aliado, Temer, Oliveira exalta a preparação e experiência do vice-presidente para o cargo que assumiria. Ele é desenhado como alguém capaz de lidar com o momento político que vivia o país (APE04): “O Vice-Presidente Michel Temer, que tem uma biografia singular, é um homem preparado e experiente. É plenamente capaz de liderar o processo de unificação para que, juntos, possamos ultrapassar as adversidades e colocar o Brasil no lugar em que merece estar” (OLIVEIRA, 2016, p. 164).

Sobre Dilma Rousseff, o senador a qualifica como uma mulher honrada e destemida, de quem se deve respeitar a trajetória política de enfrentamento à ditadura (APE01, APE02):

Não farei o jogo fácil e rasteiro de criticar, de desacreditar e de humilhar com palavras vãs quem eu sei que é uma mulher de honra pessoal. Falo da presidente Dilma Rousseff. [...] Respeito profundamente a presidente Dilma Rousseff. Respeito, sobretudo, os 54 milhões de votos que ela recebeu. Respeito a biografia da mulher que enfrentou a ditadura militar de forma destemida, ousada. (OLIVEIRA, 2016, p. 164).

Os argumentos *jurídicos* apresentados não têm a ver com o mérito do que está sendo julgado, não se concentram em definir se houve crime de responsabilidade fiscal. O senador ocupa-se, nesse caso, da legitimação do processo em si, destacando longamente o cumprimento dos ritos do processo no Senado e na Câmara (AJ16):

O cuidado, a liturgia com que tratamos esse tema do impeachment até aqui, no Senado, tem sido uma homenagem ao Estado Democrático de Direito. Tudo veio a seu tempo. Não abreviamos ritos. E não poderíamos fazer isso, jamais abreviaríamos ritos. Não podemos simplificar atos. A democracia não admite atalhos. (OLIVEIRA, 2016, p. 165).

Complementarmente, o líder do PMDB no Senado aponta que a votação é sobre a admissibilidade do processo e que, se for admitido, o julgamento ainda ocorrerá (AJ16):

O Plenário terá de se pronunciar pela admissibilidade desse processo. E depois vamos julgar, de fato, o mérito da denúncia. [...] Caso a maioria do Plenário do Senado decida pelo prosseguimento do impeachment, aí sim, deveremos ouvir de novo, de forma ainda mais atenta, e ainda mais extenuante, testemunhas de acusação e de defesa. (OLIVEIRA, 2016, p. 164-165).

Os crimes de responsabilidade só são citados nessa categoria quando o senador destaca que o relatório da Comissão Especial do Impeachment no Senado aponta a existência de crimes de responsabilidade e que ele já havia sido aprovado na Comissão. No entanto, a citação ocorre muito mais para reafirmar a obediência do processo à Constituição do que como uma tomada de posição em relação à existência ou não de crime de responsabilidade (AJ16).

O Relator do processo na Comissão, meu amigo Antonio Anastasia, a quem respeito muito como homem de espírito público, produziu um relatório que expressa suas convicções: para ele, houve, sim, crime de responsabilidade e o processo deve prosseguir nesta Casa. Por maioria de 15 votos contra 5, com uma abstenção, a Comissão Especial do Impeachment endossou o relatório do nobre Senador Anastasia. (OLIVEIRA, 2016, p. 164).

O senador ainda defende que o prosseguimento do processo é importante para demonstrar que (AJ17) “ninguém está imune a ser processado” e também porque, então, Dilma poderia apresentar a sua defesa. “Ninguém pode usurpar o Estado para fabricar um arcabouço legal destinado a mantê-lo no poder ao arrepio dos preceitos constitucionais. Admitir o prosseguimento do processo de impeachment é dar uma oportunidade à presidente Dilma, acusada, para que se defenda” (OLIVEIRA, 2016, p. 165).

Seguindo a mesma linha, ele defende que o processo deve continuar obedecendo aos trâmites legais, sem adiantamento da sentença (AJ16). “Deveremos buscar provas, dirimir as dúvidas. E conceder à defesa todo o espaço e o tempo necessários à produção das contraprovas e à sua argumentação. Só ao fim e ao cabo desse período, que consumirá alguns meses, poderemos ter o veredito final sobre o mérito” (OLIVEIRA, 2016, p. 165).

As categorias temáticas acionadas no discurso do líder do PMDB são de argumentos políticos, pessoais e jurídicos.

7.1.3.5. Líder do PSDB no Senado - senador Cássio Cunha Lima/PSDB - PB (LPSDB)

O discurso foi realizado pelo líder do PSDB no Senado Federal, senador Cássio Cunha Lima (PSDB - PB), na sessão que deliberou sobre a abertura do processo de impeachment.

O primeiro argumento *político* apresentado pelo senador é o de que Dilma Rousseff

mentiu durante a eleição de 2014 para renovar seu mandato presidencial. No entanto, não são especificadas as mentiras imputadas à presidenta (AP29).

E o começo desse capítulo importante da história do Brasil infelizmente foi escrito através de mentiras, porque foi essa a opção escolhida de maneira deliberada pela Presidente Dilma Rousseff: mentir ao povo brasileiro, enganar a nossa gente, usar a boa-fé do povo humilde, sobretudo, deste País para que pudesse ganhar a eleição a todo preço, a todo custo, fazendo o diabo se fosse preciso, na expressão dela própria. E nós sabemos, a vida nos ensina que, nas relações pessoais, nas relações públicas sobretudo, a mentira tem um preço, e o preço é alto. (LIMA, 2016, p. 88).

O líder do PSDB no Senado também defende a legitimidade de Temer para governar, já que foi eleito junto com Dilma em 2014 (AP21).

[...] o Vice-Presidente Michel Temer tem, sim, legitimidade para exercer essa função. Os mesmos 54 milhões de votos obtidos pela Presidente Dilma foram os votos obtidos pelo Vice-Presidente. Não é à toa, não é de graça que na telinha da urna eletrônica, de forma proposital, expõe-se a foto do candidato majoritário e do seu vice, exatamente para que o eleitor não alegue desconhecimento, dizendo "votou no vice sem saber quem era". (LIMA, 2016, p. 88).

O senador dá o impeachment como caso encerrado, para ele já haveria, naquele dia, quórum suficiente para o afastamento definitivo da presidenta. Por isso, era necessário deixar o governo Dilma para trás (AP23).

E é, portanto, o momento de olharmos para o futuro. Não adianta mais falar de impeachment, ficar discutindo o mandato desastroso da Presidente Dilma Rousseff, um mandato que termina hoje sem sequer ter começado – um mandato que termina hoje sem sequer ter começado –, porque o que está havendo hoje no Brasil é muito grave. (LIMA, 2016, p. 88).

Outro caminho apontado pelo tucano é o de que seria preciso fazer mudanças na estrutura do Estado para melhorar o desempenho do país em questões econômicas (AP36):

E a primeira exigência que o PSDB fez, no documento apresentado ao Vice-Presidente da República, é que nós possamos cortar Ministérios, reduzir drasticamente o número de cargos comissionados, diminuir o tamanho deste Estado pesado, perdulário, incapaz de servir com um mínimo de qualidade a população e introduzir meritocracia, qualidade de gestão e, ao mesmo tempo, promover produtividade, competitividade para a nossa economia, para que nós tenhamos uma sequência de recuperação de investimento, retomada do desenvolvimento e geração de empregos. (LIMA, 2016, p. 89).

Como argumento *econômico*, o tucano sustenta que os resultados econômicos ruins em diferentes os setores são consequência dos crimes de responsabilidade e de irresponsabilidade de Dilma Rousseff (AE05, AE06):

Está cada vez mais visível, nítido ao olhar do povo brasileiro que foram os crimes de responsabilidade, ou seja, a irresponsabilidade da Presidente Dilma que empurrou o Brasil para a gravidade do quadro atual. São 11 milhões de desempregados, inflação que começa a dar sinais de controle a um custo altíssimo para a economia, juros na estratosfera, retração econômica, comércio cerrando as portas, indústria sendo liquidada, pessoas desassistidas, centenas de milhares

morrendo pela omissão e a incompetência do Governo. [...] E tudo o que está acontecendo no Brasil de hoje está umbilicalmente vinculado às atitudes irresponsáveis, aos crimes que foram praticados pela Presidente Dilma Rousseff. (LIMA, 2016, p. 88).

O argumento *social* sugere que o impeachment estaria em sintonia com a vontade que vinha das ruas (AS09). “Os desígnios de Deus nos trouxeram até aqui, ao lado do povo livre e independente do nosso País, do povo desvinculado de partidos políticos, desatrelado de governos, de máquinas públicas que com profunda indignação, cidadania, crença no futuro e de maneira espontânea ocupou as ruas do Brasil” (LIMA, 2016, p. 88).

Ele também aponta que melhorar a situação do Brasil era um desafio para toda a sociedade unida, e não uma missão para um só homem (AS12):

É esse o desafio que está posto, e não é um desafio pequeno, mas que exigirá de todos nós compromisso, porque estamos diante de uma tarefa que não deve ser entregue a um só homem, mas uma missão que deve ser depositada para toda a sociedade. E aqueles que amam de verdade o Brasil, que têm compromisso com este País, haverão de compreender a importância deste instante. (LIMA, 2016, p. 89).

Os argumentos *pessoais* do parlamentar não se referem à presidenta Dilma Rousseff, alvo do processo, mas a seu companheiro de partido e relator do processo no Senado, Antonio Anastasia (PSDB). O senador define o responsável pelo parecer favorável ao impeachment como alguém responsável e competente, ressaltando a qualidade de seu parecer (APE05):

E, nesta palavra derradeira, a minha homenagem ao Senador Anastasia tão duramente e injustamente atacado. Compreende-se agora por que o PT levantou a suspeição de V. Ex^a. É por que sabia da qualidade técnica do seu relatório. Já antevia a dificuldade de promover a defesa diante de relatório tão robusto, irrefutável, consistente. (LIMA, 2016, p. 89).

O argumento *jurídico* do senador é o de que Dilma havia cometido crimes previstos na legislação brasileira, acionando essas leis para demonstrar sua tese (AJ13, AJ18). “A Presidente da República atentou contra o art. 85, inciso VI, da nossa Constituição. A Presidente Dilma descumpriu os arts. 10 e 11 da Lei nº 1.079. A Presidente Dilma promoveu a maior fraude fiscal já vista no nosso País” (LIMA, 2016, p. 88). Nesse sentido, afastar a presidenta seria fazer cumprir a lei (AJ13): “E o Senado Federal, hoje, faz justiça, ao tomar a decisão de afastar temporariamente a Presidente Dilma Rousseff de suas funções de Presidente, mais do que qualquer outra coisa, o Senado Federal fará justiça à luz da Constituição, em respeito à nossa legislação” (LIMA, 2016, p. 89).

Com exceção da categoria de argumentos morais, o líder do PSDB no Senado mobiliza todas as demais categorias temáticas de argumentos. Entre as que aciona, o senador privilegia

a categoria de argumentos políticos.

7.1.4. Poder Executivo Federal - Presidência da República

No âmbito da Presidência da República são analisados os discursos da presidenta da República, afastada provisoriamente em 12 de maio de 2016, Dilma Rousseff, e do vice-presidente, que assume interinamente a Presidência naquele mesmo dia, Michel Temer.

7.1.4.1. Presidenta da República - Dilma Rousseff/PT (DR)

O discurso de Dilma Rousseff analisado aqui é a declaração à imprensa realizada pela presidenta pouco antes de deixar o Palácio do Planalto no dia 12 de maio. Além deste, Dilma também realizou um discurso para apoiadores que a aguardavam na saída do Palácio e também se manifestou em um vídeo que divulgou em suas redes sociais online.

Os argumentos *políticos* do discurso da presidenta Dilma Rousseff sustentam que o impeachment ameaça não apenas o seu mandato, mas o próprio resultado eleitoral de 2014 e o respeito à Constituição brasileira (AP14): “o que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição”. O objetivo, para Dilma, era “impedir a execução do programa que foi escolhido pelos votos majoritários dos 54 milhões de brasileiros e brasileiras”.

A presidenta ainda acusa “parte da oposição” de não se conformar com o resultado eleitoral de 2014 (AP01) e “conspirar abertamente pelo [...] impeachment”. Com isso, ela acredita que a oposição mergulhou o país “em um estado de permanente instabilidade política, impedindo a recuperação da economia com um único objetivo: de tomar à força o que não conquistaram nas urnas”. Nesse sentido, Dilma sustenta que seu governo estava sendo “alvo de intensa e incessante sabotagem” (AP04), declarando que o objetivo seria impedi-la de governar “e, assim, forjar o meio ambiente propício ao golpe” (ROUSSEFF, 2016, n.p.).

Para Dilma, também estavam em jogo “o futuro do País” e as conquistas dos governos petistas (AP06):

O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a valorização do salário mínimo, os médicos

atendendo a população, a realização do sonho da casa própria, com o Minha Casa Minha Vida. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. (ROUSSEFF, 2016, n.p.).

No discurso da presidenta, o impeachment é nomeado como um “golpe” que ameaça a democracia e as conquistas sociais (AP06): “o golpe ameaça levar de roldão não só a democracia, mas também as conquistas que a população alcançou nas últimas décadas”. Além disso, ela também argumenta que impeachment por atos de gestão não pode ocorrer em uma democracia (AP07): “jamais, em uma democracia, um mandato legítimo de um presidente eleito poderá ser interrompido por causa de atos legítimos de gestão orçamentária. O Brasil não pode ser o primeiro a fazer isto”(ROUSSEFF, 2016, n.p.).

No discurso de Dilma, a “luta” não é apenas por seu mandato, mas pela democracia: “eu sei e muitos aqui sabem, sobretudo nosso povo sabe que a história é feita de luta e sempre vale a pena lutar pela democracia. A democracia é o lado certo da história. Jamais vamos desistir, jamais vou desistir de lutar” (ROUSSEFF, 2016, n.p.). Dilma ainda evidencia seu respeito à democracia, destacando que não reprimiu manifestações em seu governo: “durante todo esse tempo tenho sido, também, uma fiadora zelosa do Estado Democrático de Direito. Meu governo não cometeu nenhum ato repressivo contra movimentos sociais, contra movimentos reivindicatórios, contra manifestantes de qualquer posição política” (ROUSSEFF, 2016, n.p.). Nesse sentido, ela aponta que o governo interino seria um “risco”, por não ser um governo eleito pelo voto direto e por não ter, assim, legitimidade, podendo cair na repressão (AP16):

O risco - o maior risco para o país nesse momento -, é ser dirigido por um governo dos sem-voto, um governo que não foi eleito pelo voto direto da população brasileira. Um governo que não terá a legitimidade para propor e implementar soluções para os desafios do Brasil. Um governo que pode ser ver tentado a reprimir os que protestam contra ele. (ROUSSEFF, 2016, n.p.).

Sobre o governo interino, a presidenta também sustenta que seria (AP13) “ele próprio a grande razão para a continuidade da crise política em nosso País”, por nascer de um “golpe, de um impeachment fraudulento, nasce de uma espécie de eleição indireta” (ROUSSEFF, 2016, n.p.).

Quanto às questões *sociais* envolvidas, Dilma Rousseff defende que as manifestações foram por “mais avanços” e que a população negaria o “golpe” (AS02): “nosso povo foi às ruas, foi às ruas em defesa de mais direitos, de mais avanços. É por isso que tenho certeza de que a população saberá dizer ‘não’ ao golpe” (ROUSSEFF, 2016, n.p.).

Dilma também conclama à mobilização os “brasileiros que se opõem ao golpe” (AS04): “independentemente de posições partidárias, faço um chamado: mantenham-se mobilizados, unidos e em paz”. Para a presidenta, a “luta” poderia ser vencida pelos “defensores da democracia”: “a luta contra o golpe é longa. É uma luta que pode ser vencida e nós vamos vencer. Esta vitória, esta vitória depende de todos nós. Vamos mostrar ao mundo que há milhões de defensores da democracia em nosso País” (ROUSSEFF, 2016, n.p.).

Os argumentos *pessoais* da presidenta concentram-se sobre ela mesma, onde Dilma defende que o impeachment foi (APE01) “desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente”, que exerceu seu mandato “de forma digna e honesta”, honrando seus votos e que nunca aceitou “chantagem de qualquer natureza”. Ela também afirma não participar ou compactuar com a corrupção: “não tenho contas no exterior, nunca recebi propinas, jamais compactuei com a corrupção”. A presidenta ainda se coloca como uma pessoa forte e defensora da democracia (APE02, APE03): “o mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos. Lutei a minha vida inteira pela democracia, aprendi a confiar na capacidade de luta do nosso povo” (ROUSSEFF, 2016, n.p.).

Os argumentos *jurídicos* da presidenta contestam as acusações do processo de impeachment. Para Dilma, o processo é (AJ08) “frágil, juridicamente” e uma “farsa jurídica e política”. Ela sustenta (AJ05): “não cometi crime de responsabilidade, não há razão para um processo de impeachment”, reafirmando que a cassação de um presidente “sob a acusação de um crime que não cometeu, [...] no mundo democrático, não é impeachment: é golpe” (ROUSSEFF, 2016, n.p.).

Nesse sentido, o argumento da presidenta é de que seus atos eram legais, tendo sido realizados também em governos anteriores (AJ04, AJ03):

Posso ter cometido erros, mas não cometi crimes. Estou sendo julgada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer. Os atos que pratiquei foram atos legais, corretos, atos necessários, atos de governo. Atos idênticos foram executados pelos presidentes que me antecederam. Não era crime na época deles, e também não é crime agora.

Acusam-me de ter editado seis decretos de suplementação, seis decretos de crédito suplementar e, ao fazê-lo, ter cometido crime contra a Lei Orçamentária. É falso. É falso, pois os decretos seguiram autorizações previstas em lei. Tratam como crime um ato corriqueiro de gestão. (ROUSSEFF, 2016, n.p.).

Além disso, em relação aos pagamentos do Plano Safra, Dilma afirma não ter participação direta e que não haveria mais dívida (AJ02): “acusam-me de atrasar pagamentos

do Plano Safra. É falso. Nada determinei a respeito. A lei não exige a minha participação na execução deste Plano. [...] Além disso, nada restou para ser pago, nem dívida há” (ROUSSEFF, 2016, n.p.).

Em seu discurso, Dilma Rousseff mobiliza as categorias temáticas de argumentos políticos, sociais, pessoais e jurídicos. A fala de Dilma guarda especificidades em relação aos demais discursos por se ela ser a ré do processo em questão. Nesse sentido, é um discurso marcado pela defesa de um legado pessoal e político; e de defesa também do legado não apenas de seu governo, mas dos governos petistas.

7.1.4.2. Vice-presidente da República - Michel Temer/PMDB (presidente interino) (MT)

O discurso de Michel Temer foi realizado na tarde de 12 de maio de 2016 durante a cerimônia de posse dos ministros nomeados por ele⁴³.

Os argumentos *políticos* consistem na principal categorias temática acionada no discurso de Michel Temer. No primeiro ponto defendido pelo vice-presidente, ele sustenta que a atuação do Estado deve se restringir aos “setores fundamentais”, devendo compartilhar competências com a iniciativa privada (AP36):

Sabemos que o Estado não pode tudo fazer. Depende da atuação dos setores produtivos: empregadores, de um lado, e trabalhadores de outro. São esses dois polos que irão criar a nossa prosperidade. Ao Estado compete - vou dizer, aqui, o óbvio -, compete cuidar da segurança, da saúde, da educação, ou seja, dos espaços e setores fundamentais, que não podem sair da órbita pública. O restante terá que ser compartilhado com a iniciativa privada, aqui entendida como a conjugação de ação entre trabalhadores e empregadores. (TEMER, 2016, n.p).

O vice-presidente também aponta que seus “esforços” estariam centrados na “melhoria dos processos administrativos” e na “maior eficácia da governança pública”. Por isso, ele defende maior “eficiência nos gastos públicos”, defendendo que seu governo estaria na fase que chamou de “democracia da eficiência” (AP36):

Então, quando eu digo “é preciso dar eficiência aos gastos públicos”, coisa que não tem merecido maior preocupação do Estado brasileiro, nós todos estamos de acordo com isso. Nós precisamos atingir aquilo que eu chamo de “democracia da eficiência”. Porque se, no passado, nós tivemos, por força da Constituição, um período da democracia liberal, quando os direitos liberais foram exercitados amplamente. Se, ao depois, ainda ancorado na Constituição, nós tivemos o desfrute dos chamados direitos sociais, que são previstos na Constituição, num dado momento aqueles que ascenderam ao primeiro patamar da classe média, começaram

⁴³ No dia 12 de maio de 2016, tem início o governo interino de Michel Temer. As mudanças realizadas nesse primeiro dia nos ajudam a compreender o contexto e o que estava em jogo no afastamento de Dilma Rousseff. No Apêndice 2 são detalhados alguns dos primeiros passos do governo interino de Temer.

a exigir eficiência, eficiência do serviço público e eficiência nos serviços privados. E é por isso que hoje nós estamos na fase da democracia da eficiência, com o que eu quero contar com o trabalho dos senhores ministros, do Parlamento e de todo o povo brasileiro. (TEMER, 2016, n.p).

Nesse sentido, ele fala em “equilibrar as contas públicas” para “retomar o crescimento” (AP35):

De imediato, precisamos também restaurar o equilíbrio das contas públicas, trazendo a evolução do endividamento no setor público de volta ao patamar de sustentabilidade ao longo do tempo. Quanto mais cedo formos capazes de reequilibrar as contas públicas, mais rápido conseguiremos retomar o crescimento. (TEMER, 2016, n.p).

Como medida nesse sentido, o vice aponta a redução “modesta” que estava fazendo nos ministérios e a intenção de reduzir o número de funcionários em cargos comissionados (AP36):

A primeira medida, na linha dessa redução, está, ainda que modestamente, aqui representada, já eliminamos vários ministérios da máquina pública. E, ao mesmo tempo, nós não vamos parar por aí. Já estão encomendados estudos para eliminar cargos comissionados e funções gratificadas. Sabidamente funções gratificadas desnecessárias. Sabidamente, na casa de milhares e milhares de funções comissionadas. (TEMER, 2016, n.p).

Temer também garante, em seu discurso, que manteria os programas sociais, mas afirma que reformas seriam feitas (AP31):

De outro lado, um projeto que garanta a empregabilidade, exige a aplicação e a consolidação de projetos sociais. Por sabermos todos, que o Brasil lamentavelmente ainda é um País pobre. Portanto, reafirmo, e o faço em letras garrafais: vamos manter os programas sociais. O Bolsa Família, o Pronatec, o Fies, o Prouni, o Minha Casa Minha Vida, entre outros, são projetos que deram certo, e, portanto, terão sua gestão aprimorada. Aliás, aqui mais do que nunca, nós precisamos acabar com um hábito que existe no Brasil, em que assumindo outrem o governo, você tem que excluir o que foi feito. Ao contrário, você tem que prestigiar aquilo que deu certo, completá-los, aprimorá-los e inserir outros programas que sejam úteis para o País. Eu expresso, portanto, nosso compromisso com essas reformas. (TEMER, 2016, n.p).

O vice-presidente também sinaliza que suas reformas não alterariam direitos adquiridos (AP31): “mas eu quero fazer uma observação. É que nenhuma dessas reformas alterará os direitos adquiridos pelos cidadãos brasileiros”. Para isso, Temer afirma que seguirá a Constituição Federal (AP33): “como menos fosse sê-lo-ia pela minha formação democrática e pela minha formação jurídica. Quando me pedirem para fazer alguma coisa, eu farei como Dutra, o que é diz o livrinho? O livrinho é a Constituição Federal” (TEMER, 2016, n.p).

Ele afirma ainda:

[...] eu insisto muito no tema da Constituição porque, ao meu modo de ver, toda vez que nós nos desviamos dos padrões jurídicos, e o Direito existe, exata e

precisamente, para regular as relações sociais, quando nós nos desviamos as (incompreensível) dos limites do Direito, nós criamos a instabilidade social e a instabilidade política. Por isto eu insisto sempre em invocação do texto constitucional. (TEMER, 2016, n.p).

Defendendo que precisariam “organizar as bases para o futuro”, o vice aponta quais seriam as “reformas fundamentais” que implementaria (AP32): “uma delas, eu tenho empenho e terei empenho nisso, porque eu tenho nela, é a revisão do pacto federativo. Estados e municípios precisam ganhar autonomia verdadeira sobre a égide de uma federação real, não sendo uma federação artificial, como vemos atualmente”. As reformas trabalhista e previdenciária (AP32) também são elencadas por Temer e teriam o objetivo de garantir “o pagamento das aposentadorias e a geração de emprego”. Ele também afirma que, mesmo com “pouco tempo”, “se nos esforçarmos, é o suficiente para fazer as reformas que o Brasil precisa” (TEMER, 2016, n.p).

Para levar adiante as reformas que estava propondo, Temer sustenta em seu discurso que Executivo e Legislativo precisariam “trabalhar em harmonia e de forma integrada” (AP34). Isso porque “no Congresso Nacional é que estão representadas todas as correntes da opinião da sociedade brasileira, não é apenas no executivo. Lá no Congresso Nacional estão todos os votos de todos os brasileiros. Portanto, nós temos que governar em conjunto”. Por isso ele defende a necessidade de “uma base parlamentar sólida”, que permitisse ao governo o diálogo “com a classe política e também com a sociedade” (TEMER, 2016, n.p).

Ele destaca ainda que a não interferência e a harmonia entre os Poderes da República são princípios constitucionais (AP33):

E aí, meus amigos, eu quero dizer, mais uma vez, da importância dessa harmonia entre os Poderes, em primeiro lugar. Em segundo lugar, a determinação, na própria Constituição - e eu a cumprirei - no sentido de que cada órgão do Poder tem as suas tarefas: o Executivo executa, o Legislativo legisla, o Judiciário julga. Ninguém pode interferir em um ou outro poder por uma razão singela: a Constituição diz que os poderes são independentes e harmônicos entre si. (TEMER, 2016, n.p).

No plano internacional, Temer também destaca que seguiria os princípios constitucionais, com o objetivo de recuperar o “prestígio do País” (AP33):

Muito bem, nesta Constituição, a independência nacional, a defesa da paz e da solução pacífica de conflitos, o respeito à autodeterminação dos povos, a igualdade entre os estados, a não-intervenção, a centralidade dos direitos humanos e o repúdio ao racismo e ao terrorismo, dentre outros princípios, são valores profundos da nossa sociedade. E traça uma imagem de um País pacífico e ciente dos direitos e deveres estabelecidos pela nossa Constituição.

São, meus amigos, esses elementos de consenso que nos permite estabelecer bases sólidas para a política externa que volte a representar os valores e interesses permanentes no nosso País. A recuperação do prestígio do País e da confiança em

seu futuro serão tarefas iniciais e decisivas para o fortalecimento da inserção internacional da nossa economia. (TEMER, 2016, n.p).

Como argumento *econômico*, Temer sustenta que o Brasil vivia uma “crise econômica, com uma “queda livre da atividade econômica” (AE05):

O Brasil, meus amigos, vive hoje sua pior crise econômica. São 11 milhões de desempregados, inflação de dois dígitos, déficit quase de R\$ 100 bilhões, recessão e também grave a situação caótica da saúde pública. Nosso maior desafio é estancar o processo de queda livre na atividade econômica, que tem levado ao aumento do desemprego e a perda do bem-estar da população. (TEMER, 2016, n.p).

Temer fala em “resgatar a credibilidade” do país como uma necessidade para todas as áreas produtivas, para que possam retomar os investimentos. Ele também fala em “incentivar” parcerias público-privadas para gerar emprego (AE07):

Eu conservo a absoluta convicção de que é preciso resgatar a credibilidade do Brasil no concerto interno e no concerto internacional, fator necessário para que empresários dos setores industriais, de serviços, do agronegócio, e os trabalhadores, enfim, de todas as áreas produtivas se entusiasmem e retomem, em segurança, com seus investimentos. Teremos que incentivar, de maneira significativa, as parcerias público-privadas, na medida em que esse instrumento poderá gerar emprego no País. (TEMER, 2016, n.p).

E complementa (AE10): “o emprego, sabemos todos, é um bem fundamental para os brasileiros. O cidadão, entretanto, só terá emprego se a indústria, o comércio e as atividades de serviço, estiverem todas caminhando bem” (TEMER, 2016, n.p).

Para isso, ele destaca que seria preciso “retomar” a dinâmica de investir, produzir, geração de renda (AE07): “para isso, é imprescindível, reconstruímos os fundamentos da economia brasileira. E melhorarmos significativamente o ambiente de negócios para o setor privado. De forma que ele possa retomar sua rotação natural de investir, de produzir e gerar emprego e renda” (TEMER, 2016, n.p).

Temer também garante que o Banco Central manteria sua atuação na política monetária e fiscal do país (AE08): “eu quero, também, para tranquilizar o mercado, dizer que serão mantidas todas as garantias que a direção do Banco Central hoje desfruta para fortalecer sua atuação como condutora da política monetária e fiscal”.

A inflação também é uma questão que o vice aponta que faria “um esforço extraordinário” para “remover” (AE05, AE09, AE07):

Eu quero também remover - pelo menos nós faremos um esforço extraordinário para isto - a incerteza introduzida pela inflação dos últimos anos. Inflação alta - vai mais uma trivialidade - atrapalha o crescimento, desorganiza a atividade produtiva e turva o horizonte de planejamento dos agentes econômicos. E sabe quem sofre as

primeiras consequências dessa inflação alta? É a classe trabalhadora e os segmentos menos protegidos da sociedade, é que pagam a parte mais pesada dessa conta. (TEMER, 2016, n.p).

Michel Temer sustenta que “a resposta será rápida”, destacando que serão adotadas políticas para os diferentes setores produtivos (AE07):

Havendo condições adequadas - e nós vamos produzi-las -, a resposta será rápida, pois é grande a quantidade de recursos disponíveis no mercado internacional e até internamente, e ainda maior as potencialidades no nosso País. E com base no diálogo, nós adotaremos políticas adequadas para incentivar a indústria, o comércio, os serviços e os trabalhadores. E a agricultura, tanto a familiar quanto o agronegócio. Precisamos prestigiar a agricultura familiar, que é quase um microempreendimento na área da agricultura, especialmente apoiando e incentivando os micros, pequenos e médios empresários. (TEMER, 2016, n.p).

Ainda na linha dos argumentos econômicos, Temer fala em “modernizar o país”, com o “maior objetivo” de “reduzir o desemprego” (AE10, AE05, AE07):

Além de modernizar o País, estaremos realizando o maior objetivo do governo: reduzir o desemprego. Que há de ser, os senhores percebem, estou repetindo esse fato porque eu tenho tido - e os senhores todos têm tido -, contato em todas as partes do País, com famílias desempregadas. E nós vemos o desespero desses brasileiros, que contam com um País com potencialidades extraordinárias e que não consegue levar adiante uma política econômica geradora de empregos para todos os brasileiros. (TEMER, 2016, n.p).

Nos argumentos *sociais*, a linha de Temer é a de que o país precisa se unir, povo e governo (AS12), apontando que o governo precisaria do “apoio do povo”, que “precisa colaborar e aplaudir” as medidas do governo:

Então, nós vamos precisar muito da governabilidade e a governabilidade exige - além do que eu chamo de governança que é o apoio da classe política no Congresso Nacional - precisam também de governabilidade, que é o apoio do povo. O povo precisa colaborar e aplaudir as medidas que venhamos a tomar. E nesse sentido a classe política unida ao povo conduzirá ao crescimento do País. (TEMER, 2016, n.p).

Temer pede que o “povo brasileiro” tenha confiança e afirma que “unidos” poderiam enfrentar as “dificuldades” (AS12):

E minha primeira palavra ao povo brasileiro é a palavra confiança. Confiança nos valores que formam o caráter de nossa gente, na vitalidade da nossa democracia; confiança na recuperação da economia nacional, nos potenciais do nosso país, em suas instituições sociais e políticas e na capacidade de que, unidos, poderemos enfrentar os desafios deste momento que é de grande dificuldade. (TEMER, 2016, n. p.).

Ele também sustenta que é “urgente pacificar a Nação e unificar o Brasil”, fazendo um “governo de salvação nacional”, com a colaboração de diferentes setores (AS12):

Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro hão de emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos. O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios para

avançar e garantir a retomada do crescimento. Ninguém, absolutamente ninguém, individualmente, tem as melhores receitas para as reformas que precisamos realizar. Mas nós, governo, Parlamento e sociedade, juntos, vamos encontrá-las. (TEMER, 2016, n. p.).

O vice presidente finaliza pedindo que não se fale mais em crise (AS12):

Dizia aos senhores que a partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos. Aliás, há pouco tempo, eu passava por um posto de gasolina, na Castelo Branco, e o sujeito botou uma placa lá: “Não fale em crise, trabalhe”. Eu quero ver até se consigo espalhar essa frase em 10, 20 milhões de outdoors por todo o Brasil, porque isso cria também um clima de harmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade? (TEMER, 2016, n. p.).

Sobre questões envolvendo argumentos *morais*, o vice promete que seu governo atuaria no controle e apuração de desvios, exaltando a Lava Jato (AM08):

A moral pública será permanentemente buscada por meio dos instrumentos de controle e apuração de desvios. Nesse contexto, tomo a liberdade de dizer que a Lava Jato tornou-se referência e como tal, deve ter (falha no áudio) e proteção contra qualquer tentativa de enfraquecê-la. (TEMER, 2016, n.p).

Em relação à questão *jurídica*, na única menção de Temer ao processo de impeachment ele declara “respeito institucional à senhora presidente Dilma Rousseff”, sem discutir “as razões pelas quais foi afastada”. Destacando “a importância do respeito às instituições e a observância à liturgia nas questões, no trato das questões institucionais” (AJ16).

É uma coisa que nós temos que recuperar no nosso País. Uma certa cerimônia não pessoal, mas uma cerimônia institucional, uma cerimônia em que as palavras não sejam propagadoras do mal-estar entre os brasileiros, mas, ao contrário, que sejam propagadoras da pacificação, da paz, da harmonia, da solidariedade, da moderação, do equilíbrio entre todos os brasileiros. (TEMER, 2016, n.p).

Com exceção da categoria de argumentos pessoais, o vice-presidente mobiliza todos os outros temas em seu discurso. Contudo, os temas privilegiados são de argumentos políticos e econômicos.

7.2. Argumentos e relações entre atores

Nesta seção apresentamos os resultados da análise dos argumentos empregados nos 15 discursos descritos e categorizados por temas anteriormente. O Quadro 04 mostra a totalidade de categorias de argumentos que foram mobilizados no debate público sobre o impeachment no contexto do afastamento de Dilma Rousseff. Essas categorias de argumentos foram identificadas a partir da leitura e classificação dos discursos nas categorias definidas por tipologia temática..

Quadro 04 - Argumentos sobre o impeachment identificados nos discursos

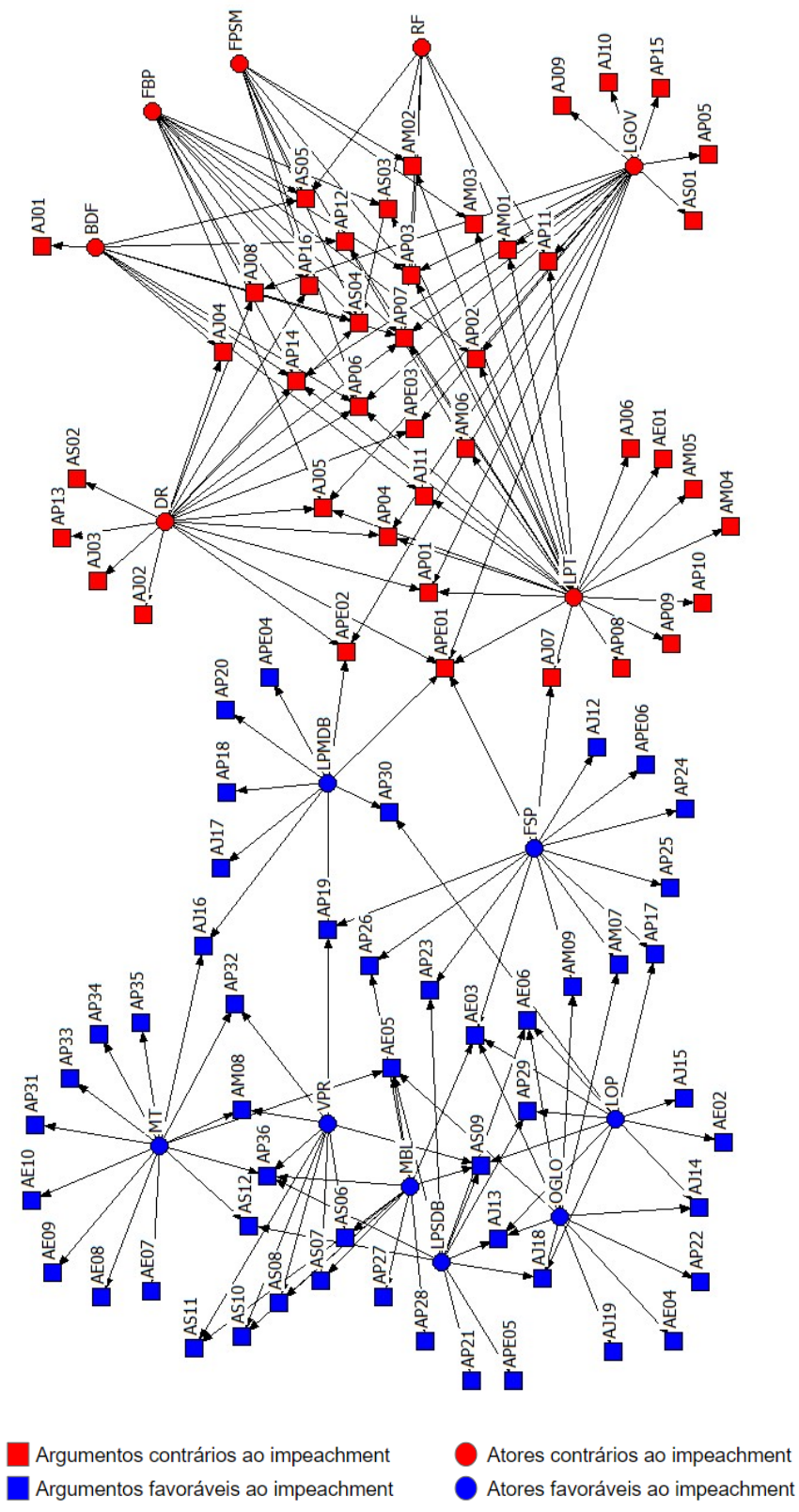
ARGUMENTOS	Código	ARGUMENTOS	Código
ARGUMENTOS POLÍTICOS (AP)		ARGUMENTOS SOCIAIS (AS)	
O impeachment é para que os derrotados de 2014 cheguem ao poder	AP01	Parlamentares estão influenciados pelas pesquisas de opinião	AS01
Impeachment é de interesse das elites	AP02	Povo rejeitará o golpe	AS02
Existe uma conspiração/aliança pelo impeachment	AP03	O povo resistirá ao impeachment	AS03
O governo foi sabotado	AP04	É preciso resistir ao impeachment	AS04
O programa interino não seria eleito nas urnas	AP05	É preciso resistir às medidas do governo Temer	AS05
O impeachment ameaça direitos e políticas públicas	AP06	Movimentos queriam mudanças	AS06
O impeachment é prejudicial à democracia	AP07	Governo interino precisa ouvir as ruas	AS07
Dilma perdeu governabilidade por não fazer jogo político do presidencialismo de coalizão	AP08	Protestos contra o governo foram massivos	AS08
Avanços sociais nos governos petistas são causa para impeachment	AP09	Impeachment é vontade das ruas	AS09
O "conjunto da obra" petista é de avanços	AP10	Revolta social foi contra práticas dos governos petistas	AS10
Governo Temer é ilegítimo/ilegal	AP11	Revolta foi contra a corrupção	AS11
Governo Temer é entreguista	AP12	A sociedade precisa estar unida no novo governo	AS12
Governo Temer é continuidade da crise	AP13	ARGUMENTOS MORAIS (AM)	
Impeachment despreza resultado eleitoral	AP14	Moralidade dos que acusam Dilma é questionável	AM01
O PT estará nas ruas fazendo oposição	AP15	Impeachment foi articulado/chantagem de Eduardo Cunha	AM02
A repressão aos movimentos sociais aumentará com o impeachment	AP16	Lava Jato/Judiciário foram parciais	AM03
Temer tem apoio para governar	AP17	Parlamentares estão movidos por desejo de vingança	AM04
Negar a constitucionalidade do impeachment prejudica a democracia	AP18	Parlamentares estão movidos por oportunismo	AM05
Impeachment é chance de fazer mudanças	AP19	Mídia não foi imparcial	AM06
País enfrenta cenário de crise	AP20	Impeachment está relacionado com combate à corrupção	AM07
Temer tem legitimidade para governar	AP21	O novo governo precisa/vai combater a corrupção	AM08
Impeachment não prejudica o regime democrático	AP22	O PT estava envolvido em esquemas de corrupção	AM09
Governo Dilma faz parte do passado	AP23	ARGUMENTOS PESSOAIS (APE)	
Impeachment é a derrocada do petismo	AP24	Dilma é honesta e honrada	APE01
Governo Temer não tem apoio popular	AP25	Dilma é uma mulher forte e destemida	APE02
Aliados de Temer preocupam	AP26	Dilma é uma defensora da democracia	APE03
Temer precisa se alinhar com demandas que levaram ao impeachment	AP27	Temer tem preparação e experiência para assumir a Presidência da República	APE04
Temer não deve repetir estratégias petistas	AP28	Anastasia é uma pessoa competente para ser relator do processo	APE05
Dilma mentiu na eleição de 2014	AP29	Dilma não teve habilidade para governar	APE06
Dilma perdeu a governabilidade	AP30	ARGUMENTOS JURÍDICOS (AJ)	
Políticas públicas e direitos adquiridos serão mantidos	AP31	Não foram apresentadas provas contra Dilma	AJ01
Governo interino precisa fazer/fará reformas para promover melhorias	AP32	Dilma não participou da execução do Plano Safra	AJ02
Governo interino seguirá a Constituição	AP33	Operações são atos legais de gestão	AJ03
Executivo e Legislativo precisam trabalhar unidos pelo Brasil	AP34	Operações também foram realizadas por outros presidentes/governadores	AJ04
É preciso equilibrar as contas públicas	AP35	Não existe crime de responsabilidade	AJ05

É preciso diminuir e qualificar a estrutura do Estado	AP36	Processo tem vício de origem por chantagem de Cunha	AJ06
ARGUMENTOS ECONÔMICOS (AE)		Julgamento não está considerando apenas os crimes de responsabilidade	AJ07
Economia do país melhorou com governo petistas	AE01	Processo é uma desculpa/farsa forjada para afastar Dilma	AJ08
Governo quebrou a Petrobras	AE02	PLN 05 validou os decretos do governo	AJ09
Modelo de gestão da economia foi ruim	AE03	Operações não configuraram empréstimo bancário	AJ10
Má gestão dos recursos públicos pode levar a impeachment	AE04	O processo é parcial	AJ11
Resultados econômicos foram ruins	AE05	Processo tem questionamentos técnicos	AJ12
Desequilíbrio na economia está relacionado aos crimes de responsabilidade	AE06	Impeachment se dá pelo que está definido na legislação	AJ13
Governo interino atuará para melhorar resultados da economia	AE07	PLN 05 não isenta o governo	AJ14
Não será alterada a dinâmica fiscal e monetária do BC	AE08	TCU rejeitou as contas do governo	AJ15
O governo interino trabalhará para acabar com a inflação	AE09	Processo seguiu/deve seguir os trâmites legais	AJ16
O governo interino trabalhará para reduzir o desemprego	AE10	Processo demonstra que a lei é para todos	AJ17
		Houve crime de responsabilidade	AJ18
		Operações do governo Dilma foram maiores que as de governos anteriores	AJ19

Fonte: elaboração própria.

Após a classificação dos discursos, chegamos a um total de 92 categorias de argumentos, divididos em seis categorias temáticas. A categoria que concentra temática o maior número de argumentos diferentes é a de argumentos *políticos*, onde são mobilizados 36 argumentos diferentes. Em seguida, vêm os argumentos *jurídicos*, com 19 argumentos. Argumentos *sociais* são 12; *econômicos*, 10; *morais*, nove; e *pessoais* são seis. Observa-se que as categorias de argumentos não relacionados às alegações do processo de impeachment têm a maioria dos argumentos. Nelas, são acionados 73 argumentos diferentes, diante dos 19 relacionados à questão *jurídica*.

Gráfico 03 - Facções do debate público sobre o impeachment



Fonte: elaboração própria.

A partir do cálculo feito pelo software NetDraw, observa-se no Gráfico 3 a formação de uma única rede, mas com duas *facções*, ou seja, agrupamentos onde a densidade das relações é maior. Dessa forma, os atores MT (Michel Temer), LPMDB (Líder do PMDB no Senado - Eunício Oliveira), LPSDB (Líder do PSDB no Senado - Cássio Cunha Lima), LOP (Líder da Oposição no Senado - José Agripino), OGLO (O Globo), FSP (Folha de S. Paulo), MBL (Movimento Brasil Livre) e VPR (Vem Pra Rua) estão posicionados em um mesmo grupo, representado em azul. Os argumentos acionados e a coesão entre eles reforça a noção de que esses atores estão em um mesmo campo no debate sobre o afastamento de Dilma Rousseff. A leitura realizada dos discursos até aqui permite chamar esse grupo de *favorável ao impeachment*. Já os atores DR (Dilma Rousseff), LPT (Líder do PT no Senado - Paulo Rocha), LGO (Líder do governo no Senado - Humberto Costa), BDF (Brasil de Fato), RF (Revista Fórum), FBP (Frente Brasil Popular) e FPSM (Frente Povo Sem Medo) foram agrupados pelo software em uma facção diferente, representada em vermelho. Os argumentos e a coesão entre esses atores também demonstram que estão em um mesmo lado no debate sobre o acontecimento de que trata esta pesquisa. A classificação dos discursos nos possibilita chamar esse grupo de *contrários ao impeachment*.

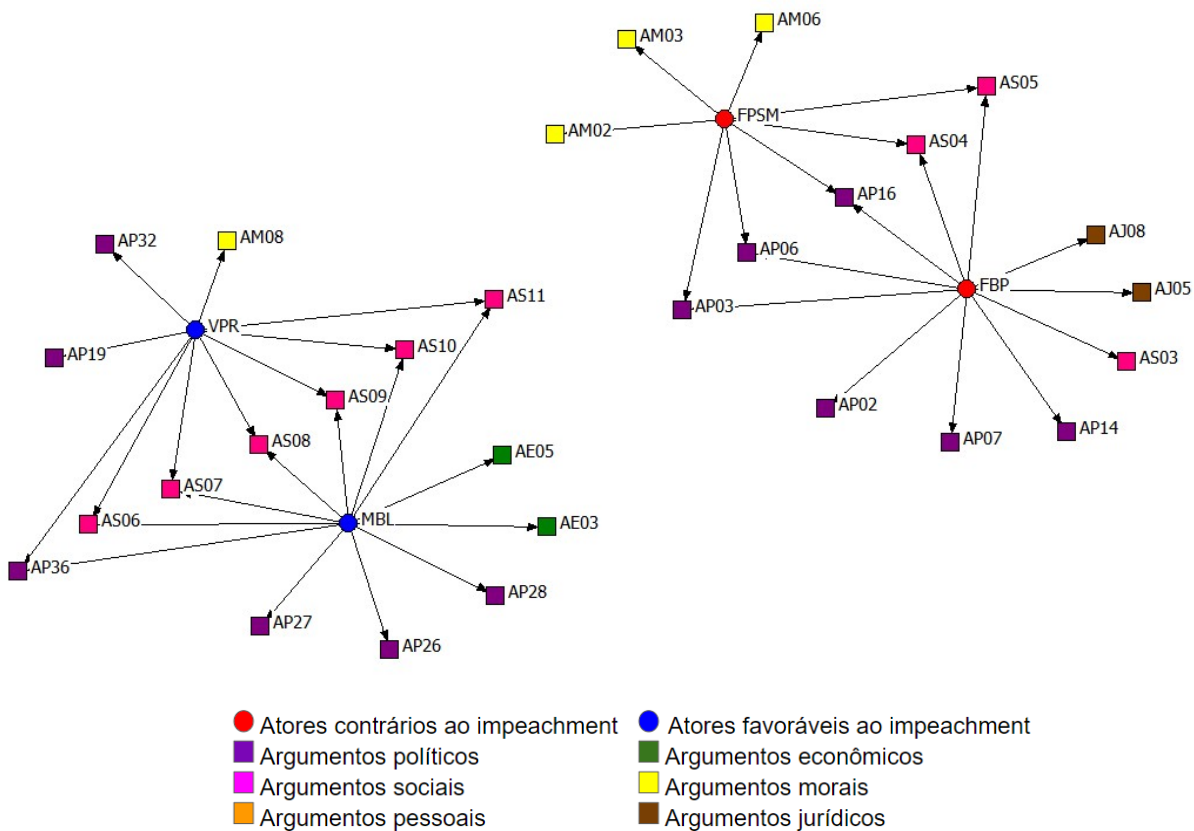
Inicialmente serão analisados os argumentos mobilizados em cada um dos grupos de atores que compõem o objeto desta pesquisa: sociedade civil, mídias, Legislativo Federal e Executivo Federal. Essa abordagem possibilita que se perceba quais temas e argumentos são privilegiados em cada grupo.

7.2.1. Sociedade civil organizada

O Gráfico 04, que apresenta os argumentos acionados pelos atores da sociedade civil, evidencia a formação de dois grupos isolados. No grupo representado em azul no gráfico, estão Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua (VPR), dois movimentos favoráveis ao impeachment. No outro grupo, representado em vermelho, estão a Frente Brasil Popular (FBP) e Frente Povo Sem Medo (FPSM). No grupo que reúne MBL e VPR, observa-se que as categorias privilegiadas são as de argumentos *políticos* e *sociais*, sendo também acionados argumentos *econômicos* e *morais*. Já no grupo com FBP e FPSM, os argumentos *políticos* são os mais acionados, seguidos por argumentos *sociais*, *morais* e *jurídicos*. Argumentos *pessoais* não são utilizados por nenhum dos grupos. O grupo em vermelho não aciona argumentos

econômicos e o grupo azul não aciona argumentos *jurídicos*. Verifica-se, também, que a convergência entre os atores no interior dos dois grupos se dá através de argumentos *sociais* e *políticos*, com a preponderância dos argumentos sociais na relação entre VPR e MBL, e dos argumentos políticos na relação entre FBP e FPSM.

Gráfico 04 - Argumentos da sociedade civil



Fonte: elaboração própria.

Os argumentos *políticos* são acionados por todos os atores da sociedade civil analisados, gerando conexões no interior dos grupos, como se verifica no Gráfico 04. No grupo contrário ao impeachment (FBP, FPSM), os dois movimentos utilizam três argumentos políticos que os conectam. Eles defendem que existe uma aliança/conspiração entre diferentes atores pelo impeachment (AP03), e também que o afastamento de Dilma ameaçaria direitos e políticas públicas (AP06), além de aumentar a repressão aos movimentos sociais (AP16). Além desses, a FBP também aciona outros três argumentos nessa categoria, sustentando que o impeachment é de interesse das elites (AP02), despreza o resultado eleitoral (AP14) e é prejudicial à democracia (AP07).

Os atores favoráveis ao impeachment (MBL, VPR) também convergem em argumentos políticos ao defenderem, como medida a ser tomada por um governo futuro, a diminuição e

qualificação da estrutura do Estado (AP36). Nessa linha, o VPR defende que o impeachment é uma chance para fazer mudanças (AP19) e que o governo interino precisaria fazer reformas para promover melhorias (AP32). Os argumentos defendidos pelo MBL também buscam apontar caminhos para um possível governo interino: o movimento afirma que os aliados de Temer preocupavam naquele momento (AP26) e que o vice precisava se alinhar com as demandas que levaram ao processo de impeachment (AP27), sem repetir estratégias petistas de governo (AP28). Os argumentos *econômicos* foram utilizados apenas pelo MBL, que critica o modelo de gestão da economia adotado pelo governo Dilma (AE03) e também aponta que os resultados econômicos eram ruins (AE05).

Já os argumentos *sociais* são amplamente utilizados, sobretudo no grupo representado em azul no gráfico, onde estão os movimentos favoráveis ao impeachment (MBL, VPR). Os dois movimentos citam que os protestos contra o governo foram massivos (AS08) e que o impeachment seria vontade das ruas (AS09). Eles alegam que os movimentos queriam mudanças (AS06) e que a revolta social seria contra práticas dos governos petistas (AS10) e também contra a corrupção (AS11). Os dois também defendem que o governo interino precisaria ouvir as ruas (AS07). MBL e VPR convergem em todos os argumentos acionados por eles nessa temática. Já os movimentos contrários ao impeachment defendem, de forma concomitante, que era preciso resistir ao impeachment (AS04) e às medidas do governo Temer (AS05). A FBP aponta ainda que, mais do que uma necessidade de resistir (AS04), a resistência ao impeachment aconteceria de fato (AS03).

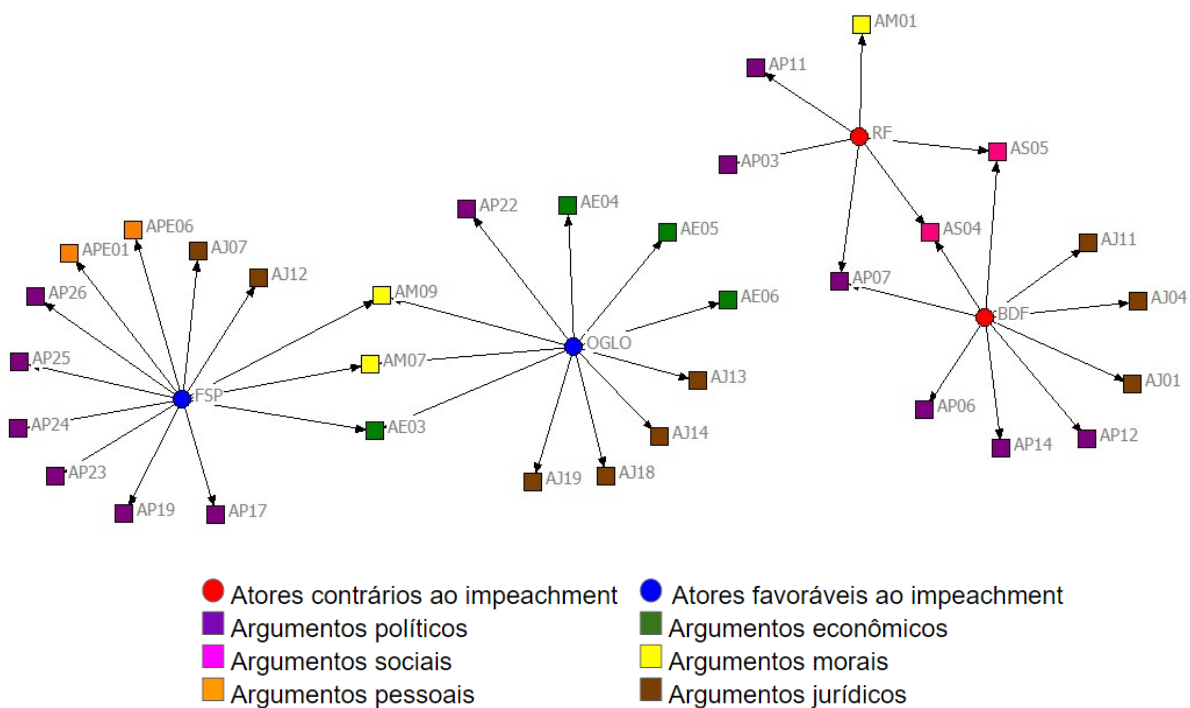
Os argumentos *morais* são acionados apenas de forma isolada, sem gerar conexões entre os atores. A FPSM argumenta que o impeachment era uma articulação de Eduardo Cunha, envolvido em corrupção (AM02), e também que a Lava Jato/Judiciário (AM03) e a mídia (AM06) estavam sendo parciais. No outro grupo, o movimento pelo impeachment VPR defende, na linha de suas demandas ao governo interino, que ele precisaria combater a corrupção (AM08). Os argumentos *jurídicos*, que também não conectam diferentes atores, foram mobilizados apenas pela FBP. O movimento sustenta que o processo seria uma desculpa/farsa para afastar Dilma (AJ08) e que não havia crimes de responsabilidade (AJ05).

7.2.2. Sistema de mídia

No Gráfico 05, que representa os argumentos acionados nos editoriais das mídias

analisadas, temos a formação de dois grupos distintos que não se conectam por nenhum argumento. Um grupo, representado em azul, reúne as mídias que se colocaram como favoráveis ao processo de impeachment: *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Globo* (OGLO); o outro grupo, representado em vermelho, reúne as mídias que se posicionaram contra o impeachment: *Brasil de Fato* (BDF) e *Revista Fórum* (RF). No segundo grupo, observa-se que os argumentos *políticos* são os mais mobilizados pelos dois atores. Argumentos *jurídicos*, *sociais* e *morais* também são acionados. Já no primeiro grupo (FSP, OGLO), os dois atores privilegiam diferentes categorias de argumentos. FSP mobiliza mais argumentos *políticos*, enquanto OGLO utiliza mais argumentos *econômicos* e *jurídicos*. Nesse grupo também são utilizados argumentos *morais* e *pessoais*. No interior de cada grupo, as conexões entre as duplas de atores se dá a partir de categorias de argumentos diferentes. Entre BDF e RF são argumentos *sociais* e *políticos* que estabelecem a ligação entre os atores e, para FSP e OGLO, são argumentos *morais* e *econômicos* que os conecta.

Gráfico 05 - Argumentos das mídias



Fonte: elaboração própria.

Nos argumentos *políticos*, apesar de bastante utilizados, apenas um argumento é mobilizado por mais de um ator. No grupo representado em vermelho, BDF e RF compartilham o argumento onde apontam que o impeachment seria prejudicial à democracia

(AP07). Além desse, BDF aciona outros três argumentos políticos. O jornal sustenta que o impeachment despreza o resultado eleitoral de 2014 (AP14) e que ameaça direitos e políticas públicas (AP06). O jornal também aponta que o governo Temer seria “entreguista” (AP12). Já a RF afirma que haveria uma conspiração/aliança pelo impeachment (AP03) e que o governo Temer seria ilegítimo/ilegal (AP11). No outro grupo, OGLO aciona apenas o argumento em que defende que o impeachment não prejudica o regime democrático (AP22). A FSP mobiliza diferentes argumentos nessa categoria. O jornal sustenta que o governo Dilma fazia parte do passado (AP23) e que o impeachment seria a derrocada do petismo (AP24). Também é defendido que o impeachment seria chance de fazer mudanças (AP19) e que Temer teria apoio para governar (AP17). No entanto, a FSP também utiliza os argumentos que apontam que Temer não teria apoio popular (AP25) e que aliados do vice eram motivo de preocupação (AP26).

Os argumentos *econômicos* são utilizados apenas no grupo favorável ao impeachment (FSP, OGLO). Dentro do grupo, o argumento que sustenta que o modelo de gestão da economia foi ruim (AE03) é o que conecta os dois atores. OGLO também aciona outros três argumentos econômicos, a partir dos quais sustenta que os resultados na economia eram ruins (AE05) e que o desequilíbrio na economia estaria relacionado aos crimes de responsabilidade (AE06). Nesse sentido, o jornal também defende que a má gestão de recursos públicos pode levar ao impeachment de um presidente (AE04). Já os argumentos *sociais* são acionados apenas pelo grupo contrário ao impeachment (BDF, RF). BDF e RF convergem nos dois argumentos mobilizados nessa categoria. Os argumentos defendem que seria preciso resistir ao impeachment (AS04) e também às medidas do governo Temer (AS05).

Os argumentos *morais* são empregados nos dois grupos. Entretanto, apenas no grupo representado em azul no Gráfico 05 eles conectam a dupla de atores (FSP, OGLO). Os argumentos utilizados pelos dois jornais sustentam que o impeachment de Dilma estava relacionado ao combate à corrupção (AM07) e também alegam que o PT estava envolvido em esquemas de corrupção (AM09). No grupo representado em vermelho, RF afirma que a moralidade dos que acusavam Dilma Rousseff seria questionável (AM01). Os argumentos *pessoais* são utilizados apenas pela FSP, que reconhece Dilma Rousseff como uma pessoa honesta e honrada (APE01). No entanto, a publicação também retrata a presidenta como alguém que não teve habilidade para governar (APE06).

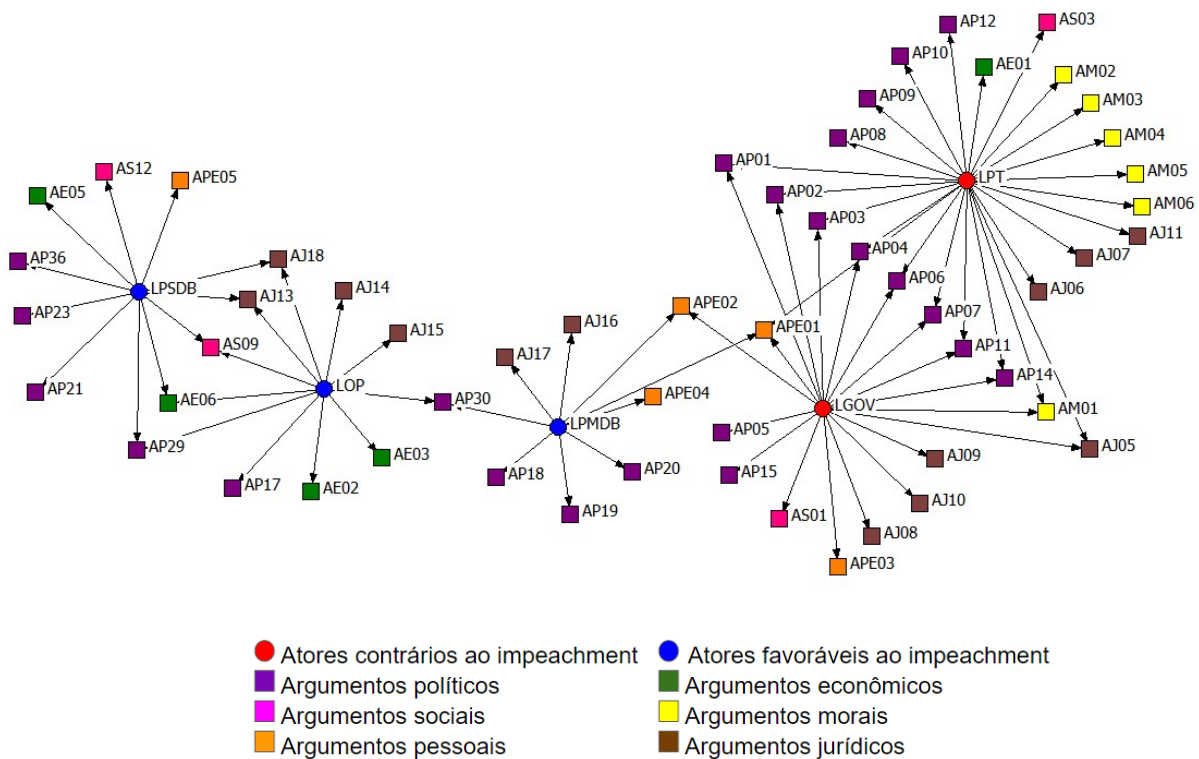
Os argumentos *jurídicos*, embora não sejam pontos de confluência entre os diferentes

atores, foram amplamente utilizados, não sendo acionados apenas pela RF. OGLO é quem mais mobiliza essa categoria de argumentos. O jornal defende que o impeachment se dava pelo que está na legislação (AJ13) e que havia crime de responsabilidade (AJ18). Além disso, o veículo também sustenta que as operações financeiras realizadas por Dilma eram maiores do que as de governos anteriores (AJ19) e que o PLN 05/2015 não isentaria o governo (AJ14). Já a FSP aponta o processo de impeachment teria questionamentos técnicos (AJ07), mas que não considera apenas os crimes de responsabilidade (AJ12). Na direção contrária ao que defende OGLO, o BDF (representado em vermelho no Gráfico 05) argumenta que as operações citadas no processo também foram realizadas por outros presidentes/governadores (AJ04) e defende que não foram apresentadas provas contra Dilma Rousseff (AJ01). Nessa perspectiva, o jornal alega que o processo seria parcial (AJ11).

7.2.3. Poder Legislativo - Senado Federal

No grupo de atores que abrange as lideranças do Senado Federal, apesar de haver uma única rede, dois grupos foram articulados na análise, com o objetivo de facilitar a compreensão das relações entre os atores: um grupo de atores representados em azul no Gráfico 06, que são as lideranças favoráveis ao impeachment LPMDB (Líder do PMDB no Senado - Eunício Oliveira), LPSDB (Líder do PSDB no Senado - Cássio Cunha Lima) e LOP (Líder da Oposição no Senado - José Agripino); e um grupo representado em vermelho no gráfico, onde estão as lideranças contrárias ao impeachment LPT (Líder do PT no Senado - Paulo Rocha) e LGO (Líder do governo no Senado - Humberto Costa). Esses dois grupos se conectam apenas pela confluência de dois argumentos de ordem *pessoal* (APE). Nota-se, também, que há uma grande quantidade de argumentos diferentes acionados pelos parlamentares, que utilizam 56 das 92 categorias de argumentos identificadas, e que os argumentos *políticos* são preponderantes nos discursos dos senadores. Todas as categorias temáticas de argumentos (*políticos, econômicos, sociais, morais, pessoais e jurídicos*) foram acionadas pelas lideranças do Senado. Contudo, os argumentos relacionados a aspectos *morais* ficaram restritos ao setor formado pelos atores contrários ao impeachment (LGOV, LPT).

Gráfico 06 - Argumentos no Senado



Fonte: elaboração própria.

Observa-se que, no interior do grupo azul, a interação é maior entre LOP e LPSDB, que convergem em diferentes categorias temáticas e argumentos. Já LPMDB faz mais conexões com o grupo vermelho do que com o azul, ao acionar diferentes argumentos *pessoais* favoráveis à Dilma Rousseff. No entanto, outros argumentos apresentados por esse ator evidenciam o posicionamento que o coloca no grupo azul. Já no grupo vermelho, LPT apresenta uma grande quantidade de argumentos diferentes, e a sua convergência com LGOV se dá, sobretudo, a partir de argumentos políticos, onde os dois discursos apresentam muitos pontos em comum.

Os argumentos *políticos* não geram confluência entre os dois grupos de atores. No entanto, são pontos de convergência entre os atores no interior dos diferentes grupos. Essa categoria de argumentos aproxima especialmente os senadores do grupo vermelho, contrário ao impeachment. Nesse grupo, os dois senadores (LGOV e LPT) utilizam oito argumentos políticos em comum. Esses argumentos apontam para o impeachment como resultado da não aceitação do resultado eleitoral de 2014 (AP01, AP14), para a existência de uma articulação de grupos interessados no afastamento de Dilma (AP02, AP03) e sabotagem política contra o governo para atingir o objetivo do impeachment (AP04). Os dois líderes também sustentam

argumentos que apresentam o impeachment como algo que prejudica a democracia no país (AP07) e ameaça os direitos e políticas públicas conquistados (AP06), além de questionarem a legitimidade de um governo comandado por Michel Temer (AP11).

Além dos argumentos políticos que apresentam concomitantemente, os dois senadores também utilizam outros argumentos separadamente. O líder do governo (LGOV), na linha dos argumentos em que conflui com o líder do PT (LPT), também defende que o programa de governo que seria implementado pelo governo Temer não seria eleito nas urnas (AP05) e aponta que seu partido (PT) faria oposição ao governo interino (AP15). O líder do PT (LPT), procura refutar a ideia de que Dilma deveria ser afastada pelo “conjunto da obra” petista, alegando que esse “conjunto da obra” seria positivo (AP10) e que seriam justamente os avanços sociais conquistados nos governo petistas uma causa para que o processo de impeachment estivesse acontecendo (AP09). O senador também sustenta o argumento de que Dilma perdeu a governabilidade por ser refratária ao jogo político (AP08). Ademais, ele refere-se a um governo liderado por Temer como um governo “entreguista”, aliado a interesses internacionais (AP15).

No grupo azul, que reúne as lideranças favoráveis ao prosseguimento do impeachment no Senado (LOP, LPMDB, LPSDB), não há convergência dos três atores em nenhum argumento político, convergindo apenas em pares em torno de dois argumentos. O líder da oposição (LOP) e o líder do PSDB confluem no argumento de que Dilma teria se valido de mentiras na eleição de 2014 para se reeleger (AP29). Além disso, o líder da oposição reúne-se ao líder do PMDB ao defender que Dilma Rousseff havia perdido a governabilidade (AP30). Além dos argumentos políticos coincidentes com os outros senadores do grupo favorável ao impeachment, o líder da oposição (LOP) também defende que Temer tem apoio para governar o país (AP17). Já o líder do PMDB (LPMDB) sustenta que o país vivia um cenário de crise (AP20) e que o impeachment era uma chance para fazer mudanças (AP19). O senador também defende que negar a constitucionalidade do impeachment seria o que prejudicaria a democracia no Brasil (AP18). O líder do PSDB (LPSDB) argumenta que Temer tem legitimidade para governar (AP21) e coloca o governo Dilma já como parte do passado (AP23). Nesse sentido, já como uma direção ao novo governo, o senador defende que seria preciso diminuir e qualificar a estrutura do Estado (AP36).

Os argumentos *econômicos* geram pouca interação entre os diferentes atores do Senado Federal, que acionam mais argumentos de forma individual. O único argumento nesse tema

onde convergem dois atores é o que aponta para a existência de um desequilíbrio na economia do país relacionado aos crimes de responsabilidade mencionados no processo de impeachment (AE06). Esse argumento é utilizado pelo líder da oposição (LOP) e pelo líder do PSDB (LPSDB). Ambos também acionam outros argumentos econômicos separadamente. O primeiro defende que o modelo de gestão da economia adotado foi ruim (AE03) e que o governo teria quebrado a petroleira estatal Petrobras (AE02). Já o segundo argumenta que os resultados da economia eram ruins (AE05). No grupo de senadores contrários ao impeachment, apenas o líder do PT apresenta argumentos de ordem econômica, sustentando que a economia do país melhorou sob a gestão dos governos petistas (AE01).

Também os argumentos *sociais* pouco agregam os atores do Senado entre si. O único ponto de encontro se dá entre LOP e LPSDB, que defendem que o impeachment era a vontade das ruas (AS09). Este último também sustenta que a sociedade precisará se unir no novo governo (AS12). Por sua vez, os senadores contrários ao impeachment também acionam essa categoria de argumentos, mas para defender que os parlamentares estariam influenciados pelas pesquisas de opinião no impeachment (AS01), como aponta o líder do governo (LGOV), e também para apontar que haveria mobilização social para resistir ao impeachment, como afirma o líder do PT (LPT).

Os argumentos *morais*, conforme mencionado anteriormente, foram acionados apenas pelo grupo de senadores contrários ao impeachment (LGOV, LPT). Entretanto, a maior parte dos argumentos dessa categoria foram utilizados aqui apenas por LPT, que alega que o processo de impeachment tem origem em uma chantagem de Eduardo Cunha contra o governo (AM02) e também que parlamentares estariam motivados por desejo de vingança (AM04) e oportunismo (AM05). Ele também faz referência ao comprometimento ético da operação Lava Jato/Judiciário (AM03) e da mídia (AM06), que teriam sido parciais. O argumento que une os dois senadores governistas é o de que a moralidade dos que acusavam Dilma Rousseff seria questionável (AM01).

Os argumentos *pessoais* são os únicos que unem os dois grupos de senadores em torno de um mesmo argumento. Os argumentos em que convergem atores contrários e favoráveis ao impeachment são sobre Dilma Rousseff. O primeiro apresenta a presidenta como uma pessoa honesta/honrada (APE01) e é acionado pelas lideranças do governo e do PT (LGOV e LPT) e também pela liderança do PMDB no Senado (LPMDB). Além disso, este último também compartilha com LGOV o argumento de que Dilma é uma pessoa forte e destemida

(APE02). Ainda sobre Dilma Rousseff, mas agora de forma isolada, o líder do governo apresenta Dilma como uma defensora da democracia (APE03). Os senadores do grupo favorável ao impeachment também expõem argumentos acerca de outros atores envolvidos no processo de impeachment. O líder do PMDB (LPMDB) defende que Temer tem preparo e experiência para assumir a presidência da República (APE04). Já o líder do PSDB (LPSDB) sustenta sobre o relator do processo no Senado, Antônio Anastasia (PSDB), que trata-se de uma pessoa competente para a função que desempenhou (APE05).

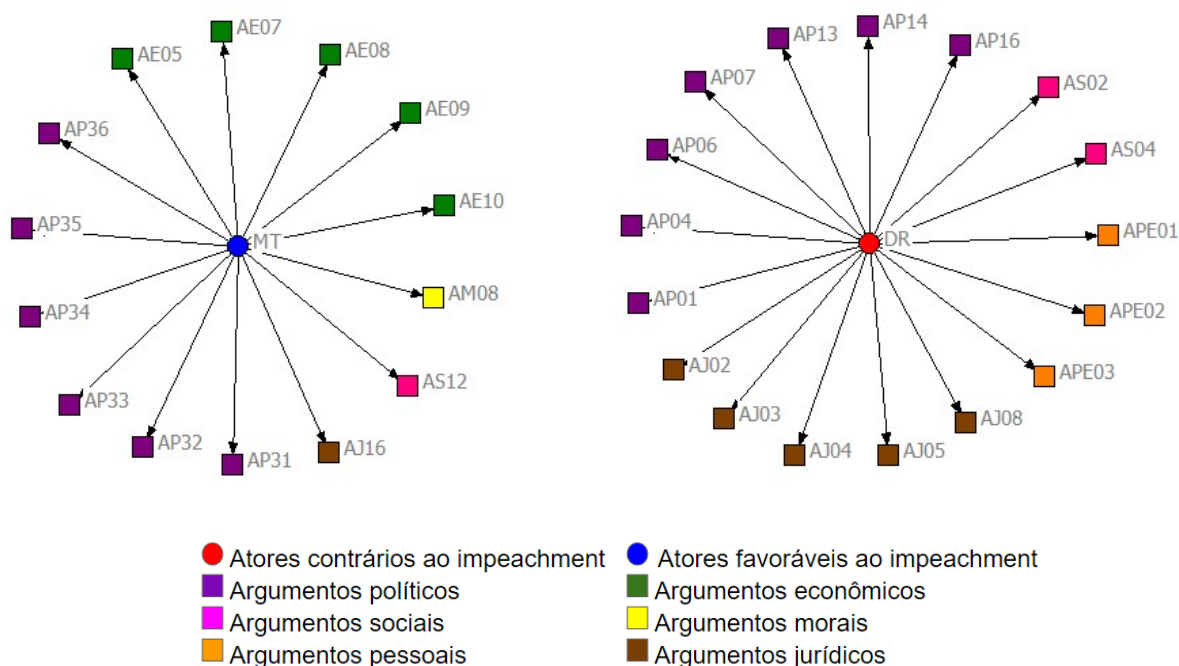
Nos argumentos *jurídicos* não há convergência entre os grupos de senadores. Entretanto, no interior dos grupos, os senadores acionam concomitantemente alguns argumentos relacionados à fundamentação legal do processo de impeachment. No grupo representado em vermelho no Gráfico 6 (LGOV, LPT), a confluência entre os atores se dá pelo argumento de que não houve crime de responsabilidade (AJ05). Além deste, os senadores desse grupo acionam outros três argumentos cada. O líder do PT (LPT) argumenta que o processo tem um vício de origem pela chantagem de Eduardo Cunha (AJ06) e que não estaria considerando apenas os crimes de responsabilidade (AJ07). Ademais, o senador também aponta que o processo estaria sendo parcial (AJ11). O líder do governo (LGOV) também contesta o processo, argumentando que ele seria apenas uma desculpa/farsa para retirar Dilma do governo (AJ08). Ele também alega que as operações do governo não configuraram empréstimos bancários (AJ10) e que o PLN 05/2015 teria validado no Congresso os decretos do governo em questão no processo (AJ09).

Os senadores que compõem o grupo sinalizado em azul no Gráfico 6 (LOP, LPMDB, LPSDB) também acionam argumentos jurídicos em seus discursos, havendo a convergência dos líderes da oposição (LOP) e do PSDB (LPSDB) em dois argumentos. Os dois senadores alegam que o impeachment da presidenta se dá pelo que está expresso na legislação brasileira (AJ13) e sustentam que houve crime de responsabilidade (AJ18). Além disso, o líder da oposição também aponta que o Tribunal de Contas da União rejeitou as contas do governo (AJ15), e busca refutar a ideia expressa no argumento AJ09, alegando que o PLN 05/2015 não isenta o governo (AJ14). Já o líder do PMDB (LPMDB) argumenta que o processo seguiu os trâmites legais e deve continuar seguindo (AJ16). Além disso, ele defende que o processo contra a presidenta demonstra que a lei é para todos (AJ17).

7.2.4. Poder Executivo Federal - Presidência da República

No grupo que reúne os atores do Poder Executivo Dilma Rousseff (DR - presidenta da República/presidenta afastada) e Michel Temer (MT - vice-presidente da República/presidente interino), a separação argumentativa é total, acionando, cada um, argumentos que não encontram semelhança no discurso do outro (Gráfico 07). Tanto no discurso de DR quanto no de MT a categoria predominante é a de argumentos *políticos*. No discurso de DR, esses argumentos são seguidos pelos argumentos *jurídicos*, *pessoais* e *sociais*. No discurso de MT, os argumentos *políticos* são seguidos pelos *econômicos*, *sociais*, *morais* e *jurídicos*. As categorias de argumentos *econômicos* e *morais* não são mobilizadas por DR, e a categoria de argumentos pessoais não foi empregada no discurso de MT.

Gráfico 07 - Argumentos no Poder Executivo



Fonte: elaboração própria.

Nos argumentos *políticos* acionados por DR, ela alega que o impeachment teria como objetivo que os derrotados de 2014 chegassem ao poder (AP01) e que seu governo havia sido sabotado (AP05). Para a presidenta, o impeachment desprezaria o resultado eleitoral (AP14). DR também sustenta que o impeachment seria prejudicial à democracia (AP07), ameaçando direitos e políticas públicas (AP06) e com o aumento da repressão aos movimentos sociais (AP16). Ela também argumenta que o governo Temer seria a continuidade da crise que se

vivia (AP13). Já os argumentos de MT apontam a direção política do governo interino. MT alega que o governo interino seguiria a Constituição (AP33) e que direitos e políticas públicas seriam mantidos (AP31). O vice também declara que o governo interino faria reformas para promover melhorias (AP32) e que Executivo e Legislativo precisariam trabalhar unidos pelo Brasil (AP34). MT também defende que seria preciso equilibrar as contas públicas (AP35) e diminuir e qualificar a estrutura do Estado (AP36).

Os argumentos *econômicos* são mobilizados apenas por MT. O vice-presidente alega que os resultados econômicos seriam ruins (AE05) e que o governo interino trabalharia para melhorar os resultados da economia (AE07), acabar com a inflação (AE09) e reduzir o desemprego (AE10). Ele também sinaliza que manteria a dinâmica fiscal e monetária do Banco Central (AE08). Como argumento *social*, MT defende que a sociedade precisaria estar unida no novo governo (AS12). DR também aciona argumentos nessa categoria. A presidenta conclama à mobilização, dizendo que era preciso resistir ao impeachment (AS04). Ela também sustentou que o povo rejeitaria o golpe (AS02). Apenas MT emprega argumentos de ordem *moral*, onde ele aponta que o governo interino iria combater a corrupção (AM08). Já os argumentos *pessoais* são apresentados apenas por DR, que aciona essa categoria ao fazer considerações sobre si mesma. A presidenta defende ser uma pessoa honesta e honrada (APE01), além de forte e destemida (APE02). A presidenta também se coloca como uma defensora da democracia (APE03) ao lembrar sua luta contra a ditadura militar.

Os argumentos *jurídicos* são acionados pelos dois atores. DR utiliza-se amplamente dessa categoria de argumentos para defender-se de questões relacionadas aos termos do processo de impeachment. A presidenta sustenta que o processo é uma desculpa/uma farsa para afastá-la do poder (AJ08). Ela alega também que não havia crime de responsabilidade (AJ05) e que as operações realizadas eram atos legais de gestão (AJ03), também realizados por outros presidentes/governadores (AJ04). DR também se defende sustentando que não participou da execução do Plano Safra (AJ02), objeto do processo. Já MT defende apenas que era preciso seguir os trâmites legais do processo (AJ16).

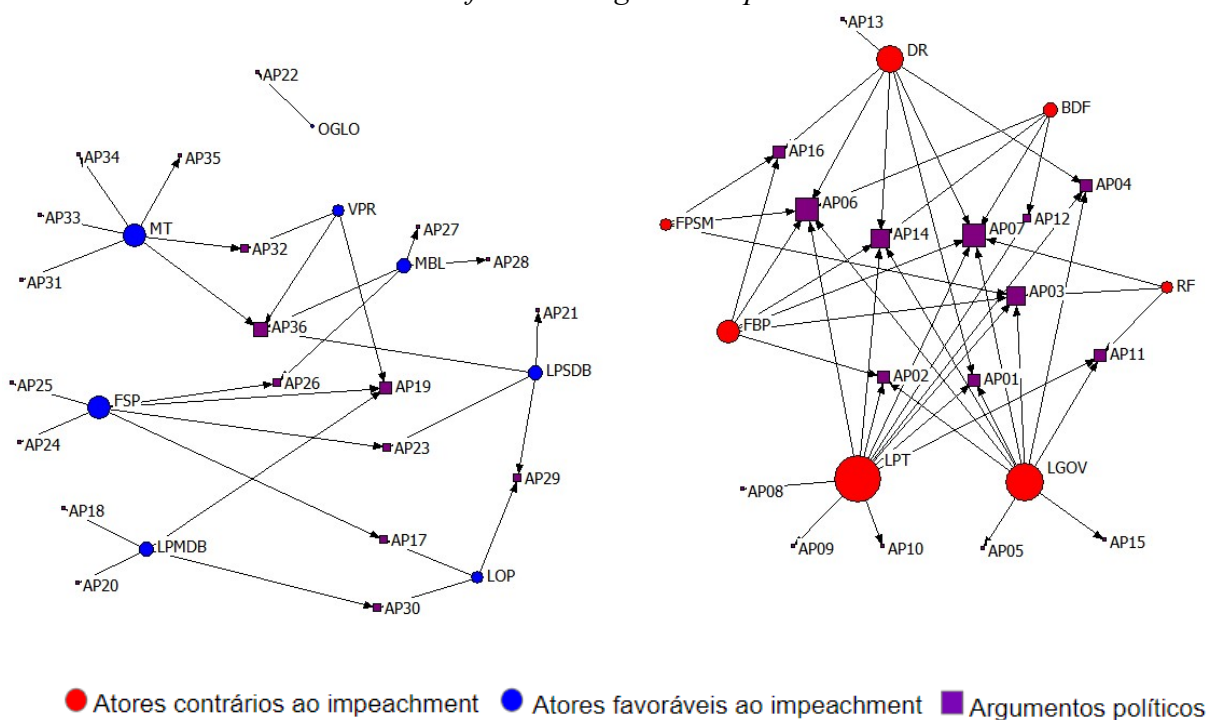
7.3. Argumentos por grupo temático

Nesta seção, os argumentos serão analisados nos grupos temáticos: *políticos*, *econômicos*, *sociais*, *morais*, *pessoais* e *jurídicos*. Esse recorte permite perceber as conexões entre atores de diferentes âmbitos em um mesmo tema.

7.3.1. Argumentos políticos

O Gráfico 08 traz as redes formadas pelos atores estudados, a partir do acionamento de argumentos *políticos*. Verifica-se, a partir das relações estabelecidas através dos argumentos políticos, a formação de dois grandes grupos: um com os atores representados em vermelho, que são aqueles contrários ao impeachment (FBP, FPSM, BDF, RF, LGOV, LPT, DR); outro com os atores favoráveis ao impeachment, representados em azul (MBL, VPR, FSP, OGLO, LOP, LPMDB, LPSDB), com exceção de OGLO, que não estabelece conexões a partir dessa categoria temática. O Gráfico 08 também representa a centralidade dos argumentos e atores na rede. Dessa forma, quanto maior a representação do ator ou argumento, maior é a sua centralidade, medida pelo número de conexões que estabelece. Ao todo, os atores nas redes estabelecem conexões em 22 dos 36 argumentos desta categoria.

Gráfico 08 - Argumentos políticos



Fonte: elaboração própria.

Na rede dos atores contrários ao impeachment, representados em vermelho, observa-se que todos estão conectados à rede por, pelo menos, três argumentos em comum com outros atores do mesmo campo e também que todos estão conectados a todos em, no mínimo, um argumento. O ator com maior centralidade é LPT, que aciona o maior número de argumentos diferentes. Além disso, ele também aciona a quase totalidade dos argumentos posicionados na região central da rede, com exceção de AP16. LGOV é o segundo ator de maior centralidade, também acionando a maioria dos argumentos no centro da rede, ou seja, aqueles que também foram mobilizados por outros atores. DR e FBP são, respectivamente, o terceiro e quarto atores de maior centralidade. BDF, RF e FPSM são os atores com um menor número de conexões. Mesmo assim, em todos os argumentos empregados se conectam com, ao menos, mais um ator da rede.

O Gráfico 08 também permite identificar a centralidade de alguns argumentos para a rede contrária ao impeachment e a coesão argumentativa entre os atores. Dos 16 argumentos acionados, dez são utilizados por mais de um ator e nove por mais de três. Como argumentos de maior centralidade, identifica-se que as ideias mais propagadas pela rede são as de que o impeachment era prejudicial à democracia (AP07) e de que ameaçava direitos e políticas públicas (AP06). Esses argumentos são acionados por seis dos sete atores na rede. Na sequência, o argumento de que existia uma conspiração/aliança pelo impeachment (AP03) é mobilizado por cinco atores, assim como a ideia de que o impeachment desprezaria o resultado eleitoral, expressa no argumento AP14. Os outros argumentos postos em circulação por diferentes atores sustentam que o governo foi sabotado (AP04) e que impeachment era de interesse das elites (AP02) e para que os derrotados de 2014 chegassem ao poder (AP01). Eles também apontam que a repressão aos movimentos sociais aumentará com o impeachment (AP16) e defendem que o governo Temer é ilegítimo/ilegal (AP11) e entreguista (AP12). Também é importante notar que, com exceção dos argumentos empregados por um único ator, todos os outros perpassam mais de um âmbito nos quais os atores foram separados nesta pesquisa (Estado - Executivo e Legislativo -, mídia e sociedade civil).

Entre os atores favoráveis ao impeachment, representados em azul, nem todos estão conectados à rede principal. OGLO aciona apenas um argumento *político*, que não é mobilizado por nenhum outro ator. Os demais estabelecem conexões com outros atores. No entanto, a rede é bastante fragmentada e os atores se conectam pouco entre si: LOP, LPMDB

e MT conectam-se a apenas outros três atores, e MBL conecta-se com outros quatro. Já FSP, LPSDB e VPR são os que mais se associam a outros atores, estabelecendo ligações com outros cinco atores cada. Não há nenhum ator que se agrupe com todos os outros a partir dos seus argumentos. Os atores de maior centralidade, que acionam o maior número de argumentos diferentes, são MT e FSP. Contudo, a maior parte dos argumentos mobilizados por MT estão para fora do centro da rede, ou seja, não estabelecem conexões entre MT e outros atores. Já FSP aciona metade dos argumentos utilizados por mais de um ator. Em seguida, LPSDB aciona quatro argumentos, onde três convergem com outros atores; e LPMDB e MBL também acionam quatro cada, onde dois são compartilhados em cada um. LOP e VPR são os atores na rede que acionam menos argumentos (três cada). Entretanto, nos três argumentos que acionam, eles confluem com outros atores.

Observando os argumentos acionados na rede em azul, verifica-se que há pouca coesão entre os atores. Dos 19 argumentos acionados, 11 são mobilizados por apenas um ator e seis por apenas dois. Como os argumentos empregados reúnem, no máximo, quatro dos oito atores favoráveis ao impeachment, não é possível afirmar que haja algum argumento ou ideia difundida em rede, apenas por núcleos que se formam em torno desses argumentos específicos. No entanto, é interessante notar que sete dos oito argumentos empregados por mais de um ator reúnem atores de diferentes âmbitos. O argumento de maior centralidade é o de que é preciso diminuir e qualificar a estrutura do Estado (AP36), acionado por quatro atores dos âmbitos da sociedade civil, Legislativo e Executivo. Depois dele, o argumento que defende o impeachment como chance de fazer mudanças (AP19) é mobilizado por três atores nos âmbitos da mídia, sociedade civil e Legislativo. Os outros argumentos difundidos por atores de diferentes âmbitos, dessa vez acionados por dois atores, apontam que Temer teria apoio para governar (AP17) e que o governo Dilma fazia parte do passado (AP23), e também que aponta que o governo precisaria fazer ou faria reformas para promover melhorias (AP32). O argumento que aponta os aliados de Temer como motivo de preocupação também é empregado por atores de âmbitos diferentes (AP26). Já os argumentos que sustentam que Dilma teria mentido na eleição de 2014 (AP29) e perdido a governabilidade (AP30) são utilizados por dois atores, mas de um mesmo âmbito (Legislativo).

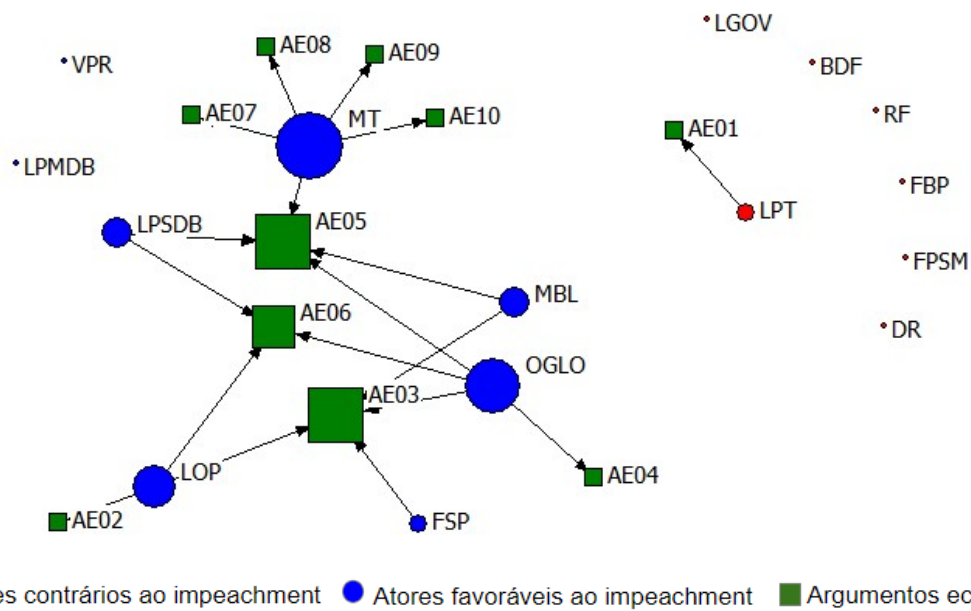
Comparando as duas redes formadas, por atores favoráveis ao impeachment, de um lado, e por atores contrários ao impeachment, de outro, observa-se que, ainda que na rede de atores representados em azul o número de argumentos diferentes acionados seja superior, na

rede dos atores representados em vermelho a média de argumentos acionados por ator é maior. Nesse sentido, converge a constatação de que a densidade dessa rede também é maior. Em uma escala que vai de 0 até 100%, onde 100% é a máxima coesão de uma rede, a coesão dos atores favoráveis ao impeachment, considerando OGLO, é de 19,4%. Quando desconsiderado OGLO, que não está em rede com os demais atores, a coesão da rede de atores representados em azul é de 21,4%. Já os atores contrários ao impeachment, todos integrando a mesma rede, apresentam uma coesão 40,2%. Quase o dobro da rede de atores favoráveis ao impeachment.

7.3.2. Argumentos econômicos

O Gráfico 09 representa as conexões estabelecidas entre os atores a partir do acionamento de argumentos *econômicos*. O que se observa é a formação de apenas uma rede, onde estão atores favoráveis ao impeachment, representados em azul (MT, MBL, OGLO, FSP, LOP e LPSDB). VPR e LPMDB não utilizam argumentos econômicos. O gráfico também mostra que, dos atores contrários ao impeachment, representados em vermelho (LGOV, LPT, BDF, RF, FBP, FPSM e DR), apenas LPT mobiliza argumentos nessa categoria temática, ficando isolado por também não compartilhar argumentos com a rede favorável ao processo. Os atores, aqui, acionam de forma conjunta apenas três dos nove argumentos *econômicos*. A centralidade dos atores e argumentos também está representada na imagem, de forma que, quanto mais conexões, maior a representação.

Gráfico 09 - Argumentos econômicos



Fonte: elaboração própria.

Os atores na rede se conectam a ela em um a três argumentos. No entanto, quatro dos seis atores na rede não estabelecem vínculos com pelo menos um dos outros atores, deixando a rede bastante fragmentada. O ator com maior centralidade é MT, que emprega cinco argumentos diferentes. Contudo, apenas um de seus argumentos converge com outros atores da rede. Em seguida, OGLO mobiliza quatro argumentos econômicos, compartilhando três deles com outros atores. Ou seja, OGLO aciona todos os argumentos econômicos que são mobilizados por mais de um ator. LOP utiliza três argumentos, dois deles juntamente a outros atores. Já MBL e LPSDB acionam dois argumentos cada, ambos também mobilizados por outros membros da rede. O único argumento econômico de FSP também é utilizado por outros atores.

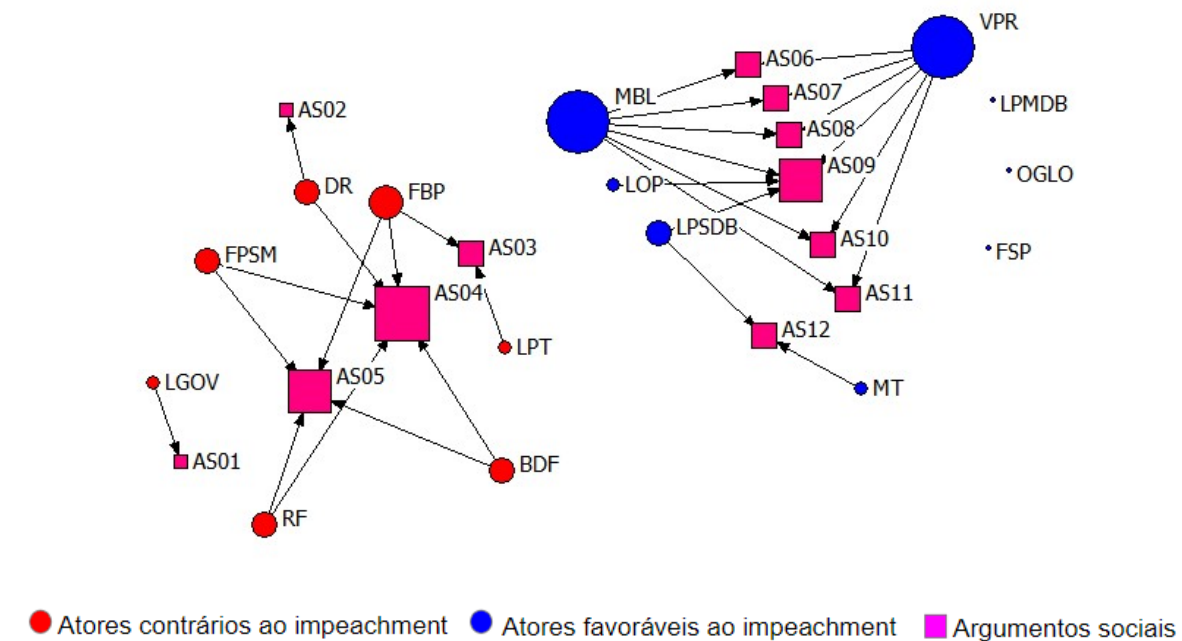
Os atores na rede mobilizam nove argumentos diferentes nessa categoria. Apesar disso, apenas três são compartilhados por mais de um ator. Dessa forma, o que se afere é que a densidade da rede é baixa: na escala entre 0 e 100%, o grau de coesão da rede é de 31,5%. Os argumentos de maior centralidade, cada um acionado por quatro atores diferentes, sustentam que o modelo de gestão da economia foi ruim (AE03) e que os resultados econômicos foram ruins (AE05). O primeiro, AE03, congregou atores da sociedade civil, da mídia e do Legislativo. Já o segundo, AE05, reuniu atores dos três âmbitos já mencionados e também do Executivo. O argumento que defende que o desequilíbrio na economia estaria relacionado aos crimes de responsabilidade (AE06) é o terceiro argumento mobilizado em conjunto, dessa vez por atores do Legislativo e da mídia. Todos os argumentos mobilizados por mais de um ator,

portanto, agregam atores de diferentes âmbitos.

7.3.3. Argumentos sociais

O Gráfico 10 apresenta as redes formadas pelos atores através do acionamento de argumentos *sociais*. Observa-se a formação de duas redes, uma reunindo atores contrários ao impeachment, representados em vermelho (DR, FBP, FPSM, BDF, RF e LPT), e outra reunindo atores favoráveis ao impeachment, representados em azul (MBL, VPR, LPSDB, LOP e MT). No entanto, nem todos os atores estão nas redes. Os atores LPMDB, FSP e OGLO não acionam argumentos nessa categoria. Com isso, constata-se que os dois atores favoráveis ao impeachment no âmbito da mídia não utilizam argumentos nesta temática. Além disso, LGOV aciona um argumento *social*, mas de forma isolada, não integrando a rede com os demais atores em vermelho. É interessante notar que, dos 12 argumentos nessa temática, apenas dois foram trazidos por um único ator. Como nos gráficos anteriores, os atores e argumentos estão representados de acordo com a sua centralidade na rede.

Gráfico 10 - Argumentos sociais



Fonte: elaboração própria.

Na rede formada por atores contrários ao impeachment, os atores estão conectados por um ou dois argumentos em comum. Verifica-se também que a rede está fragmentada, pois LPT conecta-se apenas a FBP. Apesar disso, excetuando-se LPT, todos os outros atores estão

conectados entre si. Acionando três argumentos, FBP é o ator de maior centralidade na rede, desenvolvendo argumentações em comum com todos os outros atores na rede. BDF, RF e FPSM vêm em seguida, utilizando, cada um, dois argumentos, ambos compartilhados com, ao menos, outros três atores. DR também emprega dois argumentos nessa categoria, mas um de forma isolada. Por fim, LPT aciona apenas um argumento, que é o que o conecta à rede com os demais atores.

Observa-se que são acionados quatro argumentos pelos atores na rede (LGOV não está na rede) e que três deles são compartilhados por mais de um ator. O principal argumento difundido pela rede, acionado por cinco atores, é de mobilização, apontando que era preciso resistir ao impeachment (AS04). Nesse mesmo sentido, o argumento de que era preciso resistir às medidas do governo Temer (AS05) é mobilizado por quatro atores. O primeiro, AS04, reúne atores dos âmbitos do Executivo, sociedade civil e mídia; já AS05, apenas dos dois últimos. O terceiro argumento apresentado por mais de um ator nessa rede se assemelha a AS04, mas tem o caráter afirmativo de que o povo resistiria ao impeachment (AS03), sendo impulsionado nos âmbitos do Legislativo e sociedade civil. Desse modo, verifica-se que todos os argumentos compartilhados por mais de um ator agregam membros de âmbitos diferentes.

Na rede formada por atores favoráveis ao impeachment nota-se que todos os atores que acionam argumentos *sociais* estão na rede e que todos os argumentos foram utilizados por mais de um ator. Também constata-se que, salvo MT, todos os outros atores estão conectados entre si. Os atores de maior centralidade na rede são MBL e VPR, os dois vinculados ao âmbito da sociedade civil, que acionam seis argumentos diferentes. Esses dois atores também compartilham entre si todos os argumentos que mobilizam nesta categoria. Os demais atores da rede acionam um número menor de argumentos: LPSDB utiliza dois argumentos diferentes e LOP e MT, um cada.

Nessa rede são empregados sete argumentos *sociais* diferentes, todos eles compartilhados por dois ou mais atores. Ao mesmo tempo, na maioria dos argumentos convergem atores de um mesmo âmbito. O argumento de maior centralidade, sustentado por quatro dos cinco atores na rede, defende que o impeachment seria a vontade das ruas (AS09). Esse argumento é defendido pelos dois atores da sociedade civil e pelos dois atores do Legislativo favoráveis ao impeachment que acionam essa categoria temática. Esse, contudo, é o único argumento a reunir um número maior de atores; os demais agrupam apenas dois

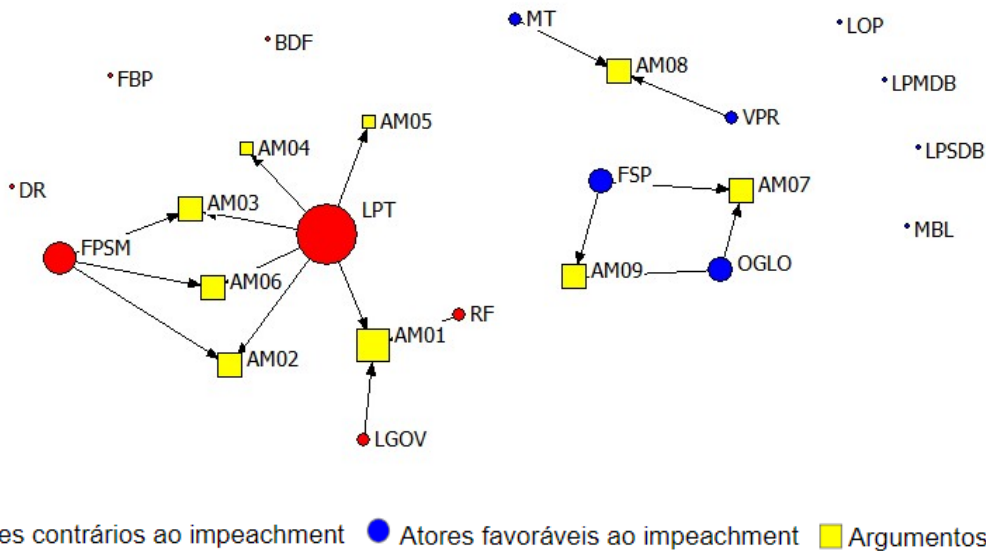
atores cada. Além do argumento AS09, MBL e VPR convergem em outros cinco argumentos, havendo convergência total entre esses dois atores nessa categoria. Os dois movimentos apontam que os protestos contra o governo foram massivos (AS08), que a revolta foi contra a corrupção (AS11) e práticas dos governos petistas (AS10), e que os movimentos queriam mudanças (AS06). Os dois também defendem que governo interino precisaria ouvir as ruas (AS07). Além desses, LPSDB e MT, atores dos dois âmbitos do Estado, compartilham o argumento de que a sociedade precisaria estar unida no novo governo (AS12).

Ao comparar-se as duas redes formadas, verifica-se que o número de argumentos acionados pela rede dos atores representados em azul é maior e que há total coesão entre dois atores dentro da rede. Contudo, na rede formada por atores representados em vermelho no Gráfico 10 está o argumento de maior centralidade e o número inferior de argumentos também colabora para que a rede tenha um grau de coesão maior. Apesar de não haver uma grande diferença, na escala de coesão entre 0 e 100%, a rede formada por MBL, VPR, LOP, LPSDB e MT têm uma densidade de 45,7% e a rede formada por FBP, FPSM, LPT, BDF, RF e DR tem densidade de 50%. Porém, quando analisamos a densidade de todos os atores contrários ao impeachment que mobilizam argumentos nesta temática, incluindo, portanto, LGOV à rede com os demais atores, verifica-se uma rede com densidade de 37,1%.

7.3.4. Argumentos morais

No Gráfico 11 temos as redes de atores estabelecidas através da utilização de argumentos *morais*. Observando a representação, é verificada a formação de três redes. Uma rede com atores contrários ao impeachment, representados em vermelho, que congrega FPSM, LPT, LGOV e RF; e duas redes com atores favoráveis ao impeachment, representados em azul: uma com as mídias FSP e OGLO, e outra com o movimento da sociedade civil VPR e o representante do Executivo Federal MT. Também constata-se que DR, FBP, BDF, de um lado, e LOP, LPMDB, LPSDB e MBL, de outro, não acionam essa categoria temática em seus discursos. Atenta-se, neste ponto, para o fato de que nenhum dos representantes do Legislativo favoráveis ao impeachment mobiliza argumentos neste tema. Além disso, destaca-se que, entre os nove argumentos *morais*, em sete confluem mais de um ator.

Gráfico 11 - Argumentos morais



Fonte: elaboração própria.

Entre os atores contrários ao impeachment, vê-se que todos os que acionam argumentos *morais* estão conectados à rede, porém LPT é o único que se relaciona com todos os outros atores dela. A rede é fragmentada, pois FPSM não estabelece conexões com LGOV e RF. O ator com maior centralidade nessa rede é LPT, que mobiliza todos os seis argumentos que circulam na rede, onde a maior parte deles é compartilhada com outros atores. O segundo ator que mais aciona argumentos é FPSM, que utiliza três argumentos, convergindo com LPT em todos eles. Em seguida, LGOV e RF confluem no único argumento que empregam neste tema.

Nessa rede são utilizados seis argumentos diferentes. Destes, em quatro há a confluência de mais de um ator e, em todos eles, convergem membros de âmbitos diferentes. O argumento de maior centralidade na rede é o que afirma que a moralidade dos que acusam Dilma no impeachment é questionável (AM01), acionado por atores da mídia e do Legislativo. Os outros três argumentos que são difundidos pelos atores da rede são compartilhados por LPT e FPSM. Esses argumentos apontam que o impeachment teria sido articulado por, ou seria uma chantagem de Eduardo Cunha, envolvido em corrupção (AM02), também que a Lava Jato/Judiciário (AM03) e a mídia estariam sendo parciais (AM06).

Na primeira rede formada por atores favoráveis ao impeachment, em azul no Gráfico 11, tem-se a convergência das mídias OGLO e FSP. Os atores estão conectados pelo acionamento de dois argumentos em comum, os únicos dois mobilizados por eles. A

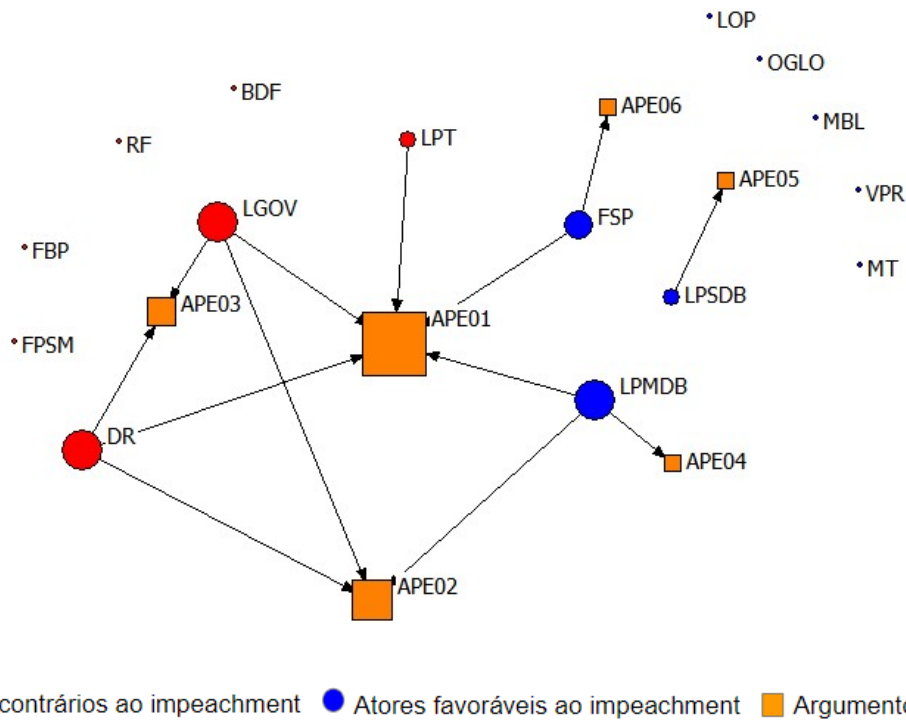
centralidade na rede, portanto é a mesma para todos os atores e argumentos. Os argumentos acionados por eles defendem que o impeachment estaria relacionado ao combate à corrupção (AM07) e que o PT estava envolvido em esquemas de corrupção (AM09). Na outra rede envolvendo o grupo de atores favoráveis ao processo, VPR e MT acionam um único argumento, no qual convergem. Eles apontam que o governo interino precisaria/iria combater a corrupção (AM08).

Comparando as redes, constata-se que a rede de atores contrários ao impeachment aciona um número maior de argumentos. Além disso, como os atores favoráveis ao impeachment separam-se em duas redes pequenas, a densidade de cada uma delas é 100%, máxima. Contudo, se considerarmos as duas como componentes de uma mesma rede, com a finalidade de compreender a coesão entre a totalidade dos atores favoráveis que acionam essa categoria de argumentos, obtém-se uma densidade de 50%. Já a densidade da rede de atores contrários ao impeachment que utilizam argumentos *morais*, todos em uma mesma rede 45,8%. Menor do que a coesão entre os atores favoráveis ao impeachment.

7.3.5. Argumentos pessoais

O Gráfico 12 apresenta a rede formada pelos atores por meio da mobilização de argumentos *pessoais*. Vê-se que, diferentemente do que ocorre com os temas anteriores, aqui há a formação de uma única rede, envolvendo atores favoráveis, representados em azul, e contrários ao impeachment, representados em vermelho. A rede é formada, portanto, por DR, LGOV, LPT, FSP e LPMDB. Há ainda LPSDB, que também aciona argumentos neste tema, mas que não se conecta à rede principal. Observa-se que a maioria dos atores não aciona essa categoria em seus discursos. Entre os contrários ao impeachment, as duas mídias, BDF e RF, e os dois movimentos da sociedade civil, FPSM e FBP, não articulam argumentos pessoais. Entre os favoráveis, a categoria também não é acionada pelos movimentos sociais MBL e VPR, pelo ator do Legislativo, LOP; pelo representante do Executivo, MT; e pela mídia OGLO. Entre os que acionam essa categoria de argumentos, vê-se que compartilham metade dos seis argumentos *pessoais*.

Gráfico 12 - Argumentos pessoais



Fonte: elaboração própria.

Observa-se que todos os atores que se conectam à rede vinculam-se a ela por entre um e três argumentos compartilhados com outros atores. Também é constatado que a rede principal não é fragmentada, uma vez que todos os membros estão conectados entre si. Os atores de maior centralidade na rede são DR, LGOV e LPMDB, que acionam três argumentos cada um. Contudo, nos dois primeiros, todos os argumentos são compartilhados com outros atores na rede; já o último converge com outros membros em dois. FSP aciona dois argumentos, sendo um individualmente e um em rede. Já LPT mobiliza um único argumento, que é o que o vincula à rede.

Os membros da rede empregam cinco argumentos nesta categoria, três deles compartilhados com outros atores. Os dois argumentos acionados de forma individual foram mobilizados por atores favoráveis ao impeachment. O argumento central, utilizado por todos os membros da rede, apresenta Dilma Rousseff como uma pessoa honesta e honrada (APE01). Já o segundo argumento de maior centralidade retrata a presidenta como uma mulher forte e destemida (APE02). Chama a atenção o fato de que nesses dois argumentos confluem atores que se posicionam de forma favorável ao impeachment e também atores contrários a ele. O terceiro argumento dividido na rede aponta Dilma como uma defensora da democracia (APE03). Esse último reúne apenas membros contrários ao processo. Ressalta-se

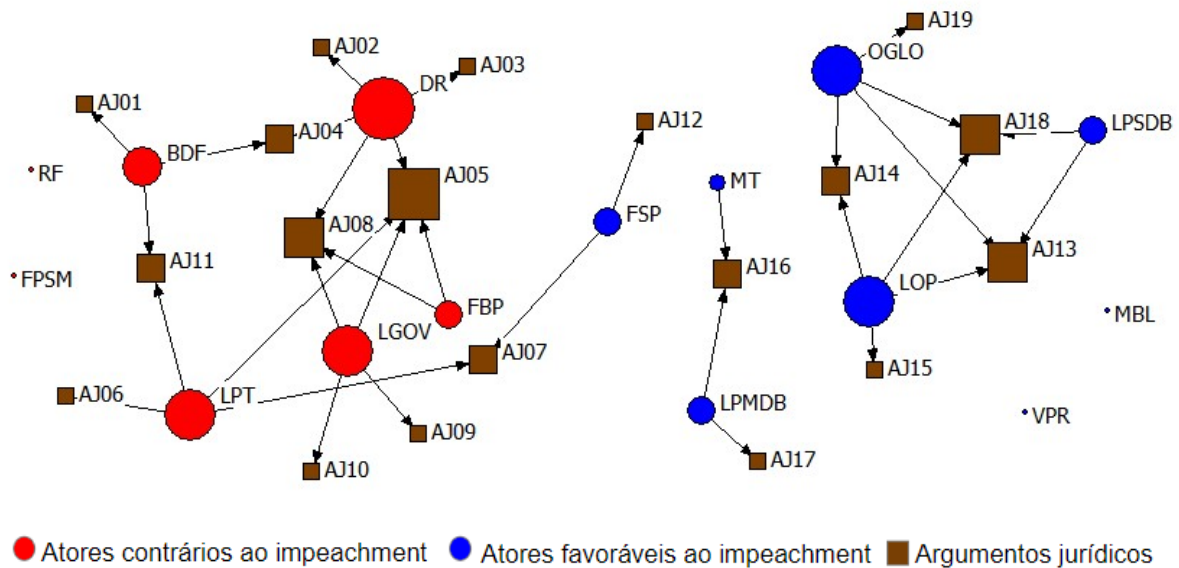
também que todos os argumentos utilizados por mais de um ator na rede são compartilhados por membros de âmbitos diferentes, Executivo, Legislativo e/ou midiático.

A coesão entre os atores verificada por meio da densidade da rede é de 55%. Quando consideramos também LPSDB no cálculo, a densidade cai para 40%. Também foi analisada a densidade entre os atores favoráveis ao impeachment e entre os atores contrários ao impeachment que acionam argumentos *pessoais*. A coesão entre os atores LPSDB, LPMDB e FSP é de 40%. Já entre DR, LGOV e LPT, a coesão nos argumentos *pessoais* é de 83,3%.

7.4.6. Argumentos jurídicos

No Gráfico 13 estão representadas as redes de atores que se formam pelo acionamento de argumentos *jurídicos*. Esses são os argumentos que se referem diretamente às acusações presentes no processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Analisando o gráfico, percebe-se a formação de três redes distintas e que os atores favoráveis ao impeachment, representados em azul, estão presentes em todas elas. A maior rede é a que reúne atores favoráveis ao impeachment e contrários, representados em vermelho. Ela é formada por DR, LGOV, LPT, BDF, FBP e FSP. A segunda maior rede reúne apenas atores representados em azul, favoráveis ao impeachment, assim como a menor delas. A maior reúne OGLO, LOP e LPSDB; a menor, MT e LPMDB. Os movimentos da sociedade civil favoráveis ao impeachment, MBL e VPR não mobilizam argumentos nessa categoria, assim como a mídia RF e o movimento FPSM, contrários ao impeachment. Todos os atores que utilizam argumentos *jurídicos* estão conectados a alguma das redes.

Gráfico 13 - Argumentos jurídicos



Fonte: elaboração própria.

Na primeira rede que será analisada, formada por DR, LGOV, LPT, BDF, FBP e FSP, vê-se que FSP é o ator que estabelece menos conexões com a rede, apenas uma, enquanto os demais se ligam aos outros membros por dois ou três argumentos em comum. Também se observa que a rede é fragmentada, apenas LPT se associa a todos os outros atores na rede, e BDF e FSP se vinculam no máximo a outros dois dos seis atores. O ator de maior centralidade na rede é DR, que mobiliza cinco argumentos nesta temática, três deles compartilhados com outros atores na rede. Em seguida, vêm LPT e LGOV, acionando quadro argumentos cada um. Desses, o primeiro partilha três e o segundo dois argumentos com outros membros da rede. BDF utiliza três argumentos jurídicos, convergindo na rede em dois deles, e FBP e FSP empregam dois argumentos cada. FBP compartilha ambos com outros atores e FSP apenas um.

Os atores da rede mobilizam 12 argumentos *jurídicos* diferentes. Desses, cinco são compartilhados entre eles, menos da metade, portanto. O principal argumento, ou seja, de maior centralidade, é o que sustenta que não houve crime de responsabilidade cometido pela presidenta Dilma Rousseff (AJ05), acionado por quatro atores. O argumento que defende que o impeachment é uma desculpa/farsa para afastar Dilma do poder (AJ08) é o segundo mais utilizado, convergindo três membros da rede. Os argumentos que apontam o processo como parcial (AJ11) e que apontam que outros governantes também realizaram as mesmas operações de Dilma (AJ04) são compartilhados por dois atores. Da mesma forma, o

argumento de que no processo não estariam sendo considerados apenas os crimes de responsabilidade (AJ07) também é acionado por dois atores. Esse é o argumento em que um ator contrário ao impeachment converge com um ator favorável ao impeachment. Contudo, voltando ao contexto do argumento nos discursos, é possível observar que o argumento não tem a mesma conotação em ambos. No discurso de LPT, esse argumento é utilizado para deslegitimar o processo, que deveria considerar apenas as questões jurídicas; em FSP, o argumento é acionado como uma constatação, não valorativa, de que outras questões “políticas e econômicas” também estavam sob consideração. Ainda assim, o que se vê é que ambos concordam ao dizer que o julgamento da presidenta não estava considerando apenas a questão dos crimes de responsabilidade. Cabe ainda dizer que todos os argumentos em que confluem mais de um ator nessa rede são acionados por membros de, pelo menos, dois âmbitos diferentes.

A segunda rede que analisaremos é formada por OGLO, LOP e LPSDB. Verifica-se que todos os atores estão conectados à rede através de dois ou mais argumentos e que todos estabelecem conexões entre si. Entre os três atores, os mais centrais são OGLO e LOP, que mobilizam quatro argumentos cada e ambos compartilham três argumentos com os outros membros da rede. Já LPSDB utiliza dois argumentos, ambos em convergência com a rede. Ao todo, esses atores empregam cinco argumentos *jurídicos* e compartilham três deles. Vê-se também que esses três argumentos são mobilizados concomitantemente por membros dos âmbitos da mídia e do Legislativo. Os dois argumentos de maior centralidade são enunciados pelos três membros da rede. Esses argumentos apontam que houve crime de responsabilidade (AJ18) e que o impeachment se daria em função do que estava definido na legislação (AJ13). Já o argumento AJ14, que defende que o PLN 05/2015 não isentaria o governo, é aplicado por dois atores. A última rede reúne apenas LPMDB e MT, que compartilham um único argumento. No entanto, MT tem maior centralidade por acionar um outro argumento individualmente. O argumento em que convergem aponta que o processo de impeachment havia seguido e deveria continuar seguindo os trâmites legais (AJ16).

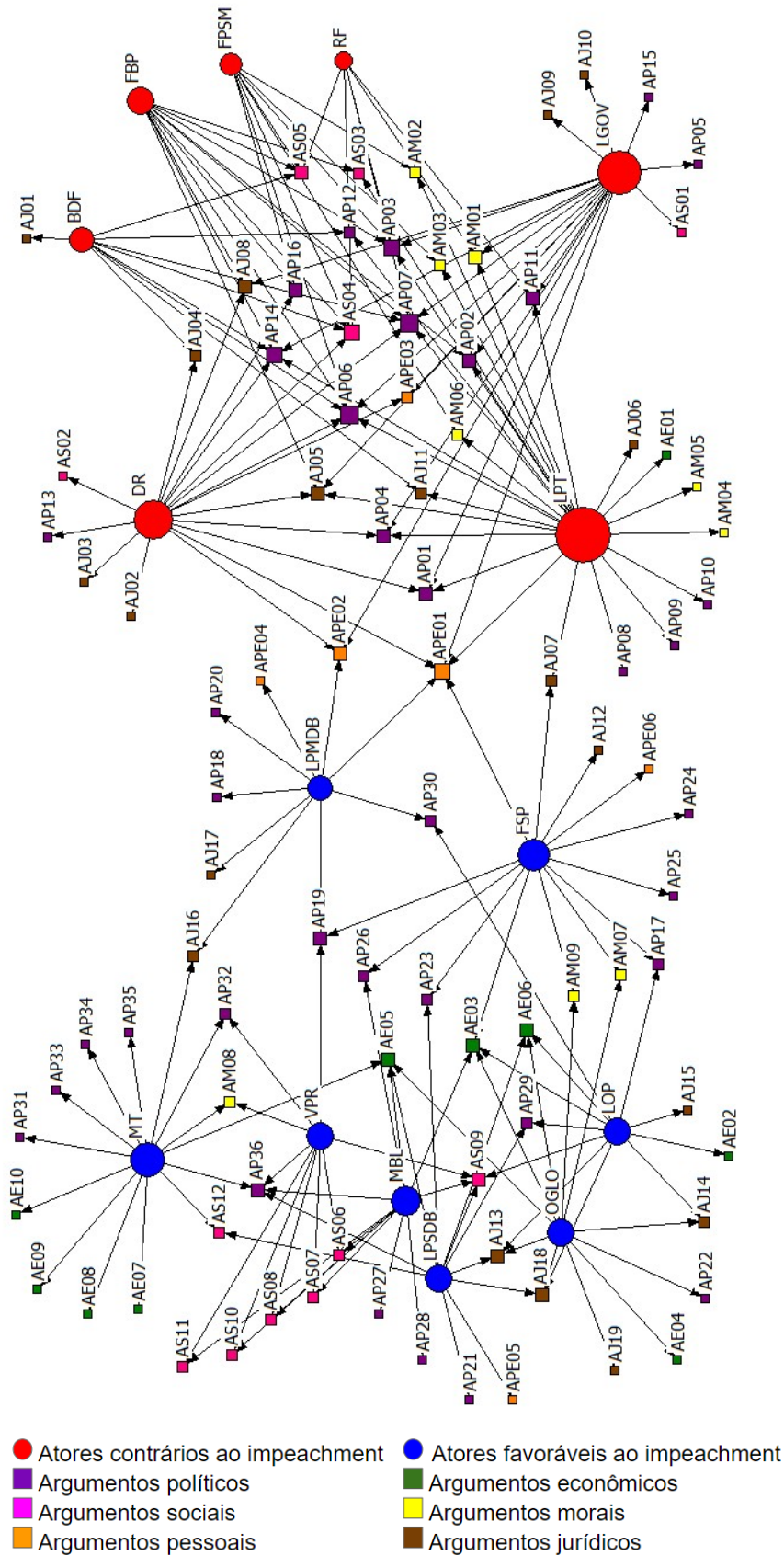
Olhando para as três redes, nota-se que, dos 19 argumentos jurídicos acionados nos discursos, nove são compartilhados por mais de um ator. Além disso, em relação à densidade das redes afere-se que a coesão da rede com DR, LGOV, LPT, BDF, FBP e FSP é de 27,8%. Já as rede menores, com OGLO, LPSDB e LOP e MT e LPMDB têm as densidades de 66,7% e 75%, respectivamente. Foi analisada também a coesão dos grupos de atores favoráveis e

atores contrários ao impeachment que utilizam argumentos *jurídicos*. O que se observa é que a coesão dos dois grupos é pequena nessa categoria, com uma densidade apenas um pouco maior entre os atores contrários ao impeachment, que é de 32,7%. A densidade entre os argumentos dos atores favoráveis ao impeachment é de 27,8%.

7.4. Debate em rede

Após a discussão das conexões estabelecidas a partir dos argumentos por grupos de atores e por tema, o Gráfico 14 traz o panorama geral, sinalizando também a centralidade dos atores e argumentos. Quanto mais argumentos um ator mobiliza, maior a sua centralidade, da mesma forma, quanto mais atores utilizam um mesmo argumento, mais central esse argumento será na rede. As representações dos atores e argumentos no gráfico é proporcional à centralidade de cada um. Neste gráfico, assim como no 03, vê-se que há a formação de uma única rede quando considerados todos os atores e argumentos conjuntamente. Isso porque os argumentos APE01, APE02 e AJ07 conectam as duas facções identificadas no Gráfico 03, aqui denominadas como *atores favoráveis ao impeachment* (azul) e *atores contrários ao impeachment* (vermelho).

Gráfico 14- Rede geral de atores e argumentos



Fonte: elaboração própria.

Observa-se aqui que os três atores de maior centralidade na rede integram o grupo contrário ao impeachment: LPT, LGOV e DR. O primeiro utiliza 25 argumentos diferentes, distribuídos em todas as categorias temáticas (esse é o único ator em toda a rede a apresentar argumentos em todos os temas). Desses, 18 são trazidos também por outros atores. O segundo, LGOV, mobiliza 19 argumentos em cinco categorias e estabelece conexões com outros atores em 14 argumentos. DR é o terceiro ator de maior centralidade, acionando 17 argumentos em quatro categorias temáticas diferentes. Em 13 de seus argumentos, DR converge com outros atores. Nesse grupo também estão os argumentos de maior centralidade em toda a rede: AP06 e AP07, sustentados por seis atores cada um. A categoria onde os atores dessa facção mais compartilham argumentos entre eles é a de argumentos *políticos*, na qual o grupo aciona 10 argumentos conjuntamente, seguidos de argumentos *morais* e *jurídicos*, onde dividem quatro argumentos em cada. Outro dado importante é que, considerando todas as categorias de argumentos, os atores contrários ao impeachment mobilizam mais argumentos em que se associam a outros atores do que argumentos que defendem sozinhos. A coesão nos argumentos do grupo contrário ao impeachment é de 32,3%.

Entre os atores favoráveis ao impeachment, os de maior centralidade são MT, FSP e MBL. MT aciona 14 argumentos no total, distribuídos em cinco categorias. Desses, oito são mobilizados apenas por este ator. FSP mobiliza 13 argumentos, também em cinco categorias. Nesses argumentos, FSP converge com outros atores em nove. Já MBL utiliza 12 argumentos diferentes em três categorias, onde 10 deles são também empregados por outros atores na rede. Os argumentos que congregam mais atores desse grupo são AP36, AE05, e AE03, acionados, cada um, por quatro atores. A categoria temática na qual os atores favoráveis ao impeachment têm maior confluência é a de argumentos *políticos*, onde eles dividem oito argumentos; em seguida, vem a categoria *sociais*, onde são compartilhados sete argumentos entre os atores; e a terceira mais acionada é a de argumentos *jurídicos*, onde convergem em quatro deles. A densidade entre os atores favoráveis ao impeachment é de 21,5%, cerca de 10% menor em relação à verificada no grupo de atores contrários ao impeachment. Essa diferença também fica evidenciada na representação gráfica (Gráfico 14).

Comparando as duas facções da rede, percebe-se que os atores de maior centralidade em toda a rede estão entre os atores contrários ao impeachment, representados em vermelho (LPT, LGOV e DR), ou seja, são atores que mobilizam o maior número de argumentos

diferentes. Contudo, em conjunto, são os atores da facção favorável ao impeachment, representada em azul, que acionam o maior número de argumentos diferentes. No total, esse grupo utiliza 53 dos 92 argumentos identificados na pesquisa. Isso, mais uma vez, se deve ao fato de que os atores contrários compartilham com outros atores do seu campo a grande maioria dos argumentos que acionam, apesar de mobilizarem um número menor de argumentos diferentes.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impeachment de Dilma Rousseff só se instaura como um acontecimento porque há uma ruptura, não de ordem legal, mas na dimensão da experiência de democracia e das instituições democráticas no país. Nesse sentido, precisamos situar o acontecimento impeachment de Dilma Rousseff no quadro que o contém, o da democracia. Mas o impeachment não está apenas contido pela democracia, como o regime político que é contexto desse acontecimento, como também modifica esse regime. Pois, se a história da democracia no Brasil é feita de movimentos pendulares de avanços e retrocessos democráticos (AVRITZER, 2016), o impeachment de Dilma Rousseff marca um momento de aprofundamento de um período de regressão na democracia brasileira.

Esse movimento regressivo se materializa nos governos que sucederam o governo Dilma em medidas como a PEC 55/2016, que limita os gastos públicos, contrarreforma trabalhista, intervenção militar no Rio de Janeiro, ataques aos sistemas de radiodifusão pública, e a eleição de um presidente que teve uma campanha de discurso profundamente baseado no ódio a determinados grupos sociais e na intolerância contra adversários políticos em 2018. Ou seja, a democracia no Brasil vive hoje as consequências do acontecimento aqui estudado. É por isso que compreender as dinâmicas políticas e sociais que estavam presentes no contexto do impeachment é fundamental para entendermos os acontecimentos do presente, e é por isso que sustentamos, ao final deste percurso de pesquisa, que o processo jurídico de impeachment contra Dilma Rousseff se instaura como um golpe à democracia brasileira. Um golpe não em um sentido de ruptura do regime democrático, mas um golpe que se utiliza de um instrumento jurídico para promover a troca de governo e implementar uma agenda regressiva de ataques e retirada de direitos.

Tendo sido realizada a reconstituição do acontecimento impeachment de Dilma Rousseff e do dia do afastamento provisório da presidenta em 12 de maio de 2016, contexto imediato dos discursos analisados, e também a análise dos discursos de atores centrais nesse processo, passamos agora às considerações finais permitidas pela pesquisa empírica e pesquisa teórica. Inicialmente, discutiremos os elementos presentes na conjuntura do impeachment, a fim de compreender como os diferentes elementos de desestabilização de governos se fizeram presentes no impeachment de Dilma em 2016. Em seguida, trataremos de explorar a análise dos argumentos presentes nos discursos, visando assimilar as principais

ideias postas em circulação no debate público pelos atores estudados e como os diferentes elementos apontados pela teoria aparecem como questões determinantes no impeachment da presidenta.

O contexto em que se dá o impeachment de Dilma Rousseff é marcado por uma confluência perfeita - e perversa - de fatores que foram desestabilizando o governo petista em várias frentes. Fatores como situação econômica desfavorável, escândalos midiáticos de corrupção, falta de apoio parlamentar e mobilizações nas ruas contra o presidente foram identificados no primeiro capítulo como questões-chave que podem levar à cassação de mandatos presidenciais. Contudo, nenhum desses fatores, sozinho, é determinante: é a convergência de diferentes elementos que configura uma situação mais ou menos oportuna a um processo de impeachment. Ocorre que, no caso do impeachment ocorrido em 2016 no Brasil, a reconstituição do acontecimento demonstrou que todos esses aspectos estavam presentes.

A eleição de 2014 foi vencida por Dilma Rousseff em meio a protestos no segundo turno e com uma margem apertada sobre o candidato oposicionista. O PSDB, derrotado pela quarta vez consecutiva, questionou o resultado das urnas. Um mau sinal para a democracia, que tem no comportamento dos “perdedores” um termômetro de sua legitimidade (BRAGA; CASALECCHI, 2016). Além disso, o resultado apertado na eleição presidencial também influencia na formação de uma maioria governista no Legislativo (PÉREZ-LIÑÁN, 2000). A formação de coalizões sólidas é um fator importante para proteger o presidente de possíveis juízos políticos; contudo, essa formação precisa ocorrer no início do governo, pois uma situação de isolamento político dificilmente pode ser revertida quando já estão presentes escândalos de corrupção, baixa popularidade, etc. (PÉREZ-LIÑÁN, 2000). O que se viu no contexto do impeachment de Dilma Rousseff foi que a presidenta não teve, entre um mandato e outro, um período de “lua de mel” em que pudesse estruturar a base do novo governo no Parlamento. A presidenta começou o segundo mandato em meio a protestos pelo impeachment, escândalos de corrupção envolvendo aliados e comprando (e perdendo) uma briga com uma importante liderança da segunda maior bancada da Câmara Federal e central nas coalizões dos governos petistas, Eduardo Cunha (PMDB), ao propor uma candidatura alternativa à Presidência da Casa. Dessa forma, o governo não logrou formar um “escudo legislativo” que pudesse protegê-lo naquele contexto em que também se acumulavam outros

fatores já mencionados.

As mobilizações sociais contra o governo também são apontadas como fator de desestabilização do governo (PÉREZ-LIÑÁN, 2014). No entanto, já desde os dias seguintes ao segundo turno da eleição de 2014, o governo foi alvo de protestos que pediam a destituição da presidenta e que chegaram a reunir 3,6 milhões de pessoas em todo o país⁴⁴. Nessa perspectiva, importa também que o presidente possa estabelecer um “escudo popular”, com setores dispostos a defendê-lo em conjunturas críticas. No entanto, esse escudo fica enfraquecido em situações econômicas desfavoráveis (CHAGAS, 2016) e o governo petista se deparou com um cenário de recessão da economia, déficits recordes, inflação crescente, etc., que, além de diluírem o apoio do governo, também são, por si, um fator de instabilidade. Além disso, com a “virada pragmática” do governo na economia logo após a eleição, Dilma não teria conseguido transformar sua vitória eleitoral em legitimidade para governar e suas medidas alienaram o governo também do apoio dos setores populares, base do lulopetismo (GOLDSTEIN, 2016).

Tolerada em gestões consideradas exitosas, bom desempenho econômico e alta aprovação popular, quando esses fatores somem do horizonte a corrupção se torna uma variável capaz de desequilibrar governos (PÉREZ-LIÑÁN, 2016). E, no quadro em que se dá o impeachment de Dilma, a corrupção foi um fator crucial. O desvelamento de esquemas de corrupção pela operação Lava Jato, desencadeada em 2014, atingiu diretamente o governo, com aliados políticos e membros do PT envolvidos nesses esquemas. Esses escândalos foram, além disso, amplamente midiáticos e, como apontam Mundin, Gramacho e Pinto (2018), a corrupção é um tema onde o enquadramento dominante é majoritariamente negativo. Um dos momentos mais críticos para o governo foi o episódio em que gravações de um telefonema entre Dilma e Lula foram divulgadas pela imprensa nacional, onde se dava a entender que Lula teria sido empossado ministro-chefe da Casa Civil para adquirir foro privilegiado nas investigações de corrupção contra ele. Essa divulgação gerou uma grande indignação contra o governo e protestos país a fora.

Assim, retomadas as discussões teóricas que apontam diferentes fatores que colaboram na desestabilização do governo, aumentando as chances de o presidente enfrentar um processo de impeachment, vemos que a presença de um acúmulo desses fatores foi

⁴⁴ De acordo com dados da Polícia Militar dos estados, levantados pelo G1.

determinante na conjuntura do impeachment de Dilma Rousseff. Essa combinação “rara” (MELO, 2016) é o contexto em que se dá o debate público sobre o impeachment, que vinha ocorrendo desde 2014, como levantado, e que vai também acumulando tópicos até chegar no contexto dos discursos analisados aqui, o afastamento provisório de Dilma Rousseff da Presidência da República.

Chegando à discussão dos argumentos mobilizados no debate público sobre o impeachment, no contexto do afastamento provisório de Dilma Rousseff, a revisão teórica apresentada no início desta pesquisa nos subsidiou na definição das categorias temáticas em que os discursos foram classificados para a identificação dos argumentos. Como visto, questões de ordem *política, econômica, social, moral e pessoal* estavam presentes na conjuntura crítica do impeachment. Além disso, as questões *jurídicas* também importavam, como elemento formal do processo. Contudo, além das questões relacionadas ao processo legal em julgamento pelo Senado, observamos que no contexto do afastamento da presidenta, assim como apontado na discussão teórica, outros elementos aparecem de forma relevante. Pérez-Liñán (2000) entende todas as formas constitucionais que o Legislativo tenha para afastar um presidente como julgamentos políticos. No mesmo sentido, Kasahara e Marsteintredet (2018) apontam que, quando o Legislativo é responsável pelo julgamento, ele provavelmente será norteador por questões políticas, onde contam, portanto, questões externas ao processo.

As questões políticas foram as mais acionadas nos discursos analisados, onde foram mobilizados um total de 36 argumentos diferentes. Nesse tema, percebemos que narrativas diferentes circulam, de um lado, entre os atores favoráveis ao impeachment, e, de outro, entre os contrários ao processo. Entre os primeiros, as principais ideias colocadas no debate são as de que, com o impeachment, mudanças e reformas poderiam ser feitas, enxugando a estrutura o Estado. Como apontado por Singer (2015), ao longo do primeiro governo Dilma, foi se criando uma “unidade capitalista”, reunindo os diferentes setores da economia em torno de ideias que apontavam para a diminuição do espectro de atuação do Estado e, por exemplo, de demandas como a diminuição da proteção aos trabalhadores (contrarreforma trabalhista aplicada por Temer). Entre os atores contrários ao impeachment, os argumentos políticos mobilizam uma narrativa do impeachment como uma ameaça: à democracia, a direitos, à soberania nacional; e também circula a ideia de que o governo foi sabotado e alvo de uma aliança contra o resultado eleitoral. Nesse sentido, Tible (2015), Svartman e Silva (2016) e

Goldstein (2016) identificam que a disputa política não teria acabado na eleição em 2014, com a oposição recorrendo a diferentes meios de questionar o resultado eleitoral, até se alinhar no discurso do impeachment.

Do ponto de vista econômico, somente atores favoráveis ao impeachment se alinham em torno desses argumentos. Como principais ideias, eles criticam os resultados da economia e o modelo econômico petista. Também como apontado por Singer (2015), o governo ficou isolado em seu projeto econômico depois de ter sido abandonado pelos industriais, que passaram à crítica do modelo neodesenvolvimentista. Além disso, diferentes autores discutidos na seção teórica apontam que os resultados econômicos eram ruins e que se somaram na “tempestade” que culmina no impeachment (DOVAL; ACTIS, 2016, MELO, 2016, SVARTMAN; SILVA, 2016). Outra ideia difundida é a de que os crimes de responsabilidade estariam relacionados ao modelo de gestão e aos resultados econômicos ruins, como causa ou consequência deles.

A principal ideia relacionada aos argumentos sociais dos atores contrários ao impeachment é a de que era preciso resistir ao impeachment e às suas consequências. Já entre os favoráveis ao processo, o que nos parece central é a noção de que o impeachment seria a vontade das ruas e que haveria uma revolta contra a corrupção e o PT. Nesse ponto, podemos destacar, principalmente, a questão da corrupção como motor dos protestos e da revolta contra o governo. O trabalho de Dias (2017) também já demonstrou que os movimentos pelo impeachment tinham no quadro a *corrupção, mentiras e má gestão* como os problemas a serem solucionados e apontavam o PT, Dilma e Lula como os culpados. Nesse sentido, os argumentos morais desses atores convergem numa mesma direção, colocando o PT em um quadro de corrupção e vinculando o impeachment ao combate a esse problema. Esses argumentos apareceram nos editoriais de *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Esse achado converge com o que aponta Mendes (2018), que diz que alguns setores da mídia mobilizaram enquadramentos que vinculavam a corrupção da política ao PT.

No grupo contrário ao impeachment há uma desqualificação moral dos adversários e também o questionamento ético da mídia e do Judiciário, acusados de estarem sendo parciais. O impeachment também é colocado como uma chantagem de Cunha. E essas ideias convergem com o que apontam Svartman e Silva (2016) que entendem que os “vazamentos seletivos” da Operação Lava Jato contribuíram para enfraquecer o governo diante da opinião pública; e também em Melo (2016), Limongi (2017) e Avritzer (2018), que apontam o “fator

Cunha” como um aspecto de grande relevância no impeachment. Já a principal ideia que se percebe nos argumentos pessoais é a de que Dilma é uma pessoa honesta. Essa noção é corroborada, inclusive, por atores favoráveis ao impeachment e que relacionam o PT à corrupção, como a *Folha de S. Paulo*. Esse achado chama a atenção, pois são encontradas nos discursos questões que relacionam o impeachment ao combate à corrupção; contudo, Dilma, alvo do processo de impeachment, não é vista como uma pessoa a quem se atribui crimes dessa ordem.

Em relação às considerações jurídicas que discutem diretamente o processo do impeachment, os atores contrários à cassação de Dilma defendem, sobretudo, que não houve crime de responsabilidade, sendo essa alegação apenas um pretexto. Os atores favoráveis ao impeachment, ao contrário, afirmam que houve crime de responsabilidade, acionando a legislação para defender que esses crimes estavam previstos na lei. Mesmo sendo o motivo do processo, ao menos alegado, o que se viu é que, mesmo no Legislativo, os argumentos que discutem a questão jurídica são minoria diante do universo de questões levantadas, diluindo-se em um emaranhado de argumentos articulados em outros temas.

Nesse sentido, o que se percebe é que a confluência de fatores, discutidos no Capítulo 1 e apresentados na reconstituição do acontecimento, se refletem também nos discursos analisados. Ou seja, essas diferentes questões que, de fato, estavam empiricamente presentes na conjuntura, e que foram captadas pela teoria, são mobilizadas também no debate público, na disputa de narrativas e sentidos do acontecimento. Contudo, o fato de a questão jurídica ser pouco debatida em relação às questões de contexto que foram trazidas para o debate público sobre o processo é sintomático de um momento de regressão democrática. Pois, ainda que o julgamento do impeachment pelo Legislativo adquira um recorte político, ele ainda tem um referente jurídico, baseado na legislação do país, ao qual a tomada de decisão precisa estar vinculada, e, quando as motivações legais são opacificadas pela complexidade da conjuntura, fragilizam-se as instituições da democracia.

A partir dos diferentes argumentos, o software de análise de redes sociais NetDraw evidenciou a formação de dois grupos distintos, que chamamos de grupo favorável e grupo contrário ao impeachment, permitindo relacionar os diferentes atores a partir de seus argumentos. Esse resultado importa na pesquisa ao mostrar a formação de redes de comunicação a partir de argumentos em comum, pois o software não foi previamente programado com uma divisão entre os atores, de forma que essa divisão se deu apenas pela

coesão argumentativa concreta entre eles. Weber (2017) defende o uso da metáfora das redes para a compreensão dos processos de comunicação pública. Para a autora ela permite “entender seus nós, conexões e a extensão de uma linha sobre todas as demais. As redes de comunicação permitem a circulação de informações e ações, com significados e interpretações passíveis de acolhimento e rejeição por outras redes” (WEBER, 2017, p. 45). Assim, podemos dizer que, nesse recorte que fazemos do debate sobre o impeachment, com 15 atores no contexto do episódio do afastamento provisório de Dilma, vemos a formação de duas redes de comunicação pública que mobilizam narrativas diferentes sobre o acontecimento, evidenciadas pelos argumentos.

A pesquisa demonstrou, ainda, a existência de narrativas polarizadas sobre o acontecimento impeachment de Dilma Rousseff no contexto do afastamento provisório da presidenta. Ao estudarmos atores centrais no debate objetivamos analisar não o debate como um todo, mas os argumentos que esses atores relevantes lançavam como insumos para um debate público mais amplo, para o qual as novas tecnologias de comunicação colaboram profundamente, ao permitirem que, mesmo que não haja mutualidade no debate, diferentes atores possam difundir e reverberar os argumentos presentes no debate. Nesse sentido, ao trabalharmos com atores com posicionamentos altamente institucionalizados e interessados, a polarização entre eles é tida como consequência da posição que ocupam nesse processo de comunicação. Contudo, ao final deste percurso fica o questionamento de até que ponto podemos falar em debate público em contextos de tanta polarização, como no cenário demonstrado? Assim, caberia investigar de que forma esses argumentos polarizados difundidos por atores centrais em um debate, com posições mais institucionalizadas e menos cambiáveis, repercutem e são reproduzidos em esferas menos institucionalizadas do debate, a fim de compreender os diferentes níveis possíveis de troca argumentativa e polarização nas diferentes instâncias do debate público.

Por fim, pensando na intersecção entre o acontecimento impeachment de Dilma Rousseff e o debate público sobre esse acontecimento levamos uma hipótese a ser também investigada em pesquisas futuras. Como nos dizem Quéré (2005, 2012) e França (2012a) só há acontecimento porque ele acontece a alguém, porque *afeta* os sujeitos na sua experiência do mundo. E o que afeta os sujeitos e a forma como os afeta não é previsível ou padronizável, depende de um contexto e da experiência de cada um. Assim, pensamos que no acontecimento estudado aqui, a narrativa, ou seja, os argumentos sobre ele disputam os

sentidos do acontecimento, como já foi colocado, mas também disputam o quanto e como os sujeitos serão afetados por esse acontecimento, como dimensão de uma disputa pelo *curso* desse acontecimento. Vimos que os atores contrários ao impeachment utilizaram uma variedade menor de argumentos, centrando-se, sobretudo, em questões políticas, sendo bastante coesos entre as argumentações dos diferentes atores. Já os atores favoráveis ao impeachment, ainda que menos coesos, utilizam um número maior de argumentos diferentes, explorando também de forma significativa outras categorias temáticas, como a de argumentos econômicos. E as questões econômicas estavam muito presentes na conjuntura do impeachment. Outra questão bastante explorada foram as manifestações pelo impeachment como demonstrando uma vontade popular. São questões profundamente arraigadas na experiência dos sujeitos naquele momento. Os fatos demonstram que não foi possível articular, nos meses em que se desenrolava o processo de impeachment, resistência capaz de barrá-lo. Dessa forma, a questão que fica é se, no debate público sobre acontecimentos públicos *a diversificação de argumentos não seria mais importante do que a coesão argumentativa entre os atores*, uma vez que, ao diversificar o discurso ele seria capaz de atingir diferentes sujeitos nas suas diferentes experiências do acontecimento,

Acreditamos ter atingido o objetivo desta pesquisa: *identificar os argumentos mobilizados no contexto do afastamento provisório de Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016, por atores centrais no debate público sobre o impeachment e analisar as relações estabelecidas entre eles através de seus argumentos*. Pudemos identificar os argumentos e os principais temas sobre os quais foram desenvolvidos, além de compreender as relações entre os atores a partir do acionamento de argumentos em comum. A identificação de duas redes de comunicação pública por onde passaram argumentos diferentes sobre o processo de impeachment e afastamento de Dilma Rousseff também foi um achado importante.

Consideramos, também, que ainda existem muitos outros caminhos a serem percorridos em relação ao impeachment de Dilma Rousseff. O acontecimento em si é absolutamente complexo e os acontecimentos que se desenrolam na esteira do impeachment, e que colaboram com a ideia de um golpe institucional (PEC 55, reforma trabalhista, prisão de Lula, eleição de Jair Bolsonaro - com a derrota do PT, que havia vencido as quatro eleições anteriores), demandam a compreensão desse divisor de águas da política brasileira. Como questão específica deixada por essa dissertação para pesquisas futuras, acreditamos que um estudo temporalmente ampliado e que possa abranger também outros atores importantes no

impeachment qualificará o entendimento das redes de comunicação conformadas nesse debate.

V - REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], v. 37, n. 1, p.273-289, ago. 2018. Novos Estudos - CEBRAP. <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300201800020006>.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 167 p. BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial: Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p.492-523, dez. 2016.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial.: Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p.492-523, dez. 2016.

BECKER, Camila LÂngaro. **COMUNICAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO: o acontecimento Mais Médicos no jornalismo de referência brasileiro**. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BIZZARRO, Fernando; COPPEDGE, Michael. Variedades da Democracia no Brasil. **Opinião Pública**, [s.l.], v. 23, n. 1, p.1-42, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-019120172311>.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; CASALECCHI, Gabriel Avila. Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil. **Opinião Pública**, [s.l.], v. 22, n. 3, p.550-568, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016223550>.

CHAGAS, Luãn José Vaz. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina [Entrevista com Aníbal Pérez-Liñan]. **Compólitica**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.105-119, 18 mar. 2017. Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolitica). <http://dx.doi.org/10.21878/compolitica.2016.6.2.276>.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006a.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009. 249 p.

COELHO, Marja Pfeifer. **O acontecimento público Satiagraha, entre o Estado e a mídia entre o Estado e a mídia**. 2013. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Informação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia: uma introdução crítica**. São Paulo: Artmed, 2010. 285 p.

DIAS, Tayrine dos Santos. **"É uma batalha de narrativas": os enquadramentos de ação**

coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DOMINGUES, José Maurício. Crise da república e possibilidades de futuro. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 22, n. 6, p.1747-1758, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017226.02472017>.

DOVAL, Gisela Pereyra; ACTIS, Esteban. The Political and Economic Instability of Dilma Rousseff's Second Government in Brazil: Between Impeachment and the Pragmatic Turn. **India Quarterly: A Journal of International Affairs**, [s.l.], v. 72, n. 2, p.120-131, 3 maio 2016. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0974928416637926>.

ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Edunb, 2001. 316 p.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. O terceiro turno de Dilma Rousseff. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p.176-185, dez. 2016.

FRANÇA, Vera. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a. Cap. 3. p. 39-54.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galaxia**, São Paulo, n. 24, p.10-21, dez. 2012b.

FRANÇA, Vera; ALMEIDA, Roberto. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. **Contemporanea**, [s.l.], v. 2, n. 6, p.1-24, dez. 2008.

GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho. **Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff**: (as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016). 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GOLDSTEIN, Ariel. La tormenta perfecta: crisis e impeachment en el segundo mandato de Dilma Rousseff. **Análisis Político**, [s.l.], v. 29, n. 88, p.90-104, 1 set. 2016. Universidad Nacional de Colombia. <http://dx.doi.org/10.15446/anpol.v29n88.63639>.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. Cap. 3. p. 117-162.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. 372 p.

GUILHERME, Cássio Augusto. Os componentes políticos da crise do lulismo. **Diálogos**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.230-234, dez. 2018.

HAUBRICH, Alexandre. **Nada será como antes: 2013**. O ano que não acabou, na cidade onde tudo começou. Porto Alegre: Libretos, 2018. 216 p.

KASAHARA, Yuri; MARSTEINTREDET, Leiv. **Presidencialismo em crise ou**

parlamentarismo por outros meios?: Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p.30-54, mar. 2018.

KEGLER, Bruno. **Redes de comunicação pública, visibilidade e permanência do acontecimento público Tragédia Kiss (San.** 2016. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido: teoría y práctica.** Barcelona: Paidós, 1997.

LEVITSKY, Steven. Democratic Survival and Weakness. **Journal Of Democracy**, [s.l.], v. 29, n. 4, p.102-113, 2018. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/jod.2018.0066>.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. **Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, v. , n. , p.5-13, jun. 2017.

LIMONGI, Fernando. O passaporte de Cunha e o impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada. **Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, v. 103, n. 1, p.99-113, nov. 2015.

LINCKE, Matheus de Castro. **O debate público sobre a proposta de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande Do Sul.** 2018. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

LOCATELLI, Carlos Augusto. **Comunicação e barragens: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chape.** 2011. 423 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LOCATELLI, Carlos. Comunicação pública e barragens: estratégias e atores. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania.** Florianópolis: Insular, 2017. p. 187-206.

MAIA, Rousiley. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, Margarida (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania.** São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 259-275.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Ângela C. S.. Acontecimento e criação de comunidades de partilha: o papel das ações comunicativas, estéticas e políticas. In: FRANÇA, Vera Veiga; OLIVEIRA, Luciana de.. (Org.). **Acontecimento: reverberações.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, v. , p. 143-156.

MELO, Marcus André. Crisis and Integrity in Brazil. **Journal Of Democracy**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.50-65, 2016. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/jod.2016.0019>.

MENDES, Gabriel Gutierrez. O impeachment de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina: a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan. **Revista de Ciências Sociais**,

Fortaleza, v. 49, n. 1, p.253-278, mar. 2018.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 98, p.1-24, ago. 2018.

MUNDIM, Pedro Santos; GRAMACHO, Wladimir; PINTO, André Jácomo de Paula. Razão e emoção: reações ao estado da economia e aprovação do governo federal. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p.90-113, jan. 2018.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Juicio político, cultura legal y escudo popular. **Revista Saap: Publicación de Ciencia Política de la Sociedad Argentina de Análisis Político**, Buenos Aires, v. 10, n. 1, p.11-33, maio 2016.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. A Two-Level Theory of Presidential Instability. **Latin American Politics And Society**, [s.l.], v. 56, n. 01, p.34-54, 2014. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1548-2456.2014.00220.x>.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. The Institutional Determinants of Impeachment. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 22., 2000, Miami. **Anais... . 2000: Lasa, 2000. p. 1 - 18.**

QUÉRÉ, Louis. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Caleidoscópico: Revista de Comunicação e Cultura**, [s.l.], v. , n. 10, p.13-37, set. 2013.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Cap. 2. p. 21-38.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, v. , n. 6, p.59-75, jun. 2005.

RECUERO, Raquel. Métricas de Centralidade e Conversações em Redes Sociais na Internet: Desvelando Estratégias nos Debates Presidenciais de 2014. In: SIMPÓSIO, 8., 2014, São Paulo. **Anais... . São Paulo: Abciber, 2014. p. 1 - 18.**

RUGITSKY, Fernando. Outra fantasia desfeita, outro balanço crítico. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], v. 37, n. 1, p.169-173, ago. 2018. **Novos Estudos - CEBRAP**. <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300201800020001>.

SARTOR, Basilio Alberto. **A noção de interesse público no jornalismo**. 2016. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SCHRAMM, Luanda Dias. A mídia, a contrademocracia e a produção do impolítico no golpe de 2016. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (COMPOLÍTICA), 7., 2017, Porto Alegre. **Anais... . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 22.**

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, [s.l.], v. 34, n. 2, p.39-67, jul. 2015.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz; SILVA, André Luiz Reis da. Castigo Sem Crime? Raízes domésticas e implicações internacionais da crise brasileira. **Conjuntura Austral**, [s.l.], v. 7, n. 35, p.4-14, 15 maio 2016. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2178-8839.64624>.

TIBLE, Jean. Golpe à Brasileira: crise política e econômica, impedimento e lutas democráticas. **Revista Política Latinoamericana**, Buenos Aires, v. 2, n. 1, p.1-22, jan. 2016.

TIBLE, Jean. Encrucijadas brasileñas: entre protestas, procesos y elecciones. **Nueva Sociedad**, [s.l.], v. 225, n. 1, p.25-37, fev. 2015.

TIBLE, Jean; MORAES, Alana. ¿Fin de fiesta en Brasil? **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 259, n. 1, p.4-14, jul. 2015.

TILLY, Charles. **Democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VEIGA, Luciana Fernandes; ROSS, Steven Dutt. Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p.524-549, dez. 2016.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-58.

WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, Lisboa, n. 10, p.189-203, jun. 2013.

WEBER, Maria Helena. Na comunicação pública, a captura do voto. **Logos: Mídia e Democracia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 27, p.21-42, jul. 2007. Semestral.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e Credibilidade: tensões da comunicação pública. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2006. p. 117-136.

REFERÊNCIAS EMPÍRICAS

AGRIPINO, José. Discussão da matéria. In: BRASIL. SENADO FEDERAL. . **Notas Taquigráficas da 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária: 55ª LEGISLATURA**. 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/escriva-servicosweb/sessao/pdf/3835>>. Acesso em: 12 maio 2016.

BRASIL DE FATO. Impeachment sem crime agrediu democracia: : Editorial. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 12 maio 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/12/editorial-impeachment-sem-crime-agrediu-democracia/>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

CHEQUER, Rogério. Carta aberta ao presidente Temer. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 12 maio 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/05/1770359-carta-aberta-ao-presidente-temer.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

COSTA, Humberto. Discussão da matéria. In: BRASIL. SENADO FEDERAL. . **Notas Taquigráficas da 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária: 55ª LEGISLATURA**. 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/escriva-servicosweb/sessao/pdf/3835>>. Acesso em: 12 maio 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. O fim e o princípio: : Editorial. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 12 maio 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/05/1770354-o-fim-e-o-principio.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

FRENTE BRASIL POPULAR. **Nota da Frente Brasil Popular AO POVO BRASILEIRO**. 2016. Disponível em: <<http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/nota-da-frente-brasil-popular-ao-povo-brasileiro-614e/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

FRENTE POVO SEM MEDO. **Temer, Jamais! Resistir nas Ruas por Direitos**. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1623653321291074/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

KATAGUIRI, Kim. Michel Temer e o recado das ruas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 10 maio 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/kim-kataguir/2016/05/1769668-michel-temer-e-o-recado-das-ruas.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

LIMA, Cássio Cunha. Discussão da matéria. In: BRASIL. SENADO FEDERAL. . **Notas Taquigráficas da 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária: 55ª LEGISLATURA**. 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/escriva-servicosweb/sessao/pdf/3835>>. Acesso em: 12 maio 2016.

O GLOBO. Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal: : Editorial. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 12 maio 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/novo-marco-de-defesa-da-responsabilidade-fiscal-192867>>

72>. Acesso em: 02 fev. 2019.

OLIVEIRA, Eunício. Discussão da matéria. In: BRASIL. SENADO FEDERAL. . **Notas Taquigráficas da 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária: 55ª LEGISLATURA**. 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/escriva-servicosweb/sessao/pdf/3835>>. Acesso em: 12 maio 2016.

REVISTA FÓRUM. A conciliação impossível. **Revista Fórum**. Santos, p. 1-1. 12 maio 2016. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/editorial-conciliacao-impossivel/>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

ROCHA, Paulo. Discussão da matéria. In: BRASIL. SENADO FEDERAL. . **Notas Taquigráficas da 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária: 55ª LEGISLATURA**. 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/escriva-servicosweb/sessao/pdf/3835>>. Acesso em: 12 maio 2016.

ROUSSEFF, Dilma. **Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff - Brasília/DF**. 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-brasil-ia-df>>. Acesso em: 12 maio 2016.

TEMER, Michel. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado - Palácio do Planalto**. 2016. Disponível em: <https://gestaoconteudo.presidencia.gov.br/gestao_planalto/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>. Acesso em: 12 maio 2016.

VII - APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ESTADO DA ARTE (junho/2018)

O impeachment de Dilma Rousseff é um acontecimento público que suscita discursos, intervenções e interpretações de atores de distintos campos sociais. Nesse sentido, a academia também se apropria desse evento, convertendo-o em objeto de pesquisa e entrando no debate público a partir do discurso científico que lhe é próprio. Sendo assim, nos importa na construção desta pesquisa, conhecer e nos apropriarmos daquilo que já foi discutido sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff para que possamos tomar essas discussões como o ponto de partida do qual buscaremos avançar neste estudo.

A busca por estudos sobre o impeachment de Dilma Rousseff foi realizada em repositórios de referência e também nos Anais dos principais eventos da área da Comunicação e também daqueles onde há a aproximação da área da Comunicação com outras áreas do conhecimento, como a Ciência Política e a Sociologia. Dessa forma, nossa busca foi realizada pelas palavras-chave “impeachment Dilma” e “golpe Dilma” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e também no Portal de Periódicos da CAPES, compreendendo o período de 2016 a 2018. Nessa pesquisa localizamos duas teses de doutorado e 32 dissertações de mestrado que trazem abordagens sobre o impeachment de Dilma Rousseff, os atores envolvidos e/ou sobre questões conjunturais daquele processo que nos importam de alguma forma na pesquisa em desenvolvimento aqui. Além desses trabalhos, no Portal de Periódicos também localizamos 21 artigos sobre o tema.

Nos Anais de eventos científicos, buscamos por pesquisas relacionadas ao nosso tema com as seguintes palavras-chave: “Dilma”, “impeachment”, “impedimento”, “golpe” e “presidenta(e)”. Os eventos pesquisados foram as edições de 2016, 2017 e 2018 do encontro da COMPÓS (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), onde foram localizados cinco trabalhos na edição de 2017 e um na edição de 2018. Na edição de 2017 do Congresso da Compolítica (Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política) nove trabalhos apresentados discutiram questões relacionadas de alguma forma ao impeachment de Dilma Rousseff. Também procuramos por pesquisas relacionadas ao tema nos Anais dos congressos nacionais da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) de 2016 e 2017, no âmbito dos Grupos de

Pesquisa. Dessa forma, foram encontrados 12 trabalhos em 2016 e 15 na edição de 2017.

Além dos eventos nacionais, também procuramos por estudos que importassem à nossa abordagem nos Anais da edição de 2016 do Congresso da ALAIC (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación), onde encontramos sete pesquisas sobre o tema. Além disso, buscando diálogo com outras áreas de investigação, também buscamos por pesquisas desenvolvidas sobre o impeachment de Dilma Rousseff e apresentadas nos encontros de 2016 e 2017 da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), onde localizamos cinco pesquisas na edição de 2016 e duas na edição de 2017.

Partindo dessas 111 pesquisas relacionadas ao processo de impeachment de Dilma Rousseff pudemos perceber semelhanças entre elas que nos permitiriam agrupá-las de diferentes formas: pelas metodologias aplicadas, pelos objetos empíricos analisados, pelo recorte temporal realizado, etc. No entanto, identificamos três grandes grupos de pesquisas que julgamos serem a forma mais adequada de discutir a produção sobre o tema, considerando os objetivos da nossa pesquisa. Um primeiro grupo reúne estudos que discutem questões conjunturais e que buscam compreender o cenário em que se estabelece o impeachment de Dilma. O segundo grupo, e que dialoga mais diretamente com o desenvolvimento desta pesquisa, abarca os estudos que investigam a atuação de determinados grupos de atores no impeachment. E, aqui, identificamos quatro subgrupos principais de estudos: aqueles que se ocupam dos atores midiáticos, aqueles que analisam a atuação de movimentos sociais pró e contrários ao afastamento da então presidenta, aqueles que discutem a comunicação de Dilma no contexto do impeachment, e aqueles que se ocupam de discursos de atores do Legislativo Federal. O terceiro grupo identificado aborda questões relacionadas ao processo de impeachment tendo como destaque a internet enquanto *ambiente* das disputas que se estabeleceram em torno desse acontecimento.

a) Estudos sobre a conjuntura do impeachment

Iniciamos nossa discussão com aqueles estudos que entendemos trazerem discussões acerca da conjuntura em que se dá o impeachment de Dilma Rousseff. Entre os estudos que se ocupam do contexto do impeachment (RIBEIRO; VIZONÁ; CASSOTTA, 2016; ACTIS, 2016; SVARTMAN; SILVA, A. R. et al, 2016, 2017; DOMINGUES, 2017), destacamos o de Almeida, J. (2016), que analisa o marketing político da campanha de Dilma em 2014 e o

contexto de crise que se cria após o período eleitoral. Para o autor, o governo perde sustentação ao implementar medidas que contradiziam os projetos apresentados na campanha, como o ajuste fiscal anunciado já em fevereiro de 2015, por exemplo. Analisando esse contexto, Goldstein (2016) sustenta a existência de três processos de crise no Brasil: econômica, política e social; o que o autor chama “tormenta perfeita”. Para ele, na confluência desses três processos, acaba por se desarticular o “pacto social lulista” que garantiu a governabilidade petista por 13 anos, resultando no impeachment.

Dentro desse contexto, há, ainda, estudos que abordam especificamente a questão das manifestações na conjuntura do impeachment (GOMES, R. H., 2017; MENEGUELLI; FERRÉ-PAIVA, 2016; ALONSO, 2017; MESSENERG, 2017). Dentro disso, Daniel (2016) buscou analisar os fatores que contribuíram para a formação das manifestações pela saída de Dilma Rousseff em outubro de 2014 e março de 2015. De acordo com a autora, essas manifestações estiveram focadas nas denúncias de corrupção que cercavam o PT, sem que os manifestantes demonstrassem atenção também para os atos de corrupção de outros partidos e instâncias de poder. Nesse sentido, a autora conclui que não há aprofundamento nas discussões e propostas nessas manifestações e que o ato de cidadania, aqui, fica restrito à demonstração pública de frustração e aos pedidos de afastamento da então presidenta.

Ainda nesse primeiro grupo de pesquisas, Ruggeri (2017) investiga os enquadramentos sobre o impeachment propostos nas sondagens de opinião realizadas pelo instituto DataFolha do período pós eleitoral em 2014 até julho de 2016. A autora conclui que as pesquisas divulgadas pelo instituto no segundo mandato de Dilma Rousseff contribuíram para o enfraquecimento da credibilidade da presidenta e também para a crise que levou ao seu afastamento. Ela observa que o instituto cria, com suas pesquisas, uma ilusão de que “havia um consenso entre os cidadãos de que presidenta era ruim e merecia ser afastada. Essa ilusão acontece quando o Datafolha utiliza o termo ‘brasileiros’ no lugar de ‘entrevistados’, e apresenta seus resultados como uma vontade da nação” (p. 95).

Por último, trazemos o estudo de Veiga (2017), que discute o modelo de esfera pública, proposto por Habermas, diante da crise política brasileira, que leva ao impeachment de Dilma Rousseff. O autor defende a reconstrução da esfera pública brasileira, nos moldes estabelecidos por Habermas, como caminho para a saída do contexto de crise. Para isso, Veiga sugere quatro tarefas necessárias: a superação do presidencialismo de coalizão, a superação da “peemedebização” da política, que a subjuga a interesses privados, a retomada

do protagonismo dos movimentos sociais e a possibilidade de desobediência civil. Nesse sentido, para o autor, impeachment de Dilma Rousseff demonstra a “falta de uma esfera pública organizada (legitimada) como pensa Habermas que pudesse deliberar e participar de forma esclarecida neste debate” (p. 124). No entanto, nossa pesquisa parte dos pressupostos de que há, sim, debate público, embora não tenha se articulado exatamente nos moldes defendidos por Habermas, e de que é preciso repensar a noção de esfera pública no contexto midiático atual (GOMES, 2008).

b) Atores do processo de impeachment

Um segundo grupo de estudos que pudemos identificar reúne aqueles que se ocupam de diferentes grupos de atores que participam, de alguma forma, das discussões sobre o processo de impeachment. São estudos sobre atores midiáticos, movimentos sociais, atores do Poder Legislativo Federal e sobre a própria comunicação da presidenta Dilma Rousseff.

- *Atores midiáticos*

Entre os estudos que se ocupam dos atores midiáticos no processo de impeachment ocorrido em 2016, observamos que há um grande volume de pesquisas que analisam notícias e editoriais dos três principais jornais de circulação nacional, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC): *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. A maior parte dos trabalhos que têm esses jornais como objeto de pesquisa se utiliza de abordagem comparativa entre dois deles ou entre os três. O extenso grupo de estudos acerca desses periódicos nos permite partir, nesta pesquisa, do entendimento de diferentes características da cobertura noticiosa e opinativa desses veículos, e também de outros que serão discutidos adiante.

Analisando as valências de notícias publicadas pelos jornais citados sobre Dilma Rousseff e seu governo entre janeiro de 2014 e agosto de 2016, Feres Júnior e Sassara (2018) observam que, após a vitória de Dilma em 2014, não há um período de “lua de mel” com a imprensa, ao contrário, a cobertura de valência negativa se intensifica logo após o início do segundo mandato e segue o mesmo padrão até a deposição da ex-presidenta. Confluentes a isso, o estudo de Marques, Alverne e Mitozo (2017) sobre os editoriais publicados pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, entre 2015 e 2016, sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff aponta que ambos os veículos começam a pautar o

impeachment da ex-presidenta antes de o processo começar a tramitar na Câmara dos Deputados em dezembro de 2015. Além disso, para os autores, os dois veículos utilizam o espaço dos editoriais para construir legitimidade para o afastamento, que vinha sendo questionada pela defesa de Dilma. Outra constatação trazida pelo estudo foi a de que o mês com maior número de editoriais sobre o tema nos dois jornais foi abril de 2016 (quando acontece a votação de abertura do processo na Câmara dos Deputados).

Uma hipótese levantada pelos autores, nesse sentido, atribui o pico de editoriais no período à “tentativa, por parte das duas empresas jornalísticas, de atuarem como players do jogo político dispostas a pressionar ou a convencer os parlamentares a cassarem o mandato de Dilma Rousseff” (p. 23). Nesse sentido, Shuen (2017), que analisa as capas de *O Globo* e *Folha de São Paulo* durante o processo de impeachment, também observa que os jornais atuaram como atores ativos no processo de desestabilização do segundo mandato de Dilma. Também Van Dijk (2017), que analisa o que o autor chama de “estratégias de manipulação” dos editoriais de *O Globo* em março e abril de 2016, observa que o jornal busca deslegitimar Dilma Rousseff, assim como o ex-presidente Lula e o PT, associando-os a escândalos de corrupção e responsabilizando-os pela recessão econômica do país.

Prates (2017) estuda os enquadramentos produzidos sobre o processo de impeachment em *O Globo* e *Folha de São Paulo*. A autora observa que os dois jornais acionam quadros semelhantes, como o de *fracasso*, reforçando uma imagem negativa e o enfraquecimento do governo e do partido da presidenta; e o quadro do *conflito*, explorando as divergências entre atores, ao mesmo tempo em que estabelecem relações com grupos políticos e econômicos envolvidos no debate. Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017) também analisam os enquadramentos nas notícias sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff veiculadas em dezembro de 2015 e maio de 2016 nos dois jornais. Com conclusões semelhantes ao que Prates (2017) chama de quadro de *conflito*, os autores observam que ambos os veículos abordam o processo de impeachment como um fato ordinário da política, como “mera disputa política entre grupos rivais” (p. 28). Uma cobertura, como dizem os autores, “pouco afeita a destacar o fato de ser um evento político disruptivo, questionável e com sérios impactos nas instituições brasileiras e na vida dos cidadãos” (p. 28). Em outro estudo semelhante sobre os dois jornais, Rizzotto e Prudencio (2017) também concluíram que a abordagem do processo de impeachment assumiu um caráter bastante personalista, privilegiando o duelo entre adversários, com Dilma Rousseff no centro das disputas. Para as autoras, esse tipo de

enquadramento retira os processos institucionais do foco da cobertura.

Becker, Cesar, Gallas e Weber (2016) investigam o enquadramento das manifestações pró e contrárias ao impeachment, e da votação de abertura do processo na Câmara, nas capas de *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. As autoras concluem que existe, nas capas analisadas, um sentenciamento sobre a presidenta e a constante referência a um novo governo, mesmo sem a conclusão do processo. Elas também identificam enquadramentos maniqueístas, colocando, de um lado, atores relacionados ao governo (Dilma, Lula e o PT) e, de outro, “aqueles nos quais se deposita a esperança de soluções morais, políticas e econômicas como juiz Moro, STJ e Legislativo” (p. 86). O mesmo padrão se repete em relação aos protestos, onde os favoráveis ao processo são retratados como pacíficos e representantes do país, enquanto os contrários são associados aos problemas políticos que caracterizam a crise vivida naquele momento. Também analisando os enquadramentos sobre as manifestações ocorridas no segundo mandato de Dilma Rousseff, Oliveira (2016) analisa os *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e o portal G1. A autora também destaca que os veículos cobriram de forma favorável os protestos pelo impeachment, com páginas inteiras sobre os eventos, imagens aéreas e abertas, destaque para o número de manifestantes. Já os protestos contrários ao impedimento de Dilma tiveram cobertura enxuta, com pouco destaque nas primeiras páginas, com fotografias de ângulos fechados e enfatizando os números menores de manifestantes.

Há, ainda, os estudos de Beltrame e Renault (2016) e Guerra (2018) que propõem análises dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* em diferentes períodos da história do país. Beltrame e Renault (2016) buscam compreender como os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* abordam as manifestações ocorridas no Brasil em quatro momentos: Diretas Já (1984), Caras-pintadas (1992), Jornadas de Junho (2013) e manifestações políticas pró e anti-governo de 2015. Guerra (2018) analisa como os editoriais de *O Globo* e *Folha de São Paulo* sobre o impeachment de Dilma Rousseff atualizam operações discursivas utilizadas por esses jornais no contexto da deposição de João Goulart no golpe de 1964. A autora observa que o jornal *O Globo* atualiza os discursos do *comunismo* a partir do termo *lulopetismo*. A *Folha de São Paulo* usa menos adjetivações e produz um discurso mais técnico em 2016, comparada com *O Globo* e também com as suas edições de 1964, elegendo a economia como principal temática.

Já Fernandes, R. J. (2017) analisa as capas de *O Globo* nos 30 dias anteriores à

abertura do processo de impeachment no Senado Federal. A autora destaca que a corrupção e as mobilizações de oposição foram os temas de maior destaque no período. Comparando com as capas do mesmo jornal no período que antecede a deposição de João Goulart, em 1964, ela observa que as mobilizações de oposição também são o assunto de maior destaque. No entanto, naquele período era o comunismo, e não a corrupção, o elemento catalisador. Também comparando diferentes períodos, Brandão (2017) busca identificar como as empreiteiras Andrade Gutierrez e Odebrecht são associadas pelos jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo* são associadas aos processos de impeachment ocorridos no Brasil em 1992 e 2016. A autora constata que as denúncias de corrupção contra grandes empreiteiras funcionam como meios para atingir políticos e ativar a narrativa do escândalo. Já a discussão mais aprofundada sobre a corrupção dos agentes privados não aparece nesses jornais. Cauduro (2016) também realiza uma comparação entre o impeachment de Collor e Dilma Rousseff. O autor compara os posicionamentos adotados em editoriais da *Folha de São Paulo* e observa que, no caso de Collor, o jornal lamentando o fim do governo daquele que tinha o “perfil ideal” para estar à frente do país. Já em 2016, os editoriais demonstram posição favorável ao impeachment e otimista em relação ao período pós-afastamento de Dilma.

Além dos estudos já citados, há ainda outros que analisam separadamente os jornais *Folha de São Paulo* (FLORIANI, 2017; ELISEU, 2017; SOUZA, 2017; FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2017; ESTEVÃO, 2017; GUAZINA; SANTOS, 2017; JESUS, 2017; GOMES, P. G., 2017), *O Globo* (ALMEIDA; LIMA, 2016) e *O Estado de São Paulo* (GONÇALVES; ROCHA, 2016; HIME, 2016 e AZEVEDO; GOMES, 2016). Observamos que as conclusões apresentadas nesses trabalhos apontam no mesmo sentido dos trabalhos comentados aqui.

As revistas semanais *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época*, entre os atores midiáticos, também foram objetos de diversos estudos, especialmente as três primeiras. Entre esses trabalhos, começamos destacando a pesquisa de doutoramento de Silva, E. A. B. (2017a, 2017b), que busca compreender a percepção da corrupção no Brasil por ocasião da realização e divulgação midiática da Operação Lava Jato e identificar suas implicações na opinião pública, atitudes políticas e na avaliação do Governo Dilma Rousseff. No âmbito midiático, em 186 edições analisadas das revistas semanais *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, os atores mais citados nas matérias sobre corrupção são Lula, Paulo Roberto Costa e Dilma Rousseff, além disso, o principal enquadramento observado pela autora foi o da “atribuição de

responsabilidade”. Além disso, a autora também afirma a relação entre o aumento da percepção de corrupção com a diminuição na avaliação positiva do governo Dilma Rousseff. Além desse, o trabalho de Fausto Neto (2016) também analisa as quatro semanais publicadas entre 2015 e 2016, *Carta Capital*, *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, a partir das capas dessas publicações.

As revistas *Veja* e *Carta Capital* foram objeto de três estudos comparativos (LOPES, 2018; SOUSA, 2018; LIMA; SIMÕES, 2017). Lopes (2018) analisa os discursos produzidos sobre o impeachment em seis reportagens publicadas nas revistas *Veja* e *Carta Capital*. A autora conclui que a revista *Veja* atua na defesa do impeachment, enquanto *Carta Capital* sustenta a tese de que Dilma estava sendo vítima de um golpe. Chama a atenção, ainda, na análise da autora, a constatação de que ambas as revistas, em suas edições anteriores a votação final do impeachment, tomavam o afastamento definitivo como certo e traziam análises sobre o período de interinidade de Temer. Já Sousa (2018), que também analisa reportagens das duas revistas, olha para a construção da imagem de Dilma Rousseff que é feita pelas semanais. A autora observa que a revista *Carta Capital* demonstra preocupação em construir uma imagem positiva da ex-presidenta, em *Veja* o mesmo não acontece. Nesse sentido, a autora conclui que naquela são usadas expressões de defesa de Dilma, com intenção de demonstrar apoio e aprovação à ex-presidenta e ao seu governo e reprovação do impeachment. Já nesta, as reportagens tiveram tom de reprovação do governo.

Já Gomes, J. (2017) investiga a atuação das revistas *Veja* e *IstoÉ* na construção da imagem pública de Dilma Rousseff durante os seus dois mandatos. A autora constata que há maior interesse das revistas na imagem de Dilma nos períodos de avaliações negativas. Nesse sentido, no segundo mandato da ex-presidenta ela esteve presente no dobro de capas em relação ao primeiro mandato. No primeiro mandato, no entanto, mesmo com avaliações positivas do governo, as revistas apresentavam capas com abordagens mistas ou negativas, já no segundo mandato prevalecem os enquadramentos negativos. Há, ainda, estudos que analisam especificamente a capa da revista *IstoÉ* nº 2417, que traz Dilma Rousseff com expressão de descontrole e a manchete “As explosões nervosas da presidente” e a reportagem da edição digital extra da revista *Veja*, intitulada: “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, ambas de abril de 2016 (VELOSO; VASCONCELOS; FERREIRA, 2017; VELOSO; VASCONCELOS, 2016; AMARAL; ARIAS NETO, 2017; CARDOSO; SOUSA, 2016). Nesse sentido, Berger (2016) parte da hipótese de que o fato de termos uma mulher na Presidência da República, Dilma Rousseff, “amplifica a crise e dá sinais sobre a presença da

cultura patriarcal em nossa sociedade” (p. 85). A pesquisadora conclui que a abordagem dessas duas mulheres pelas revistas evidencia que a cultura patriarcal está “a pleno vapor”. A ex-presidenta, que superou os obstáculos do machismo na política para chegar ao cargo que ocupava, foi retratada como louca. Já Marcela, no lugar de esposa, “é objeto de um homem, um bem privado de um homem público; sua presença, pela juventude e beleza, agrega valor ao homem” (p. 90).

Ainda sobre as revistas, Tavares, Berger e Vaz (2016) analisam duas edições de *Veja*, onde a revista traz, em 2006, o ex-presidente Lula vendado e, em 2015, quando traz a ex-presidente Dilma também vendada na capa. Os autores observam que a revista tem utilizado o espaço das capas como espaço de “anti-propaganda esquerdista”. Analisando os editoriais das edições, os autores destacam que a revista traz, reiteradamente, a ideia de escândalo político e de afastamento dos presidentes petistas. Os autores consideram ainda que, “refém de uma linha editorial” e empenhada em campanhas pelos impeachments dos presidentes petistas, se estabelece um conflito que envolve a revista entre sua dimensão institucional e a credibilidade necessária ao jornalismo. Também sobre *Veja*, Silva, E. S. C. (2018) analisando edições do período entre 2015 e 2016, conclui que a revista assumiu postura parcial diante do cenário político brasileiro, sobretudo, em relação ao impeachment. A autora considerou, ainda, que a revista demonstrou o objetivo de desgastar a imagem pública de Dilma Rousseff e de seu partido(PT), além de silenciar os discursos dissonantes da sua postura editorial.

Identificamos, também, os estudos de Casanova (2018) e Macedo (2017), que analisam revistas e jornais trazidos nas pesquisas anteriormente comentadas. Casanova (2018) analisa as construções dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e das revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre pronunciamentos de Dilma Rousseff na televisão como candidata, presidenta e ex-presidenta entre 2010 e 2016. A autora verifica inicialmente a existência de um consenso segundo o qual Dilma seria “péssima oradora”. Casanova acrescenta, ainda, que há uma construção de que Dilma não fala bem e que, logo, não pensa bem e que quando seu desempenho oratório não é ruim, reproduz o pensamento e o trabalho de outros. Além disso, a fala da ex-presidenta também respinga em uma “incapacidade para o governo” e na avaliação deste. Dessa forma, a autora conclui que a desvalorização da fala de Dilma se trata “menos de alguma espécie de nostalgia pela grandiloquência ou, antes, pela correção gramatical, pela fluência de fala e pela articulação lógica, mas, sobretudo, de uma forma de

invalidação da relação entre o político e o feminino” (p. 179). Já Macedo (2017) analisa fotografias de Dilma Rousseff publicadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* e pela revista *IstoÉ* em 2016. A autora observa que a fotografia é utilizada nesses veículos de modo a desqualificar a ex-presidenta, enquanto chefe do Executivo Federal e como mulher, colaborando com um processo de desconstrução da sua imagem política, ou na construção de uma imagem negativa. De forma semelhante a Casanova (2018), a autora conclui que “as fotografias da presidenta Dilma Rousseff divulgadas na imprensa produziram efeitos de sentido que a desmoralizaram, através de críticas, julgamentos da sua conduta política e da sua competência, o que também se relaciona ao fato de ser uma mulher” (p. 113).

A abordagem de jornais televisivos sobre questões relacionadas ao impeachment também aparece como objeto nos estudos mapeados. É o caso dos trabalhos de Falchi (2017), que analisa as representações sociais acionadas pelos telejornais *Jornal Nacional* e *Jornal da Record* sobre as manifestações contra e pró-impeachment em março de 2016; Gobbi e Godoy (2016), que analisam a cobertura da votação de abertura do processo de impeachment na Câmara realizada pelas emissoras TV Brasil e Rede Globo; Lopes, Sá e Dourado (2016), que discutem as estratégias utilizadas pelas emissoras de televisão Globo, SBT e Record na divulgação, em março de 2016, dos grampos telefônicos envolvendo o ex-presidente Lula e outros importantes atores da política nacional, especialmente a então presidenta, Dilma Rousseff; e Rocha (2017), que analisa, a partir da teoria do agendamento, como o *Jornal da Globo* repercute a expectativa que se criou em torno do discurso de Dilma Rousseff na ONU, durante o processo de impeachment. Há, também, a pesquisa de Oselame (2016), que analisa a cobertura do *Jornal Nacional* no dia do afastamento de Dilma Rousseff, 12 de maio de 2016. Para a autora, “embora tenha noticiado os fatos relevantes do ponto de vista jornalístico, não o fez de maneira isenta, não privilegiou o polo ideológico da profissão. Se o tivesse feito teria primado pelo equilíbrio e não teria, nas entrelinhas, assumido postura contrária à permanência da presidente” (p. 17).

Além dos que se ocupam de mídias impressas e televisivas, há também os estudos sobre veículos de rádio e internet. É o caso dos trabalhos de Moura (2017) e Silva, L. P. B. (2017), que analisam a cobertura do programa radiofônico *A Voz do Brasil* sobre o impeachment. Além desses, Chagas (2017b) analisa a cobertura radiojornalística sobre o impeachment de Dilma Rousseff a partir de entrevistas com jornalistas de diferentes emissoras de rádio e da análise do radiojornal CBN Rio na semana que antecedeu a votação final do processo no

Senado Federal. Já Sales (2017) e Ghiorzi (2018) se ocupam da cobertura realizada por portais de notícias na internet, assim como Soares e Lopes (2016), que analisam as páginas principais dos portais de notícias G1 e UOL no dia 2 de dezembro de 2015, logo após a decisão do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), de dar prosseguimento ao processo de impeachment de Dilma Rousseff. Os autores concluem que no portal G1 a cobertura do acontecimento desdobra-o em passado, o cenário que desencadeou o processo; e futuro, explicações legais sobre a tramitação do impeachment. Já no UOL a notícia aparece como uma “novidade do dia”, desconectada de um contexto.

Ainda nos estudos sobre o papel dos atores midiáticos no contexto do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, mapeamos pesquisas que se ocuparam de mídias regionais (CARDOSO, 2017; LINS, 2017) e internacionais (HOFFMANN, 2017; GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017; MENDES, 2017; SANTOS, M. F., 2017; ASSIS; ADGHIRNI, 2017). Cardoso (2017) analisa a cobertura do *Jornal do Commercio* (PE) acerca das manifestações contrárias e favoráveis ao impeachment ocorridas em 2016. A autora conclui que os enquadramentos produzidos pelo jornal legitimam as manifestações pró-impeachment, como sendo a vontade geral, enquanto as manifestações contrárias ao processo foram tratadas como representando apenas uma parte politicamente interessada da população, como manifestações de militantes do PT. Lins (2017) analisa os discursos dos jornais pernambucanos *Diário de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* sobre o impeachment. A autora observa que as matérias publicadas nesses periódicos refletem o posicionamento editorial adotado por eles diante do processo, prevalecendo, nesse sentido, enquadramentos favoráveis ao discurso pró-impeachment ou pró-Temer. Já Hoffmann (2017) analisa a cobertura dos jornais franceses *Le Monde*, *Le Figaro* e *Libération* sobre o impeachment de Dilma Rousseff. De acordo com a autora, o destaque nesses jornais foi em relação ao tratamento “espetaculoso, nebuloso e parcial” despendido pelo Legislativo no julgamento do impeachment.

Guazina, Prior e Araújo (2017) propõem uma análise comparativa entre mídias nacionais e internacionais. Eles analisam os enquadramentos de *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, nacionalmente; e *Público*, *El País*, *The Guardian*, *Le Monde* e *New York Times*, internacionalmente. A partir da análise de editoriais, os autores identificam na imprensa brasileira uma preocupação em afirmar a legitimidade do processo e refutar a ideia de golpe. Os jornais trabalharam para desconstruir os argumentos da defesa enquanto

reafirmavam os de acusação, depreciando política e pessoalmente a ex-presidenta por meio do uso habitual de adjetivações. Já os jornais estrangeiros mostraram-se, como observam os autores, céticos em relação ao processo, e não consideravam que os crimes de que foi acusada tenham sido o motivo da queda de Dilma por serem desproporcionais à pena.

Identificamos também os trabalhos de Alzamora, Bicalho e Silva (2016) e Azevedo e Gomes (2016), que são os únicos a olharem para participação de mídias alternativas no processo de impeachment, especificamente, em ambos os casos, a Mídia Ninja. Os últimos comparam a posição editorial dessa mídia com a de *O Estado de São Paulo*. Já Alzamora, Bicalho e Silva (2016) investigam a mediação das *hashtags* acionadas pelo coletivo Mídia Ninja no Twitter no dia da votação de abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados. O monitoramento realizado pelas pesquisadoras das principais *hashtags* utilizadas naquela rede social no dia da votação revelou que a Mídia Ninja atuou como uma das principais disseminadoras de *hashtags* contrárias ao impeachment. Para finalizarmos a discussão dos trabalhos que se ocupam da atuação de atores midiáticos durante o processo de impeachment, trazemos os trabalhos de Costa (2017), Oliveira Júnior (2017) e Gomes, L. R. (2017), que discutem as representações trazidas na interface entre informação e humor das charges (COSTA; 2017, OLIVEIRA JÚNIOR, 2017) e do site Sensacionalista (GOMES, L. R., 2017), que parodia matérias da imprensa tradicional sobre o impeachment.

- *Movimentos sociais*

Um segundo subgrupo que se debruça sobre a atuação de determinados atores no processo de impeachment, trabalha com alguns movimentos sociais que se destacaram naquele contexto. Todos os trabalhos mapeados e trazidos neste item discutem a atuação dos movimentos favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff e alguns deles realizam um trabalho comparativo com a atuação de movimentos, organizações e mídias contrárias afastamento da ex-presidenta.

Dias (2017) analisa os quadros de ação coletiva acionados pelo Movimento Brasil Livre, Movimento Endireita Brasil, NasRuas, Revoltados Online e Vem Pra Rua em suas páginas no Facebook. De acordo com a autora, ainda que tenham atuado em um mesmo contexto político, esses movimentos constroem significados distintos quanto ao campo problemático, os culpados e soluções. No entanto, a autora aponta que os enquadramentos que aparecem com maior frequência entre os movimentos são de corrupção, mentiras e má

gestão como os problemas a serem solucionados, os culpados eleitos são PT, Dilma e Lula, e o impeachment como a solução. O trabalho de Baron (2018), que analisa a mesma rede social desses movimentos, exceto o NasRuas, também apresenta considerações que apontam no mesmo sentido. Assim como o de Araújo, Penteado e Santos (2016), que estudam as estratégias de mobilização online dos grupos Movimento Brasil Livre, VemPraRua e Revoltados Online. Já Castilho e Macedo (2016) analisaram a utilização da ferramenta online *Mapa do Impeachment* criada pelo movimento Vem Pra Rua como forma de pressionar deputados e senadores indecisos a votarem a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

Picolo (2017) e Prado e Prates (2017) estudam, respectivamente, as postagens dos movimentos Frente Brasil Popular e Vem Pra Rua no Facebook e *funpages* dos movimentos favoráveis ao impeachment: Movimento Brasil Livre e Vem pra Rua, e contrários: Frente Brasil Popular e Povo sem Medo na mesma rede social. Também Galinari (2017) analisa as estratégias e representações de movimentos pró-impeachment (MBL e VPR) e também da Frente Brasil Popular (FBP), movimento contrário ao processo. A pesquisadora observa que os movimentos analisados utilizam plataformas digitais, como sites e perfis em sites de rede social, para convocar e mobilizar a sociedade no período do processo de impeachment. A autora conclui também que os movimentos favoráveis ao impeachment se apropriam de discursos das mídias hegemônicas para construir suas narrativas sobre o processo. Já a FBP acionou discursos de mídias alternativas e também das 68 organizações que integram a Frente. Segurado, Chicarino e Malina (2016), que analisam as publicações e interações dos perfis da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento Brasil Livre no Twitter também observam que o perfil da CUT busca fortalecer os discursos das mídias alternativas, como Mídia Ninja e Jornalistas Livres, enquanto o MBL se utiliza dos discursos dos veículos hegemônicos para reforçar suas posições. Koberstein e Castro (2017) também observam a tendência de compartilhamento de conteúdos oriundos de veículos comerciais da imprensa nacional pelo MBL.

Já Andrade, A. O. C. (2016) analisa o acionamento do discurso anticorrupção pelo movimento pró-impeachment “Voltado João Pessoa”. A autora observa a utilização do discurso anticorrupção apenas como um recurso retórico, que pouco contribui no combate ao problema, na medida em que o debate político é convertido em um debate sobre “valores e virtudes” dos indivíduos.

- *Atores do Legislativo Federal*

Almeida, R. (2017) analisa as motivações apresentadas pelos deputados federais na votação de abertura do processo na Câmara. Ele observa que palavras como “deus”, “família” e “nação” são amplamente utilizadas no voto dos parlamentares. Além disso, a forma como foi conduzida a votação pareceu não visar exatamente o debate entre pares, mas aumentar a pressão midiática pelo impeachment, por acontecer em um domingo, e a construção dos votos pareceu procurar apenas responder ao que, supostamente, seria a opinião pública. Rodrigues (2018), também analisa esse votos e destaca a existência de um descompasso entre os motivos do processo (crimes de responsabilidade) e os votos dos deputados. A análise de Prandi e Carneiro (2017), consoante com as anteriormente citadas, também destaca que os deputados que votaram contra a abertura do processo, apresentaram justificativas ligadas à pressupostos democráticos e à legalidade do impeachment.

Além das pesquisas que analisam os votos na Câmara dos Deputados, há, ainda, os trabalhos que analisam os discursos de parlamentares em sites de rede social. São os estudo de Mangabeira (2016), que analisa postagens dos deputados federais capixabas sobre o impeachment em suas páginas no Facebook e Mangabeira e Reis (2017), que analisam postagens dos senadores Blairo Maggi (PP-MT), Aécio Neves (PSDB-MG), o Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ) no Facebook durante o período de julgamento do processo de impeachment.

- *Comunicação de Dilma Rousseff*

O último subgrupo de trabalhos que analisam diferentes atores no processo de impeachment é o daquelas pesquisas que estudam aspectos das estratégias de comunicação e dos discursos da ex-presidenta Dilma Rousseff durante o processo. Nesse sentido, analisando as estratégias de defesa utilizadas por Dilma Rousseff em seu perfil no Twitter entre a eleição de 2014 e a conclusão do processo de impeachment, Matos Neto, Dourado e Mesquita (2017a) observam que o perfil @dilmabr passa a se manifestar sobre o impeachment apenas após o afastamento da presidenta. Quando passa a falar sobre o tema, o perfil de Dilma apresenta críticas ao processo e a empresas jornalísticas tradicionais, além de fazer esclarecimentos sobre as denúncias.

Em outro trabalho, Matos Neto, Dourado e Mesquita (2017b) comparam os perfis de

Dilma no Twitter e no Facebook no período de tramitação do processo de impeachment. Os autores concluíram, aqui, que não houve alinhamento das estratégias utilizadas nas duas redes sociais: no Twitter o perfil de Dilma apresentava, frequentemente, críticas a adversários, já no Facebook era priorizada a demonstração de capital social e político, explorando a solidariedade de cidadãos comuns, políticos, artistas, etc. Já Santos, A. C. L., (2017) traz em sua pesquisa a análise de duas imagens de Dilma Rousseff feitas durante a Ditadura Militar e estuda as reapropriações dessas fotografias durante a eleição de 2014 e pelos movimentos de resistência ao impeachment em 2016. A autora, no entanto, avalia que a reapropriação dessas fotografias trouxe efeitos negativos para a imagem da presidenta, ao despi-la da imagem presidencial, contribuindo para sua derrota em 2016.

Campos e Braga (2017) analisam pronunciamentos de Dilma Rousseff em momentos-chave do processo, a fim de perceber as estratégias de comunicação utilizadas pela ex-presidenta. As autoras evidenciam a dramatização desses pronunciamentos que, segundo elas, se adaptam à “lógica teatral midiática”. Como constatam, Dilma adotou um discurso legalista, apoiando-se nos votos que obteve na eleição de 2014 e reafirmando a tese do golpe parlamentar. Além disso, a ex-presidenta teria construído para si o papel de vítima, enquanto Temer é colocado com traidor e Cunha como vingativo. Câmara (2016) analisa dos dois discursos realizados por Dilma Rousseff após o seu afastamento temporário em 12 de maio de 2016. Na ocasião, a ex-presidenta realizou um discurso para os jornalistas e outro para apoiadores, que a aguardavam do lado de fora do Palácio do Planalto. O autor observa que os discursos de Dilma são marcados pela polêmica, demonstrando rivalidade com outros atores políticos envolvidos no processo. Além disso, os discursos demonstram finalidades diferentes, apesar das semelhanças entre eles. No primeiro, aos jornalistas, o objetivo é a defesa diante do processo que culminou em seu afastamento. No segundo, aos manifestantes, Dilma busca criar identificação através da partilha de projetos e ideais, mobilizando apoio contra seu afastamento. Já Galvão (2017) buscou compreender a heterogeneidade discursiva entre a carta de defesa enviada por Dilma Rousseff ao Senado Federal, em 16 de agosto de 2016, e o seu discurso na mesma Casa no dia 29 de agosto de 2016.

Já os trabalhos de Carvalho e Portela (2016), Souza (2017) e Fernandes, E. B. (2017) buscam compreender os discursos da ex-presidenta na mídia, ou a repercussão midiática deles. Carvalho e Portela (2016) analisam o pronunciamento de Dilma Rousseff publicado em 15 de abril de 2016, às vésperas da votação do impeachment da Câmara dos Deputados e a

repercussão desse discurso no telejornal *Jornal Nacional*, da TV Globo, e no jornal *Folha de São Paulo*. Como observam as autoras, em seu pronunciamento, a ex-presidenta teceu críticas a seus opositores, acusando-os de traição e tentativa de golpe, e demonstrou preocupação com a continuidade de programas sociais que estavam sendo desenvolvidos pelo governo. Além disso, Dilma também usou o espaço para afirmar que o impeachment não tinha base legal e pedir o apoio da população. Na repercussão do pronunciamento na *Folha de São Paulo* as autoras destacam que, apesar de Dilma ter abordado diferentes assuntos em seu discurso, o jornal optou por um enquadramento que priorizou a rivalidade entre opositores, destacando as acusações feitas pela ex-presidenta sobre os apoiadores do impeachment. O *Jornal Nacional* também destaca as acusações feitas por Dilma, no entanto, também apresentou trechos em que ela se defende das acusações do processo e onde a então presidenta fala sobre a ameaça na continuidade de programas sociais.

c) Internet como ambiente de disputas

Stocker e Dalmaso (2016) analisam comentários de leitores na página do jornal *Folha de São Paulo* no Facebook no dia 16 de março de 2015, por ocasião do pronunciamento de Dilma Rousseff acerca das manifestações pelo impeachment ocorridas no dia anterior; e Lage, Garcêz, Bargas e Choucair (2017) analisam os comentários de postagens relativas à capa “As explosões nervosas da presidente” da revista *IstoÉ* e à reportagem “Bela, recatada e do lar” da revista *Veja*, nas páginas dessas revistas no Facebook. Ambos os trabalhos apontam para a predominância de ofensas de gênero e desvalorização da mulher nos comentários analisados. Sob outro viés, Coelho e Oliveira (2018) também analisam as conversações estabelecidas por usuários do Facebook. As autoras observam duas postagens na página da revista *Veja* nos dias de votação do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O conflito foi o padrão de sociabilidade percebido nessas conversações. As autoras ainda destacam a discordância como fator preponderante, onde parece haver pouco ou nenhum espaço para o contraditório e trocas dialógicas.

Além desses, outros trabalhos mapeados também têm plataformas de internet como objeto e/ou ambiente no contexto do impeachment. São as pesquisas de Pinto (2018), que analisa o site Youtube como plataforma de veiculação de conteúdos políticos, a partir de vídeos sobre as manifestações de 15 de março de 2015, contra o governo Dilma; Morais e Barros (2017), que estudam o papel de fiscalização da cobertura jornalística pelas páginas de

Facebook. Os autores estudam postagens e comentários da página “Os Truques da Imprensa Portuguesa”, que visa denunciar distorções da imprensa portuguesa, sobre o processo de impeachment no Brasil. E Bittencourt e Maia (2016), que analisam os posicionamentos sobre o impeachment de comunicadores influentes na redes sociais. Também a pesquisa de Moraes e Quadros (2016), que analisam o uso das *hashtags* #ForaDilma e #Impeachment no Twitter. Os autores acreditam que a primeira esteve mais ligada às manifestações ocorridas em 2015, “preparando o terreno” para a segunda, amplamente utilizada por veículos de comunicação na rede social.

Com este exercício de recuperação da produção acadêmica sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff até o momento, objetivamos, sobretudo, compreender que atores já foram estudados e também o que já foi dito sobre esses atores que participam do debate público sobre esse acontecimento. Notamos que o maior número de estudos, inclusive pelas especificidades do campo da Comunicação, se ocupa da participação dos atores midiáticos e, quase exclusivamente, dos atores da mídia hegemônica. Além disso, também se destacam as pesquisas sobre os movimentos sociais, especialmente os favoráveis ao impeachment. Há também os estudos sobre os discursos e estratégias de comunicação de Dilma Rousseff e de atores do Legislativo. No entanto, esses dois últimos foram bem menos explorados que os primeiros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jorge. Marketing e comportamento político: da vitória de Dilma em 2014 à crise atual. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais...** . Caxambu: Anpocs, 2016. p. 1 - 30.

ALMEIDA, Ronaldo de. OS DEUSES DO PARLAMENTO. **Novos Estudos**, São Paulo, v. , n. , p.71-79, jun. 2017.

ALMEIDA, Thadeu Silva de; LIMA, Vitória Thess Lopes da Silva. DILMA ROUSSEFF NA IMPRENSA BRASILEIRA: Da Reeleição ao Processo de Impeachment. **Revista Encontros**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, p.102-113, jan. 2016.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, v. , n. , p.49-58, jun. 2017.

ALZAMORA, Geane Carvalho; BICALHO, Luciana Andrade Gomes; SILVA, Polyana Inácio Rezende. A produção noticiosa de Mídia Ninja mediada por hashtags durante o Impeachment Day. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 40., 2016, Ciudad de México. **Memorias del XIII Congreso**

Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación | Comunicación Digital, Redes y Procesos. Ciudad de México: Alaic, 2016. p. 229 - 234.

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do; ARIAS NETO, José Miguel. Perversão e política no impeachment de Dilma Rousseff. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, [s.l.], n. 135, p.55-70, 15 set. 2017. CIESPAL. <http://dx.doi.org/10.16921/chasqui.v0i135.3157>.

ANDRADE, Ana Olívia Costa de. Entre o Udenismo e o Fora Dilma: uma análise do moralismo no discurso anticorrupção brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais...** . Caxambu: Anpocs, 2016. p. 1 - 22.

ANDRADE, Bruna. O processo de impeachment nos textos de opinião do site do jornal Folha de São Paulo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA COMUNICAÇÃO, 14., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Edipucrs, 2017. p. 223 - 225.

ANTONINO, Rafael Maracaja. **Uma conexão entre 2013 e 2016: A rede conservadora na queda de uma presidenta.** 2017. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. Movimentos políticos pelo impeachment de Dilma Rousseff e suas organizações na Internet. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais...** . Caxambu: Anpocs, 2016. p. 1 - 28.

ASSIS, Francisco de; ADGHIRNI, Zélia Leal. A cobertura do impeachment de Dilma Rousseff feita por correspondentes: entre o “ato presencial” e os constrangimentos nas rotinas produtivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 15.

AZEVEDO, Andrey; GOMES, Jéssica. O impeachment no Brasil em 2016: reflexões sobre os enquadramentos da mídia em uma perspectiva discursiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 13.

BAPTISTA, Érica Anita. CORRUPÇÃO POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE GOVERNO: o caso da Lava Jato. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 24.

BARON, Leticia. **Tão próximos e tão distantes: a articulação discursiva dos movimentos pró-impeachment a partir da teoria do discurso de Ernesto La.** 2018. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BECKER, Camila; CESAR, Camila; WEBER, Débora Gallas Maria Helena. Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff, na primeira página de jornais brasileiros. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 40., 2016, Ciudad de México. **Memorias del XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación | Comunicación Política y Medios.** Ciudad de México: Alaic, 2016. p. 73 - 87.

BELTRAME, Vanessa; RENAULT, David. Protesto criminalizado: análise da cobertura noticiosa de atos sociopolíticos no Brasil. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 40., 2016, Ciudad de México. **Memorias del XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación | Estudios sobre Periodismo**. Ciudad de México: Alaic, 2016. p. 91 - 96.

BERGER, Christa. No jornalismo brasileiro, a política tem gênero. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 40., 2016, Ciudad de México. **Memorias del XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación | Estudios sobre Periodismo**. Ciudad de México: Alaic, 2016. p. 85 - 90.

BITTENCOURT, Maíra; MAIA, César. Qual a linha editorial e política dos comunicadores mais influentes nas redes sociais?: Uma análise da cobertura da votação do Impeachment da presidenta Dilma Rousseff. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais... . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 15.**

BRANDÃO, Aline Lima. EMPREITEIRAS E IMPEACHMENT: um mapa das moralidades no Facebook a partir da cobertura da imprensa brasileiraos agentes privados na cobertura midiática de escândalos de corrupção. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais... . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 25.**

CÂMARA, Marco Túlio Pena. Do Político ao Pessoal: Os Discursos de Dilma Rousseff Pós-Impeachment. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais... . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 18.**

CAMPOS, Mariane Motta de; BRAGA, Leticia Castro. Impeachment: uma análise das estratégias de comunicação utilizadas por Dilma Rousseff. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais... . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 15.**

CARDOSO, Lais Cristine Ferreira. **DO "FORA DILMA" AO "NÃO VAI TER GOLPE":** análise da cobertura do Jornal do Commercio sobre as manifestações pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Dilma, uma “presidente fora de si”: O impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.45-65, 2016. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/revistapautageral.v.3.i2.0003>.

CARVALHO, Marina Soares Farias; PORTELA, Cristiane. A notabilidade do pronunciamento, contra o impeachment, da presidente afastada do Brasil, enquanto acontecimento jornalístico:: uma análise discursiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais... . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 13.**

CASANOVA, Nicolle de Brito Conceicao. **A voz de Dilma:** performances oratórias e discursos sobre a fala pública da Presidenta. 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Lingüística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

CASTILHO, Alessandra de; MACEDO, Roberto Gondo. Comunicação, política e corrupção: o uso dos recursos tecnológicos para engajamento social no processo de impeachment de Dilma Rousseff no governo federal brasileiro. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 40., 2016, Ciudad de México. **Memorias del XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación | Comunicación Política y Medios**. Ciudad de México: Alaic, 2016. p. 205 - 211.

CAUDURO, Douglas Hinterholz. O impeachment na mídia: os presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff pelos editoriais do Estado de S. Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 13.

CHAGAS, Luãn José Vaz. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina [Entrevista com Aníbal. **Compólitica**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.105-119, 18 mar. 2017. Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolitica). <http://dx.doi.org/10.>

CHAGAS, Luãn José Vaz. RADIOJORNALISMO E SELEÇÃO DAS FONTES: Interesses e disputas na cobertura do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Compólitica, 2017. p. 1 - 20.

COELHO, Maria das Graças Pinto; OLIVEIRA, Geilson Fernandes de. PRESENÇA SOCIAL E EMOÇÕES: as conversações em rede no dia do impeachment de Dilma Rousseff. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 27., 2018, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: Compós, 2018. p. 1 - 17.

COSTA, Oscar William Simoes. **COMICIDADE E POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DA CHARGE**. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

DANIEL, Vanessa Cristhina Zorek. **A DEMOCRACIA NAS RUAS: O CASO DAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL (2014-2015)**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

DOMINGUES, José Maurício. Crise da república e possibilidades de futuro. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 22, n. 6, p.1747-1758, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017226.02472017>.

ELISEU, Thallysson Alves Ferreira. **O impeachment e Dilma Rousseff: uma análise das representações sociais projetadas em editoriais do Jornal Folha de São Paulo**. 2017. 122 f. Tese (Doutorado) - Curso de Teoria Literária e Crítica da Cultura, Universidade Federal de São João Del-rei, São João Del-rei, 2017.

ESTEVÃO, Eliane Grazielle. Crise política, impeachment e eleições municipais 2016: a cobertura do portal da Folha de S. Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 15.

FALCHI, Maria do Carmo Pasquali. **INVISIBILIDADE CIDADÃ: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MÍDIA DAS MANIFESTAÇÕES DE MARÇO DE 2016**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, 2017.

FAUSTO NETO, Antonio. Impeachment segundo as lógicas de “fabricação” do acontecimento. **Rizoma**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.8-36, 31 dez. 2016. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul. <http://dx.doi.org/10.17058/rzm.v4i2.8602>.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. Failed Honeymoon: Dilma Rousseff's Third Election Round. **Latin American Perspectives**, [s.l.], v. 45, n. 3, p.224-235, 26 mar. 2018. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0094582x18767429>.

FERNANDES, Eric Bortolato. **Referenciação e opinião: o impeachment de Dilma Rousseff**. 2017. 0 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERNANDES, Rosângela de Jesus. A Corrupção de Hoje e o Comunismo de Ontem: a Imprensa e Suas Temáticas na Criação de Consensos Que Antecedem os Golpes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais... .** Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 15.

FERREIRA, Phillipe Farias; SILVA, Maiara Sobral; GUIMARÃES, Keline Oliveira. Representação midiática do impeachment brasileiro em 2016: o dito e o não dito. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais... .** Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 14.

FLORIANI, Adriano Warken. **O DISCURSO DO IMPEACHMENT DE DILMA NA FOLHA DE S.PAULO**. 2017. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GALVÃO, Andressa dos Santos. **O DISCURSO-OUTRO NO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA SUA CARTA DE DEFESA E DO SEU ÚLTIMO PRONUNCIAMENTO ENQUANTO PRESIDENTA**. 2017. 0 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2017.

GHIORZI, Alessandra Caroline. **“Dilma, guerreira, da Pátria Brasileira”**: discursos midiáticos sobre a primeira mulher presidenta do Brasil durante seu processo de Impeachment em 2016. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GOBBI, Maria Cristina; GODOY, Jéssica Monteiro de. Abertura do processo de impeachment na Câmara Federal em 2016: uma análise da cobertura noticiosa pela TV Brasil e Rede Globo. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.3-19, 2016. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/revistapautageral.v3.i2.000>.

GOLDSTEIN, Ariel. La tormenta perfecta: crisis e impeachment en el segundo mandato de Dilma Rousseff. **Análisis Político**, [s.l.], v. 29, n. 88, p.90-104, 1 set. 2016. Universidad Nacional de Colombia. <http://dx.doi.org/10.15446/anpol.v29n88.63639>.

GOMES, Janaína. A VISIBILIDADE DE DILMA ROUSSEFF NAS REVISTAS VEJA E ISTO É: reflexões sobre o enquadramento visual na mídia impressa. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 20.

GOMES, Laura Rosa. Rir Para Não Chorar: Um Recorte do Jornalismo Parodiado Pelo Sensacionalista Dentro da Narrativa do Impeachment de Dilma Rousseff. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 12.

GOMES, Paula Gesteira. **Análise discursiva de notícias sobre a admissibilidade do processo de impeachment veiculadas nas cidades de São Paulo e Bahia.** 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GOMES, Rudolph Hasan. **Ódio, violência e intolerância no Brasil contemporâneo: as manifestações pró-impeachment de 2015 e 2016.** 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

GONÇALVES, João Carlos; ROCHA, Camilla Rodrigues Netto da Costa. O Embate Sínico Tocha Olímpica x Mulher em Chamas: Uma Investigação acerca dos Imaginários Possíveis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 12.

GUAZINA, Liziane Soares; PRIOR, Helder; ARAËJO, Bruno. ENQUADRAMENTOS DE UMA CRISE: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 20.

GUAZINA, Liziane; SANTOS, Ébida. O impeachment de Dilma Rousseff nas capas da Folha de S. Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais...** . Caxambu: Anpocs, 2017. p. 1 - 21.

GUERRA, Laura Ferreira. **Da deposição de João Goulart ao impeachment de Dilma Rousseff:** m estudo comparativo de editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. 2018. 158 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Placar do Impeachment: Análise do Jornal O Estado de S.Paulo, para Pensar uma Nova Articulação entre Teoria e Prática. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 12.

HOFFMANN, Anita Gonçalves. A cobertura do impeachment de Dilma Rousseff na imprensa francesa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 14.

JESUS, Gilvan Santana de. **IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: A LEGITIMAÇÃO DO PROCESSO PELO DISPOSITIVO MIDIÁTICO.** 2017. 102 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

KOBERSTEIN, Evandro Léo; CASTRO, Cosette. Do cidadão ao cibercidadão: táticas de comunicação das comunidades do impeachment no Facebook. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 15.

LAGE, Danila Gentil Rodriguez Cal et al. A MULHER NA VIDA PÚBLICA: um mapa das moralidades no Facebook a partir da cobertura da imprensa brasileira. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 25.

LIMA, Laura Antônio; SIMÕES, Paula Guimarães. A construção da imagem pública de Dilma Rousseff durante o impeachment: uma análise preliminar. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais...** . Caxambu: Anpocs, 2017. p. 1 - 29.

LINS, Camila de Barros. **IMPEACHMENT DE 2016: UMA ANÁLISE CRÍTICA DISCURSIVA DOS JORNAIS DE PERNAMBUCO**. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

LOPES, Bárbara Albuquerque Gomes. **GOLPE OU IMPEACHMENT? UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DOS DISCURSOS DA VEJA E DA CARTA CAPITAL SOBRE O AFASTAMENTO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

LOPES, Denise Maria Moura da Silva; SÁ, Cristal; DOURADO, Jacqueline Lima. Mercantilização do noticiário: estratégias das emissoras nacionais e locais na cobertura do vazamento de grampos telefônicos do ex-presidente Lula no Brasil. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 40., 2016, Ciudad de México. **Memorias del XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación | Economía Política de las Comunicaciones**. Ciudad de México: Alaic, 2016. p. 37 - 43.

LUZ, Michele Diana da; BARON, Letícia. A RELAÇÃO ENTRE AS REDES SOCIAIS E A MÍDIA TRADICIONAL NA ARTICULAÇÃO DISCURSIVA DO IMPEACHMENT DE D. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 22.

MACEDO, Cilene. **FUNCIONAMENTO DA FOTOGRAFIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO E O PROCESSO DE (DES)CONSTRUÇÃO DA IMAGEM**. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MACHADO, Tariana Brocardo; CARVALHO, Simone Alves de. Votação da Admissibilidade do Impeachment Presidencial em 2016: Análise de Conteúdo das Motivações na Câmara dos Deputados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 15.

MANGABEIRA, Milena. A formação discursiva sobre o Impeachment no Facebook: uma análise do discurso político dos deputados federais da bancada capixaba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 15.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele. O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NOS EDITORIAIS DE FOLHA E ESTADÃO: Um estudo quanti-qualitativo sobre o posicionamento político dos jornais. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Compós, 2017. p. 1 - 27.

MATOS NETO, Eurico Oliveira; DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão; MESQUITA, Pedro. TUDO @DILMABR NO IMPEACHMENT: Uma análise das estratégias de comunicação política de Dilma Rousseff no Twitter. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Compós, 2017. p. 1 - 24.

MATOS, Eurico; DOURADO, Tatiana; MESQUITA, Pedro. DILMA ROUSSEFF NO IMPEACHMENT: Uma análise das estratégias de comunicação política nas redes sociais digitais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 25.

MENDES, Mariana Reis. **O JORNALISMO COMO TRADUÇÃO: O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NA IMPRENSA NACIONAL E INTERNACIONAL.** 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos de Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MENEGUELLI, Gisella; FERRÉ-PAVIA, Carme. Apología de la polémica como modalidad argumentativa: el conflicto público en Brasil en las protestas de 2015. **Cultura, Lenguaje y Representación**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.57-84, 2016. Universitat Jaume I. <http://dx.doi.org/10.6035/clr.2016.16.4>.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 32, n. 3, p.621-648, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>.

MORAES, Thiago Perez Bernardes de; QUADROS, Doacir Gonçalves de. A CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF EM 140 CARACTERES NO TWITTER: DO #IMPEACHMENT AO #FORADILMA. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais...** . Caxambu: Anpocs, 2016. p. 1 - 30.

MORAIS, Ricardo José Pinheiro; BARROS, Samuel Anderson Rocha. O PAPEL DAS REDES SOCIAIS ONLINE NA DESCONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS: o caso do impeachment de Dilma Rousseff. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 20.

MOURA, Deyse Alini de. **A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO RÁDIO E A COBERTURA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:** Um estudo de caso sobre

a Voz do Brasil. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

OLIVEIRA JUNIOR, Mauricio da Silva. **EMBATES DIALÓGICOS EM UM PAÍS DIVIDIDO: CHARGE E RESPONSABILIDADE NO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.** 2017. 0 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.83-96, 2016. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/revistapautageral.v.3.i2.0005>.

OSELAME, Mariana Corsetti. O Dia em que a Presidente caiu: uma Análise do Jornal Nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 19.

PICOLO, Cleide Rodrigues. Reflexões sobre os discursos de comunidades virtuais pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff: uma abordagem do ethos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 12.

PINTO, Gerson de Amorim. **MANIFESTAÇÕES DE 15 DE MARÇO DE 2015 NO BRASIL: O YOUTUBE COMO VOZ DAS RUAS.** 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas, Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, 2016.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz; OLIVEIRA, Caio Cesar Giannini. Polarização política no Twitter: as manifestações do dia 13 de março de 2016. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais...** . Caxambu: Anpocs, 2016. p. 1 - 29.

PRADO, José Luiz Aidar; PRATES, Vinicius. O afastamento de Dilma Rousseff: afetos e discursos em disputa na política. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Compós, 2017. p. 1 - 21.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 96, n. 33, p.1-22, maio 2018.

PRATES, Andressa Costa. **RELAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA: ENQUADRAMENTOS DOS JORNAIS O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO ACERCA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.** 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

RECUERO, Raquel. Métricas de Centralidade e Conversações em Redes Sociais na Internet: Desvelando Estratégias nos Debates Presidenciais de 2014. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 8., 2014, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Abciber, 2014. p. 1 - 18.

RIBEIRO, Pedro Floriano; VIZONÁ, Amanda; CASSOTTA, Priscilla Leine. Brasil: Un país en compás de espera. **Revista de Ciencia Política (santiago)**, [s.l.], v. 36, n. 1, p.51-74, abr.

2016. SciELO Comision Nacional de Investigacion Cientifica Y Tecnologica (CONICYT). <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-090x2016000100003>.

RIZZOTTO, Carla Candida; PRUDENCIO, Kelly. VÍTIMA, VILÃ OU HEROÍNA: a imagem de Dilma Rousseff na narrativa do impeachment. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 25.

RIZZOTTO, Carla Candida; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael Cardoso. TUDO NORMAL: a pauta antipolítica no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Compós, 2017. p. 1 - 31.

ROCHA, Daniel França da. O jornalismo político sob análise do agendamento e enquadramento: um estudo de caso da cobertura do Jornal da Globo sobre o discurso de Dilma Rousseff na ONU. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 14.

RODRIGUES, Isabel Cristina de Araujo. **A narrativa espetacular na mídia televisiva: A votação do impeachment de Dilma Rousseff (PT) na câmara dos deputados.** 2018. 66 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2018.

RUGGIERI, Ana Luisa. **A PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA COMO DISCURSO DE MANIPULAÇÃO: A campanha do Instituto Datafolha pelo impeachment de Dilma Rousseff.** 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

SALES, Maria Angelica. **A notícia como ela é: uma análise do discurso de manchetes online.** 2017. 0 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Ana Carolina Lima. AS IMAGENS DE DILMA ROUSSEFF DA DITADURA CIVIL-MILITAR AO IMPEDIMENTO: trânsitos entre o que foi e o que poderia ter sido. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Compós, 2017. p. 1 - 18.

SANTOS, Marcel de Freitas. **O processo persuasivo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos jornais Folha de São Paulo e The New York Times: um enfoque crítico da Linguística Sistêmico-Funcional.** 2017. 67 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SCHRAMM, Luanda Dias. A MÍDIA, A CONTRADEMOCRACIA E A PRODUÇÃO DO IMPOLÍTICO NO GOLPE DE 2016. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Compolítica, 2017. p. 1 - 22.

SEGURADO, Rosemary; CHICARINO, Tathiana; MALINA, Pedro. A polarização política brasileira analisada através do monitoramento de rede focado nos perfis do MBL e da CUT

no Twitter. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais...** . Caxambu: Anpocs, 2016. p. 1 - 22.

SHUEN, Li-chang. O Governo, a Imprensa e a Narrativa: Um Estudo sobre o Adversarial Journalism nas capas de O Globo e Folha de S. Paulo Durante a Crise do Governo Dilma. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 15.

SILVA, Alexandre Rocha da et al. Semioses do Golpe 2. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 18.

SILVA, Alexandre Rocha da et al. Semioses do golpe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 18.

SILVA, Elba Silveira Chagas. **IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: ESPETACULARIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO NA MÍDIA DA VEJA**. 2018. 0 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SILVA, Erica Anita Baptista. **Corrupção e opinião pública: O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff**. 2017. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Luciana Paula Bonetti. O Contraditório na Cobertura do Afastamento de Dilma Rousseff pelo Programa A Voz do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 14.

SILVA, Milena Mangabeira da; REIS, Ruth de Cássia dos. Entre o impeachment e o golpe: uma análise do discurso dos senadores no Facebook sobre o impeachment de Dilma Rousseff. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 15.

SOARES, Denise Freitas de Deus; LOPES, Paulo Fernando de Carvalho. O pedido de impeachment de Dilma Rousseff: o acontecimento enquadrado nas páginas dos portais UOL e G1. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 40., 2016, Ciudad de México. **Memorias del XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación | Discurso y comunicación**. Ciudad de México: Alaic, 2016. p. 183 - 188.

SOUSA, Bharbara Bonelle de. **CONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE OBJETO DE DISCURSO: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE CONSTRUÇÃO DE IMAGEM PÚBLICA EM REPORTAGENS DAS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SOUZA, Cibele Silva e. O personalismo na imagem de Dilma Rousseff durante o período do impeachment. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Intercom, 2017. p. 1 - 15.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 24, n. 3, p.679-690, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p679>.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz; SILVA, André Luiz Reis da. Castigo Sem Crime?: Raízes domésticas e implicações internacionais da crise brasileira. **Conjuntura Austral**, [s.l.], v. 35, n. 7, p.4-14, maio 2016.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; BERGER, Christa; VAZ, Paulo Bernardo. Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.20-44, 2016. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/revistapautageral.v.3.i2.0002>.

VAN DIJK, Teun A. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.199-229, fev. 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1750481317691838>.

VEIGA, Dean Fabio Gomes. **A Reconstrução da Esfera Pública Brasileira**: alternativas para a crise política. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2017.

VELOSO, Ana Maria Conceição; VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de; FERREIRA, Laís. AS DUAS FACES DO SEXISMO NA MÍDIA: como Marcela Temer e Dilma Rousseff (PT) são retratadas pela Veja e IstoÉ. **Revista Observatório**, [s.l.], v. 3, n. 1, p.58-83, 30 mar. 2017. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n1p58>.

VELOSO, Ana Maria da Conceição; VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. Dilma na IstoÉ e Marcela na Veja: os rastros do sexismo nas produções das duas revistas semanais brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 15.

APÊNDICE 2 - O INÍCIO DO GOVERNO INTERINO

Para levar adiante as mudanças propostas no projeto econômico lançado por seu partido ainda no primeiro ano do segundo governo Dilma, Michel Temer (PMDB) realizou importantes mudanças na estrutura do governo federal e também mudanças na identidade do governo já nas primeiras horas de seu governo, ainda no dia 12 de maio de 2016. Esses dois pontos saltam aos olhos por tratar-se de um governo interino, ou seja, o governo eleito não estava destituído. Além disso, o vice-presidente, que então estava na condição provisória de presidente, ascendeu àquela posição como parte do governo eleito. No entanto, como interino, Temer fez com que o Executivo assumisse um caráter de governo novo, com características próprias que, ao mesmo tempo, o distanciassem do governo Dilma Rousseff e indicassem os novos caminhos propostos no “Uma ponte para o futuro”.

A identidade dos dois governos Dilma foi composta por uma logomarca em verde e amarelo muito semelhante (Figuras 3 e 4), onde diferem-se apenas o slogan de cada governo. No primeiro governo o slogan era “Brasil. País rico é país sem pobreza”, e tinha o “intuito claro de traduzir o conceito de continuidade com mudanças que à época o novo governo trazia” (BRASIL, 2015); já o slogan do segundo governo, sucedido por Temer, trazia o slogan “Brasil, Pátria Educadora”, que sinalizava a “a prioridade das prioridades do novo governo e para qual setor deverão convergir os esforços de todas as áreas do governo, [...] pois só a educação liberta um povo e lhe abre as portas para um futuro próspero” (BRASIL, 2015).

Figura 03 - Logomarca governo Dilma (2011-2014)



Fonte: Governo Federal.



Fonte: Governo Federal.

Criada pelo marqueteiro Elsinho Mouco, que já estava presente nas campanhas eleitorais de Temer há 15 anos⁴⁵, e apresentada ao governo, a logomarca e slogan da gestão interina, que foram escolhidos na véspera do afastamento provisório da presidenta, também utiliza cores e símbolos da bandeira brasileira (Figura 5). Azul e trazendo o slogan positivista “Governo Federal: Ordem e Progresso”, a nova marca representava a ideia de “recuperar o país da desorganização política, econômica e social e retomar o crescimento econômico”, para o criador da logo, isso seria a “tradução do conceito de Ordem e Progresso”⁴⁶.

Figura 05 - Logomarca governo Temer(2016-2018)



Fonte: Governo Federal.

Além da mudança de identidade visual e de slogan, o governo interino de Temer promoveu uma reforma na estrutura ministerial, diminuindo o número de pastas, que foram distribuídas entre os 11 partidos aliados do peemedebista. Como dito anteriormente, o ministério passou a ter 23 pastas, comandadas pelo partido do presidente interino (PMDB) e PSDB, PP, PR, PRB, PSD, PTB, DEM, PPS, PV e PSB, além de outras três sem status de ministério. Quando foi afastada, o ministério de Dilma ainda contava com ministros de três

⁴⁵ ÉPOCA (Ed.). **O marqueteiro**: A vida e a obra de Elsinho Mouco, o grilo falante do governo Temer. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/05/o-marqueteiro.html>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

⁴⁶ O ESTADO DE S.PAULO (Ed.). **'Governo Federal: Ordem e Progresso' será o slogan de Temer**. 2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-federal-ordem-e-progresso-sera-o-slogan-do-governo-temer,10000050764>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

dos partidos que passaram a compor a base de Temer: PR, que tinha Antonio Carlos Rodrigues no Ministério dos Transportes; PTB, com Armando Monteiro no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; e o próprio PMDB, com Kátia Abreu⁴⁷ no Ministério da Agricultura⁴⁸.

Outros partidos do primeiro escalão de Temer também já haviam composto o governo Dilma anteriormente; no entanto, nos meses finais, o ministério da petista era composto em sua maioria por quadros apartidários e do próprio partido da presidenta. No início de 2015, Rousseff contava com 9 partidos em seu governo: PMDB, PR, PP, PC do B, PROS, PRB, PSD, PTB, PDT e PT. Ou seja, dos 11 partidos que compuseram o ministério do governo interino, seis compunham o ministério de Dilma no início de 2015 (PMDB, PP, PR, PRB, PSD e PTB). Contudo, a presidenta foi perdendo apoio ao longo de seu quase um ano e meio como reeleita e, ao deixar o Planalto, contava com apenas outros cinco partidos além do seu no ministério. Além dos já mencionados, PDT e PC do B também comandavam pastas do Executivo Federal na ocasião⁴⁹.

Por outro lado, a presença do PSDB no governo interino não passa despercebida. O partido foi a principal legenda da oposição nos quatro governos petistas, ficando em segundo lugar nas quatro eleições vencidas pelo PT. Na última, no entanto, o partido não aceitou a derrota, dando início a uma cruzada para derrubar Dilma, primeiro questionando a segurança das urnas eletrônicas, depois pedindo a impugnação da chapa Dilma/Temer e, por último, encomendando aos juristas Miguel Reale Jr, então filiado ao PSDB, Hélio Bicudo e Janaina Paschoal o pedido de impeachment que levou ao afastamento da presidenta eleita.

No primeiro escalão do governo Temer foram extintos a Secretaria de Portos da Presidência da República, Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Controladoria-Geral da União, Ministério da Cultura⁵⁰, Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento

⁴⁷ Meses mais tarde, Kátia Abreu foi expulsa do PMDB acusada de violar o Código de Ética e Fidelidade Partidária. A senadora votou contra o impeachment e também teceu críticas ao governo Temer, votando contra proposta do governo.

⁴⁸ O ESTADO DE S. PAULO (Ed.). **O Ministério de Temer**. 2016. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/politica/o-ministerio-de-temer/>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

⁴⁹ Ainda que oficialmente tivessem ministros compondo o ministério do governo Dilma, PDT, PR e PMDB votaram majoritariamente pela abertura do processo de impeachment.

⁵⁰ Após protestos em todo o país, o Ministério da Cultura foi recriado por Temer em outubro de 2016, já efetivado no cargo de presidente.

Agrário, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos⁵¹, Casa Militar da Presidência República. E foram criadas as pastas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ambos com status de ministério.

O ministério de Temer ficou composto da seguinte forma: Casa Civil, Justiça, Defesa, Relações exteriores, Fazenda e Previdência, Transportes, Portos e Aviação Civil, Agricultura, Educação e Cultura, Trabalho, Saúde, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Planejamento, Ciência e Tecnologia e Comunicações, Meio Ambiente, Esporte, Turismo, Integração Nacional, Desenvolvimento Social e Agrário, Cidades, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Governo e Fiscalização, Transparência e Controle. A Advocacia-Geral da União, o comando do Banco Central e a Secretaria Especial de Investimento não tinham status de ministério.

Entre os nomes indicados por Temer, destacam-se os da equipe econômica. Uma vez que o plano de governo adotado pelo presidente interino estava era especialmente centrado nesse setor. Henrique Meirelles (PSD)⁵² foi o nome escolhido para comandar o Ministério da Fazenda. O nome de Meirelles foi confirmado antes mesmo que acontecesse a votação de abertura do processo de impeachment no Senado, o que pode ser interpretado como mais um aceno de Temer sobre qual seria o rumo econômico de seu governo.

Meirelles é visto como de posição mais ortodoxa e tradicional na economia, ao contrário de seu antecessor no cargo, Nelson Barbosa, mais identificado com uma linha desenvolvimentista e um dos responsáveis pela criação da "nova matriz econômica". Meirelles defende menos intervenções do governo na economia e uma abertura maior no comércio exterior. (MARTELLO, np. 2016).

De acordo com perfil publicado pelo portal G1, o economista teria um perfil mais parecido com o de Joaquim Levy, titular do Ministério da Fazenda em 2015, no primeiro ano do governo Dilma, quando a presidenta foi acusada de implementar medidas hostis que contrariavam as propostas de seu plano de governo eleito em 2014 (SINGER, 2015, GOLDSTEIN, 2016).

Além do ministro da Fazenda, a equipe econômica principal estava composta por Ilan Goldfajn, economista-chefe e sócio do grupo Itaú Unibanco para o Banco Central e Romero Jucá (PMDB) para o Planejamento. Jucá é economista e, na época, era presidente do PMDB.

⁵¹ A extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos mostrou-se um ato bastante emblemático do governo interino, que foi formado apenas por homens e sem a presença de negros e indígenas.

⁵² Meirelles havia sido presidente do Banco Central nos dois governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

No entanto, o senador peemedebista permaneceu no cargo por apenas 20 dias, deixando o Ministério após a divulgação de gravações em que propunha um “pacto” para barrar a operação Lava Jato⁵³. Na época de sua nomeação, Jucá já era investigado no Supremo por envolvimento na compra de medidas provisórias. Com a saída do presidente do PMDB, Dyogo Oliveira, também economista, assumiu a pasta.

Com sua equipe montada e governo reestruturado ainda no primeiro dia de interinidade, Michel Temer tinha também uma nova agenda de medidas com as quais seu partido havia se comprometido, paralelamente ao governo, ainda no primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff. Quando o PMDB lançou, em 25 de outubro de 2015, o programa “Uma ponte para o futuro”, prepara o terreno para, cinco meses depois, deixar o governo, diminuindo as chances de Dilma superar o processo de impeachment sem poder contar com a, então, maior bancada do Senado.

O programa do governo interino, que efetivou-se no poder, apresentava diferenças em relação ao eleito em 2014. O programa de Dilma iniciava pontuando que não era um programa pronto, mas que eram linhas gerais para o debate com movimentos sociais e partidos aliados e lembrando dos avanços políticos, econômicos e sociais pelos quais o país havia passado nos 12 anos de governos petistas. O programa traçava a meta de colocar o Brasil no mapa dos países desenvolvidos e como “um país onde todas as pessoas tenham os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao mercado de consumo; à dignidade, à igualdade de condições, independentemente de sua raça, credo ou cor” (PT, 2014).

.As diretrizes para a área econômica são as primeiras serem apresentadas no programa de Dilma. O programa afirma que

Um dos alicerces deste novo ciclo é o fortalecimento de uma política macroeconômica sólida, intransigente no combate à inflação e que proporcione um crescimento econômico e social robusto e sustentável. Crescimento econômico estimulado pelo aumento da taxa de investimento da economia e pela ampliação de um mercado doméstico sólido e dinâmico, e que ocorra sem obstáculos, graças à expansão dos investimentos em infraestrutura. (PT, 2014).

O outro alicerce econômico era o “Brasil Produtivo”. Onde as “políticas Industrial, Científica, Tecnológica e Agrícola vão atuar para reduzir os custos de investimento e produção, estimulando nossa capacidade de inovação, reduzindo os custos logísticos e

⁵³ Após deixar o cargo de ministro, Romero Jucá passou a ocupar a posição de líder do governo no Senado Federal, permanecendo com grande influência sobre o Planalto.

melhorando o ambiente de negócios do país” e com a modernização do parque industrial nacional “para assegurar o aumento da produtividade e da competitividade de nossa economia”.

Além de apresentar a linha econômica do governo que seria eleito, o programa também traz propostas vinculadas ao meio ambiente, educação (área que foi colocada como central no segundo governo Dilma, onde se afirma que “depois de um período prolongado de democratização do acesso a todos os níveis de ensino, inclusive o técnico e o universitário, chega-se agora à etapa de transformação da qualidade do ensino.”), Emprego, reforma política e participação, combate à corrupção, segurança pública, direitos humanos, infraestrutura, ampliação do acesso à internet, reforma urbana, reforma federativa, setor energético, saúde, cultura, esporte, relações exteriores, etc.

Já o programa lançado pelo PMDB e adotado pelo governo Temer a partir de maio de 2016 é fundamentalmente voltado para a economia, destinando-se a, de acordo com o que se lê logo no início “preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento”, afirmando que as propostas apresentadas “constituem uma necessidade, e quase um consenso, no país” (PMDB, 2015). O documento ainda defendia a formação de uma maioria política, “ainda que transitória” para enfrentar o cenário de “crise fiscal e, principalmente econômica, com retração do PIB, alta inflação, juros muito elevados, desemprego crescente, paralisação dos investimentos produtivos e a completa ausência de horizontes”.

O partido faz a sua leitura da conjuntura onde afirma que a crise fiscal e a “tendência de endividamento do Estado” eram os principais obstáculos para o crescimento econômico, devendo passar por “um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas”. Além disso, também acusa o governo de “cometer excessos” ao criar e ampliar programas e admitir novos servidores. Como resposta, a proposta inclui mudança de legislação “até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso”.

No panorama, o programa também tece críticas, utilizando-se do Relatório Global de Competitividade 2015-2016, à “complexidade tributária”, legislação trabalhista e corrupção como problemas que tornam o país menos convidativo aos investidores. Outro “problema” identificado é legislação previdenciária, pois por serem constitucionais seria dificultada a sua “adaptação às mudanças demográficas”. No programa, o PMDB conclui que os problemas são “estruturais”, criticando a vinculação de receitas orçamentárias, defendendo o orçamento

de base zero como forma de equilibrar as contas “sem aumento de impostos” (tópico enfatizado em diferentes momentos) e defendendo a desvinculação inclusive nas áreas de saúde e educação e fim das indexações (de salários, benefícios previdenciários, etc.).

Outra mudança defendida é a reforma da previdência, defendendo que “é preciso introduzir, mesmo que progressivamente, uma idade mínima que não seja inferior a 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres, com previsão de nova escalada futura dependendo dos dados demográficos” e que os benefícios previdenciários deixem de ter crescimento real atrelado ao PIB, mantendo apenas a proteção do poder de compra dos beneficiários. No documento também são tecidas críticas aos juros pagos na dívida pública, afirmando que o reequilíbrio das contas permitiria a diminuição da inflação e a obtenção de taxas de juros menores. Outro ponto criticado é a política de regulação da volatilidade cambial, um agravante para o problema da dívida pública, de acordo com o partido.

Ao final, são apresentados como “fundamentais” as seguintes medidas:

- a) construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com superávit operacional e a redução progressiva do endividamento público;
- b) estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento;
- c) alcançar, em no máximo 3 anos, a estabilidade da relação Dívida/PIB e uma taxa de inflação no centro da meta de 4,5%, que juntos propiciarão juros básicos reais em linha com uma média internacional de países relevantes – desenvolvidos e emergentes – e taxa de câmbio real que reflita nossas condições relativas de competitividade;
- d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência;
- e) realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de valor, auxiliando no aumento da produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional;
- f) promover legislação para garantir o melhor nível possível de governança corporativa às empresas estatais e às agências reguladoras, com regras estritas para o recrutamento de seus dirigentes e para a sua responsabilização perante a sociedade e as instituições;
- g) reformar amplamente o processo de elaboração e execução do orçamento público, tornando o gasto mais transparente, responsável e eficiente;
- h) estabelecer uma agenda de transparência e de avaliação de políticas públicas, que permita a identificação dos beneficiários, e a análise dos impactos dos programas. O Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes;
- i) na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos;

- j) na área tributária, realizar um vasto esforço de simplificação, reduzindo o número de impostos e unificando a legislação do ICMS, com a transferência da cobrança para o Estado de destino; desoneração das exportações e dos investimentos; reduzir as exceções para que grupos parecidos paguem impostos parecidos;
- k) promover a racionalização dos procedimentos burocráticos e assegurar ampla segurança jurídica para a criação de empresas e para a realização de investimentos, com ênfase nos licenciamentos ambientais que podem ser efetivos sem ser necessariamente complexos e demorados;
- l) dar alta prioridade à pesquisa e o desenvolvimento tecnológico que são a base da inovação. (PMDB, 2015, p. 18-19)

Há momentos em que o documento se aproxima de um programa de governo, estabelecendo metas e desafios, como os trechos abaixo:

Nosso propósito é criar as condições para o crescimento sustentado da economia brasileira, a uma taxa média de no mínimo 3,5% a 4% ao ano, ao longo da próxima década, o que corresponde a uma elevação da renda por habitante de, no mínimo, 2,5% ao ano, com fundamentos em vários princípios.

Vamos precisar aprovar leis e emendas constitucionais que, preservando as conquistas autenticamente civilizatórias expressas em nossa ordem legal, aproveite os mais de 25 anos de experiência decorridos após a promulgação da Carta Magna, para corrigir suas disfuncionalidades e reordenar com mais justiça e racionalidade os termos dos conflitos distributivos arbitrados pelos processos legislativos e as ações dos governos. (PMDB, 2015, p. 16)

O documento ainda é finalizado com duas promessas: “Faremos esse programa em nome da paz, da harmonia e da esperança, que ainda resta entre nós” e “Nossa promessa é reconstituir um estado moderno, próspero, democrático e justo”.

O fato de serem apresentadas propostas econômicas que diferiam das medidas que vinham sendo adotadas pelo governo Dilma Rousseff não é o que constitui, em nosso entendimento, um sinal de rompimento com o governo, pois é comum que entidades se manifestem nesse sentido, a fim de disputar o direcionamento das políticas do Poder Executivo. No entanto, o que chama a atenção e que, sim, nos parece indicar que o partido seguia um caminho autônomo em relação ao governo é o fato de que, em nenhum momento, o discurso apresentado no programa se dirige ao governo ou é mobilizado como parte integrante dos “brasileiros de boa vontade” que deveriam se unir. Ao contrário, o programa tem um discurso dirigido à “nação”.

De fato, o programa acabou sendo adotado pelo governo de Michel Temer desde os primeiros dias do período de afastamento provisório de Dilma. Em consonância com o “Uma ponte para o futuro”, no período de interinidade, Temer enviou para a Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição que determinaria um teto para os investimentos

públicos pelo período de 20 anos, congelou novas nomeações, encaminhou a desvinculação das receitas da União, publicou a MP que criou o Programa de Parcerias e Investimento (PPI), para facilitar concessões e privatizações, anunciou apoio a um projeto que alterava as regras de exploração do Pré-Sal, retirando da Petrobras a garantia de, pelo menos, 30% de participação em todos os consórcios. Já efetivado no cargo de presidente, o peemedebista ainda enviou uma proposta de reforma da previdência, que não conseguiu aprovar, e de reforma trabalhista, aprovada em 2017, além de sancionar a chamada “lei da terceirização” também em 2017.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secom. Governo Federal. **Manual de uso da marca do Governo Federal**. 2015. Disponível em:

<<http://www.secom.gov.br/orientacoes-gerais/publicidade/manual-da-marca-do-gf-jan-2015.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

GOLDSTEIN, Ariel. La tormenta perfecta: crisis e impeachment en el segundo mandato de Dilma Rousseff. **Análisis Político**, [s.l.], v. 29, n. 88, p.90-104, 1 set. 2016. Universidad Nacional de Colombia. <http://dx.doi.org/10.15446/anpol.v29n88.63639>.

MARTELLO, Alexandro. **Henrique Meirelles, ministro da Fazenda do governo Temer**. 2016. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/henrique-meirelles-e-confirmado-ministro-da-fazenda-de-temer.html>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma Ponte para o Futuro**. 2015. Disponível em:

<<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Mais Mudanças, Mais Futuro: Programa de Governo Dilma Rousseff**. 2014. Disponível em:

<<https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, [s.l.], v. 34, n. 2, p.39-67, jul. 2015.